unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ADRIANA APARECIDA PINTO

Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880-1910)

Araraquara – SP

2013

ADRIANA APARECIDA PINTO

NAS PÁGINAS DA IMPRENSA: A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO NOS JORNAIS EM MATO GROSSO (1880-1910)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura.

Orientadora: Profª Drª Vera Teresa Valdemarin.

Bolsa: CAPES

Araraquara – SP

2013

Pinto, Adriana Aparecida
Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910 / Adriana Aparecida Pinto. – 2013
349 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
Orientador: Vera Teresa Valdemarin

l. Educação – História. 2. Imprensa. I. Título.

ADRIANA APARECIDA PINTO

NAS PÁGINAS DA IMPRENSA: A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO NOS JORNAIS EM MATO GROSSO (1880-1910)

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Presidente e Orientadora: Profª Drª Vera Teresa Valdemarin
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara

_____

Membro Titular: Profª Drª Tania Regina de Luca
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Assis

_____

Membro Titular: Profª Drª Rosa Fátima de Souza
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara

_____

Membro Titular: Profª Drª Eurize Caldas Pessanha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

_____

Membro Titular: Profª Drª Mirian Jorge Warde
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Araraquara

Araraquara - SP, 30 de janeiro de 2013.

DEDICATÓRIA

Ao meu amado Jackson, que tornou os momentos finais de escrita da tese mais doces, ao lado do nosso filho (Gabriel), que ainda não viu a luz do mundo, mas certamente já o acompanha, protegido no ventre materno.

AGRADECIMENTOS

A escrita da tese é um exercício solitário, mas sem dúvida se tornaria mais árduo se não houvesse pessoas que estivessem ao nosso lado para amenizar e alegrar os momentos. Registrar algumas delas é o modo que encontrei de prestar tributo a todas.

Aos meus pais (Raimundo e Efigenia) e irmãos (Amélia e Anderson), cujas orações me protegeram pelas estradas nas viagens constantes, pelos valores que me ensinaram e a quem, sobretudo, eu espero orgulhar.

Aos meus professores de História da Educação, que em cada tempo e lugar me ensinaram a tomar gosto pela história da educação brasileira e não medir esforços para seguir os exemplos que me deixaram: Carlota Boto, Jaime Francisco Cordeiro, Rosa Fátima de Souza Chaloba, Carlos Roberto da Silva Monarcha, Denice Barbara Catani, Diana Vidal, José Gonçalves Gondra, Nicanor Palhares Sá, Elizabeth Madureira Siqueira.

À Vanda, minha amiga-irmã desde os tempos do mestrado na Unesp de Marília, a quem devoto profunda admiração e gratidão por ter estado presente em vários momentos deste trabalho, na consultoria nos arquivos e acolhida em Cuiabá, e na amizade, sempre terna e intensa.

Às minhas mestras na Luz, Marcia Regina Coimbra e Maria Cristina Factori, que em momento algum me deixaram esquecer quem eu era, quando nem eu mesma sabia! Aos amigos da espiritualidade, sempre auxiliando na busca da paz interior e inspiração para a escrita.

Às amigas Ivone Dias e família, Rosangela Nietto e família, que sempre me acolheram e ampararam em diversos momentos da minha vida.

Aos colegas, professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Coxim, que assumiram as minhas aulas durante o tempo do meu afastamento para a realização do doutorado.

Aos ex-alunos dos cursos de Letras e História da UFMS – Coxim, que se tornaram bons amigos e torceram pelo sucesso na realização deste trabalho.

Aos companheiros de interesses nas veredas da pesquisa em História da Educação do Mato Grosso (e Mato Grosso do Sul), Elizabeth Figueiredo de Sá (UFMT) e Alessandra Cristina Furtado (UFGD), e Ademilson Batista Paes (UEMS), com quem aprendi muito sobre a história da educação regional.

À minha orientadora, Vera Teresa Valdemarin. A ela meu tributo de respeito e gratidão por me auxiliar nos caminhos da pesquisa com um olhar cuidadoso, um silêncio que ensina e a palavra certa!

Às professoras Rosa Fátima de Souza e Tania Regina de Luca, pesquisadoras exemplares, as quais eu admiro profundamente, pelas contribuições durante o exame de qualificação.

A todos os professores, funcionários da Unesp Araraquara, que fazem desta Universidade uma das melhores do Estado de São Paulo. Em especial, aos funcionários do setor de Pós-Graduação Lidiane e Henrique, profissionais competentes e exemplares no exercício da sua função.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo afastamento concedido para a realização do doutoramento, em especial à seção de Pós-Graduação (setor de capacitação), por contar com profissionais exemplares no desempenho de suas funções, em especial Leonora, Daisy, Jussara e Maria Otávia, sempre atenciosas aos meus pedidos e esclarecimento de dúvidas.

À CAPES, pela concessão do apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Por fim, a todos os profissionais que trabalham nos Arquivos Históricos consultados: Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Arquivo do Instituto Histórico Mato Grossense, Núcleo de Documentação Histórica Regional, Casa Barão de Melgaço. O Brasil precisa aprender a conservar melhor seus arquivos e valorizar os profissionais que nele atuam.

O Jornal e o Jornalista

Eis como o brilhante escriptor portuguez, Ramalho Ortigão, o inimitavel burilador das Farpas de outros primores da lingua portugueza, definio o jornal e o jornalista: O jornalista tem na sociedade uma influencia muito mai profunda que a do mestre-eschola e responsabilidades muito mais graves.

É o jornal que refere e explica ao povo os differentes phenomenos de sua vida política, de sua vida social, de sua vida econômica.

É o jornal que faz a crítica das instituições e dos costumes.

É o jornal que estabelece o critério por que tem de ser julgado os factos da vida civil e da vida moral.

É o jornal que fixa para a multidão o ponto de vista nas altas questões da honra, da dignidade e do dever.

(O Jornal e o Jornalista, O REPUBLICANO, 10 de julho de 1898, p. 02)

RESUMO

O presente trabalho de tese evidencia possibilidades de estudos para a história da educação matogrossense, tendo na imprensa periódica de circulação geral sua fonte principal. Tem como objetivo compreender a configuração da instrução/educação, com vistas ao ideário de desenvolvimento e progresso, alicerçado no discurso da Modernidade que permeou grande parte dos discursos na transição do regime imperial para o republicano no Brasil. Desse modo, considera–se a imprensa um signo indicativo da Modernidade em Mato Grosso, em virtude de, seja ela especializada em educação ou de circulação geral, não se encontrar em um campo alheio às políticas de (re)organização da sociedade. Ao contrário, atua como força corroboradora, com espaço privilegiado para algumas discussões e, ao mesmo tempo, insere-se no campo das disputas por uma hegemonia no plano das ideias, conferindo àqueles que publicizam seu pensamento nas páginas dos impressos, supostamente, legitimidade no discurso educacional. A imprensa jornalística deveria ser grande defensora dos processos de escolarização e questões ligadas ao ensino, tendo em vista que isso representaria, em primeira análise, aumento substancial do seu público leitor. Isso de fato ocorreu? Como os jornais se posicionaram frente à necessidade anunciada em plataformas políticas por todo o país, na defesa da expansão do ensino, na institucionalização das formas de aprender, na formatação de um modelo de educação que aproximasse Mato Grosso aos países mais desenvolvidos da Europa? De que maneira o Estado de Mato Grosso levou a termo as exigências do mundo moderno, perante as inúmeras dificuldades arroladas nos escritos dos memorialistas e viajantes? Entende-se ser possível mapear esses questionamentos a partir dos dispositivos de imprensa examinados neste trabalho. O exercício prático com esse conjunto de ideias resultou na seleção de 20 (vinte) títulos, que estiveram em circulação em Mato Grosso, nas localidades de São Luiz de Cáceres, Corumbá e na capital Cuiabá, entre os anos de 1880 a 1910, cujo levantamento, mapeamento, catalogação e análise se orientou com base na abordagem teórico metodológica da História Cultural. O exame das fontes viabilizou a percepção e identificação de ideias em circulação, bem como de sistemas de referência, ora reforçando o argumento de atraso e isolamento, comumente atribuído ao território Centro Oeste, ora destacando suas potencialidades frente a outras localidades do país. Editores, articulistas, redatores, jornalistas de ofício se tornaram personagens importantes para a educação, afinal traduziram, por meio da sua escrita, determinados modos de ver e entender a sociedade e fazer circular notas sobre a instrução/educação em terras matogrossenses. Por fim, o estudo possibilitou, de modo significativo, compreender que aspectos interessantes da História da Educação podem ser revelados com base em fontes desta natureza, ainda que postas a dialogar com outras de tipologias distintas sem, no entanto, incorrer em uma hierarquização das mesmas. Não se trata, pois, de uma história da imprensa matogrossense, e sim, de um exercício de história da educação, cujas fontes principais foram interrogadas para a compreensão de aspectos educacionais silenciados, potencializando investimentos de pesquisa no campo da história da educação regional, ainda que inserta em âmbito nacional.

Palavras chave: História da educação; Imprensa periódica; Mato Grosso.

ABSTRACT

This thesis states possibilities for studies on the history of the education in Mato Grosso state, having in periodic press its main source. The objective is understanding configuration of instruction/education, considering the *development and progress* idealism, linked to the *Modernity* speech, permeating most speeches and discourses during transition from the Empire to the Republic in Brazil. The press is considered an indication of Modernity in Mato Grosso, due to the fact that, being it either specialized on education or of general circulation, they do not find themselves away or diverging from the politics of (re) organization of society. Instead, they act as a reinforcing force, with privileged space for quarrels whilst inserted in the field of disputes for hegemony in the plan of the ideas, supposedly conferring some legitimacy in the educational speech to those who express thoughts through their medium. The journalistic press should be the greatest defender of schooling processes and on questions related to education, since this would represent, in a first analysis, a substantial increase of its own reading public. Has this occurred? How have periodicals put themselves facing the necessity announced in political platforms all over the country, defending expansion in education, the institutionalization learning, and the formatting of an educational model that would put Mato Grosso next to the most developed countries in Europe?

How has the state of Mato Grosso come to terms with requirements of the modern world, before the innumerable difficulties exposed in writings of scholars, and enthusiast philosophers? It is understood to be possible to map these questionings from the examined issues of the press in this work. The practical exercise along with the set of ideas resulted in 20 selected publications that had been in circulation in Mato Grosso, in the cities of Sao Luiz de Cáceres, Corumbá and in Cuiabá, between 1880 and 1910, in which survey, mapping, cataloging and analysis took place according with the methodological theoretical approach to Cultural History. The examination of the sources made possible the perception and identification of ideas in circulation, as well as of reference systems, sometimes strengthening the argument of delay and isolation, commonly attributed to Center West territory, others advertising its potentialities front to other places of the country. Publishers, contributors, editors, journalists had become important characters for education, and translated, through their writing, ways of seeing and understanding society, along with notes on the instruction/education in Mato Grosso territory. Finally, the study helped understanding interesting aspects of the History of Education that can be revealed based on studies of sources of this nature, despite dialogue with other sources of different types being possible, without incurring into any hierarchy whatsoever. Overall. it is not the history of the press in Mato Grosso, but an exercise in the history of education, whose main sources were investigated for the sake of understanding silenced educational aspects, potentializing investments on researches in the field of regional educational history, even if only in national scope.

Key words: History of education; Periodic press; Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Classificação da imprensa periódica em 1912 69
Figura 02 – Jornal “O Corumbaense”, n. 58 (1881)..... 70
Figura 03 – Jornal “O Corumbaense”, n. 65, p. 1 (1881) 75
Figura 04 – Jornal “A Situação”, n. 458, p. 01 (1874) 77
Figura 05 – Jornal “O Iniciador”, n. 37, p. 01 (1877) 78
Figura 06 – Jornal “O Expectador”, n. 118 (1886) 81
Figura 07 – Jornal “A Provincia de Matto-Grosso”, n. 142 (1881) 83
Figura 08 – Jornal “O Corumbaense”, n. 60 (1881) 87
Figura 09 – Jornal “O Atalaia”, n. 54 (1888) 107
Figura 10 – Jornal “A Gazeta” (1889) 110
Figura 11 – Jornal “Republicano” (1916)..... 125
Figura 12 – Jornal “Oasis” (1890) 135
Figura 13 – Jornal “O Clarim” (1894) 138
Figura 14 – Jornal “Echo do Povo” (1893) 141
Figura 15 – Jornal “O Pharol” (1902) 190
Figura 16 – Jornal “O Pharol” (17/05/1902) 193
Figura 17 – Jornal “O Brazil” (1902) 199
Figura 18 – Jornal “O Brazil”, n. 5 (1902) 202
Figura 19 – Jornal “O Brazil” (1903) 204
Figura 20 – Jornal “O Estado” (1905) 217
Figura 21 – Jornal “O Estado" (1906) 220
Figura 22 – Jornal “A Colligação” (1906) 223
Figura 23 – Jornal “O Cruzeiro” (1908) 238
Figura 24 – Jornal “Autonomista” (1908) 246

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Corpus documental para os estudos sobre a imprensa em Mato Grosso 28

Quadro 02 – Corpus documental para os estudos sobre a imprensa em Mato Grosso por décadas 28

Quadro 03 – Agenda de temas e frequência nas Mensagens de Presidente de Estado 132

Quadro 04 – Relação dos Municípios de Mato Grosso - 1890 a 1920 184

Quadro 05 – Gastos públicos com instrução entre os anos de 1906 e 1910 256

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Síntese da população matogrossense em 1880 53
Tabela 02 – Ordenados dos professores conforme legislação matogrossense (1870-1880) 54
Tabela 03 – Circulação e comercialização dos exemplares de jornal 55
Tabela 04 – Fontes primárias e exemplares (1880-1890) 66
Tabela 05 – Fontes primárias e exemplares (1890-1900) 120
Tabela 06 – Despesas de instrução em Mato Grosso 161
Tabela 07 – Ordenado de professores em Mato Grosso 161
Tabela 08 – Preços dos produtos em Mato Grosso 162
Tabela 09 – Fontes primárias e exemplares (1900-1910) 187
Tabela 10 - Vencimentos dos empregados da “Instrucção Publica” 215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Ensino Superior
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
GEM	Grupo de Educação e Memória
MEC	Ministério da Educação
PPGEd	Programa de Pós-Graduação em Educação
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO À PESQUISA: INVENTARIANDO OS CAMINHOS E ESTRUTURANDO UM CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A PARTIR DAS FONTES 14

1 MODELOS EM (RE)CONSTRUÇÃO? A IMPRENSA A SERVIÇO DA MODERNIDADE: O CASO DE MATO GROSSO 32

1.1 MODERNIDADE E EDUCAÇÃO: FORMULAÇÕES E SENTIDOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 35

2 NAS TRILHAS DO PROGRESSO? NOTAS SOBRE A INSTRUÇÃO/ EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA DO FINAL DO SÉCULO XIX (1880-1890) **49**

2.1 DO EXERCÍCIO DE SELEÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FONTES: O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO 64

2.2 POR UMA ESCRITA SOBRE A IMPRENSA MATOGROSSENSE: A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO EM DEBATE 72

3 NADA MAIS A TEMER: OS RUMOS DA INSTRUÇÃO MATOGROSSENSE NAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1890-1900) 117

3.1 NAS TRILHAS DO PODER: AS MENSAGENS DE PRESIDENTE E AS NOTAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA IMPRENSA EM MATO GROSSO 131

3.2 DAS FONTES ÀS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES NO CENÁRIO MATOGROSSENSE 176

4 ANUNCIANDO A MUDANÇA E CONSOLIDANDO O MODELO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE (1900-1910) 180

CONSIDERAÇÕES FINAIS 258

FONTES 265

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 266

APÊNDICE 282

DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO À PESQUISA: INVENTARIANDO OS CAMINHOS E ESTRUTURANDO UM CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A PARTIR DAS FONTES

Minha escola primária,
fostes meu ponto de partida,
dei voltas ao mundo.
Criei meus mundos...
Minha escola primária.
Minha memória reverencia minha velha Mestra.
(CORA CORALINA, 1889-1985)

O excerto da poesia de Cora Coralina, embora evoque a escola primária conhecida pelos historiadores da educação como escola de primeiras letras, expande seu sentido na apresentação deste trabalho: escola onde o processo de formação profissional iniciou-se, em 1994 com o curso de Pedagogia, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) de Araraquara, e para onde, após mais de uma década, retorna-se para a obtenção do doutoramento, cujo produto das reflexões e análises ora se apresenta.

Muitos foram os caminhos percorridos para chegar até esse momento: desde a formação inicial, curso de mestrado e ingresso no magistério superior. Tais caminhos, resultantes de horas e horas de percursos rodoviários pelos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, do aprendizado teórico refletido nas atividades desenvolvidas em cada um desses Estados, nos mais diferentes momentos e situações, tornaram possível o entendimento de questões relativas ao campo educacional na perspectiva histórica e fomentaram o interesse em aprofundar os estudos na área, ampliando o conjunto de investigações de um tema cujo interesse floresceu nos anos iniciais da graduação em Pedagogia – a imprensa periódica especializada em educação (revistas de ensino), e atualmente, a imprensa periódica de circulação geral (jornais).

Das Minas do Bom Jesus do Cuiabá à Villa Bella da Santíssima Trindade, o estado de Mato Grosso, passou por uma série de modificações significativas, e a mais recente trata da reconfiguração do espaço territorial, que a partir de 1977, foi dividido em porção Sul, que corresponde ao atual Estado de Mato Grosso do Sul – e porção Norte, mantendo a unidade política Mato Grosso. Dessa configuração, a qual diversos estudos vêm dando conta de exemplificar e analisar, ressalta-se a emergência da capital Cuiabá, local de confluência dos aspectos ligados às esferas política, econômica e cultural, onde as iniciativas e práticas ligadas

à instrução pública tiveram seus primeiros ensaios de conformação e organização, rumo à definição de novos direcionamentos para a construção da história do Estado.

O presente estudo, objeto da tese de doutoramento a ser defendida no Programa de Pós Graduação em Educação Escolar, da UNESP de Araraquara pretende evidenciar possibilidades de estudos para a história da educação matogrossense, tendo na imprensa periódica de circulação geral, sua fonte principal para discussão.

O interesse pelo tema e, por conseguinte, por sua abordagem, nasce mediado pelas relações profissionais a partir do ano de 2006, com a aprovação no concurso público para a docência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Coxim. Os percursos anteriores de pesquisa, bem como a trajetória de atuação profissional, mantiveram-se fiéis à área de estudos adotada desde os tempos da graduação em Pedagogia – a história da educação.

Trabalhar com fontes documentais ligadas à imprensa periódica em educação é exercício que acompanha a trajetória de formação da autora desde os idos de 1997 (PINTO, 1997). Os procedimentos de localização, mapeamento, recenseamento e análise de diferentes publicações, estimularam os processos de reflexão acerca dos problemas ligados à implantação de um ideário de educação pública no país, em especial em São Paulo, a partir das notas de imprensa, ainda que, naquele momento não tenham sido cotejados dispositivos da imprensa de circulação geral e, sim, a própria imprensa periódica especializada em ensino, característica marcante na história da educação paulista.

Assim, tornou-se possível inferir duplamente, com base nos estudos realizados por pesquisadores renomados no campo da historiografia da educação e, humildemente, pela pesquisa realizada por ocasião da Dissertação de Mestrado, que a imprensa conforma interesses, modela práticas, institui modelos e coloca em circulação um conjunto de ideias pedagógicas, alinhavadas por uma série de slogans, que atribuem valoração ao universo educacional.

O intervalo entre a defesa da Dissertação de Mestrado, em 2001, e o retorno à universidade, em 2009, reflete o processo de busca pelo lugar profissional, pautado no exercício da docência, na coordenação pedagógica em escolas públicas e no trabalho em instituições particulares de nível superior, até o ano de 2006. Em todas essas instituições sobreviveram, apesar do olhar de expectador, o interesse pelo campo de estudos históricos e pelos temas ligados à educação postos em circulação na imprensa.

Os resultados da pesquisa que ora se apresenta buscaram evidenciar, a partir dos dispositivos de imprensa, a circulação de informações que integram o movimento das

inovações no cenário educacional, no período denominado por Costa e Schwarcz (2000) de "tempo das certezas", compreendido entre 1840 e 1914. Interrogar os documentos tem demonstrado a viabilidade das fontes – a imprensa periódica – e a revisão bibliográfica possibilitou a compreensão de interpretações, que durante algum tempo foram tomadas como exemplos da hegemonia de um grupo, de um estado, com relação aos ditames no campo educacional[1].

Os novos olhares para velhos objetos, expressão tão cara e efetivamente material aos historiadores filiados ao campo da nova história, encontra seu desafio na proposição de que "a história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas: poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes" (LE GOFF, 2001, p. 27). O mesmo autor aponta também como característica da nova perspectiva a multiplicidade contida no conceito de documento, extrapolando os limites impostos pelos escritos, bem como a possibilidade de estabelecer articulações entre a história regional e a local, "que revelou por estudos eruditos e precisos a presença do poder onde a história tradicional sequer pensava em procurá-la (no simbólico e no imaginário, por exemplo), vê-se quase condenada, eu diria, por sua problemática a ser transparente nesse domínio" (LE GOFF, 2005, p. 05).

Le Goff explicita e problematiza alguns aspectos da nova abordagem:

> Para muitos, a simples expressão "nova história", seria desdenhosa, pois lançaria a "velha" história nas trevas exteriores. É indiscutível que há uma renovação da história no século XX, cujos atores não se reduzem nem a uma revista, nem a um grupúsculo, nem a historiadores de uma só nação, e muito devem a seus ancestrais, alguns ilustres e inesperados, a quem fiz questão de homenagear, outros mais obscuros, eruditos e historiadores de diversas tendências, sem espírito particularmente inovador, que, por sua parte, construíram aqueles métodos, aquelas técnicas, aquelas bases da história [...]. Se é preciso chamar de novo o que é novo, o que posso fazer? De minha parte, não tenho o menor desprezo pelo que não o seria, mas que representaria, por outros caminhos, de outras formas, uma boa contribuição para a história. (LE GOFF, 2005, p. 09, grifos do autor).

Nesta pesquisa, as fontes interrogadas, embora passíveis de distorções, interpretações e marcas de poder, revelam determinados modos de ver, produzir e representar a sociedade em que se inscrevem e o campo educacional, do qual necessariamente emergem e incentivam questionamentos. A imprensa jornalística deveria ser, em primeira instância, a grande defensora dos processos de escolarização ou de institucionalização do ensino, tendo em vista

[1] Sobre o tema vale conferir o artigo de Souza (2011), O Bandeirismo Paulista no Ensino e a modernização da Escola Primária no Brasil: entre a memória e a história.

que isso representaria, em primeira análise, aumento substancial do seu público leitor, representando o que o discurso educacional corrente coloca como arautos da modernidade educacional no Brasil. Isso de fato ocorreu? Como os jornais se posicionaram frente à necessidade anunciada em plataformas políticas por todo o país, na defesa da expansão do ensino, na institucionalização das formas de aprender, na formatação de um modelo de educação que nos assemelhasse ou ao menos emparelhasse aos países mais desenvolvidos da Europa? De que maneira o Estado de Mato Grosso levou a termo as exigências do mundo moderno, perante as inúmeras dificuldades arroladas nos escritos dos memorialistas e viajantes? Entende-se ser possível mapear esses questionamentos a partir dos dispositivos de imprensa[2] examinados neste trabalho.

Nessa vereda, interroga-se tanto a produção histórica sobre educação em Mato Grosso, a principio tomando as formulações como representativas de espaços produtores de verdades, quanto as fontes eleitas para a demonstração da tese, entendendo que aquele olhar balizado a partir de uma determinada teoria ou concepção teórica de se produzir história, deixou de dialogar com fontes que poderiam ser significativas no desvelamento de outras questões referentes à organização educacional no Estado.

Não é possível, em um texto de apresentação, preterir as discussões relativas ao campo de produção em que essa temática se insere. Os estudos em história da educação em Mato Grosso têm conquistado espaço significativo no contexto das produções nacionais, embora essa visibilidade não esteja anunciada senão nas publicações de congressos científicos da área de educação em geral ou específicos do campo da história da educação[3].

A necessidade de conhecer a produção acadêmica para a realização desta pesquisa levou ao recenseamento dos trabalhos desenvolvidos no interior das universidades brasileiras,

[2] Cabe esclarecer, a propósito do trabalho com as fontes, que a tessitura deste texto não desconsiderou os limites de produção da e na imprensa do século XIX: não se discutiu, por exemplo, a formação do jornalista que era, por muitas vezes, o dono do jornal, o tipógrafo, aquele que comercializava e gerenciava sua divulgação, o redator chefe e o editor principal, contudo essas características foram consideradas, tendo em vista o estado da Imprensa de circulação geral, no Brasil, naquele período. Não obstante, conforme assinala Marco Morel (2008, p. 39), "esses novos agentes culturais e políticos, os redatores, tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Eram, com frequência, construtores do Estado nacional". Esses elementos ganham relevância quando, na tentativa de entender as justificativas explícitas e implícitas para a veiculação de determinadas notas e a posição que ocupavam nas páginas dos jornais, ganham vulto para explicitar aspectos da educação no período.

[3] Como indica o levantamento realizado nas principais revistas de circulação do conhecimento sobre educação e história da educação no país, entre os anos de 1990 a 2010. Os resultados se encontram no artigo A pesquisa em História da Educação (sul)matogrossense e seus indicadores de produção: base de dados e periódicos acadêmicos (PINTO, 2013).

objetivando estabelecer diálogos e contrapontos com as análises que têm os mesmos objetos em discussão nesta Tese[4].

As análises preliminares apontaram que as pesquisas realizadas no campo da educação são, majoritariamente, vinculadas aos cursos de Mestrado, não estritamente ligados à área da educação. Foram encontrados trabalhos produzidos sob a ótica da Educação, da Arquitetura e, sobretudo, da História. Uma possibilidade de interpretação destes dados é aventada por Gilberto Alves (2001), que explica que a produção da história da educação em e sobre Mato Grosso, no século XX, encontrava-se muito associada aos seus autores.

Ganharam relevância análises e interpretações de jornalistas e advogados que se fizeram historiadores de ofício, contribuindo para publicizar a história do Estado. Ligados direta ou indiretamente a grupos políticos que se alternavam no poder e membros de grupos familiares de tradição, esses historiadores adquiriram notoriedade e cingiram a história do Estado a partir das fontes "possíveis" de serem recenseadas no período de sua escrita, mas, sobretudo, demarcaram as análises a partir dos lócus de enunciação, essencialmente políticos.

Rubens de Mendonça (1977) efetiva o recorte observado nessa produção em sua obra *História de Mato Grosso através de seus governadores*, quando afirma textualmente não se posicionar sobre determinados assuntos, limitando-se a registrar as datas e os feitos, assim como Estevão de Mendonça, na obra *Datas Matogrossenses*. Tal produção é, ainda, tributária de algumas publicações consideradas inaugurais, no que concerne ao seu esforço de síntese bem como às informações que mobiliza. Como exemplo tem-se: *A Evolução do ensino em Mato Grosso* (MENDONÇA, 1977); *Um século de instrução pública* (LEITE, 1970); *História do ensino em Mato Grosso* (MARCÍLIO, 1963); e *Monografias Cuiabanas*: questões de ensino (CORREA FILHO, 1925 [original], 2002 [reedição]).

Atualmente, as pesquisas sobre história da educação em Mato Grosso se situam, majoritariamente, no interior dos Programas de Pós-Graduação em Educação, lugares reconhecidos e credenciados de produção do conhecimento científico. Ao lado dos PPGEd's figuram as fundações de apoio a pesquisa e, nesse sentido, o esforço de mapeamento da

[4] Outro recurso adotado para o mapeamento desta produção, e que de fato possibilitou afirmar o avanço da produção dos estudos sobre história da educação no estado foram os dados coletados através do Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Ensino Superior), referentes ao mesmo período. O critério para acessar os trabalhos foram os registros que constassem do banco de teses da CAPES, utilizando como descritores os seguintes termos: instrução pública em Mato Grosso, imprensa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir da opção "todas as palavras". A opção por este encaminhamento se deve à necessidade de mapear e conhecer a produção, ainda que a partir de seus resumos, ainda que não tenham sido mapeados períodos e fundamentação teórica que alicerça cada trabalho em si. Ressaltamos que se a busca fosse realizada a partir da expressão "expressão exata" os resultados da pesquisa no que concerne aos descritores instrução pública em Mato Grosso e imprensa em Mato Grosso teriam seus indicativos de produção bem menores que aqueles aqui relatados, conforme Pinto (2013).

produção em história da educação, realizado anteriormente por Fedatto (2008) e por Brazil e Furtado (2009), evidencia que o campo está em construção e a pleno vapor.

Identificamos uma preocupação consistente dos Programas de Pós-Graduação em História, em investigar problemas relacionados à educação em seus mais diversos objetos e abordagens teórico-metodológicas sem, contudo, estarem configurados na linha de pesquisa "história da educação". Decorrem daí dois tipos de questionamentos: A história teria, recentemente, reconhecido e integrado ao seu *corpus* de sub áreas de conhecimento os estudos em educação como objeto de pesquisa? Os estudos sobre a educação em e sobre Mato Grosso materializariam essa produção no interior dos Programas de Pós-Graduação em História? Em que medida os diferentes olhares teórico-metodológicos para as fontes ligadas ao campo da educação seduziram os historiadores de formação? Enunciam-se aí, diversas possibilidades de investigações futuras.

Assim, a constituição do ensino superior no Estado de Mato Grosso é elemento significativo para analisar os lugares da produção em História da Educação, tendo em vista que volume considerável das pesquisas era realizado fora do Estado: Gilberto Alves[5] já alertava para o fato em 2001. As universidades públicas no Norte e Sul do antigo estado mudaram esse quadro. Surgidas em 1970, as atuais Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), investiram no processo de capacitação de seus quadros, com mais intensidade no Estado de São Paulo em universidades como a USP, Unicamp, PUC, UFSCar e UNESP. Isso aprofundou, na análise de Alves, os laços de influência de São Paulo sobre as ideias e experiências educacionais difundidas no estado (ALVES, 2001, p. 173). Digno de nota, no entanto, é a existência desse laço de influência em tempos mais recuados, o que será discutido no presente trabalho.

No que concerne às pesquisas sobre temas ligados direta ou indiretamente à instrução pública, os interesses são diversos, mas têm em comum o período das transformações políticas empreendidas por governos republicanos.

---

[5] O texto consta do livro *Educação no Brasil*, e representa o marco inaugural das iniciativas em prol da consolidação do campo de estudos em História da Educação, resultando no I Congresso Brasileiro de História da educação realizados no Rio de Janeiro em novembro de 2000. Na apresentação do livro, no qual constam conferências e mesas redondas proferidas no Congresso, Marta Maria Chagas de Carvalho faz, dentre outras, a seguinte apresentação sobre o texto de Alves: "supondo o par regional/nacional, o autor propõe-se a estudar o modo como temáticas regionais realizam, nas formas particulares, o movimento do universal e como para cada objeto se dá a mediação do nacional (...) o autor refere os assim chamados 'historiadores diletantes' autores que escreveram histórias locais reproduzindo quase que literalmente as fontes consultadas. (...) A seguir, de maneira minuciosa e pertinente, o autor descreve a produção historiográfica das universidades públicas mato-grossenses, voltando a referir-se às fontes e à necessidade de rever os modos de constituição negativa do passado observáveis em alguns momentos históricos (...)" (CARVALHO, 2001, p. 07).

A produção histórico-educacional desse estado não dispõe de muitos estudos que utilizam a imprensa especializada em educação e de circulação geral como fonte[6]. Os trabalhos de Yasmin Jamil Nadaf, *Sob o signo de uma flor* (1993) e *Rodapé das miscelâneas* (2002) e, recentemente, João Carlos de Souza, *Sertão Cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)* (2008), e João Edson de Arruda Fanaya, com o texto *Elites e Práticas Políticas em Mato Grosso na Primeira República* (2010), remetem-se diretamente à imprensa de circulação geral como fonte documental, mas a abordagem não se refere à educação.

O levantamento dos trabalhos acadêmicos constatou a presença de estudo sobre as instituições escolares ou aquelas que sediaram, por algum tempo, escolas, e estudos biográficos de autores por meio dos quais se observou a contribuição para a organização da instrução pública. Os trabalhos de Elisabete Madureira Siqueira e Nicanor Palhares Sá (2006) atestam essa percepção, ressaltando o uso de documentos oficiais produzidos pelo poder público denotando esforço de organização, sistematização e síntese, objetivando conhecer e apresentar mecanismos por meio dos quais se efetivou a organização da instrução pública.

O Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Mato Grosso foi pioneiro na iniciativa de criar e manter o grupo GEM (Grupo de Educação e Memória), que originou e embasou a instalação da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, conforme demonstra o balanço realizado por Siqueira e Sá (2006), mentores da iniciativa, dando a conhecer, mediante a realização de mapeamento e catalogação de acervos existentes em Cuiabá, de fins públicos ou privados, as possibilidades investigativas que se abriam para a História da Educação. Em outro momento, Silva e Siqueira (2009) apresentaram a síntese dos 20 anos de produção do PPGEd-UFMT e suas contribuições para a consolidação da pesquisa em educação no Estado. No entanto, a produção sobre a história da educação no e sobre o estado de Mato Grosso, é tímida nos periódicos especializados de circulação nacional e não reflete a produção aqui recenseada.

Finalizado o empreendimento inicial de mapeamento da produção acadêmica, um fato que chama a atenção é a ausência, no estado de Mato Grosso, de revistas especializadas em ensino, fonte produzida e estudada no processo de circulação de ideias em outros estados da federação – a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais - o que não impediu que

[6] Vale conferir: Schelbauer e Araujo (2007).

houvesse nesse estado, intensos debates sobre o tema da instrução, como evidenciam diferentes pesquisas já realizadas[7].

Assim, entende-se que o presente trabalho se justifica com o objetivo de compreender os mecanismos e dispositivos utilizados para a configuração da instrução/educação[8], indagando como a imprensa de circulação geral promoveu (ou não) a difusão daquele ideário republicano e, para tanto, parte-se da hipótese de que essa difusão constituiu um movimento de contexto mais amplo - a circulação de modelos pedagógicos - os quais, supostamente, representariam práticas bem sucedidas e modelos a serem imitados.

Do levantamento bibliográfico inicial – tanto da produção daqueles tidos como historiadores diletantes, quanto da produção acadêmica – derivaram alguns questionamentos e impressões, alguns dos quais vêm sendo problematizados pela produção historiográfica educacional recente, mas que ainda comportam outras investigações. Nessa senda, a obra daqueles historiadores foi apropriada e entendida como o primeiro lugar de produção de um determinado tipo de conhecimento histórico, pautado em documentos produzidos pelo poder público, bem como os limites em contar a história do "seu" estado.

Revela-se pertinente o esforço dos pesquisadores em enveredar pela perspectiva dos estudos comparados: entender a relação de Mato Grosso com outros Estados é vertente significativa para entender que a produção e o desenvolvimento matogrossense, descritos como isolados, na perspectiva de Rubens de Mendonça, frente às grandes distâncias dos polos de produção econômica, política e cultural do país em determinados momentos, não reflete tanto isolamento assim.

A proposta inicial do presente trabalho cotejava a realização de estudos que buscariam investigar, seguindo as pistas deixadas pelas pesquisas que haviam sido realizadas até o momento, em que medida seria possível afirmar que o Estado de São Paulo - tido por muitos e pela própria historiografia tradicional como um dos símbolos e ícones da modernidade impressa no Brasil desde o final do regime imperial, ganhando visibilidade e força no período

---

[7] A propósito do tema vale conferir os trabalhos de Gilberto Luiz Alves (1996), Laci Maria Araújo Alves (1998), Lázara Nanci de Barros Amâncio (2008), Maria Benício Rodrigues (2009) e Elizabeth Madureira Siqueira (2000), dentre outros.

[8] Os conceitos *instrução* e *educação*, embora guardem carga semântica distinta ao longo do processo histórico da constituição educacional brasileira, sendo o primeiro comumente atribuído aos itens elementares do processo institucional de aquisição de conhecimentos – ler, escrever e contar – e o segundo mais voltado às práticas sociais que deveriam ser ensinadas na família, em primeira instância, e posteriormente em instituições de foro religioso, assumem, na tradição educacional matogrossense, sentido unívoco e complementar, sendo comum ler notas que versem sobre o tema instrução religiosa, instrução moral, ao lado da instrução acadêmica. Sobre essa distinção, emprestam-se as definições empregadas no trabalho de Silva (2011), por considerá-las bastante oportunas para entender a discussão presente nas fontes examinadas.

republicano, em especial com as iniciativas no campo da instrução pública[9] - teria sido modelo para a organização educacional no estado de Mato Grosso. Diferentes trabalhos acadêmicos dão conta de registrar que as reformas educacionais só principiaram a ocorrer após a solicitação do governo de Pedro Celestino ao governo de São Paulo[10], para que lhe enviassem professores formados sob os moldes da Escola Normal Paulista, atendida em 1910[11].

Rubens de Mendonça (1977), em *A evolução do ensino em Mato Grosso*, possibilita delimitar o caminho trilhado por algumas instituições de ensino, sua trajetória e seus idealizadores, confirmando a participação de professores paulistas na organização da instrução pública desse estado. A participação paulista[12] se efetiva na gestão de Pedro Celestino Correa da Costa, à qual, afirma Mendonça (1977, p. 26), "(...) Mato Grosso deve a reforma de seu ensino". Tem-se, com esta reforma, a criação da Escola Normal e da Escola Modelo, para as quais Pedro Celestino "contratou para a reforma do ensino no Estado professores paulistas especializados: Leovigildo Martins de Mello, Waldomiro de Oliveira Campos, Gustavo Kulmann e João Bueno de Camargo" (MENDONÇA, 1977, p. 26).

Insistindo na crença de inovação educacional que seria proporcionada pelo trabalho dos professores paulistas, Mendonça (1977) acrescenta:

> Pedro Celestino contratando aqueles professores paulistas deu nova modalidade ao nosso ensino. Leovegildo Martins de Melo usando moderno método pedagógico procurou incutir no espírito da criança um sistema de ensino diferente do que era adotado, procurou fazer o aluno participar da vida escolar (...). Assim sendo, o professor paulista em primeiro lugar procurou fazer a criança estimar à escola e os mestres que lhes tratavam de maneira afável (...). Os castigos usuais em Mato Grosso, a palmatória que no dizer de Theobaldo Miranda dos Santos: "embotam a sensibilidade, destroem o sentimento de dignidade pessoal", foi substituída por uma escola moderna, racional e humana. (MENDONÇA, 1977, p. 26, grifo do autor).

---

[9] Algumas pesquisas que denotam a pujança paulista podem ser conferidas na obra de Ferreira, Luca e Iokoi (1999).

[10] No tocante às missões pedagógicas organizadas para auxiliar os governos de outros estados na organização da instrução pública, registram-se as participações: [Estado de Mato Grosso] (...) Gustavo Kuhlmann, Leovigildo Martins, Rubens de Carvalho, Almeida Junior, Aurora Coelho, José Antonio Rizzo. "(...) Território de Ponta Porá – Leônidas Horta de Macedo, Rafael Grisi" (Poliantéia Comemorativa do Centenário da Escola Normal, ROCCO, 1946, p. 69).

[11] O governo de São Paulo recebeu solicitação de vários estados brasileiros para o envio de normalistas para auxiliarem na organização educacional entre os anos de 1910 a 1920. Para maiores informações sobre essa discussão vale conferir: Silveira (1918) e Monarcha (2010).

[12] Assim como em outros estados da federação, Mato Grosso recebe, a partir de 1910, missões de professores paulistas para empreender mudanças no campo da instrução pública, conforme atestam as mensagens de Presidente de Estado. Os normalistas Leovigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann foram integrantes da primeira missão de professores paulistas enviada ao Mato Grosso, para auxiliar na implantação da instrução pública, possivelmente aos moldes do Estado de São Paulo. Cf. Polianteia Comemorativa do Centenário da Escola Normal (ROCCO, 1946). Ver ainda: Poubel e Silva (2004) e Sá (2009).

Todavia, as contribuições paulistas não foram aceitas de imediato pelos professores que atuavam em Mato Grosso no período em questão, possibilitando indicativos das tensões observadas a partir da imprensa:

> A imprensa da capital de Mato Grosso escrevia diretamente contra ele [o professor Leovegildo Martins de Melo], chamando - dentre outros adjetivos de "pau-rodado", que na gíria local significa pessoa fracassada, sem condições de progredir, de ensinar (...) viera de longe, chegara até Cuiabá para trazer novos métodos de ensino, novas técnicas didáticas, nova luz ao desenvolvimento educacional do Estado. Com o tempo ele foi sendo aceito, passou a ser admirado e respeitado. (ROSA, 1990, p. 62-63 apud ARAÚJO, 2005, p. 55, grifo da autora).

Por meio da imprensa periódica torna-se possível identificar as premissas do chamado discurso fundador, pois se busca, em suas páginas "[...] a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos da interpretação" (ORLANDI, 1993, p. 16) e no qual se assentam as bases do discurso das práticas inovadoras da instrução pública paulista. As revistas de ensino, de certa maneira, contribuíram em grande medida para homologar esse papel[13].

Por outro lado, uma série de trabalhos assevera o papel da imprensa periódica como importante aliada na produção do conhecimento histórico em educação, mesmo quando tomada como fonte secundária, e possibilita o cotejamento das informações de cunho político, ou ainda, a validação de discursos proferidos por personalidades, intelectuais ou pessoas comuns[14].

À luz de um conjunto de teorias interpretativas no campo da história cultural e das produções derivadas das categorias de análise propostas por este arcabouço teórico, coloca-se em pauta a noção de hegemonia no campo das produções educacionais em relação a outros estados, contribuindo para uma leitura menos partidária, buscando identificar e dar a conhecer iniciativas autônomas em prol da constituição do campo em fase de organização, como é o caso da instrução pública.

É compreensível que se tenha forjado um modelo interpretativo tributário da máxima de que tudo que era posto em prática no Estado de São Paulo era necessariamente adjetivado como melhor, moderno, digno de ser seguido como exemplo e imitado como garantia de sucesso. No entanto, a informação produzida e posta em circulação pela via dos jornais

---

[13] Sobre estudos que utilizam revistas de ensino como fontes, conferir, dentre outros: Biccas (2008) e Valdemarin (2010).

[14] A exemplo destes trabalhos, cita-se: Campos (2007), Catani (1995a), Gondra (1997) e Vidal e Camargo (1992). As reflexões que auxiliam a elaboração desta discussão se encontram em Catani (1994, p. 58-75; 1995b).

possibilita problematizar as construções historiográficas que atribuem a São Paulo a influência deliberada nas ações em prol da educação no estado de Mato Grosso.

A imprensa se configura, na perspectiva metodológica que orienta também a presente análise como "arena" para a luta de classes: luta pela consolidação de um campo de atuação profissional (CATANI, 1989, 1994); lutas pela consolidação do espaço docente enquanto lócus de atuação e formação de ideias; luta pela hegemonia na produção de discursos autorizados e, por consequência, legitimados de acordo com os seus lugares de produção e agentes sociais. Assim, seja especializada em ensino ou de circulação geral, a imprensa é fonte fértil para auxiliar à escrita de uma história da educação brasileira.

No que tange, ainda, à explicitação do referencial teórico metodológico, algumas obras foram significativas para orientar o olhar e a análise das fontes documentais, bem como o processo de buscar por elas nos arquivos públicos consultados. Embora com características didáticas, as obras *A Escola dos Annales* (1991) e *O que é história Cultural?* (2005), de Peter Burke, apresentam um panorama significativo dos diversos caminhos da História Cultural e, amparado em consistente revisão bibliográfica, assinala o período de 1930 com a criação da revista dos Annales e demonstra os caminhos pelos quais a produção historiográfica se desviou dos pressupostos tradicionais de produção, ancorados ora na história política, ora na história econômica, abrindo precedentes, como já enunciado a partir do exame de Jacques Le Goff (1977, 2001, 2005) ao estudo histórico pautado em variado conjunto documental.

Nessa imersão teórica, conceitos, como: circulação de ideias e apropriação de saberes pedagógicos; estratégias discursivas; dispositivos pedagógicos; práticas e representações do campo pedagógico; suportes materiais, entre outros, bastante caros ao pesquisador que envereda pelo terreno da história cultural, amparados pelos estudos realizados por Roger Chartier (1988, 1990, 1992, 2003, 2009) foram mobilizados com a intenção de dar a conhecer os aspectos investigativos possíveis das fontes ligadas à imprensa, entendidas e nomeadas aqui como dispositivos de imprensa de circulação geral. Além disso, procurou-se demonstrar sua operacionalização na análise de documentação específica e na construção da argumentação.

Além desses aspectos, considera-se o que Burke qualifica como "antropologia histórica", para justificar a tentativa de realizar um diálogo utilizando a imprensa como elemento partícipe e produtor de cultura. Em Robert Darnton (1987, 2005, 2010), encontramos o exercício de escrita da História Cultural e amparo para tecer tais afirmações. Em entrevista concedida a José Murilo de Carvalho, Darnton ensina como pensar esse diálogo:

> Os historiadores têm frequentemente interpretado de maneira equivocada a noção de "descrição densa", desenvolvida por Geertz, como sendo uma fórmula para amontoar detalhes, como se se tratasse apenas de acrescentar mais descrição. Na verdade, o conceito tem sua origem na filosofia linguística e, mais longe ainda, nas "afinidades eletivas" de Weber, tiradas do romance de Goethe, *Die Wahlverwandschaften*. Havia, então, desde o início, um componente literário na ciência social de Geertz, e sua preocupação com estilo não é acidental. Em sua escrita, ele constrói associações e ideias de maneira cuidadosamente trabalhada, de modo a fazer o leitor girar e girar em círculos hermenêuticos. É uma experiência estonteante e alguns antropólogos a descartaram como mera literatura vestida de antropologia. Julgo a acusação injusta, mas concordo que a escrita da ciência social é o que, em parte, a torna científica, tomando "científico" no sentido da noção francesa de "*sciences humaines*". (DARNTON, 1986 apud CARVALHO, 2002, p. 391-392).

A leitura de Darnton (1986) forneceu pistas e indícios significativos para interrogar a imprensa: afinal, jornais assim como os livros são elementos constitutivos da cultura material ou cultura dos impressos. Ainda que não se esteja trabalhando com os leitores dos jornais em estudo, importa entender, e a obra de Darnton nos auxilia nesse sentido, as formas de produção dos impressos, a transposição dos fatos do cotidiano (da época), na linguagem utilizada para a descrição de uma e outra notícia. As suas formas de apropriação e de leitura, embora bastante distintas, a julgar pela própria materialidade que os cerca e envolve, não traduz igualmente uma forma de apropriação da cultura?

Tomando essas indicações, leva-se em conta que o desenvolvimento regional de Mato Grosso congrega especificidades próprias das características econômicas, políticas e culturais e que, além disso, os interesses em prol do desenvolvimento da instrução pública são mediados pelos interesses estatais, visando à prosperidade e ao progresso do Estado. Os deslocamentos, no que se refere à busca por outras fontes para a pesquisa (originalmente assentada nas revistas periódicas de ensino e nos marcos periodizadores da política) foram mediados pela inexistência de publicações periódicas com características seriadas no campo da instrução, pela pesquisa nos acervos públicos e pelo contato com os jornais - cujo esforço de recuperação, sistematização e síntese das matérias é significativamente distinto daqueles empreendidos com relação a revistas de ensino - que tornaram possível afiançar que os destinos e lugares da pesquisa histórica podem ser, essencialmente, definidos pelas fontes documentais.

Considerou-se necessário extrapolar as fronteiras cuiabanas da produção do conhecimento sobre a história da educação matogrossense sem, no entanto, deixar de considerar essa cidade a pioneira na implantação das políticas e das iniciativas no campo da instrução. Todavia, a pesquisa nos acervos e no exercício cotidiano do paradigma indiciário,

sugerida por Carlo Ginzburg (1996), levou a interrogar a imprensa na tentativa de entender se outras iniciativas congêneres àquelas encontradas nos registros sobre Cuiabá teriam sido empreendidas em outras cidades do Estado, ainda que com dificuldades de ordens diversas.

À medida em que avançava a leitura dos jornais, fortalecia-se a percepção de que a história da organização da instrução/educação em Mato Grosso não poderia ser "contada" apenas a partir da matriz cuiabana de notícias, pois outros esforços de consolidação política, social e, sobretudo, ligados à instrução se faziam efetivos rumo à consolidação do ideário de uma escola pública para todos, propalado desde o período final do Império.

Nesse sentido, ganha corpo e importância o entrecruzamento de informações obtidas a partir da seleção de outras fontes para interrogar o mesmo tema. Optou-se por utilizar as Mensagens de Presidente de Estado à Assembleia Legislativa, por conterem dados significativos dos municípios, auxiliando a busca por elementos para a compreensão dos modos pelos quais se organizava a instrução pública, estabelecendo parâmetros de compreensão no diálogo com os dispositivos da imprensa.

Resultaram da pesquisa nos acervos, não apenas dados sobre a temática proposta, como também elementos que sustentam a contestação de alguns aspectos postulados por estudos em Mato Grosso, bem como indicativos de que há ainda muito por se escrever, em se tratando da história da educação deste Estado. Merece registro, ainda, a necessidade do recuo no tempo da pesquisa[15].

Foram os encontros e desencontros com a imprensa periódica de circulação geral que orientaram tanto a delimitação temporal para o estudo, quanto as matrizes teóricas que possibilitariam ao pesquisador interrogar melhor as fontes, na intenção de extrair delas e sobre elas elementos para aquilo que nomeamos como "notas sobre a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso". O exercício prático desse conjunto de ideias resultou na seleção de 21 (vinte e um) títulos que estiveram em circulação em Mato Grosso, entre os anos de 1880 e 1910.

A opção pelo uso da imprensa periódica se justifica, primordialmente, pelo fato desta fonte documental ter sido utilizada para expor, em partes, ideias em circulação no período. O advento da prensa tipográfica imprimiu dinamismo ao processo de difusão de informações, oficiais e oficiosas, como demonstram diversos estudos que operam com estas fontes.

Principal expressão dos estudos da história cultural no Brasil, em especial daqueles que se dedicam à investigação de impressos no campo educacional, Roger Chartier, em um

[15] O projeto inicial da Tese de Doutorado contemplava a periodização circunscrita entre os anos de 1890 e 1920.

exame inicial das possibilidades de manifestação da cultura escrita, de sua importância e formas de apropriação, destaca:

> com a imprensa, vê-se estabelecer uma nova espécie de tribuna, de onde se comunicam as impressões menos vivas, mas mais profundas; de onde se exerce um império menos tirânico sobre as paixões, mas obtém-se sobre a razão um domínio mais certo e durável; onde toda a vantagem é de verdade, pois a arte não perdeu os meios de seduzir a não ser ganhando aqueles a quem quer esclarecer. (CHARTIER, 2003, p. 23).

Ora em oposição aos recursos da oralidade, ora reafirmando a sua expressão de verdade, definindo ou reafirmando lugares para o exercício do poder, de papeis sociais e práticas intelectuais, a imprensa se revela importante aliada na compreensão de temas pertinentes ao cenário social. Nesse sentido, Chartier continua: “a razão contra as paixões, as luzes contra a sedução: a imprensa tem como segundo efeito substituir as convicções decorrentes das argumentações retóricas pela evidência das demonstrações fundamentadas na razão.” (CHARTIER, 2003, p. 23).

O intensivo trabalho de localização, mapeamento e leitura preliminar dos periódicos selecionados revelou gratas surpresas e desoladoras ausências. A leitura das formulações de Jacques Revel (1996), embora não se trate de um trabalho alicerçado na abordagem da micro-história, foi de grande valia no que tange ao exercício prático com o corpus documental:

> a abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala em particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou para recorrer a um outro sistema de referências, mudar a escala de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). [...] O recurso da micro análise deve, em primeiro lugar, ser entendido como expressão de um distanciamento de um modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explicita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço macro. Nesse sentido, ele permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica. (REVEL, 1996, p. 20).

O levantamento realizado evidenciou que, entre os anos de 1880 e 1910, além da intensa produção editorial matogrossense, com sede na capital Cuiabá (1890-1910), volume significativo das preocupações com a instrução pode ser observado nas páginas dos jornais de outras localidades.

Jornal	Localidade	Período em estudo
O Atalaia	Cáceres	1880-1890
Echo do Povo	Corumbá	1890-1900
O Brazil	Corumbá	1900-1910
O Iniciador	Corumbá	1880-1890
Oasis	Corumbá	1890-1900
O Corumbaense	Corumbá	1880-1890
A Gazeta	Cuiabá	1880-1890
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	1880-1890
A Situação	Cuiabá	1880-1890
A Tribuna	Cuiabá	1880-1890
O Cruzeiro	Cuiabá	1900-1910
O Autonomista	Corumbá	1900-1910
O Pharol	Cuiabá	1900-1910
O Estado	Cuiabá	1900-1910
A Colligação	Cuiabá	1900-1910
O Argos	Cuiabá	1880-1890
O Expectador	Cuiabá	1880-1890
O Matto Grosso	Cuiabá	1890-1910
O Clarim	Cuiabá	1890-1900
Republicano	Cuiabá	1890-1910

Quadro 01 – Corpus documental para os estudos sobre a imprensa em Mato Grosso
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

Títulos examinados por período	
1880-1890	9 títulos
1890-1900	6 títulos
1900-1910	6 títulos

Quadro 02 – Corpus documental para os estudos sobre a imprensa em Mato Grosso por décadas
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

No período compreendido entre 1880 e 1900 circulou pelo Mato Grosso número significativo de impressos: todos (os examinados) traziam informações sobre a organização da instrução pública em várias esferas, desde os comuns anúncios das festas escolares, dados de matrícula, divulgação de professores que ofereciam aulas de reforço de aritmética e linguagem, como as iniciativas ligadas à expansão da instrução no Estado, que ora apareciam com mais intensidade, ora deixavam de ser notícia.

Na década seguinte, entre os anos de 1900 e 1910, o número de periódicos que circularam por Mato Grosso, embora menor, continuou a veicular o tema. Esse é, segundo a bibliografia especializada, o grande momento da expansão da instrução pública matogrossense. O estudo aqui realizado, ao lado de outros, fornece elementos para afirmar que esse processo se inicia bem antes, em meados da década de 1880.

Partiu-se do pressuposto de que a imprensa, seja ela especializada em educação ou de circulação geral, não se encontra em um campo alheio às políticas de (re)organização da instrução/educação. Ao contrário, atua como força corroboradora que conta com espaço privilegiado para algumas discussões e, ao mesmo tempo, se insere no campo das disputas por uma hegemonia no plano das ideias, conferindo àqueles que publicizam seu pensamento nas páginas dos impressos, supostamente, a legitimidade do discurso educacional dominante. Embora não dediquem suas páginas especificamente às questões educacionais, os periódicos veiculam informações pontuais acerca da organização da instrução pública, as quais permitem delinear as discussões que estavam sendo realizadas em determinados períodos e quais interesses orientavam a condução de seus rumos.

As fontes ligadas à imprensa de circulação geral viabilizaram a percepção e identificação de ideias em circulação, bem como sistemas de referência, ora reforçando a situação de atraso, comumente atribuída ao território centro oeste, ora destacando suas potencialidades frente a outras localidades do país[16].

Face ao exposto, o exercício prático com esse conjunto de ideias resultou na organização do presente trabalho e possibilitou adotar o critério temporal fornecido pelos jornais encontrados nas localidades selecionadas. A despeito dos marcos políticos adotados para se contar a história do Brasil, o temário educacional extraído das páginas dos jornais matogrossenses permitiu compor um caleidoscópio das discussões levadas a termo na imprensa, que não necessariamente coincidiam com as necessidades anunciadas pelo sistema político.

Desse modo, as análises revelaram um Estado antenado com as propostas educacionais efetivadas nos grandes centros políticos do país, embora não tivesse ainda condições de implementá-las do ponto de vista prático. Temas como a necessidade da criação de uma Escola Normal, organização dos grupos escolares, reivindicações por melhores condições de trabalho e profissionalização dos professores e as iniciativas empreendidas em prol da instrução em outros Estados da federação, localizados com frequência, como demonstrado nas páginas que seguem, e sintetizado no Apêndice, colocam questionamentos à tese do isolamento matogrossense.

Diante da série de aspectos enunciados, o texto que segue apresenta o cenário da instrução/educação em Mato Grosso, visando demonstrar a efetividade dos estudos com a

[16] SCHRIEWER, 1995.

imprensa periódica de circulação geral, bem como a função pedagógica que congrega, ainda que bastante distinta daquela comumente atribuída pela bibliografia pertinente ao tema.

A estrutura do trabalho seguiu o tempo e o curso das fontes, no esforço identificar quais temas e discussões estavam presentes nas décadas que compõem o período em análise. No entanto, no Capítulo 1 - **Modelos em (re)construção? A imprensa a serviço da Modernidade: o caso de Mato Grosso** - considerou-se oportuno, à luz das referências já existentes, recuperar a discussão acerca dos elementos constitutivos da modernidade no cenário brasileiro, em virtude deste ser um conceito amplamente utilizado na transição do sistema imperial para o republicano, para alicerçar as práticas em prol de um suposto avanço nas condições sociais, políticas, econômicas e, sobretudo, culturais do país.

Presente também em Mato Grosso, a ideia de fazer com que o território alcançasse o status de modernidade perpassa ao discurso educacional proposto no período. Mas quais foram os elementos da modernidade em Mato Grosso? Seriam os mesmos que em outras localidades, ou guardaram distinções próprias da região. Partiu-se da hipótese de que a imprensa é um dos signos da modernidade no território e congrega importante função pedagógica, embora silenciada nos estudos que tratam sobre o tema.

O Capítulo 2 - **Nas trilhas do progresso? Notas sobre a instrução/educação nas páginas da imprensa do final do século XX (1880-1890) -** objetiva dar visibilidade ao universo temático que estava posto nas páginas de alguns jornais matogrossenses. Se a mudança política já estava em curso e a República congregava os interesses da modernidade e dos avanços em vários campos de atuação, a educação seria "o braço forte do impávido colosso" a guiar os estados rumo ao desenvolvimento almejado e o discurso jornalístico evidencia esse interesse. Forjaram-se, nesse movimento, modelos de atuação, conduta e práticas representativas de sucesso, incorporadas ora em personagens da cena pedagógica, ora configuradas na força motriz propulsionada por alguns estados da federação.

O Capítulo 3 - **Nada mais a temer: os rumos da instrução matogrossense entre 1890-1900 -** evidencia que, ao contrário do que alguns textos destacam, a imprensa matogrossense, embora com menor volume de títulos em circulação, foi pródiga na divulgação das atividades realizadas tanto pelo poder público local, quanto no posicionamento referente ao que acontecia em outras regiões do Estado quando o assunto era a educação. Possibilita perceber, ainda, que estava em curso um conjunto de iniciativas em prol da implantação de um modelo de instrução pública que atendesse às suas necessidades, ainda que buscando modelos externos às suas fronteiras.

Por fim, no Capítulo 4 - **Anunciando a mudança e consolidando o modelo educacional matogrossense** - reside o esforço de compreensão do movimento educacional que se instaurou no país e seus modos de apropriação em Mato Grosso. A parte final do trabalho centra seus esforços de catalogação e análise da imprensa jornalística que circulou entre os anos de 1900 e 1910, entendendo que a partir desse momento são gestadas novas referências a partir das experiências obtidas nas décadas anteriores.

Cabe reiterar, em síntese, que a opção por investigar a instrução/educação em Mato Grosso nas páginas da imprensa não ficou circunscrita a buscar notas que se referiram ao desenvolvimento das instituições escolares, classicamente responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico referente ao ler, escrever e contar. O movimento de constituição da história da educação matogrossense passa, necessariamente, pela história de seus processos de escolarização, mas, de modo análogo, se configura para além da estrutura física delineada para aquela finalidade. A criação de escolas é revestida de importância, na imprensa, pois seria igualmente responsável, como um processo de formação que integrava os aspectos intelectuais, morais e de formação da nacionalidade, conforme a análise de Silva (2011) que, ao sintetizar o pensamento de Miranda Reis, um dos Presidentes de Província, destaca que as escolas “são os templos, onde os filhos dos ricos como o dos pobres, e dos sábios como o dos ignorantes, vão buscar o alimento do espírito e receber em seus corações tenros e juvenis a semente da sã moral, da boa educação e do amor ao trabalho” (MIRANDA REIS, 1874 apud SILVA, 2011, p. 197).

Editores, articulistas, redatores, enfim os jornalistas de ofício se tornam, neste trabalho de Tese, personagens importantes para a educação, afinal traduzem, por meio da sua escrita, determinados modos de ver e entender a sociedade e, no seu interior, modos de fazer circular notas sobre a instrução/educação em terras matogrossenses.

1 MODELOS EM (RE)CONSTRUÇÃO? A IMPRENSA A SERVIÇO DA MODERNIDADE: O CASO DE MATO GROSSO

Não podemos esquecer que nós, pesquisadores, estabelecemos uma trama de referência que nos prepara para reagir aos textos de determinadas maneiras e não de outras. Talvez seja inevitável criarmos distorções. Tudo depende da proporção que elas assumem.
(CLARICE NUNES, 2004)

O período republicano instaurado no Brasil oficialmente em 1889, além das mudanças políticas no sistema administrativo, ou de se configurar como uma espécie de "passeio" da corte portuguesa, ao qual o povo brasileiro assistiu "bestializado"[17], reflete uma série de debates e embates que já vinham sendo gestados no período imperial, manifestos nas crises por disputas de poder, nas alianças políticas que privilegiavam algumas províncias em detrimento de outras e na ineficiência administrativa. Boris Fausto afirma que, no interior da movimentação política que então ocorria, "os representantes políticos das classes dominantes das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – defendiam a ideia da república federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais" (FAUSTO, 2006, p. 246), ampliando assim as demandas sobre o novo regime.

A adoção dos marcos políticos periodizadores para as análises da historiografia[18] republicana e, neste caso, da historiografia da educação republicana, se deu por estarem em processo de revisão, com visibilidade a partir das pesquisas que se apoiam na abordagem teórico-metodológica da História Cultural. Esta perspectiva de análise torna evidente que o estudo de determinados temas e objetos ultrapassa a percepção de tempo cronológico e linear, sendo necessário um movimento dialógico para compreendê-los dentro do seu contexto, o que dificulta a adoção de marcos precisos. Tais proposições justificam a opção desse trabalho em não adotar os marcos políticos tradicionais para discutir as questões propostas. Parte-se do entendimento de que as mudanças demandam tempo para serem efetivadas, assim como para que suas propostas sejam elaboradas. Nesse sentido, os valores que se consolidaram no período republicano nascem, necessariamente, em períodos anteriores.

Não se trata apenas de um estudo sobre a instrução/educação no império ou sobre a instrução/educação na República, e sim, da compreensão de um processo, composto por permanências e rupturas, demarcado em função das fontes examinadas.

---

[17] Sobre essas análises e as expressões pejorativas atribuídas ao processo de republicanização do Brasil ver, respectivamente: Fausto (2006) e Carvalho (1987).

[18] Exame interessante da necessidade desse revisionismo é apontado por Bontempi Jr. e Toledo (1993). Neste artigo os autores analisam, a partir da produção de Jorge Nagle e Miriam Warde, as implicações para a história da educação entre os anos de 1980 a 1990.

Considerando esses aspectos, procura-se explicitar algumas das hipóteses elaboradas durante a pesquisa com as fontes ligadas à imprensa periódica de circulação geral em Mato Grosso no tocante à instrução/educação, tendo em vista uma interpretação corrente de que o território matogrossense era atrasado com relação ao restante do país em diversos aspectos - econômico, político e cultural - não tendo alcançado, mesmo depois da mudança do regime político administrativo, os padrões do que se convencionou denominar de modernidade.

Como pontua Antonio Candeias (2005, p. 09), modernidade é "uma categoria escorregadia, com usos pouco definidos e contraditórios", que encobre uma série de conquistas e é utilizada, sobretudo, para designar a alteração da ordem tradicional dos acontecimentos em nome de algo pretensamente melhor. Mato Grosso teria alcançado a modernidade que se propalava como própria do regime republicano? Quais signos denotariam esse "status" à Província/Estado? Ser moderno seria ser "igual" a São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul? Alcançar a modernidade consistiria em adotar os modelos das nações bem sucedidas? O sucesso estaria condicionado a um determinado setor da sociedade ou ao seu desenvolvimento global?

Considerando essas questões, procura-se compreender como alguns dos signos atribuídos à modernidade brasileira se configuram como dispositivos para analisar, em algumas localidades, o processo de adoção desse ideário no limiar da Republica e, sobretudo, os modos como a imprensa periódica pode ser inserida nesse conjunto conceitual entendido como modernidade.

Retomar as discussões postas no interior do processo de republicanização do país, e de Mato Grosso em especial, implica considerar que

> a tradição do pensamento republicano parece realçar, de maneira instante e dramática, a distância, a insuficiência e mesmo a inconsistência de nossas instituições em relação a seus próprios paradigmas e princípios: uma república sempre inconclusa, sempre a refazer, põe a nossa frente, repetidamente, a tarefa a instituição de nós mesmos como cultura e forma política. (CARDOSO, 2004, p. 10).

Diferentes estudos que procedem a práticas revisionistas[19], pesquisas realizadas no campo essencialmente da História, História da Educação e Sociologia, consideram que há um

[19] Em "História da Educação", Cynthia Greive Veiga (2007) realiza o exercício de deslocamento dos marcos históricos políticos, buscando destacar os fatos da história da educação ocidental a partir da organização das instituições que se destinaram direta ou indiretamente àquela finalidade. No que concerne à historiografia da educação brasileira esse movimento, conforme aponta Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) no texto "A configuração da historiografia educacional brasileira", já é objeto das preocupações dos pesquisadores desde a década de 1990. Os estudos sobre a Escola Nova também contam com vigoroso esforço no sentido de sua revitalização, conforme Valdemarin (2010).

cenário político e geográfico, desvelado a partir do acesso à documentação outrora desconsiderada como fonte fértil para a produção de conhecimento. A utilização dessas fontes revela fatos obscurecidos sobre os processos de implantação do modelo republicano no país, bem como as divergências nas formulações filosóficas que sustentam as novas interpretações.

Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu acrescentam a essa perspectiva de análise:

> [...] é possível argumentar, com sólidas evidências históricas, que a Primeira República tinha tantos problemas de governabilidade e de incorporação de atores, como várias outras liberais-democracias europeias, consideradas clássicas. Nelas também os partidos políticos se apresentavam como 'clube de elites'; também os critérios de inclusão ao corpo político passavam pelo saber ler e escrever e por critérios de idade e sexo, admitindo-se apenas o masculino; e também havia fraudes, clientelismo etc. (GOMES e ABREU, 2008, p. 08).

As obras sobre a História do Brasil, por exemplo, pouco fazem menção a Mato Grosso, lembrado na historiografia geral pelo episódio da Guerra do Paraguai e sequer mencionado como importante capitania que gerenciava volume considerável de ouro e contava com grande presença de mão de obra escrava[20]. No período imperial se configura como grande produtora no campo da agricultura e pecuária, com direito a elaboração de catálogo de produtos para a participação na Exposição Internacional de Sant Louis, em 1904, e na Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em 1908, conforme noticiavam os jornais da época e como demonstra o estudo de Lylia Galleti[21].

Entre a miríade de indícios que permitem esses questionamentos ganham a atenção as formas de apropriação de alguns aspectos ou signos da modernidade, fortemente ligados ao discurso republicano. O telégrafo, a luz elétrica, água potável, a urbanização, bondes e ferrovias foram símbolos materiais do progresso nacional e intimamente associados à condição de modernidade. E na educação, quais foram esses signos? A partir de meados dos anos de 1896, firmou-se o entendimento de que o método intuitivo e, notadamente, os grupos escolares desempenharam essa função cultural. E quanto ao período anterior? Quais indicativos poderiam ser tomados para examinar se Mato Grosso encontrava-se em igualdade ou defasado, em relação a esse aspecto, a outras províncias?

Aqui se procura demonstrar que a imprensa é também um signo da modernidade e, nessa análise, a imprensa periódica de circulação geral se constitui, ao lado da imprensa

[20] Cf. Arruda (1987), Jesus (2011) e Silva (2008), dentre outros.
[21] Ver: Galetti (2000, p. 259).

especializada em ensino, embora com viés bastante distinto, em um dos dispositivos essenciais para o ingresso do país na modernidade.

Na análise da imprensa periódica, pode-se indagar quais forças mobiliza nas informações que faz circular; sobre quais temas silencia, atendendo a interesses de determinados grupos que se alternavam no poder, tomando partido direta ou indiretamente de lutas em prol da consolidação de um modelo administrativo que trouxesse o tão aclamado progresso e civilização ao sertão[22] matogrossense; que relações evidencia com outras Províncias/Estados para a construção de um discurso que se pretende modelar ou inspirador de práticas desejadas.

Não obstante a constatação dessas particularidades é inegável a manutenção do projeto político republicano de formação de uma unidade nacional que envolvia Províncias/Estados com características extremamente distintas e singulares, assim como desenvolvimento econômico desigual, balizados por um discurso comum.

Assim, tanto o discurso quanto as práticas de implementação política ocupam lugar estratégico e são representativos da legitimação do projeto republicano, em oposição ao imperial, bem como o conjunto de iniciativas referentes à descentralização dos poderes, consubstanciadas na consolidação das unidades federativas – os Estados[23].

Na problemática aqui exposta confluem discussões que subsidiam interpretações sobre a pretensa modernidade brasileira e os modos de apropriação e circulação dessas ideias, consideradas como influência nas terras matogrossenses e a tentativa de recompor o cenário de um grande número de publicações periódicas seriadas e de circulação irregular, dialogando com a produção acadêmica para compreender em que medida os dispositivos de imprensa estiveram a serviço da divulgação da modernidade educacional.

1.1 MODERNIDADE E EDUCAÇÃO: FORMULAÇÕES E SENTIDOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

[22] O uso da expressão "sertão" está estritamente vinculado à concepção geográfica do termo. Nesse sentido, vale conferir o estudo de Souza (2008).

[23] O Ato Institucional de 1834 antecipara a iniciativa republicana de descentralização das iniciativas públicas ligadas ao campo da instrução. Sobre o tema e seus desdobramentos na província de Mato Grosso, vale consultar a Tese de Doutorado de André Paulo Castanha (2007). Em uma outra abordagem teórico-metodológica, mas com preocupações semelhantes, os estudos realizados por Dimas Neves dedicam-se a entender as reformas de instrução pública em Mato Grosso, como tributárias de um movimento nacional de circulação de ideias, tendo em vista que movimentação semelhante, conforme demonstra no estudo realizado por ocasião de sua tese de doutoramento, pode ser observado em Minas Gerais e no município da Corte (NEVES, 2009).

Nas leituras realizadas para compreender o contexto histórico do advento da imprensa em Mato Grosso, observou-se a recorrência dos termos *moderno* e *modernidade*, ora adjetivando situações de avanço e inovação em relação ao já existente, ora caracterizando a matriz filosófica explicativa da passagem de períodos, esta segunda acepção, notadamente marcada pela carga semântica imputada ao iluminismo.

Considerou-se necessário investigar o conjunto de sentidos atribuídos a essas adjetivações e verificar de quais práticas e implementações políticas vinham acompanhados, na tentativa de estabelecer as aproximações e distanciamentos dos parâmetros comparativos que foram utilizados para a construção de uma máxima bastante recorrente nas produções desse Estado, que atribuem o seu não desenvolvimento no setor educacional à sua localização geográfica e à condição política extremamente distinta de outros Estados brasileiros. A imprensa periódica de circulação geral fornece sólidas bases para refutar essa máxima.

Realizou-se um breve exame acerca das formulações que emprestam significado ao termo, tendo em vista a hipótese de que se poderiam revelar peculiaridades regionais que minimizariam algumas das generalizações encontradas nos estudos em História da Educação. Ao mesmo tempo, pode-se entender que, embora orientados por uma máxima normalizadora, cada estado ao seu modo, dadas suas condições econômicas, políticas e, sobretudo, culturais, incorporou o conceito de modernidade integrando-as ao contexto educacional nos limites das suas potencialidades.

Carlota Boto (1994) auxilia a realização desse exercício analítico quando afirma que

> o discurso historiográfico produz-se através de inferências que, se por um lado, remetem-se à pertinência perante o conteúdo das fontes, por outro lado, estruturam-se a partir de problemas admitidos pela comunidade acadêmica. Tudo isso leva a crer que a investigação histórica ocorre por deslocamentos perante perguntas as quais a confraria historiográfica venha a inquirir o passado. Nessa medida, pressupõe-se a existência de paradigmas norteadores da pesquisa em história. (BOTO, 1994, p. 30).

Nesse aspecto, as análises se valem das contribuições de Jacques Le Goff, em especial àquelas postuladas na obra *História e Memória*, quando o autor se dedica a explicitar e analisar elementos relativos ao moderno, modernidade e modernização, e em que medida tais pressupostos estão ligados a projetos de nação, projetos políticos e ideias sociais. Le Goff aponta que

> Na Europa do final do século XVII e primeira metade do XVIII, a polêmica sobre a oposição antigo/moderno, surgida a propósito da ciência, da literatura e da arte, manifestou uma tendências à reviravolta da valorização

> do passado; antigo tornou-se sinônimo de superado, e moderno de progressista. (LE GOFF, 1996, p. 14).

E em outro momento determina que "a crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, já quase não existe." (LE GOFF, 1996, p. 14). O mesmo autor indaga: "Será legítimo que o historiador reconheça como moderno o que as pessoas do passado não sentiram como tal?" (LE GOFF, 1996, p. 169), e explica que nem sempre existiu uma sinonímia entre os termos moderno, modernização e modernidade, e que nem sempre podem ser entendidos como indicativos de progresso, como parece evidente em algumas interpretações; do mesmo modo as antíteses não são necessariamente expressas nos termos que lhes fazem oposição direta, como antigo, passado, dentre outros. O autor destaca:

> Em primeiro lugar, com a economia, o "moderno" é posto em relação, não com o "progresso" em geral, mas com o "desenvolvimento" ou, em sentido mais restrito segundo alguns economistas liberais, com o "crescimento". Por outro lado, "moderno" já não se opõe a "antigo" mas a "primitivo". (LE GOFF, 1996, p. 193, grifos do autor).

Nesse sentido, complementa o autor que

> A palavra "moderno" nasceu como a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja 'modernidade' foi assinalada por Henri Hauser (1930); Théophile Guatier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a idéia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo. O estudo do par antigo/moderno passa pela análise de um momento histórico que segrega a ideia de "modernidade" e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma "antiguidade", pois que tanto se destaca uma modernidade para promovê-la como para vilipendiá-la. (LE GOFF, 1996, p. 169-170).

Le Goff aponta que, empregado primeiramente por Baudelaire, o termo modernidade teve um sucesso inicial limitado aos ambientes literários e artísticos da segunda metade do século XIX; teve depois um reaparecimento e uma ampla difusão após a segunda Guerra Mundial. Já no campo das formulações teóricas, Le Goff acrescenta:

> A modernidade encontrou o seu teórico no filósofo Henri Lefebvre, que distingue "modernidade" e "modernismo": A modernidade difere do modernismo, tal como um conceito em via de formulação na sociedade, difere dos fenômenos sociais, tal como uma reflexão difere dos fatos. A primeira tendência – certeza e arrogância – corresponde ao Modernismo; a

> segunda – interrogação e reflexão crítica – à Modernidade. As duas, inseparáveis, são dois aspectos do mundo moderno. (LE GOFF, 1996, p. 189-190).

A preocupação com os usos e apropriações do conceito de modernidade também pode ser observada na produção de Jose Carlos de Souza Araújo. Para este autor o termo é apropriado sem grandes explicações terminológicas nos estudos da educação. Retoma, em artigo intitulado Haveria uma antropologia infantil na Modernidade?[24] (ARAÚJO, 2009), as noções explicativas do conceito, remetendo-se ao século XIII, quando identifica seu uso no universo educacional e identifica suas origens etimológicas na valoração de um conjunto de modos de proceder que integram estruturas filosóficas de pensamento. A partir dessas estruturas de pensamento,

> o que se qualifica como moderno, desde o período da Modernidade, o foi em vista do caráter que, à época, denominada por "moderna" passou a significar. Ou seja, o que foi afirmado como moderno passou a ter uma significação epocal, para aqueles que viviam desde esses tempos. É pela disputa e pela busca de superação do antigo que o moderno veio a se afirmar como uma ideia e como uma aspiração. (ARAÚJO, 2009, p. 80).

Ao identificar a modernidade como uma consciência cultural, pautada nos investimentos do homem para o desvendamento das leis da natureza, toma-a como um projeto, que reflete e ao mesmo tempo consubstancia um conjunto de aspirações a serem colocadas em prática na escrita da história da humana. A escolarização, como fenômeno para a formação e materialização do ideário proposto nessa ação de projetar, se torna essencial para efetivar o conceito (ARAÚJO, 2009, p. 84). Na mesma linha de raciocínio, Sandra Jatahy Pesavento (1997) associa à modernidade elementos da ciência e da educação, no entanto insiste na ideia de que o "'ingresso na modernidade' se daria 'filtrado' pelas condições históricas e objetivas locais" (PESAVENTO, 1997, p. 60).

Ao partilhar da proposição da autora torna-se possível afirmar, ao lado de outros autores, que Mato Grosso dá seus primeiros passos rumo ao "ingresso na modernidade" em meados de 1870, no setor educacional, principalmente eivado por preocupações relativas às reformas educacionais, como demonstram os estudos de Neves (2010) e Silva (2011).

[24] Embora o texto de Araújo não diga respeito diretamente aos objetos em discussão nesta tese, considerou-se oportuno o acesso ao exercício de erudição demonstrado pelo autor, quando na sua preocupação em localizar as noções de infância e criança no interior do movimento por ele denominado Antropologia Filosófica (ARAÚJO, 2009, p. 07), identifica definições de Modernidade pertinente à apropriação do conceito em estudos correntes do cenário brasileiro.

Sem a preocupação de estabelecer marcos fixos para esse processo, observa-se que iniciativas em diversos setores marcam o interesse dos governos locais em se aproximarem do que estava sendo feito em outros lugares do país e do mundo dito "civilizado". Os jornais matogrossenses evidenciam essa necessidade não apenas pela manutenção de correspondentes na Europa, como pelo registro de acontecimentos que variavam de tempestades e incêndios no território europeu a situações peculiares da vida: A imprensa seria, nesse sentido, uma janela para o mundo. Por outro lado, o que garante sua representatividade, é ser também personagem dos processos de transformação que a modernidade imputava ao cenário republicano.

Sobre o tema, Pesavento assevera:

> Forçoso é reconhecer que modernidade se colocaria do lado dos universalistas, que encaravam a redenção do país pela europeização. Seus arautos apontavam que de lá vinham os ventos do progresso, da moda, da ciência, da razão e da técnica. Por que se opor a essa verdade insofismável? O Brasil moderno só poderia almejar esses status se alcançasse o trem da história, participando dessa marcha civilizatória da humanidade. Apoiada no poder das ideias, da ciência e da educação, a elite brasileira procurava superar o atraso cultural, colocar o país no nível do século e fazê-lo acelerar sua marcha evolutiva. (PESAVENTO, 1997, p. 70).

Ao projeto de nação intencionado pelos republicanos brasileiros, alicerçado no desejo de alcançar o status da Modernidade, cujas referências seriam a Europa, mas também os Estados Unidos, que despontavam no cenário internacional, associa-se o discurso fundador de que seria necessário operar transformações intensivas em todos os setores da sociedade. Conceitos como progresso, civilização, entre outros, foram intimamente associados à noção de que ao Brasil, para adentrar os espaços teórico-práticos republicanos, seria necessário proceder a mudanças em vários aspectos: políticos, ideológicos e culturais.

As reformas de ensino, os investimentos no processo de escolarização das crianças, ao lado dos processos de sua institucionalização (escola de massas), tornam-se indicativos desse novo projeto de nação. À imprensa que caminha no sentido de anunciar a direção do sistema político, ora compactuando com as práticas empregadas, ora tecendo críticas diretas ou veladas, caberia o papel de propagandear e estimular essa movimentação. Face ao exposto, a noção de representação, nos moldes propostos por Chartier (1988, 1991, 1995), auxilia na compreensão da imprensa matogrossense como indicativo da modernidade, por evidenciar duas faces da realidade social: uma decorrente dos processos de mediação e a outra simbólica.

> As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que

> constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1988, p. 27).

As condições de implantação dessas estruturas, no entanto, não ocorreram uniformemente no país. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (apenas para citar alguns dos estados que figuram como "exemplos positivos" no cenário nacional), houve iniciativas para evidenciar a mudança de regime. Essas iniciativas, no entanto, não foram correlatas, se considerados os Relatórios Provinciais e as Mensagens de Presidente de Estado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme demonstram os estudos de Siqueira (2000).

Na análise de João Carlos de Souza (2008), que tem a cidade de Corumbá como referência[25], a modernidade adentra o território matogrossense por meio da urbanização e da "sujeição das forças da natureza ao homem" (SOUZA, 2008, p. 16). Os investimentos no transporte fluvial foram fortes indicativos da necessidade que se observava de desenvolver outras formas de acesso aos bens materiais e culturais que circulavam no Brasil.

Ao lado dos empreendimentos voltados para a estrutura física também é associada, como característica da modernidade em Mato Grosso, a presença intensiva das Missões Salesianas que, desde 1894, demarcam sua influência em diversos setores da sociedade matogrossense, especialmente na instrução/educação particular, fosse ela primária ou secundária, e posteriormente na política, elegendo um governante de Estado[26]. Aos padres salesianos é atribuída, segundo autores matogrossenses, a responsabilidade pela construção do projeto moderno de Mato Grosso, cuja separação Estado-Igreja, conforme atestam os estudos de Adilson Francisco (2010), não ocorreu.

Essa característica, por si mesma, já garante certa originalidade na aplicação do conceito de modernidade, asseverando a percepção de que, embora o conceito seja um, sua efetivação e atribuições no plano das práticas culturais podem apresentar variações.

Entretanto, outros estudos indicam diferentes possibilidades para a circulação de ideias, além daquelas oficiais e, neste sentido, destacam-se as viagens pedagógicas, as missões de professores paulistas e, sobretudo, a circulação de saberes promovida e agenciada pela imprensa periódica de circulação geral que, em certa medida, acrescenta materialidade a

[25] Corumbá foi elevada à condição de cidade em 1878, sendo a segunda em população no estado, conforme Souza (2008, p. 18).
[26] Cf. Francisco (2010).

formas de pensamento de determinados agentes sociais, colocando suas ideias em circulação, por meio do discurso impresso.

Os investimentos em instrução são, comumente, alinhavados ao discurso de progresso e desenvolvimento. A seu modo, tempo e condições financeiras, todos os estados brasileiros reorganizaram seus projetos sociais em prol da construção, ao menos no plano do discurso, de um ideário nacional[27].

É certo dizer que a instrução/educação se configurou como prática e lei. Seus frutos foram e vêm sendo colhidos ao longo de mais de um século, marcando seus primeiros passos rumo à organização e sistematização dos espaços de ensino, efetivados através das instituições escolares, alcançando os aspectos pedagógicos do processo, como os modos e formas de ensinar. Indicativo de modernidade, nesse aspecto, seria erradicar o analfabetismo que grassava o país naquele período.

Os jornais matogrossenses, ao longo dos 30 anos examinados, corroboram para a construção de uma ideia de sociedades de referência, subsidiada pelo critério do desenvolvimento econômico, em primeira instância, mas também político e cultural. Figuram no panteon dessas referências, em âmbito nacional, o município da Corte e a Província de São Paulo. Tratava-se, pois, de uma luta de representações, que ora disputavam lugar no cenário da época, ora se integravam ao conjunto de interesses do período.

Menções à Província de São Paulo, frequentes no periódico O Corumbaense, davam conta de identificar aquela localidade como sendo o exemplo de que o desenvolvimento alardeado para o país era possível de ser efetivado a partir dos anos de 1880. Entendemos ainda que a produção escrita sobre o Estado de São Paulo corrobore para a criação de um discurso fundador de práticas enunciadoras da modernidade, e que, por uma série de razões, algumas das quais pretendam ser evidenciadas neste trabalho, outros Estados acabam por importar modelos paulistas, com a intenção de alcançar progressos semelhantes[28].

Em âmbito internacional, as referências encontradas na imprensa matogrossense consolidariam aquelas em vigência no cenário político. O Império reverenciava as práticas francesas e inglesas, a República vai ao encontro dos norte-americanos, elaborando um híbrido de formas de pensar e propor iniciativas para o setor educacional, associadas ao embate simbolizado pelo binômio moderno x tradicional. No entanto, observam-se com

[27] Na Apresentação do Dossiê sobre a Primeira República, Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu problematizam uma série de aspectos relativos à construção historiográfica sobre os anos iniciais do período republicano, enfatizando as ausências interpretativas na perspectiva cultural. Cf. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia (GOMES e ABREU, 2008, p. 01-14).

[28] Sobre os modelos pedagógicos e a perspectiva da modernidade paulista no campo pedagógico conferir, dentre outros: Carvalho (2000).

constantes reiterações, notas sobre o desenvolvimento da instrução na Suíça, Japão e Alemanha, localidades visitadas por professores e membros de missões de estudo daquele estado, com o objetivo de apreender aquilo que poderia ser colocado em prática do lado de cá do Atlântico.

Se, como é defendido neste trabalho, a imprensa figura, ao menos no campo educacional, como um dos símbolos da modernidade brasileira e em uma escala geograficamente localizada, da modernidade matogrossense[29], é possível afirmar que os textos que veicula incentivam a adoção de modelos mediante a propaganda e divulgação de práticas bem sucedidas.

Os celebrados e constantemente reiterados símbolos da modernidade educacional republicana, a saber: a adoção do método intuitivo para o ensino das crianças; a organização das escolas em Grupos Escolares (especialmente os paulistas); a criação e consolidação da Escola Normal; investimentos em impressos pedagógicos e preocupações com a profissionalização docente, entre outros, necessitam agregar as iniciativas da imprensa periódica de circulação geral, tendo em vista que, a despeito dos objetivos específicos distintos, a finalidade geral era a mesma: dar a conhecer aquilo que circulava e que se elegia como conjunto de informações destinadas a um determinado público, perpassando determinados interesses[30].

Quanto à importância dos símbolos, José Murilo de Carvalho assevera que:

> símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. (CARVALHO, 1990, p. 10).

Em outro momento, o mesmo autor destaca que,

[29] Em 2009, a Secretaria de Administração do Estado de Mato Grosso (SAD) juntamente com a Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT) lançou Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história (JUCÁ, 2009), publicação de caráter laudatório, mas que recupera os primeiros passos da instalação da tipografia naquele Estado, tomando esse veículo de difusão da informação como dos mais importantes e necessários ao desenvolvimento político e cultural em seus 170 anos de existência, com destaque para a impressão da Gazeta Oficial do Estado. Segundo Jucá (2009, p. 25), "a Tipografia Provincial foi o primeiro órgão da administração matogrossense, e deu origem à Imprensa Oficial em Mato Grosso. Merece ter a sua história registrada para facilitar a pesquisa e confirmar a sua tradição. Sem pensar em qualquer remuneração, esta é a minha homenagem aos que fazem a Imprensa Oficial em Mato Grosso desde 1839".

[30] No que se refere à imprensa como fonte para discutir a educação no Império vale consultar: Mizuta, Faria Filho e Perioto (2010). Relativos a Mato Grosso destacam-se os estudos de Souza (2008), Siqueira (1996) e Francisco (2011). Algumas coletâneas também abordam a discussão: Stephanou e Bastos (2005); e Vidal e Hilsdorf (2001).

> A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é , as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1990, p. 10).

Pierre Bourdieu evidencia a importância, ainda que de modo indireto, da imprensa, quando pontua:

> Publicar é tornar público, é fazer passar do oficioso ao oficial. A publicação é a ruptura de uma censura (...). O fato de que uma coisa que era culta, secreta, íntima ou simplesmente indizível, mesmo que não recalcada, ignorada, impensada, impensável, o fato de que essa coisa torne-se dita e dita por alguém que tem autoridade, que é reconhecido por todo mundo, não somente por um indivíduo singular, privado, isso tem um efeito formidável. (BOURDIEU, 1974, p. 244).

A imprensa de circulação geral e especializada em educação ocupa posição de considerável importância para a conformação do ideário republicano, atuando como agente na difusão de elementos agregadores e legitimando um conjunto de práticas bem sucedidas, condenando outras não tão bem sucedidas ou divergentes do modelo que se almejava implantar. Seria ela também uma forma de colocar as ideias em circulação e de formar a opinião pública e, nesse sentido, veículo para divulgar iniciativas ligadas à implantação de um sistema de educação pública no país, entendido como essencial para a consolidação do regime que ora se propugnava.

No conjunto do que Carvalho (1990) qualifica “utopias republicanas”, cujos reflexos se observam na imprensa matogrossense, está o ideário da liberdade dos antigos comparada à dos modernos, expressão que sintetiza a dualidade das propostas francesa e americana, postas em discussão em relação aos modelos de república existentes no final do século XIX. Encontravam-se reunidas a defesa das liberdades públicas e da liberdade individual, a liberdade de comércio e das atividades políticas.

Imersos nessa dinâmica simbólica percebe-se que a escola, instituição representativa da ideia de instrução pública e símbolo da modernidade pedagógica, rivaliza com outros símbolos: estudos dão conta de demonstrar que os métodos de ensino obtiveram durante muito tempo lugar de destaque, quando a discussão tratava de apontar avanços na educação.

A ampliação da caracterização da modernidade permite identificar uma profusão desses símbolos em Mato Grosso no limiar do século XIX, bem como entender as dimensões

de sua implantação e divulgação na imprensa, em oposição a um passado calcado na tradição e no atraso.

Assim, torna-se possível estabelecer as ressonâncias, os ecos e as reverberações das práticas adotadas em outros estados, cujo adjetivo modelar adquire conotações norteadoras. Como afirma José Murilo de Carvalho,

> O fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que ideias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora. (CARVALHO, 1990, p. 22).

A construção dessa narrativa histórica perpassa o diálogo com as bases históricas da modernidade, pautadas no discurso Iluminista (BOTO, 1996), a complexidade dos movimentos políticos implementados por ocasião da mudança do regime político e seus desdobramentos (IANNI, 1992; FAUSTO, 2006; CARVALHO, 1987; CARDOSO, 2004; ROCHA, 2004), alinhavados pela (re)construção e (re)leitura deste contexto, no campo educacional, sob a ótica matogrossense (SIQUEIRA, 2000; SABOYA FILHO, 1992; NEVES, 2010; CASTANHA, 2008; FRANCISCO, 2010).

Nessa narrativa nem sempre foram levadas em consideração as relações que o passado mantém com o presente, tão pouco os processos de continuidades e permanências: as análises acabam sendo fixadas, em grande medida, nos processos de inovações e rupturas. O discurso da modernidade, em certa medida, exprime parte dessas lacunas, quando apenas enfatiza o novo, “umas vezes, quer ser original, começar tudo novamente. Outras, não quer senão continuar recorrente. Em todos os casos, a história esconde o segredo do presente” (IANNI, 1992, p. 08).

Os esforços dos educadores republicanos para a organização e implantação da instrução pública, embora não se assentem em torno de alegorias ou imagens, ganham força a partir de suas práticas efetivas e das representações que constroem acerca dessas práticas: a arquitetura escolar, a adoção de métodos de ensino, o investimento em escolas destinadas à formação de professores, o empréstimo das nações tidas como mais desenvolvidas, investimentos relacionados à produção e difusão de material para a instrumentalização de professores que conduziriam o país pelos campos do progresso, foram marcas indeléveis da constituição de uma ideia de Estado nação, como se discursava no Brasil nos anos finais do século XIX.

Ao lado da compreensão dos signos da modernidade e de sua presença em Mato Grosso, a discussão sobre modelos pedagógicos, seja pela via da implantação arbitrária, por intermédio da cópia ou ainda da ideia mais corrente, pela via da circulação de ideias torna-se significativa aliada para compreender algumas das menções recorrentes a países estrangeiros e localidades do território nacional, já mencionadas neste texto, que a imprensa matogrossense traz ao longo de seus exemplares, indicando que havia discursos modelares em circulação. A adjetivação, frequentemente positiva, traduz o interesse em mirar-se naquelas que, neste estudo, foram entendidas como sociedades de referência revestidas do caráter de modelos, como enfatiza Schriewer (2000, p. 116).

Nota-se, por intermédio dos textos examinados e de modo geral, o desejo, igualmente manifesto na documentação emanada do poder público, de que Mato Grosso se equiparasse a outras Províncias/Estados pela via educacional, visto que a economia local possuía características bastante específicas e que, pouco a pouco, foram demarcando lugar na economia nacional. Assemelhar-se ao que, à época, era considerado modelo seria o primeiro passo para atingir a esse intento.

Na década de 1970, o historiador matogrossense Estevão de Mendonça sublinhava a importância de não se perder de vista o passado, tanto das realizações locais, como as em âmbito nacional. Assim, considerava que

> nenhuma nação realiza seu destino e se reafirma perante as demais se não caminha com passo seguro, decidida a multiplicar-se por atos de coragem e criação, sem no entanto, negar o que houve ontem, sem ignorar os homens que compuseram aquele passado e de que as gerações de agora são uma continuação. (MENDONÇA, 1973, p. 12).

A discussão acerca da adoção ou implantação de modelos educacionais é vigorosa e corrente na Historiografia da educação brasileira, afinal, para além de a história do Brasil ser tributária da história europeia, em decorrência do modelo colonial que aqui foi implementado entre os séculos XVI e XVII, as iniciativas produzidas, para além de serem imitadas, guardam em si a gênese da inovação, por meio da qual os binômios moderno x tradicional, novo x velho se operacionalizam (MÜLLER, 2000; CORDEIRO, 2002).

O modelo interpretativo corrente afirma que ora as práticas educativas foram importadas de outros países, ora importadas de outras unidades da federação, as quais em virtude de um conjunto de condições favoráveis em determinado setor, ressaltando-se o econômico, desenvolvem e implementam ações no campo administrativo, político e educacional, corroborando para o desenvolvimento de seus interesses. Tais ações, por vezes

bem sucedidas, tornam-se exemplos a serem observados e considerados e, porque não dizer, imitados. No entanto, ao lado das "sociedades de referência" deveriam ser observados também os exemplos negativos (SCHRIEWER, 2000, 2001).

A julgar pelas constantes menções tanto nos documentos emanados do poder público, utilizados como fontes para dialogar com a imprensa neste trabalho, como nos próprios jornais tomados como fontes principais, iniciativas que buscassem referências bem sucedidas garantiriam a Mato Grosso importância e prestígio no setor educacional.

A preocupação não incidiria na padronização ou uniformização, mas sim em experimentar iniciativas que se mostraram bem sucedidas em outras localidades. Nesse sentido, o argumento da importação de modelos e adoção acrítica e sistemática dos mesmos se torna frágil e passível de revisão.

A propósito das questões evidenciadas neste capítulo e que nortearam a leitura e o exame dos jornais apresentados nesta Tese, reitera-se a hipótese que conduziu alguns dos questionamentos às fontes: a constatação das contribuições da imprensa matogrossense e sua parcela de participação como um dos signos da modernidade almejada pelo Estado.

Mesmo estando fora, simbólica e geograficamente, do eixo de decisão/produção, ao menos no tocante à difusão da produção de conhecimento que circulava nos grandes centros econômicos e culturais do Brasil nos anos finais do Império, ainda assim, é possível afirmar que Mato Grosso organizou suas práticas sociais à luz do que ocorria nas províncias/estados que despontavam no cenário comumente descrito pela historiografia da educação: os historiadores de ofício, políticos e jornalistas engajados com a causa das transformações materializaram essa intenção pela via da imprensa de circulação geral.

Assim, é possível acatar a polissemia de significados atribuídos ao termo Modernidade e seus desdobramentos - moderno, modernização, modernizador. No entanto, vale-se das formulações de Jacques Le Goff (2001, 2005) para assinalar que nem sempre os usos dos termos, ainda que se façam presentes no plano do discurso, são reveladores de práticas efetivas no contexto em que se aplicam, funcionando, outrossim, como elemento de difusão e propaganda do que se deseja realizar.

Entendendo que a instrução/educação é parte de um modelo cultural, que guarda estreitos vínculos com o modelo de sociedade que se deseja construir, pode-se afirmar que a imprensa funcionou como um dos signos da modernidade pedagógica em Mato Grosso. Isso imputa a esse dispositivo de comunicação a responsabilidade de transmitir a "verdade" de acordo com a vontade do dono do jornal, de seus patrocinadores, dos interesses políticos de plantão, dentre outros personagens que entram e saem de cena no contexto histórico

matogrossense. Contudo, não é possível deixar de levar em consideração que, por mais que a versão/interpretação dos fatos seja marcada por interesses múltiplos, de uma forma ou outra eles ocorreram.

Face à multiplicidade de definições que o termo Modernidade encerra, aquelas apresentadas ao longo deste texto possibilitaram entender que, embora nem sempre apresente os traços da modernidade observáveis em outros espaços, Mato Grosso conta com um conjunto de aspectos que podem, sem dúvida, colocá-lo ao lado dos Estados que tiveram iniciativas nessa direção. A modernidade, nestes estudos, se apresenta como um caleidoscópio de imagens, de origens distintas e sentidos convergentes. Seu universo relacional em muito se expande com relação ao sentido comumente atribuído – aquilo que se associa ao novo, ao moderno, é ligado ao termo práticas sociais e, por definição, culturais, que agregam sentido a sua definição, ao passo que em certa medida qualificam pejorativamente a sua concepção.

Partilhando de uma concepção, à primeira vista distinta daquelas enunciadas até o momento, Chartier (1988) acrescenta, aos elementos da modernidade, a capacidade de criar e organizar instrumentos para a conservação e registro da história da humanidade, bem como o exame do desenvolvimento das nações a partir dos indicativos de alfabetização alcançados pelas populações (CHARTIER, 1988). A escrita e seus modos de circulação e apropriação ganham destaque no conjunto das práticas culturais indicativas da modernidade[31].

Ao identificar a diversidade nas formas de apropriações derivadas da utilização conceitual das expressões modernidade pedagógica, embora a aplicação recorrente seja aquela ligada aos instrumentos de consolidação de um novo momento histórico do país, persiste notadamente a discussão da negação da tradição em detrimento do novo, sem, no entanto, desvencilhar-se de valores e formas de entendimento que são caras aos sistemas de representação da cultura que se quer suplantar. Não se pode, portanto, julgar a condição de desenvolvimento e progresso de uma localidade, sem levar em consideração as condições efetivas do local.

Os clássicos[32] signos da modernidade que perpassam a produção da historiografia da educação brasileira - a iniciativa de implantação dos grupos escolares e a adoção do método

[31] Cf. Chartier (1988, p. 215-227).

[32] O termo *clássico* é aqui tomado na perspectiva apontada por Demerval Saviani, sendo representativo o excerto que segue: "E o que é a fase clássica? É a fase em que ocorreu uma depuração, superando-se os elementos próprios da conjuntura polêmica e recuperando-se aquilo que tem caráter permanente, isto é que resistiu aos embates do tempo. Clássico, em verdade, é o que resistiu ao tempo. É nesse sentido que se fala da cultura Greco-romana como sendo clássica, que Descartes é um clássico da filosofia, Dostoievski é um clássico da literatura universal, Machado de Assis um clássico da literatura brasileira etc." (SAVIANI, 2000, p. 23).

intuitivo para o ensino nas instituições escolares, ao lado da arquitetura escolar, racionalização das práticas educativas, em Mato Grosso não perdem seus postos de destaque, mas se agregam a outros signos, abarcando em si um conjunto de valores, normas e práticas culturais que se encerram no conjunto de necessidades que havia de adequação das iniciativas educacionais a um discurso pretensamente constituído.

Em síntese, a perspectiva que norteou o exame das fontes revela a estruturação do campo em que circulam e são produzidos os discursos veiculados na imprensa, demonstrando, a nosso ver, a lógica de um poder simbólico instituído e instituinte, mediado pela correlação de forças com vistas à seleção, valoração, circulação de notícias e ideias que compõem o cenário educacional matogrossense.

2 NAS TRILHAS DO PROGRESSO? NOTAS SOBRE A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA DO FINAL DO SÉCULO XIX (1880-1890)

Fabricador de instrumentos de trabalho, de habitações, de culturas e sociedades, o homem é também agente transformador da história. Mas qual será o lugar do homem na história e o da história na vida do homem?
(JACQUES LE GOFF, 1977)

As décadas finais do século XIX em Mato Grosso[33] foram marcadas por conflitos e indecisões que assolavam o país, cujos debates em relação à improbidade e ineficiência do regime imperial, visando à implantação do regime republicano se acirravam. Evidentemente, tais disputas e debates apresentaram reflexo no campo educacional, ora reiterando posicionamentos políticos que denotavam a necessidade de viabilizar o acesso à instrução pública, ainda no período imperial, ora secundarizando as ações realizadas, em especial aquelas referentes às reformas de ensino[34] e dos grupos familiares que se alternavam no poder.

Não obstante, foram demarcadas importantes conquistas no território da legislação de ensino matogrossense[35]: interessam aqui a Reforma da Instrução Pública, de 1880, e o Regulamento do Ensino Primário, em 1889. Contudo, o fio condutor para as discussões realizadas neste capítulo e nos subsequentes, assenta-se na ideia de identificar as formas de organização e divulgação da educação/instrução de caráter público e institucional, conformados ora por referências nacionais ora internacionais noticiadas na imprensa local, entendidas como sinônimos de progresso. Considera-se, nesse sentido, as perspectivas teóricas que se referem aos modelos em circulação e aos sistemas de referência, cujas formas

[33] Há uma série de obras que possibilitam uma descrição das origens do território de Mato Grosso, contudo optamos por esta, de Manoel Rodrigues Ferreira: "Em 1719, os bandeirantes de São Paulo descobrem ouro na região de Cuiabá e que fica denominada 'Minas do Cuiabá' [...]. Minas do Cuiabá e Minas do Mato Grosso constituíam dois distritos auríferos separados. As Minas do Cuiabá tinham como centro a vila de Cuiabá, situada na margem direita do rio de mesmo nome. As Minas do Mato Grosso situavam-se entre a Chapada dos Parecis e o Rio Guaporé, tendo três arraiais principais: São Francisco Xavier, Santana e Pilar. [...] Em Lisboa, o Rei D. João V resolve, em uma visita daquelas circunstâncias, criar uma nova unidade administrativa no Estado do Brasil, que englobasse aqueles dois distritos auríferos denominados Cuiabá e Mato Grosso [...]. A capital da Capitania de Mato Grosso teria de ser uma cidade cientificamente planejada, segundo modernas concepções urbanísticas da época. Deveria ser localizada no melhor lugar do distrito das Minas do Mato Grosso. Deveria ser formosa, constituir um fulgurante marco da civilização naquele dilatado sertão do interior do Estado do Brasil" (FERREIRA, 1960, p. 35-36).

[34] Entre os anos de 1870 e 1890 Mato Grosso foi administrado por 12 presidentes (MARCÍLIO, 1982). Outro dado relevante para a compreensão das iniciativas ligadas à instrução pública, no período em discussão neste capítulo, diz respeito às reformas de ensino promulgadas na década anterior, examinadas com detalhe na tese de Silva (2011).

[35] A discussão sobre a elaboração e produção da legislação matogrossense no período imperial pode ser ricamente acompanhada na tese de Castanha (2007).

de uso regional são dadas a partir das formas de apropriação e condições possíveis para a sua implementação e desenvolvimento[36].

A síntese das investidas governamentais em direção à criação e consolidação da instrução pública tem nas reformas de ensino de 1880 e 1889 indícios de que havia um conjunto de interesses em disputa no setor educacional, afiançando a hipótese de que os esforços e empreendedorismo matogrossenses, registrados a partir da década de 1910 do século XX, vinham ensaiando os primeiros passos há pelo menos 30 anos, evidenciando a pretensa organização da instrução pública no futuro Estado.

Ao revisitar parte das produções que trazem o tema da instrução pública em suas páginas[37], observa-se que os precursores da história da educação matogrossense, embora reiterassem os avanços no sentido da institucionalização da educação no Estado, silenciaram sobre os embates no interior daquela movimentação. O diálogo com a imprensa auxilia à percepção de que as coisas não foram tão pacíficas ou tranquilas como se queria demonstrar[38].

Com base nessa abordagem objetiva-se apresentar um panorama da instrução pública matogrossense, levando-se em conta as publicações que trataram de algum modo sobre o tema, sem perder de vista, no entanto, a vinculação de seus autores e dos seus lugares de produção, demonstrando que o tempo histórico é fluido e as narrativas e acontecimentos são frutos das experiências, dos registros documentais, mas também dos textos e de suas formas de apropriação e estratégias de escrituração.

Objetiva-se, ainda, dar suporte a uma das hipóteses do presente estudo, qual seja, que as discussões e transformações no campo pedagógico e educacional em Mato Grosso não são inauguradas a partir da gestão de Pedro Celestino Correa da Costa, em 1910, como o exame da bibliografia leva a crer. Há um conjunto de lutas e disputas correntes nos 30 anos que sucederam à posse daquele Presidente, das quais inclusive é partícipe em muitas das situações, fazendo valer a experiência, tradição familiar e alianças políticas consolidadas durante os anos que antecederam a sua posse. Essas experiências se traduziram, efetivamente, na transformação radical do ensino em Mato Grosso, mas a trajetória conta com outros atores

[36] Dentre outros, vale consultar os estudos de Jürgen Schriewer (2000, 2001), em especial aqueles citados no capítulo 1, e Carvalho e Pintassilgo (2011).

[37] Refere-se especificamente aos trabalhos de Correa Filho (1919), Leite (1970), Marcílio (1963) e Mendonça (1977).

[38] Ainda que as concepções e as formas de escrita da história, por parte dos autores considerados "clássicos", neste texto, precursores dessa movimentação, sejam passíveis de uma série de questionamentos e de revisão, desconsiderá-las no contexto das discussões sobre instrução seria negar que houve em Mato Grosso, guardadas as devidas proporções, exercícios de escrita da História da Educação anteriores ao período de instalação dos cursos de Pós-Graduação no Estado.

sociais que, de um modo ou de outro, foram silenciados ao longo do processo. Equívoco que os historiadores da educação têm resolvido paulatinamente.

O discurso sobre a instrução pública no período imperial oscila entre a inquietação sobre as práticas políticas que não foram levadas a termo e um idealismo progressista, reflexo evidente do discurso político que mobilizava o Brasil naquele momento. De acordo com Humberto Marcílio), entre os anos de 1858 a 1871,

> [sobre a instrução em Mato Grosso] poucos fatos merecem realmente atenção, limitando-se os próprios relatórios dos inspetores de ensino, e as mensagens presidenciais, como o faziam quasi sempre, no clamar contra os males que o retardam, no lamentar a incapacidade e a ineficiência dos mestres, no apontar soluções infalivelmente adiadas, face às limitadas possibilidades do erário para o atendimento dessas ingentes necessidades. (MARCILIO, 1963, p. 67)

Sugerindo cuidado ao analisar a conjuntura educacional, para não incorrer em considerações apressadas e, por isso, equivocadas, Gilberto Alves, em estudo sobre o período entre os anos de 1719 a 1864, destaca que

> O débil desenvolvimento da instrução pública em Mato Grosso, nessa fase, [referindo-se ao final do século XVIII, início do XIX], e especialmente a não realização dos recursos orçamentários levantados com destinação específica para o custeio de aulas régias, podem levar, a quem se fia nas aparências, a crer que a omissão foi a marca preponderante da política educacional durante o período colonial. Para não cair nesse erro, tão comum aos historiadores da educação que a abordam de uma perspectiva eminentemente administrativa, tenta-se a seguir, fecundar a análise apelando para a própria história. (ALVES, 1996, p. 51).

Mais adiante, o mesmo autor apresenta os argumentos que devem servir de base para o exame detalhado das fontes e das condições materiais de produção, de acordo com o referencial teórico que utiliza para a escrita de seus textos, constatando que:

> O precário estado da instrução pública mato-grossense, que decorreu da decadência da mineração e da independência, eventos que se fizeram acompanhar de evasão tanto de capitais como de expressivos quadros da administração portuguesa, assim como de asfixiante queda das arrecadações públicas, aguçou-se logo a seguir, quando foi baixado o Ato Adicional de 1834. [...] Até meados do século XIX, a situação educacional da Província não revelou qualquer resultado mais substancial, nem mesmo do ponto de vista quantitativo. Sem a sustentação de condições materiais que poderiam propiciar a sua expansão, a educação passou a figurar como mero artifício de retórica nos discursos das autoridades provinciais. (ALVES, 1996, p. 101-102).

Já a década seguinte é descrita por Humberto Marcílio como "período áureo", onde

> a instrução primária, modificados alguns aspectos do seu primitivo sistema e métodos, passa a funcionar em bases mais sólidas e mais racionais. Adota-se novo regime no seu horário de aulas, restabelecendo-se dois turnos, de acordo com a Lei nº 8, de 3 de julho de 1875, ou seja, de oito às onze da manhã e de duas às cinco da tarde, ao invez das seis horas corridas. [...] organizado em novas bases, dá a instrução lugar a cuidados mais delicados, quanto aos métodos de ensino. Discutem-se entre os homens instruídos da Província problemas de pedagogia. O inspetor de estudos passa a sofrer críticas, construtivas umas, maledicentes outras, no que, mesmo assim, evidencia-se o interesse geral despertado no seio da opinião pública, pelas questões ligadas à Educação. (MARCÍLIO, 1963, p. 87).

As análises de Virgílio Correa Filho também apontam o período entre os anos de 1870 a 1880 como a "década fecunda", em virtude da aplicação do Regulamento de 1873, cujos desdobramentos seriam percebidos até o final do século XIX. Entretanto, segundo este autor,

> Mal se tinha posto em execução a reforma, esboçada ligeiramente no capítulo precedente, quando, em famoso parecer, apresentados à Câmara dos Deputados, a 12 de Setembro de 1882, Ruy Barbosa traçou novos rumos ao ensino primário, cujo problema considerou magistralmente por todas as faces, destruindo velhos preconceitos e idéias, que não mais condiziam com os conhecimentos contemporâneos. (CORREA FILHO, 1919, p. 28).

A década, à qual se refere Virgílio Correa Filho, passou por intensa movimentação no que tange à Legislação de Ensino: foram promulgados três regulamentos para a Instrução (1873, 1875, 1878) e no início da década subsequente (1880) mais uma regulamentação ganha o cenário matogrossense. O exame da legislação já constitui objeto de estudo de dissertações e teses citadas neste trabalho, sob diferentes perspectivas; contudo, importa registrar que, além das questões políticas envolvidas e do embate de forças travado na aprovação de uma ou outra legislação, as preocupações com instrução/educação tiveram lugar garantido na configuração da história matogrossense, no segundo quartel do século XIX[39].

Na Tabela 01, que segue, é possível, a partir dos dados apresentados por Virgílio Correa Filho, conhecer a configuração da população matogrossense no período e entender, posteriormente, o alcance das medidas adotadas no campo da instrução pública.

[39] Cf. Castanha (2007), Neves (2009) e Silva (2011).

Municípios	Freguezias	Homens	Mulheres	Total	Escravos
Cuiabá	Senhor Bom Jesus de Cuiabá	6.301	4.901	11.201	*
	São Gonçalo de Pedro II	2.987	2.661	5.648	*
	Nossa Senhora da Guia	1.386	1.487	2.873	*
	Nossa Senhora do Livramento	2.130	2.092	4.229	3.759
	Santo Antonio do Rio Abaixo	3.076	2.397	5.073	*
	S. Anna do Sacramento da Chapada	1.092	1.073	2.165	*
	Nossa Senhora de Brotas	2.789	3.032	5.821	*
Miranda	N. Senhora do Carmo de Miranda	2.110	2.113	4.223	*
Corumbá	Santa Cruz de Corumbá	1.949	1.633	3.582	136
	S. José de Herculânea (Coxim)	*	*	3.000	250
Sant'Anna do Paranaíba	Sant'Anna do Paranaíba	1.793	1.547	3.24**	320
Diamantino	N. S. da Conceição do Alto Paraguai (Diamantino)	1.005	810	1.815	270
Rosário do Rio Acima	N. S. do Rosário do Rio Acima	1.651	1.612	3.263	250
Poconé	N. S. do Rosário do Poconé	1.520	1.409	2.929	490
São Luiz de Cáceres	São Luiz de Cáceres	2.324	2.327	4.651	480
Mato Grosso	Santíssima Trindade de Mato Grosso	697	801	1.498	170
**	**	**32.417**	**29.904**	**65.321**	**6.110**

* Os dados não constam do original.
** Os dados foram transcritos na íntegra.

Tabela 01 – Síntese da população matogrossense em 1880
Fonte: CORREA FILHO (1919/2002, p. 29). Dados com a data de 17 de agosto de 1880.
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

A Tabela 01, acima, possibilita visualizar o número de municípios em Mato Grosso, entre os anos de 1870 a 1880, e seus desdobramentos nas unidades políticas regionais, constituídas por vilas e freguezias. A julgar pelas grandes dimensões territoriais, percebe-se que a população se encontrava distribuída em 9 municípios, cujas distâncias e dificuldades de acesso estão, notadamente, registradas na História do Estado. Ao analisar a legislação no período anterior, Silva (2011) aponta que a população matogrossense, na década de 1870, perfazia a casa dos 60.000 habitantes; no entanto, pequeno percentual era alfabetizado, o que lhe permitiu questionar a profusão de jornais que circularam na província, não sendo objetivo do seu trabalho, contudo, analisar o dado.

Ainda com base no estudo realizado por Silva (2011), entende-se que a remuneração salarial dos profissionais da instrução pública vinha se constituindo em tema recorrente nas reformas de ensino, tendo em vista que a cada uma delas agregavam-se ou suprimiam-se valores e gratificações, dependendo do número de alunos e das condições de trabalho, permanecendo, por outro lado, as distinções entre os professores que atuavam nas escolas da capital e aqueles que atuavam no interior. A Tabela 02, que segue, evidencia essa situação.

Segmentos da Inspetoria da Instrução pública conforme os Regulamentos de Ensino

Cargo	**1873**	**1875**	**1878**	**1880**
	Salário (total)	**Salário (total)**	**Salário (total)**	**Salário[40] (total)**
Inspetor Geral das aulas	1:000$000	1:600$000	1:600$000	1:600$000
Professor da capital	1:600$000(E) 1:000$000 (I)	1:600$000(E) 1:000$000 (I)	1:700$000 (E) 1:000$000 (I)	1:566$000(E + GRATIFICAÇÕES) 1:000$000 (I + GRATIFICAÇÕES)
Professores das cidades e vilas	1:300$000(E) 800$000 (I)	1:300$000(E) 800$000(I)	1:300$000 (E) 800$000 (I)	1:300$000 (E + GRATIFICAÇÕES) 1:000$000 (I + GRATIFICAÇÕES)
Professores das freguesias e povoados	1:000$000(E) 600$000(I)	1:000$000(E) 600$000(I)	1:000$000 (E) 600$000 (I)	1:242$000 (E + GRATIFICAÇÕES) 800$000(I + GRATIFICAÇÕES)
Professores adjuntos	200$000			
Amanuense	600$000	600$000	800$000	800$000
Secretário		800$000	1:000$000	1:000$000
Contínuo da Escola Normal		600$000	600$000	360$000
Encarregado do Gabinete de Leitura		800$000	800$000	800$000
Professores da Escola Normal		1:200$000	1:200$000	1:200$000
Professores do Liceu			1:400$000	1:600$000

[40] Conforme o regulamento de 1880, seriam acrescidas gratificações de acordo com o número de alunos aprovados nos exames (variando entre 200$000 e 700$000). Esses valores não foram acrescentados à Tabela 02, acima. Cf. Silva (2011, p. 417).

Professor de Música			600$000	
Diretor Geral				2:400$000
Porteiro				500$000

(e) = efetivo; (i) = interino; salário = ordenado acrescido da gratificação.

Tabela 02 – ordenados dos professores conforme legislação matogrossense (1870-1880)
Fonte: adaptado de silva (2011, p. 413-417).
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

Ainda que não seja objeto de estudo nesta tese, chama atenção a divergência entre os valores praticados para a venda dos jornais neste período, bem como a periodicidade de sua circulação. A organização adotada para apresentar os títulos busca evidenciar essas diferenças:

Jornal/ Local	**Valor dos exemplares avulsos**[41]	**Circulação (Dia da semana)**	**Valor das assinaturas**			
			Mensal	**Trimestral**	**Semestral**	**Anual**
O Atalaia (São Luis de Caceres)	*	Domingo	*	*	7$000	12$000
O Iniciador (Corumbá)	$300	Duas vezes por semana (Quintas e Domingos)	2$000	5$500	10$000	21$000
O Corum-baense (Corumbá)	$160	Uma vez por semana (Domingo)	1$000	*	8$000**	14$000
A Gazeta (Cuiabá)	*	Seis vezes por mês	*	3$000	*	*
A Provincia de Matto Grosso (Cuiabá)	$400	Semanal (Domingo)	*	*	8$000	15$000
A Situação (Cuiabá)	$400	Duas vezes por semana em dias indeterminados (Quintas e Domingos)	*	*	7$000	12$000
A Tribuna (Cuiabá)	$250	Semanal	1$000			
O Argos (Cuiabá)	*	*	*	*	*	*

[41] Não obtivemos, no exame da bibliografia, elementos para discutir esse aspecto, mas alguns questionamentos podem ser realizados nesse sentido, tendo em vista que os jornais são produzidos para serem lidos, ainda que pesem todos os problemas relativos às formas de aquisição da leitura no território matogrossense, os próprios editores chegam a publicar críticas com relação aos leitores fortuitos e oportunistas que "ouvem" o jornal. Se o interesse era divulgar, as técnicas de impressão não dispunham de recursos muito variados para se apresentarem tipograficamente muito distintos uns dos outros - quais os motivos que levavam à prática de valores tão diversos? Os gastos com a produção, impressão e distribuição devem ser levados em consideração, mas ainda assim persiste a indagação. Elementos para a investigação de uma história da educação e da leitura se avizinham a esses questionamentos.

O Expectador (Cuiabá)	$300	Semanal (Quintas e omingos)	1$000	*	*	*
Echo do Povo (Corumbá)	*	Sábado	1$000	*	*	*
Oasis (Corumbá)	*	*	*	*	*	*
O Brazil (Corumbá)	$500	Semanal	*	*	*	*
O Clarim (Cuiabá)	*	*		3$000	6$000	*
O Matto Grosso (Cuiabá)	*	Semanal	1$000	*	*	*

(continua)

(continuação)

Jornal/ Local	**Valor dos exemplares avulsos**	**Circulação (Dia da semana)**	**Valor das assinaturas**			
			Mensal	**Trimestral**	**Semestral**	**Anual**
O Republicano (Cuiabá)	$200	Semanal (Quintas e Domingos)	*	*	8$000	15$000
Autonomista	$400	Semanal (Sábados)	*	5$000	9$000	17$000
A Colligação (Cuiabá)	$500	Semanal	*	3$000	*	13$000
O Estado (Cuiabá)	$300	Semanal	*	3$000	7$000	
O Pharol (Cuiabá)	*	Sábado	800 a 1$000**	2$500	5$000	10$000
O Cruzeiro (Cuiabá)	$300	Semanal	1$000	3$000	5$000	10$000

* A informação não consta nas edições examinadas.
**Alguns valores divergem, sem justificativa prévia, entre uma edição e outra. Os valores divergem ainda quando é acrescida a tarifa de envio domiciliar (porte) e com relação à circulação no interior e exterior. Considerou-se apenas o valor real.

Tabela 03 – Circulação e comercialização[42] dos exemplares de jornal
Fonte: APMT; NDIHR/UFMT (MATO GROSSO, 2010).
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

Durante a década de 1880 as reformas de ensino não integraram a agenda de temas, nem foram objeto direto de notícias e análises nos jornais examinados neste trabalho. No entanto, nos jornais que mantiveram convênios com o poder público e davam a conhecer a parte oficial dos poderes Legislativo e Executivo, que se apresentavam sob a seção "Parte

[42] Apenas a título de informação, seguem os preços de alguns itens, utilizados no cotidiano matogrossense como gêneros de primeira necessidade, na tentativa de entender, em termos de valores, quanto se dispendia para comprar um jornal: "[...] Sabão arroba 6$800; barra 360rs; Erva doce Kilo 1$400; Manteiga 1$500; Bacalhao 500rs; Sal saco 5$800. Na loja do Nho Veto" (Proposta para o Rancho, A GAZETA, 26/11/1889, p. 4).

Oficial", foram publicadas notas relativas a toda movimentação ocorrida nos setores citados. Acerca da instrução pública registra-se a publicação dos regulamentos de ensino, regimentos internos das escolas primárias e outros dispositivos correlatos à instrução no período.

Com a Reforma de 4 de março de 1880 inaugurou-se, segundo Humberto Marcílio (1963), uma nova fase da instrução pública matogrossense, com a abertura da Escola Normal, anexa ao Liceu Cuiabano, e a criação da Diretoria Geral da Instrução. Segundo este autor, o regulamento

> abrange a instrução na Província, [...], os ensinos primário e secundário, dividindo-se aquele em público, particular e doméstico, mantendo-se o particular sob a fiscalização direta do governo. Divide as escolas públicas primárias em três classes e restabelece os dois graus do ensino, sendo o primeiro obrigatório. O ensino secundário ficaria, como vimos, sob os auspícios do Liceu Cuiabano, com cursos entrosados entre si, o de Línguas e Ciências Preparatórias e o Normal. (MARCÍLIO, 1963, p. 93).

Sobre esse mesmo regulamento, Gervásio Leite destaca o seu caráter mais minucioso e científico:

> Mais amplo e minucioso era o regulamento na sua parte propriamente administrativa, assegurando melhores vantagens aos professores. [...] A reforma proposta por Maracaju foi audaciosa e imprópria para o tempo. De um salto, o regulamento apresenta uma situação bastante melhorada. Pena é que metade das coisas regulamentadas não passasse do papel, mas, diga-se de passagem, a reforma que o regulamento propôs deixou convicção de que maior era o interesse do tempo pela causa do ensino. [...] Próprio ou impróprio, oportuno ou muito adiantado, é necessário dizer que o Regulamento de Maracaju foi séria reação contra a estagnação do ensino na província. Como ele mesmo dizia, diante da Assembléia, em 80, o regulamento queria "levar o ensino ao lar doméstico, à mais humilde cabana e ao mais remoto ponto da província, promovendo simultaneamente as necessidades do presente e as exigências do futuro, nos limites da previsão humana". (LEITE, 1970, p. 67-68, grifo nosso).

As ideias, embora contrastantes, em alguns momentos podem ser complementadas a partir do entrecruzamento de um e outro autor: Gervásio Leite, embora tenha adotado, explicitamente, a obra de Virgílio Correa Filho como a produção que "nos vem guiando os passos através destes estudos" (LEITE, 1970, p. 29), apresenta outros dados que são significativos quando da análise dos textos dos periódicos em estudo. Humberto Marcílio e Rubens de Mendonça caminham na mesma direção, atentos às questões políticas, destacando alguns de seus desdobramentos no campo educacional. Contudo, silenciam sobre os elementos da cultura que, na perspectiva deste trabalho, extrapolam as fronteiras da dimensão política e auxiliam na compreensão da configuração dos processos educativos em Mato

Grosso, privilegiando não apenas os rudimentos básicos da instrução (ler, escrever e contar), mas o entendimento das questões do cotidiano – hábitos, costumes e formas de convivência, elementos que interferem diretamente nos modos de organizar a educação e o ensino.

Nas palavras de Robert Darnton (1986), quando analisa o papel do historiador em relação aos contos franceses,

> A questão poderia parecer óbvia ou batida, a não ser pelo fato de contradizer a sabedoria convencional da profissão do historiador, que consiste em retalhar o passado em pequenos fragmentos e amuralhá-lhos dentro de monografia, nas quais podem ser analisados em detalhes minuciosos e rearrumados em ordem racional. Os camponeses do Antigo Regime não pensavam em termos monográficos. Tentavam entender o mundo em toda sua barulhenta e movimentada confusão com os materiais de que dispunham. (DARNTON, 1986, p. 91).

Ao proceder essa arrumação identificam-se temas que não foram objetos de atenção, ou ainda não o foram sob determinado ponto de vista. Entende-se que a imprensa de circulação geral pode ser enquadrada nesse rearranjo. Discutindo a importância dessa tarefa, Darnton assevera:

> Ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho. Esse tipo de História Cultural pertence às ciências interpretativas [...]. Então, os historiadores deveriam ser capazes de perceber como as culturas formulam maneiras de pensar, mesmo no caso dos grandes pensadores. Um poeta ou um filósofo pode levar a linguagem aos seus limites mas, a certa altura, vai deparar-se com a estrutura externa da significação. (DARNTON, 1986, p. XVII-XVIII).

Nessa perspectiva, é necessário retomar o argumento referente às dimensões territoriais de Mato Grosso, tendo em vista ser este o grande ponto utilizado para justificar as dificuldades do seu desenvolvimento econômico e cultural. De acordo com Gervásio Leite, a área de 1.477.042 km²

> estava praticamente despovoada, pois contava quando muito, com uma população de 80.000 habitantes. [...] Essa exígua população distribuía-se por 10 imensos municípios isolados, porque estradas, praticamente, não existiam. Nem um poste telegráfico para modernizar a paisagem colonial, nem um aglomerado urbano mais denso, a não ser duas ou três cidades, inclusive a Capital. (LEITE, 1970, p. 85).

Ao estado de despovoamento relatado opõem-se o número e o volume de publicações periódicas identificadas naquela localidade: à época, se encontravam em circulação mais de

30 títulos de jornais, cuja periodicidade da maioria era semanal, sendo alguns publicados até três vezes por semana. Cabem aqui algumas indagações: Por que tantos jornais, quando os índices da população escolarizada eram baixos? Quem seria, pois, o público visado pelos jornais? Qual informação era privilegiada pelos impressos? Os textos jornalísticos são indícios para possíveis respostas e reforçam a justificativa para a compreensão da imprensa como lugar de poder e das estratégias de disputas e demarcação de espaço também no cenário educacional.

Para a leitura dos jornais e os possíveis desvelamentos que ela permite, partilha-se a análise que Roger Chartier faz das obras escritas em regime de Mecenato:

> Não se trata, portanto, de autores autônomos e inspirados que produzem livremente sem qualquer preocupação com as coisas desse mundo. Tampouco se trata de textos imateriais produzidos e recebidos fora de um suporte material. Ao contrário, trata-se de objetos construídos (física e simbolicamente) por homens cuja atuação é marcada por constrangimentos históricos e sociais. (CHARTIER, 2003, p. 13).

A fecundidade da iniciativa editorial e a multiplicidade de títulos contrastam, sobretudo, com as condições geográficas e econômicas de Mato Grosso no período, descritas como um sertão desabitado e inóspito, "Sibéria pestilenta", cujas forças militares seriam verdadeiras provas de resistência e sobrevivência. Ainda que tivessem ciclo de vida efêmero, muitos dos jornais examinados veicularam em suas páginas textos combativos contra uma série de temas, reafirmando a perspectiva das disputas por espaços, veiculação de ideias e legitimação de poder(es).

Ao final da década de 1880, precisamente em 1889, ganha visibilidade no cenário matogrossense a figura de Antonio Herculano de Souza Bandeira, Presidente da Província entre os anos de 1889-1891, que utilizou sua experiência à frente da diretoria de instrução pública no Rio de Janeiro, aplicando "os conhecimentos de sua grande experiência, como o fizera em outra Província (sic) que governara, traçando um vasto plano de reformas do ensino que põe imediatamente em execução" (MARCÍLIO, 1963, p. 99).

As principais mudanças atribuídas a esse Presidente foram:

> Quanto a instrução primária são tomadas várias medidas importantes, dentre elas, como vimos já, a que cria o Externato do Sexo Feminino, para preparação de mestras, bem como a organização da Diretoria Geral do Ensino Primário, com a extinção da Diretoria Geral da Instrução, [...] As escolas primárias que seriam classificadas em de terceira, segunda e primeira classe, seriam instaladas, aquelas, na Capital, constituindo 'regime especial', e devendo servir de modelo para as outras escolas; as de segunda se localizariam nas cidades ou vilas sede de cabeça de comarca e as de

> primeira, mistas, seriam destinadas a outros locais, a critério da Diretoria do Ensino Primário. (MARCÍLIO, 1963, p. 101).

Ao recuperar as análises do período, feitas pelos primeiros autores que se dedicaram a compilar as fontes e registrar a história da educação a partir da legislação de ensino e dos feitos políticos para o período, medidas que Peter Burke qualifica como prática da crítica das fontes (BURKE, 2005), chegou-se à mesma constatação de Gondra e Schueler (2008), em estudos sobre o império:

> Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre os Oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas. Estes novos estudos, em sua diversidade teórico-metodológica, se caracterizam pelo abandono de explicações generalizantes sobre os supostos insucessos da história educacional brasileira, na medida em que enfocam a heterogeneidade das formas de educação e de apropriação dos modelos educacionais, enfatizando a pluralidade das possibilidades históricas e usos diversos que os agentes fazem das instituições educativas, escolares e não-escolares, remodelando e reconstruindo os espaços, os saberes e os tempos sociais. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 19).

As pesquisas de André Paulo Castanha (2007) e Dimas Santana de Souza Neves (2009), exemplos de estudos que, apoiando-se em distintas matrizes para realizar estudos comparados sobre a educação matogrossense, elegeram a Província do Rio de Janeiro e o município da Corte (RJ) como lugar comum em suas análises e direcionaram as discussões no campo da instrução pública para o Paraná e Minas Gerais, respectivamente[43].

Em uma dimensão mais ligada aos aspectos culturais, os trabalhos de Elizabeth Madureira Siqueira (2000) e João Carlos de Souza (2008) dedicaram-se a entender aspectos da modernidade matogrossense em Cuiabá e Corumbá, evidenciando fortes indicativos da hipótese aqui assumida, isto é, que a imprensa periódica promoveu acesso ao público aos bens culturais e, por conseguinte, dava a conhecer as formas de organização da educação/instrução, a partir de uma determinada forma de relatar os acontecimentos.

Desses estudos depreende-se o uso de dispositivos legais, pautados essencialmente na produção de reformas e legislações de ensino, as quais, pretensamente, garantiriam o direito à instrução, para depois pensar nos aspectos pedagógicos inerentes.

---

[43] Destaca-se que não se trata de realizar uma resenha dos estudos citados, tão pouco hierarquizá-los quanto à produção de uma história da educação no império matogrossense e, sim, de efetivamente dialogar com a produção realizada, com a intenção de corroborar com os estudos e, ao mesmo tempo, acrescentar elementos novos ao debate, tendo em vista que os dispositivos de imprensa, utilizados neste estudo de tese, não foram cotejados em nenhum dos trabalhos como fontes primárias.

Nesse sentido, o que estava em voga eram as determinações políticas e, sobretudo, culturais que emanavam do município da Corte, embora, como afirma Neves quando discute acerca das reformas de instrução e do papel dos reformadores em Mato Grosso, não houve cópia na forma de organizar a instrução pública na Província, apenas seguiram-se os indicativos e movimentação do município da Corte, advindas da "circulação de ideias nesse período" (NEVES, 2009, p. 97).

Em sua análise, a modernidade já estava a caminho no discurso educacional mato-grossense e era identificada com a educação. Ao recuperar passagens do relatório de Euzébio Queiroz, Neves considera a pertinência em se conhecer modelos estrangeiros visando à elaboração das políticas para a instrução no Brasil: "em todos os paizes chamados ao grêmio da civilização, tem modernamente sido a instrucção primária objecto de especial solicitude da parte dos governos illustrados" (QUEIROZ, 1856 apud NEVES, 2009, p. 129). Ao considerar a necessidade de olhar para fora dos limites do território nacional, Neves conclui que

> o dirigente mostrou que os ideais no Brasil deveriam caminhar em busca de uma determinada "modernidade" ligada à "ilustração", isto é, aos movimentos das luzes que percorreu o século XVIII e avançou pelo XIX na Europa. Uma ideia de escola vinculada ao poder estatal ou sob controle e vigilância do Estado. (NEVES, 2009, p. 129).

Embora sem adotar a legislação como fonte documental primária e primeira, como é o caso das teses de Castanha (2007), Neves (2009) e Silva (2011), adota-se a premissa que, aliada à escrita e aos indicativos daqueles que, inicialmente, se dedicaram ao registro de uma história da educação matogrossense, a legislação pode ser considerada como polo de diálogo com os dispositivos da imprensa periódica, pois permite evidenciar, textualmente, intenções oficiais e limites de sua realização.

A partir, igualmente, da legislação de educação como fonte principal, a tese de Silva (2011) assevera que a segunda metade do século XIX, notadamente entre os anos de 1870 e 1880, foi significativa para a (re)organização da educação e da instrução pública em Mato Grosso nos anos subsequentes. Nas palavras da autora, "a década de 1870, como já se viu, foi a das reformas na instrução. Foram quatro em menos de dez anos" (SILVA, 2011, p. 453). Ao analisar, minuciosamente e sob vários aspectos, essas reformas, considera que todas foram frutos de uma intensa movimentação ocorrida no território após a guerra com o Paraguai, destacando que "os dados mostraram que as mudanças não são cumulativas, isentas de interesses, e é necessário compreendê-las em suas contradições, oposições, lutas, interesses, permanências, discordâncias e consensos" (SILVA, 2011, p. 453).

Essas explicações foram cotejadas também com o exame das Mensagens de Presidente de Estado à Assembleia Legislativa, utilizadas como suporte para o diálogo com as fontes relativas à imprensa nos capítulos seguintes. O uso das Mensagens teve como objetivo, essencialmente, entender em que medida o discurso propalado junto à Assembleia Legislativa, que por suas próprias funções se constituía como espaço de organização política e legal do estado, era objeto de notícias na imprensa. Além disso, as Mensagens forneceram pistas significativas dos municípios em que se poderiam buscar elementos para a compreensão da instrução pública mediante os dispositivos da imprensa.

Outro elemento determinante para o recuo das análises aqui realizadas, que a princípio se iniciariam nos anos de 1890, consistiu em entender os motivos pelos quais se havia atribuído a Mato Grosso a condição de isolamento do resto do Brasil. A pergunta era: Como uma Província/Estado, que se encontrava isolada, recebia e acompanhava, pela via da imprensa, os debates promovidos no campo da instrução pública em vários lugares do Brasil e mantinha correspondentes em Paris? Como os articulistas dos jornais almejavam que a instrução naquela localidade obtivesse investimentos que a assemelhassem, em desenvolvimento, à Suíça, Alemanha, França e Itália, como evidenciam por muitas vezes os artigos publicados nos jornais examinados?

O recuo no tempo permitiu dar visibilidade ao discurso progressista identificado nas páginas dos jornais em algumas províncias/cidades matogrossenses. Optou-se por seguir o curso e o tempo das fontes selecionadas para a investigação e, assim, os encontros e desencontros com os dispositivos de imprensa orientaram a delimitação temporal para o estudo.

Deriva dessas opções o entendimento de que Mato Grosso conviveu com duas (no mínimo) referências distintas de cultura e política entre os séculos XIX e XX: a referência do Município da Corte, a qual, conforme indicam os estudos de Castanha (2007) e Neves (2009), balizou em grande medida a organização de vários setores do cotidiano matogrossense, tendo em vista a própria relação de dependência administrativa existente no período imperial. A análise da imprensa periódica corrobora os estudos citados, dada a proeminência que ocupam as práticas no campo da instrução que deveriam ser adotadas também na Província de Mato Grosso, evidenciando os pressupostos de progresso e civilização almejados.

Evidencia-se ainda a referência paulista, que já adentrava o discurso da imprensa matogrossense em meados de 1885, ou, como evidenciaram os textos das Mensagens de Presidente de Estado à Assembleia Legislativa, a partir de 1890, por ocasião da instalação dos grupos escolares e da Escola Normal Caetano de Campos, corroborando com a tese de que a

circulação de ideias e pessoas pelo território matogrossense forjou o misto de modelos educacionais naquele período. Caem por terra, nesse sentido, quaisquer possibilidades de hierarquizar referências ou influências, sejam elas emanadas do município da Corte ou da Província de São Paulo.

Face à intenção de identificar a movimentação em prol da configuração de um cenário educacional, conforme noticiado pela imprensa, considerou-se necessário extrapolar as fronteiras cuiabanas, tanto no que se refere ao trabalho de pesquisa, utilizando-se das fontes produzidas naquela localidade, quanto à produção do conhecimento sobre a história da educação matogrossense que, costumeiramente, é relatada a partir do que ocorreu em Cuiabá, sem, no entanto, romper com os laços que a tornaram exemplar na implantação das políticas e consecução das iniciativas no campo. Com amparo nas pesquisas em acervos e no exercício cotidiano do paradigma indiciário, sugerido por Carlo Ginzburg (1996), foi-se interrogando a imprensa, na tentativa de entender se outras iniciativas, congêneres àquelas encontradas em Cuiabá, teriam sido empreendidas em outras cidades da Província/Estado, ainda que com dificuldades de ordens diversas. Encontramos em (São Luiz de) Cáceres e Corumbá, localidades que compuseram o cenário educacional matogrossense no período, compartilhando, nas páginas da imprensa, das mesmas preocupações de Cuiabá.

Capelato (1994) afirma que a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. A mesma autora afirma que no Brasil, principalmente nas últimas décadas do século XX, a imprensa passou a interessar aos historiadores que reconheceram a sua importância para os estudos históricos, entendendo-a como "fruto [...] de um esforço para se repensar problemas, abordagens e objetos da história" (CAPELATO, 1994, p. 20), ao qual se pode acrescentar também a história da educação. Essa autora afirma ainda que

> A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. [...] a imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1994, p. 24).

Entretanto, Ana Maria de Almeida Camargo, reconhecida pesquisadora no trato com a imprensa, cujos trabalhos se iniciaram na década de 1960[44], com a organização da hemeroteca Julio de Mesquita, assinala alguns procedimentos que demandam atenção quando se trabalha

[44] CAMARGO, 1975.

com esse tipo de fonte: “corremos o risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade [...] A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de história do Brasil parece confirmar nossas suposições” (CAMARGO apud LUCA, 2005, p. 117).

Ainda no que tange aos cuidados com a pesquisa relativa à imprensa, Tânia de Luca (2005) aponta o aparente preconceito em se utilizar a produção derivada da imprensa periódica como objeto ou fonte de pesquisa, dada a ausência de características consideradas básicas, como: “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2005, p. 112). Crítica essa que, segundo a autora, vem sendo rebatida desde os anos de 1930, a partir das novas formas de escrita da história reveladas pela geração dos *Annales*.

Frente ao exposto, as discussões que seguem buscam dar demonstrações efetivas do lugar fértil para a pesquisa em que se constituem os dispositivos de imprensa[45], configurando-se não apenas como apêndices ilustrativos das questões que se queiram demonstrar, mas como espaços significativos de debates e enfrentamentos em prol da defesa e/ou crítica de um conjunto de ideias políticas, culturais e, evidentemente, educacionais.

É nesse movimento ousado de alargamento temporal, territorial e documental que emerge a tese ou ideia-força do presente estudo: a instauração da instrução/educação no Estado de Mato Grosso, por meio das notas na imprensa periódica configura-se, a nosso ver, como forte indicativo da modernidade em Mato Grosso.

O exame da imprensa evidenciou outros territórios de circulação de ideias e pessoas, pensando, discutindo e publicando sobre educação, tornando possível, no movimento para além da cuiabania, agregar novos elementos para a história da educação matogrossense.

2.1 DO EXERCÍCIO DE SELEÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS FONTES: O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Para dar forma e corpo às análises que se pretende, a Tabela 04, que segue, destaca os periódicos selecionados para a composição das fontes[46] para examinar o cenário educacional

[45] Exemplo significativo do interesse e das pesquisas relativas aos impressos, notadamente, jornais e revistas, pode ser conferido em Dutra e Mollier (2006).

[46] A seleção dos títulos se pautou, aleatoriamente, por critérios de localização e exame nos acervos de Mato Grosso, cujas indicações foram dadas por instrumentos de pesquisas elaborados pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), aliado ao Catálogo de Imprensa Periódica matogrossense, elaborado pelo Núcleo de

em questão. Foi possível captar os debates e as ideias que estavam em circulação no período, buscando ainda os temas que foram silenciados e aqueles que se fizeram ausentes das páginas da imprensa.

A opção por consultar, manusear e examinar materialmente todos os jornais deve-se a dois fatores preponderantes: primeiramente, a necessidade de aprendizado gerada a partir do contato efetivo com as fontes, seja na sua materialidade, seja nos recursos tecnológicos que a tornam disponíveis ao acesso à consulta (microfilmes, imagens fotográficas, acervos digitais). A segunda justificativa decorre, necessariamente, da primeira na configuração do próprio ofício do historiador: um movimento semelhante ao que Robert Darnton (1986) e Carlo Ginzburg (1996) qualificam como um "escarafunchar" nos arquivos. O movimento de imersão nas fontes possibilitou conhecer aspectos que transcenderam ao uso do banco de dados, cujas informações se encontram prontas e catalogadas, dificultando, em estudos desta natureza, apreender detalhes que contribuiriam para entender as formas de pensamento da época.

Pedro Rocha Jucá (2009) realizou estudos sobre a imprensa em Mato Grosso, não realizando, contudo, um índice temático das publicações. Elizabeth Madureira Siqueira (2004) iniciou o trabalho de recenseamento das fontes ligadas à imprensa, no acervo da Casa Barão de Melgaço, sediada no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, e no Arquivo Publico do Estado, não procedendo, até o momento, a um exame efetivo daquele material.

Para dar forma às discussões e análises, no que se refere aos jornais, vale a pena lembrar aqui que foram selecionados diferentes periódicos que circularam entre 1880 a 1910, que evidenciaram debates no campo da educação, ainda que sejam em maior volume as notícias com características mais informativas do poder público. Foi possível identificar nesse período uma série de elementos que possibilitaram afirmar que a imprensa não esteve alijada da discussão das questões ligadas à instrução pública, muito embora o volume e a frequência das menções não sejam de grande monta.

As cidades de Corumbá, Cáceres e a Capital Cuiabá integram o corpus das localidades selecionadas por serem as primeiras que registram a publicação e circulação de uma imprensa periódica com certa regularidade (Tabela 04), destacando-se o fato de serem cidades portuárias, funcionando como entreposto comercial, viabilizando tanto a troca de mercadorias

---

Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT). No entanto, buscou-se cotejar os dispositivos de imprensa que não haviam, ainda, sido explorados em outros trabalhos acadêmicos da mesma envergadura, a exemplo dos jornais *A Cruz*, intensamente utilizado em virtude de apresentar correntemente, textos vinculados à situação da instrução/educação, registrando "a voz dos católicos" sobre o assunto, conforme destacam os estudos de Amâncio (2008) e Canavarros (2011).

intraestado, como a circulação de ideias e notícias entre outros estados da federação e outros países, como registram os correspondentes franceses em O Corumbaense e Echo do Povo. Outro dado significativo para a escolha de jornais que circularam nestas, à época, províncias matogrossenses, refere-se ao fato de congregarem também as primeiras iniciativas de instalação de instituições de ensino, sejam elas inicialmente particulares, ou com a adoção do pressuposto da instrução pública, as escolas isoladas.

Jornal	Localidade	Ano (Número de Exemplares localizados)	Total de exemplares consultados
O Atalaia	Cáceres	1887 (02), 1888 (02), 1889 (01)	05
O Iniciador	Corumbá	1877 (02); 1879 (03); 1880 (03)	08
O Corumbaense	Corumbá	1881 (42); 1889 (01)	43
A Gazeta	Cuiabá	1889 (39); 1890 (26)	65
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	1879 (01); 1881 (04); 1884 (03); 1885 (01); 1889 (01)	10
A Situação	Cuiabá	1874 (02); 1875 (01); 1886 (01)	04
A Tribuna	Cuiabá	1888 (01)	01
O Argos	Cuiabá	1882 (03)	03
O Expectador	Cuiabá	1884 (15); 1885 (16); 1886 (04)	35
Total de exemplares consutados no período			**174**

Tabela 04 – Jornais examinados entre os anos de 1880-1890
Fonte: APMT; NDIHR/UFMT (MATO GROSSO, 2010).
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

O movimento que se efetivou na busca das fontes aderiu, em partes, às orientações do paradigma indiciário, formulado por Carlo Ginzburg (1996). O levantamento de títulos se iniciou a partir da década de 1890, objetivando identificar o discurso sobre a instrução pública presente nos jornais republicanos, sua forma de configuração textual, disposição e localização gráfica (localização nas páginas - colunas, e posição no quadrante da página - superior, inferior, central, direito, esquerdo)[47].

[47] Considera-se importante registrar a intensa movimentação ocorrida nas redações dos periódicos matogrossenses, que foi observada a partir da leitura dos exemplares: mudanças tanto no sentido da substituição dos responsáveis pela edição e redação do jornal, quanto da equipe de colaboradores em todo o período compreendido por este estudo. Outra ressalva pertinente, mas que também não foi objeto de análise deste trabalho, diz respeito à participação de alguns dos proprietários, redatores, editores e colaboradores dos periódicos no cenário educacional. Alguns dos quais foram, inclusive, professores das cadeiras de Línguas, no Liceu Cuiabano e em outras instituições escolares do período, deixando o oficio do jornalismo para abrirem

Durante o processo de busca pelas notas sobre instrução procedeu-se à leitura praticamente integral dos textos publicados, pois, em um primeiro exame, não foram localizadas seções específicas que tratassem do tema, demandando leitura mais acurada dos textos de outras seções dos periódicos. Desse exercício três aspectos emergiram e, posteriormente, nortearam das fontes:

- A primeira se refere ao recuo na periodização estabelecida inicialmente como crivo para a seleção dos jornais – o período republicano. Tal rearranjo considerou como o questionamento acerca das balizas que instauraram a educação no regime republicano, no qual o discurso sobre a instrução se encontrava alicerçado ao ideário de progresso da nação e desenvolvimento do país. No entanto, esse discurso não nasceu com o movimento de republicanização do Brasil: estava posto como necessidade, mais evidenciada em algumas províncias que em outras, como era o caso de, respectivamente, São Paulo e Mato Grosso.

A organização do recorte temporal, em décadas, se justifica na intenção de demonstrar que as propostas de desenvolvimento, modernidade, progresso no campo da educação, foram gestadas em período anterior àquele que a produção historiográfica afiança – a reforma de 1910, realizada no governo de Pedro Celestino, conforme relata a obra de Gervásio Leite (1970).

Objetiva-se, ainda, evidenciar que as discussões não estiveram apenas circunscritas à capital Cuiabá, centro político, econômico e cultural de Mato Grosso, afiançando a hipótese da circulação e difusão de um pensamento pedagógico que reflete um movimento transnacional[48]. Pretende-se demonstrar, com isso, a representatividade da imprensa frente aos debates que integravam as práticas sociais e, porque não dizer, culturais no Estado de Mato Grosso, algumas das quais corroboraram para a contestação de alguns mitos ou desvios interpretativos na produção histórica de e sobre aquele Estado.

Entende-se que o governo de Pedro Celestino representa, para a história da educação matogrossense, um *evento histórico*, na perspectiva das análises desenvolvidas por Valdemarin (2010). Nesse sentido, a própria representação dos políticos matogrossenses sobre o empreendedorismo paulista, anunciado nas Mensagens de Presidente emitidas a partir da década final dos oitocentos, já constava na carta de intenções dos governos anteriores, quando o assunto era desenvolvimento no campo educacional, contudo, iniciativas congêneres

---

escolas particulares, em períodos posteriores. Uma história (ou várias) dos intelectuais matogrossenses e suas contribuições para a instrução/educação ainda está por ser escrita.

[48] CARVALHO; PINTASSILGO, 2011.

implantadas em outras Províncias foram também objeto de admiração e prestígio, e igualmente dos políticos matogrossenses naquele "importante ramo do serviço público".

- A segunda: identificada também a partir da leitura dos trabalhos acadêmicos na área, trata do que se chamou, na apresentação deste trabalho, da ampliação das fronteiras da cuiabania, ou seja, a leitura dos jornais e de alguns dispositivos legais evidenciou a possibilidade de análise de periódicos que circularam no mesmo período, em outras localidades. Cuiabá, Corumbá e Cáceres, notadamente foram lugares de uma produção jornalística e circulação de ideias e pessoas que se evidenciaram como "portos de passagens", na expressão de João Wanderley Geraldi (2003), os quais além do embarque e desembarque de pessoas e mercadorias nos paquetes e vapores que atracavam em seus portos, que abasteciam as necessidades materiais da população e os hábitos e costumes das elites matogrossenses, traziam também as notícias de outros lugares do Brasil, bem como de outros lugares do mundo considerado moderno.
- Por fim, mas não menos importante, o terceiro aspecto para a seleção possibilitou realizar um recenseamento dos textos publicados sobre a instrução no interior de outros textos, que aparentemente não mantinham relação direta com o tema. Desse exame resultou um banco de dados referente às notas sobre a instrução localizadas nos periódicos examinados, conforme demonstrado no Apêndice.

Os *Anuários Estatísticos Brasileiros* do período entre os anos de 1908-1912 trazem um extensivo balanço da atividade de imprensa no país, constando mapas e quadros que oferecem ao leitor a possibilidade de entender os locais de funcionamento destes dispositivos de circulação de informação, bem como entender a dimensão política estrutural que ocupavam nas práticas culturais correntes[49].

Embora com produção pouco expressiva, em comparação a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Mato Grosso figura entre os Estados que contam com atividades editoriais referentes aos impressos de circulação geral. Como evidenciado no capítulo anterior, os conceitos de modernidade que embalaram o ideário da republicanização do país, aliados à necessidade de "ordem e progresso", que orientaram as práticas de desenvolvimentismo que se instauram, ao menos no plano discursivo, possibilitam inferir que a atividade editorial

[49] Data de 20 de dezembro de 1907 a legislação que obriga a remessa à Biblioteca Nacional, de no mínimo um exemplar de todas as obras impressas produzidas e postas em circulação no Brasil (RIO DE JANEIRO, Decreto nº 1825). Sobre o tema vale ainda consultar o texto "A legislação de imprensa desde o Brasil Colônia até a época de Vargas" parte integrante do *Anuário da Imprensa Brasileira*, disponível no CPDOC/FGV, consultado em janeiro/2011. Consta do documento a relação de nomes de cidadãos matogrossenses cadastrados e registrados como jornalistas. Ver: Anuário da Imprensa Brasileira, 1939, p. 65 (FGV, 2011).

simbolizaria adiantamento, configurando novas formas de acesso à cultura e aquisição de conhecimentos, caso contrário, não haveria necessidade de recensear esse ramo de atividade.

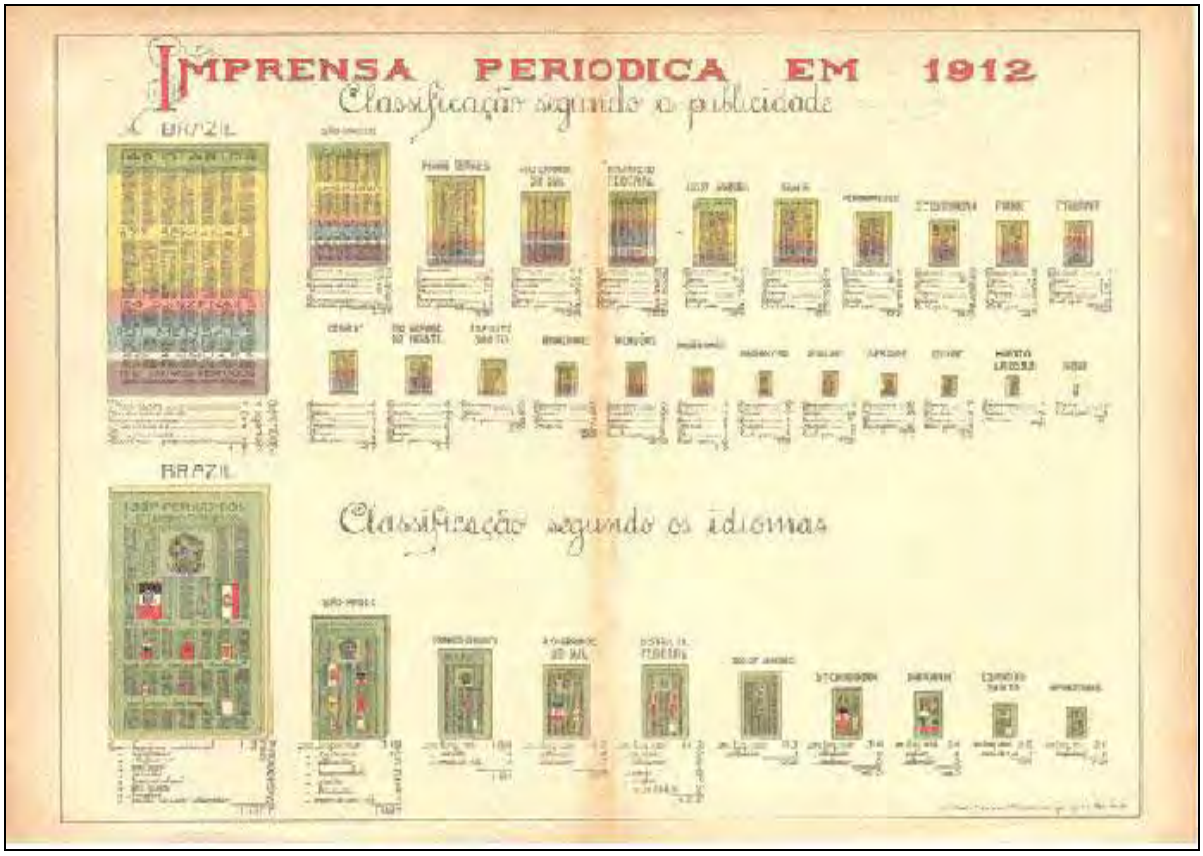


Figura 01 – Classificação da imprensa periódica em 1912
Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro (1908-1912), volume III - Sociedades Scientificas, litterarias e artisticas, Imprensa, Bellas Artes, Museos, Bibliothecas, ensino público e particular.

O CORUMBAENSE

CARTAS DA CORTE

Figura 02 – Jornal "O Corumbaense", n. 58 (1881) – (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Nas páginas do jornal *O Corumbaense*[50] (Figura 02) era possível acompanhar os debates que apontavam as fragilidades do regime imperial em Mato Grosso, anunciando a necessidade imperativa, conforme os textos, de mudança pela via da instrução pública. Afinal era necessário, a alguma instância, "[...] advogar os legítimos interesses do paiz, advogando o bem político, promover o progresso moral e material da nação, promovendo o amor pelas lettras e pela instrucção" (O CORUMBAENSE, 1881, n. 58, p. 01). Entendia-se que essa instância seriam instituições subvencionadas pelo poder público e que aproximassem a população matogrossense da cultura e dos avanços do mundo moderno.

Nesse sentido, há um ideário a ser alcançado e pressupostos a serem seguidos em direção a isso: a instrução pública figura, efetivamente, no epicentro desses pressupostos.

[50] **O Corumbaense: órgão dos interesses do commercio, da lavoura e da instrucção popular, litterario e noticioso**, circulava em Corumbá duas vezes por semana, não sendo possível identificar nos números examinados o dia exato, mas a julgar pelas publicações observadas, poderia ser entre terças e quintas feiras, pois, em geral os jornais com apenas duas edições semanais saiam aos domingos. Era de propriedade de Antonio Malheiros e André Troyano de Rocha Passos, apresentando em algumas edições a epígrafe "propriedade de sociedade anonyma", mas, segundo João Carlos Souza, era financiado pelos comerciantes locais. As edições localizadas a partir do número 58, durante o ano de 1880-1881, guardam características bastante específicas àquelas localizadas a partir de 1889, cujo Diretor foi Firmo José Rodrigues, e a sua apresentação é alterada para **O Corumbaense: periódico político e noticioso.**

Acompanhando a tônica marcante do período, *O Expectador*[51], que circulou em Cuiabá, destacava que

> Nunca é demais tratar-se de um tempo tão útil quanto necessário meio para preparar-se a mocidade para o futuro. É a educação o pedestal seguro e o pharol brilhante que dirige os actos dos homens e da vida social; e esta só poderá ter lugar na tenra idade dos infantes, porque o menino, depois de acostumado a ociosidade e dominado pelo vicio jamais poderá acceitar uma educação seria e proveitosa. (O EXPECTADOR, n. 78, 10/04/1885, p. 01).

Rubens de Mendonça (1977) destaca as dificuldades de implantação de quaisquer iniciativas no setor educacional:

> Assim foi, na primeira década deste século, Mato Grosso isolado do Brasil, era considerado quase como a Sibéria. Quem vinha para cá, vinha por castigo. Ruy Barbosa referindo-se a Corumbá, uma das mais importantes cidades do Estado, assim dizia: O clima intolerável de Corumbá, a propósito do envio, para aquelas paragens, de alguns batalhões, é pintado com cores tão vivas que nos dão a impressão de vítimas daquela canícola, com todo o seu cortejo de sintomas: Não há energia humana que resista a influência tão depressiva (...). (MENDONÇA, 1977, p. 22-23).

Comentando a decepção de Ruy Barbosa com relação às condições climáticas e de localização do Estado, Rubens de Mendonça acrescenta:

> Se um homem da cultura de Ruy Barbosa dizia isto a respeito do Mato Grosso qual seria o julgamento de outras pessoas? (...) O traço de união ligando Mato Grosso a São Paulo, que é a Ponte do [rio] Paraná, ainda não tinha sido construída e nem a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil existia. Mato Grosso era afinal uma terra estranha dentro do Brasil. (MENDONÇA, 1977, p. 22-23).

Ao reiterar as contribuições de Rui Barbosa para o debate educacional nos anos finais do Império, os autores matogrossenses, bem como os dispositivos de imprensa, objetivam registrar a sua posição nos debates nacionais, ou seja, ainda que desfavorecidos pelo fator tempo para que as notícias chegassem às terras do Brasil Central, o esforço em manter-se "atualizado" frente às transformações políticas faz parte da agenda de temas que integravam as preocupações dos jornalistas da época.

[51] **O Expectador: orgam dos interesses sociaes – *Ridenndo castigat more***, circulou em Cuiabá semanalmente, tendo como editor proprietário Pedro Moseller. Durante os anos de 1884-1886, alteraram-se os redatores e proprietários do jornal, impresso em Cuiabá, contando e registrando em suas páginas a participação de colaboradores diversos na produção dos textos veiculados, mas o padrão tipográfico e a linha editorial adotados mantiveram-se presentes em todos os números examinados. José Estevão Correa, figura eminente em Mato Grosso, foi, durante um período, redator do periódico.

> Aceito o traçado de uma linha ferrea que communnique essa província com a de Matto-Grosso[52], traçando cuja primeira parte fosse a secção da estrada de Araraquara e Sant'Anna do Paranayba, há possibilidade de alcançar-se o concurso de uma ou mais d'aquellas companhias para realizarem a construcção da estrada, mediante alguns auxílios dos Estados? (O CORUMBAENSE, n. 63, 26/02/1881, p. 03)

Ao fomentar notas sobre a necessidade de desenvolvimento da estrada de ferro, que daria mais agilidade ao transporte e circulação de mercadorias, editores e redatores dos jornais colocavam-se como aliados do progresso, atendendo a interesses múltiplos tanto de Mato Grosso, quanto de outras localidades, a exemplo de São Paulo.

2.2 POR UMA ESCRITA SOBRE A IMPRENSA MATOGROSSENSE: A INSTRUÇÃO/ EDUCAÇÃO EM DEBATE

A imprensa em Mato Grosso marca sua história desde a primeira metade do século XIX. Conforme Licurgo Costa e Barros Vidal,

> foi em 1840 que, com o Themis Mato-Grossense, publicado em Cuiabá, Mato Grosso teve seu primeiro jornal. Veio depois o "Cuiabano Oficial" e que passou a chamar-se "O Cuiabano", circulando em 1842. E em 1889 tinham vida regular em Cuiabá os seguintes jornais: "A Provincia de Mato-Grosso", "A Situação", "A Gazeta", "A Vespa", "O Futuro". (COSTA e VIDAL, 1940, p. 53).

Ainda de acordo com estes autores, no período republicano, circulavam em Mato Grosso os seguintes jornais: "*A Razão*, Cáceres – *Folha da Serra*, Campo Grande – *Tribuna*, Corumbá – *A Folha do Povo*, Ponta Porã – *A Fronteira*, Cáceres – *A Mocidade*, Ponta Porã – *Gazeta do Comércio*, Três Lagoas – *Mato Grosso*, Cuiabá – *Gazeta Oficial*, Cuiabá – *Guaraní*, Campo Grande – *Progressista*, Campo Grande – *Município*, Corumbá (COSTA e VIDAL, 1940, p. 183-184).

Nas produções A imprensa oficial em Mato Grosso e a edição comemorativa ilustrada "Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história", Pedro Rocha Jucá (1986, 2009), oferece elementos relevantes para entender a história centenária da imprensa em Mato Grosso, com alto volume de títulos, na sua maioria composta por jornais particulares – entre os anos de 1848 a 1890 – mas que vendiam, mediante a participação em editais públicos, contratos e convênios, espaços nas suas páginas para a publicação dos atos oficiais, enquanto a tipografia

[52] Matto Grosso era a denominação da Villa Bela da Santíssima Trindade.

do Estado não se estabelecera efetivamente, o que ocorreu a partir de 1890, e que, em certa medida, favorecia a sobrevivência desses periódicos (JUCÁ, 1986, 2009).

Embora a tônica das obras seja evidenciar, e reverenciar, as iniciativas de Mato Grosso em torno do empreendimento de instalação de Tipografias e da produção de jornais naquele território, cuja origem remonta aos anos 1839, Jucá divide o desenvolvimento da imprensa matogrossense em três fases:

> A primeira corresponde à da Typographia Provincial, que vai de agosto de 1839 a 31 de agosto de 1848, quando a primeira tipografia oficial mato-grossense foi posta em hasta pública [...]. A segunda fase é a dos jornais particulares publicando os atos oficiais, compreendendo o período que vai de 2 de setembro de 1848, quando circulou o primeiro número do jornal ECHO CUIABANO, editado pela gráfica montada com a aquisição do equipamento da Typographia Provincial, indo até o dia 2 de maio de 1890, quando o general Antonio Maria Coelho, primeiro governador do Estado de Mato Grosso, rescindiu, pelo seu Acto n. 181, o contrato celebrado com o Sr. Victal Baptista de Araujo, proprietário do jornal "A GAZETA", para publicar os atos oficiais. A terceira fase, a atual, começou dia 8 de maio de 1890, com a implantação da Typographia do Estado, e com a circulação do primeiro número do jornal "GAZETA OFFICIAL". (JUCÁ, 1986, p. 04).

Além de fazer circular notícias sobre Mato Grosso e Goiás nos primeiros anos da produção editorial as lides com a imprensa abriram espaço para o surgimento de uma nova profissão: a de tipógrafo. O advento da imprensa proporcionou, "empregos e oportunidades, isto sem esquecer do avanço verificado na área da cultura, despertando a arte de escrever e o hábito da leitura e os seus desdobramentos" (JUCÁ, 1986, p. 18).

Em outro momento, o mesmo autor reitera a importância do setor:

> Mesmo com a sua característica oficial, tanto a tipografia quanto o jornal prestaram valiosos serviços, a começar pelo fato de proporcionar a Cuiabá, e a Mato Grosso o seu primeiro veículo de comunicação de massa. A influência nos meios culturais também foi evidente, estimulando o hábito da leitura, divulgando a língua pátria, e elevando o nível de educação e cultura da população local. (JUCÁ, 1986, p. 27).

Vale enfatizar que o recurso da autovalorização do trabalho da imprensa parece ser inerente aos profissionais que nela têm a sua forma de sustento, embora essa nem sempre fosse explícita[53]: em todos os jornais que compõem o corpus documental desta tese, editores e redatores advogam em defesa dos interesses da imprensa, literal e publicamente nos textos.

[53] Os editores, redatores e diretores dos jornais matogrossenses eram, em geral, ligados ao setor do comércio ou ao serviço militar. Observa-se que alguns deles ocuparam cargos políticos, inclusive no setor da instrução, como se buscará evidenciar no decorrer do trabalho. Sobre aspectos da profissão de tipógrafo em Mato Grosso, ver Jucá (1986, 2009).

O argumento pautado no ideário de civilização e exemplo de adiantamento de uma nação que possuía liberdade para expressar suas diversas formas de pensamento, estendendo-a a um grande público funciona como forma de propaganda para o veiculo, garantindo sua condição de bem cultural, e nesse sentido, elemento indispensável ao mundo moderno.

Desse modo, representando os interesses da sociedade:

> o dever de um jornal não é exclusivamente procurar dar o que agradar, é também e principalmente procurar dar o que é util, o que pode produzir proveitosos fructos, ou o que ao menos sirva para despertar o gosto e o amor pelas lettras. A imprensa que procede de modo contrário divorciar-se de seu nobre (?...) a litteratura, que é a expressão do bello. [...] (O CORUMBAENSE, n. 60, 16/02/1881, p. 01).

Desde o século XVII encontramos o exercício de autodefesa da imprensa nos verbetes da Encyclopedia, de Voltaire, como evidenciam os estudos de Marco Morel (2009). Nesse aspecto reside ainda a função pedagógica da imprensa.

É uma imprensa que, naquele período, se apresentava com duas linhas editoriais bastante definidas: informativa e opinativa, onde se anunciava, por vezes explicitamente, lugares e posições sociais ocupadas pelos redatores e articulistas, ora ao lado daqueles que estavam à frente do poder, ora fazendo oposição a eles.

O CORUMBAENSE

ORGÃO DOS INTERESSES DO COMMERCIO, DA LAVOURA E DA INSTRUCÇÃO POPULAR
LITTERARIO E NOTICIOSO.

Propriedade de uma associação anonyma.

Publica-se duas vezes por semana

Editor — André Trevisano da Rocha Pacheco.

Condições de assignatura: Para Corumbá — por anno 14$000; por semestre 7$000. Para o exterior — por anno 15$600; por semestre 8$000. Numero avulso 160 rs. Pagamento adiantado.
Os annuncios dos Srs. assignantes são gratis.

Anno II — Cidade de Corumbá, (Provincia de Matto-Grosso) 26 de Fevereiro de 1881 — N. 65

O Corumbaense

A Centralisação

Um dos maiores males que tem affligido e continúa a affligir o nosso paiz é reconhecidamente o do pernicioso systema da *centralisação*.

Muito se tem escripto e fallado já sobre este assumpto, de maximo e transcendente interesse para todo o paiz, no sentido de se demonstrar as suas desvantagens, mas nada infelizmente se tem podido conseguir para removel-o e evitar as suas funestas consequencias.

O mal subsiste, ameaçando mais avultar-se, e por isso cumpre combatel-o, e combatel-o sempre.

A *centralisação* em um paiz é a hydra ou a imagem voraz do egoismo, que tudo a si attrahe e avassalla, em exclusivo beneficio do *poder*, para o seu fortalecimento, e em desproveito e até na desapropriação dos direitos do cidadão, no cerceamento de sua liberdade.

A *centralisação* é a arma predilecta de todos os governos que, reconhecendo-se fracos ou illegitimos perante a opinião publica, ante a vontade soberana dos povos, sem cujo consentimento se achão subitamente elevados, e em nome de quem se dizem constituidos, d'ella se prevalecem para os opprimir e enthronisar o despotismo.

Sob qualquer forma de governo, por mais democrata e menos abusiva que se nos antolhe, é sempre fatal a *centralisação*. Absorvendo ou congregando em torno de si as forças vitaes de uma nação, cerceando lhe todas as avenidas por onde possa exuberar e crear alento, supprime-lhes a seiva, para sacrifical-a em proveito do *cezarismo*, da facção chamada *poder*, que a maior parte das vezes, quando illegalmente constituido, (*) não é mais do que o poste ignominioso da tyrannia, em que se firma um carrasco, um embusteiro usurpador, a cujos acenos e solicitações curvão-se as massas submissas, a pusillanimidade e a fraqueza, para de suas mãos receberem, com o aviltamento do'alteg', a esmola de um mirrado direito, que *antes* lhe fora outorgado pela natureza, de um direito que nasceu com o homem, mas de que a perversidade, o egoismo e o capricho do mais forte, impellidos por uma criminosa sagacidade, ousárão apoderar-se, soubesão extorquir, em utilidade propria.

Não é necessario supremo esforço de intelligencia para se reconhecer as desvantagens da *centralisação*.

Imaginemos um chefe de familia egoista ou uma mãi desnaturada, que ao passo que se atavia de finas sedas e custosos brilhantes, fazendo se reluzir pelos esplendores da luxuria e da abastança, que a tudo quanto ha de selecto procura para si e a si submette, deixa impiedosamente os de mais membros da familia, filhos e irmãos, nus, descalços e esfaimados, de mãos erguidas e olhos lacrimosos, a solicitarem o óbulo da caridade, a impetrarem pão...pão para o espirito e pão para o corpo...perecendo na miseria,na mais acerba e acabrunhadora indigencia...; imaginai o chefe de familia ou a mãi desnaturada que vendo os filhos e os irmãos, partes de si mesmo, succumbirem de frio e de fome,aos rigores das vicissitudes, ao passo que se regosija em coxins de velludo,á luz cambiante dos prazeres, solta-lhes nas faces a gargalhada do desprezo, do mais revoltante sarcasmo, e, longe de os soccorrer, exige-lhes brindes, donativos, *tributos*...

Eis o que é um paiz qualquer quando não dimana do povo.

(*) E *illegal* é todo o governo que não dimana do povo.

do contaminado pelo virus absorvente da *centralisação*.

Ao passo que a provincia onde está assentado o poder se adorna das mais opulentas galas, frue todos os privilegios, goza de innumeras regalias e commodidades, as suas co-irmãas do interior, vêem se privadas dos mais palpitantes melhoramentos, convertidas em verdadeiros *cantões feudaes*.

E devido a este pessimo systema, pode-se-o asseverar, a lentidão do nosso progresso.

As nações onde a soberania popular é uma realidade, e não uma ficção, onde o povo,indue nos seus proprios destinos, onde a opinião publica é consultada, ouvida e acatada pelos governos, onde todos se irmanão pelo patriotismo, como a grande patria de Washington, os Estados Unidos da America, essa nação modelo, em um periodo curto de existencia assumem proporções gigantescas, verdadeiramente assombrosas, que as elevão grandemente no conceito das de mais nações civilisadas e as tornão respeitaveis.

No Brazil, onde o povo é uma especie de *besta de carga*, uma entidade desprezivel, sem o menor direito ás attenções do *poder*, onde os seus filhos, com especialidade os das provincias, são tratados como *bastardos*... como *bonecos mechanicos*... as revoluções das sciencias modernas, os progressos da arte e da industria, finalmente a marcha triumphante da civilisação, se desenvolve com uma morosidade digna de lastima.

E como não ha de ser assim, se os *senhores* do poder, fartos dos gozos que lhes proporciona o predominio dos cofres publicos, elevados, não pelo seu merecimento ou pelo suffragio popular, mas pela vontade de um unico homem, irresponsavel em seus actos, entendem dever a todo transe e indelinidamente illaquear as consci-

Figura 03 – Jornal “O Corumbaense”, n. 65, p. 1 (1881) (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Em outro momento, em uma espécie de *Ode à imprensa*, os editores de *O Corumbaense* lamentam a pouca valorização atribuída aos seus esforços:

> E lastimavel a negação que da parte de muitos compatriotas se nota para com a imprensa. Raros, bem poucos em relação a população vasto império, chamado do cruzeiro, tão rico de tallentos e belezas naturais, são os que cultivam e animam as lettras. Provem d’ahi, em grande parte o estado de atraso, quer moral, quer material, em que, comparativamente ao adiantamento de outros povos ainda nos achamos máo grado os optimistas. No Brazil dá-se mais apreço a qualquer analphabeto apatacado embora pouco se differencia do quadrupide do que a um homem de lettras. (...) A imprensa, que deveria ser o ídolo de todos, a quem todos deverião procurar e animar, como a procura da luz do sol, porque como esta ella nos illumina o espírito; a imprensa que em toda parte foi sempre a rainha da opinião, a interprete por excellencia de todos os sentimentos nobres e civilisadores (...) passa quase esquecida, olhada com o maior indiferentismo como se fosse uma coisa supérflua ou um trambolho que nos incommodasse. (...) Mal

> sabem os differentes, essas criaturas inimigas, o quanto concorrem para o atraso do seu paiz, ou pelo menos o quanto retardão o seu adiantamento, não protegendo a imprensa. (...) Se no Brazil lesse-se mais, se tivesse a imprensa outro acolhimento que infelizmente ainda não tem, se pudesse obter pela iniciativa individual vigoroso impulso, com a sua importância e prestigio surgirião escolas se prepararíam as multidões, porque o gosto para o estudo ella se incumbiria de despertar-lhes. (O CORUMBAENSE, n. 65, 1881, p. 01).

Em *A Situação*[54], jornal cuiabano cuja epígrafe indicava ser um "jornal official, político e litterario", constavam notas das realizações oficiais do governo no campo da instrução, como o anúncio de prazos e datas para a realização dos exames preparatórios para o ingresso na instrução primária e secundária, os resultados de aprovação e reprovação neste e em outros tipos de exames realizados no período, bem como a descrição de como ocorreram:

> No dia 22 deste, as 10 horas da manhã, em uma das salas do palacio da presidência, teve logar o exame de leitura, escripta, doutrina cristã e arithmetica ate proporções requerido em virtude da lei provincial n. 13 de 9 de julho do anno próximo passado e do edital da inspectoria geral dos estudos de 3 do corrente, pelo professor particular de instrucção primaria desta capital, alferes José Ponce Martins, afim de poder continuar no exercício do magistério.O examinhado exhibiu por provas escriptas e oraes as suas habilitações para o ensino das ditas matérias em presença de S. Exª o Sr. Vice-presidente da província, dos examinadores e do inspector geral de estudos, e, apreciadas as provas, foi julgado habilitado [...]. (Gazetilha, A SITUAÇÃO, n. 458, 28/03/1874, p. 01).

Mas as avaliações públicas e publicizadas nas páginas da imprensa não tinham apenas como objetivo divulgar o aproveitamento do candidato nos exames realizados, como se pode conferir na continuação da nota:

> [...] Aproveitamos a occasião para recommendar o Sr. Ponde Martins aos Paes de família, não só pelo seu zelo na instrucção dos meninos, que lhe são confiados como pelo exemplo que dá a essa mocidade que vem, de que a obediência a lei, e o respeito ás legitimas autoridades são os fundamentos de toda a sociedade bem construída. (Gazetilha, A SITUAÇÃO, n. 458, 28/03/1874, p. 01).

[54] **A Situação: jornal official político e litterario** circulou em Cuiabá sendo distribuído duas vezes por semana, em dias indeterminados, conforme informado. Nos primeiros números não aparecem identificados os proprietários, nem a equipe de redatores. Apenas na edição de nº 1036, ano XIX, localizou-se o registro da mudança da epígrafe de apresentação do jornal, que passava a ser **A Situação: órgão do partido conservador**, tendo por Diretor Vital Baptista de Araújo e Redator Chege Antonio Augusto Ramiro de Carvalho. Nesse período o jornal se apresenta com padrão tipográfico diferenciado, com cinco colunas distribuídas em 4 páginas, quando o comum para os outros títulos eram entre 3 e, costumeiramente, 4 colunas, com exceção de *A Provincia de Matto Grosso*.

O ideário de ordenamento com vistas ao progresso encontrava-se estampado nas páginas do jornal:

> [...] Do ensino ou do exemplo de desobediência á lei virá o menosprezo á autoridade; da desobediência á autoridade legal virá o menosprezo aos mestres; destes aos paes, e, assim da sociedade passará a anarchia para a família e com a ordem social se subverterá a ordem natural. [...] (Gazetilha, A SITUAÇÃO, n. 458, 28/03/1874, p. 01).

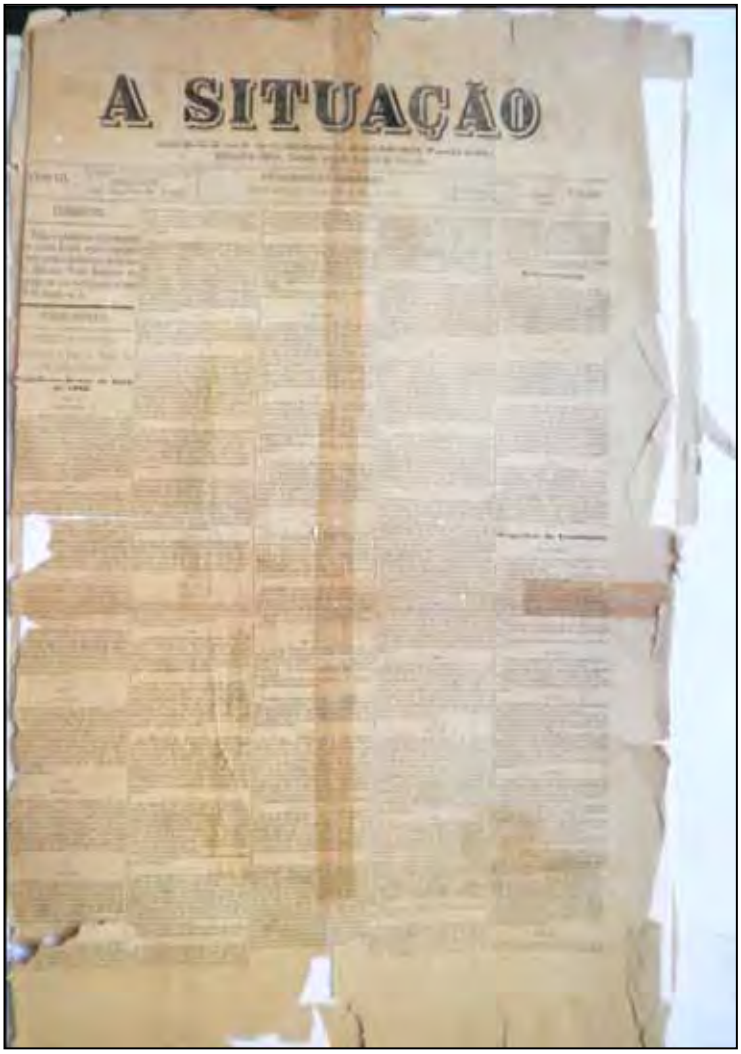

A SITUAÇÃO

Figura 04 – Jornal "A Situação", n. 458, p. 01 (1874) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

A publicidade dos exames para provisão dos cargos de mestres não era privilégio de Cuiabá. Em Corumbá, houve o registro literal da "Acta de exame de provecção das escholas

sob a regência da Exma. Sra. D. Francisca dos Santos da Fonseca e Balthar Luiz da Fonseca" (O INICIADOR[55], n. 100, 12/12/1880, p. 01).

Anno I. Nº 37

O INICIADOR

Jornal Commercial, Noticioso e Litterario.

O INICIADOR

CAMPO NEUTRO

Questão Villa Maria

Figura 05 – Jornal "O Iniciador", n. 37, p. 01 (1877) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

É por intermédio das páginas deste periódico que se pode acompanhar, em Corumbá, a discussão acerca da definição do melhor traçado para a linha férrea,

> tem-se levantado à conveniente altura, na Côrte e em S. Paulo, uma notável e magna questão relativamente a escolha do melhor traçado da linha férrea, que tenha por fim ligar a Capital do Império com a Provincia de Matto

[55] **O Iniciador: jornal commercial, noticioso e literário - legalidade, justiça, ordem e liberdade** circulou em Corumbá semanalmente, às quintas e domingos, tendo como diretor e editor Manoel Antonio Guimaraes e na redação, Silvestre Antunes Pereira Serra. Durante os anos de 1880-1886, os números dos jornais trazem uma alteração na posição dos responsáveis pela folha, passando a ser redator e editor Silvestre Antunes Pereira Serra e Diretor Manoel Antonio Guimaraes, ambos apresentados como Proprietários Fundadores.

> Grosso, isto é, se deve ser preferida a linha de Coritiba a Miranda chamada do Paraná, ou se deve continuar-se uma das vias férreas paulistas, já construídas, até Cuyaba. [...] (Collaboração, O INICIADOR, n. 30, 22/07/1877, p. 01).

Enquanto no Brasil se decidia qual seria o melhor traçado, em outra edição, *O Iniciador* noticiava a construção de uma nova linha férrea no Japão, finalizando com o seguinte comentário: "a civilisação, como se vê, vai fazendo assim honrosas conquistas n'aquellas regiões" (O INICIADOR, n. 184, 25/01/1879, p. 04).

Como já mencionado, o recurso da transcrição de notícias ou textos publicados no Brasil, ou em outros países, é significativo nos jornais matogrossenses. A edição de 21 de agosto de 1879 publica em duas colunas completas, na ultima página, a experiência relativa a Caixas econômicas escolares, realizada em uma escola pública do sexo feminino de Pernambuco. Nessa longa aula de economia financeira, o tom do discurso é de uma conversa, qualificando a economia como uma das virtudes necessárias às mulheres. "A economia, minhas filhas, consiste em poupar e guardar cada um tudo aquillo que lhe sobra do essencialmente necessário [...]" (Caixas econômicas escolares, O INICIADOR, n. 242, 21/08/1879, p. 04).

O aprendizado ao qual a professora se refere, consiste na economia do tempo, que deve ser estritamente bem empregado "no estudo de vossas lições, na leitura de bons livros, nos vossos trabalhos de agulha [...]", assim como na economia "dos vinténs que vos sobrarem, ou antes guardados do que para brinquedos e golodiças vos forem dados [...]." Ensina ainda a diferenciar o que é capital, para posteriormente calcular e aplicar os juros "constituindo assim um dote que poderá proporcionar-vos um futuro feliz [...]" (Caixas econômicas escolares, O INICIADOR, n. 242, 21/08/1879, p. 04).

A condição da mulher à frente do magistério ganha importância nas páginas dos semanários. Embora a questão da feminização da profissão[56] não esteja, neste momento, em discussão ou evidência, a imprensa permite visualizar a ocupação dos postos de trabalho por mulheres, sendo possível perceber, nas décadas seguintes, os embates que o campo profissional anunciava nos oitocentos. Incorporar a mulher ao magistério significaria, de acordo com o exame das notas da imprensa, aumentar o "exército" de braços em prol do desenvolvimento moral da população matogrossense.

No entanto, a presença das mulheres no ensino, tanto na condição de trabalhadoras quanto na condição de alunas, parecia não agradar alguns setores da sociedade matogrossense,

[56] Ver Almeida (1996).

como evidenciam alguns textos publicados em *O Expectador*. Essa discussão ocupa a metade da edição de fevereiro e ressalta, entre uma série de aspectos, crítica intensa à educação proporcionada por mulheres, qualificando-a como fútil, não preparando as meninas para os enfrentamentos da vida cotidiana:

> [...] De facto o que é que geralmente se ensina as meninas na mor parte das casas de educação dirigidas por mulheres? Ensinão-lhes a dissimular e agradar: apenas se occupão de inculcar-lhes essas verdades serias, morais christãs e fundamentaes, que deverião ser a base de toda a educação prudente e esclarecida; antes lhes dissimulão o mundo do que lh'o é explicão; e é na idade em que se agitão as paixões que as entregão indefesas ao turbilhão deste mundo que ellas não conhecem e que só procura engana-las, afim de conseguir mais facilmente seduzi-las. [...] excitão seu orgulho, applicando-se muito mais a cultivar-lhes as faculdades physica do que as faculdades Moraes; [...] (Educação, O EXPECTADOR, n. ?, 13/02/1885, p. 01).

Diante dessa e de outras constatações evidenciadas pelo artigo, o modelo educacional das escolas religiosas está em questão: a educação da mulher, voltada para o lar, para a maternidade, para a família, busca, a partir das referências descritas no texto, ampliar seu espaço e sua abrangência. No que consistiria, então, a educação ideal da mulher?

Na sequência do artigo é possível perceber que a propalada educação deve dar elementos para que a mulher se mantenha fiel aos princípios estabelecidos pela sociedade, mantendo a integridade da família, para que não houvesse desvios na sua conduta moral:

> se ellas não logrão bens da fortuna, ensinai-lhes a trabalhar, e não somente a agradar; fazei dellas boas e virtuosas maes de família, e ao as reduzias mais tarde ao triste e despresivel estado de meretrizes. Pobres mulheres! Accusando-as, eu as lastimo. Por isso, quizera que estas reflexões aproveitassem as mestras ou as mais, assim como a suas educandas e a suas filhas. Tomo a mulher em todas as condições da vida, boas ou mas, ligitimas ou criminosas, seguindo-as, passo a passo, porem convidando-as, em seu proprio interesses, a nunca se desviarem da senda que lhes prescreve a religião, bem como a honra (Educação, O EXPECTADOR, n. ?, 13/02/1885, p. 01-02).

O EXPECTADOR

ORGAM DOS INTERESSES SOCIAES

CUIABA, 25 DE MARÇO DE 1886

O Expectador

Conserva do Termo do Livramento

Figura 06 – Jornal “O Expectador”, n. 118 (1886) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Interessa a abordagem do artigo por se localizar em um momento da história da educação, tanto a brasileira quanto a matogrossense, na qual as mulheres estiveram, em certa medida, “conquistando” um lugar no campo de profissional junto à docência: se, por um lado, as mulheres que se candidatavam ao exercício da docência necessitavam da autorização dos seus pais, no caso de serem solteiras, ou dos maridos, caso fossem casadas, por outro não poderiam prescindir, em hipótese alguma, dos valores morais que deveriam balizar sua educação, atitude reverenciada e publicizada e acompanhada pela imprensa de circulação geral.

A julgar pela introdução dos editores, o texto é de autoria masculina, o que não implica dizer, também, que não tivesse sido escrito sob um pseudônimo masculino, contanto, vale ressaltar que a visão corrente do papel da mulher na sociedade oitocentista transitava entre os deveres domésticos ou a vida mundana, perspectiva de análise que ainda não foi

suficientemente estudada, com base na perspectiva dos escritos da imprensa. Não foi observada a participação de mulheres na equipe de articulistas e redatores em nenhum dos periódicos examinados. Ao lado de um conjunto de ideais progressistas, reforçados pela divulgação de notas do estrangeiro sobre as eventuais conquistas nos setores educacionais para as mulheres, permanece a forma de organização patriarcal e tradicional da sociedade brasileira.

Ao lado de intensas críticas sobre as possibilidades de inserção da mulher no magistério, outros jornais do período davam publicidade a investimentos ocorridos na Europa, no tocante à ampliação dos seus direitos educacionais, como se observa nas notas sobre a educação da mulher publicadas em *A Provincia de Matto Grosso*[57]. Para além de noticiar os concursos para provisão de cargos nas escolas, do sexo feminino, entre os "Actos", "Officios" e "Editaes" dados a conhecer na "Parte Official", *A Provincia* trazia, em alguns de seus exemplares, transcrições de textos publicados em jornais do país e do "estrangeiro", como o exemplo que segue:

> Da Gazeta de Notícias: Um Liceu de Mulheres. Em Pariz trata-se agora de promover a creação de um lyceu para o ensino superior de mulher. [...] Camille Sé e promotor da lei sobre o ensino secundário das mulheres, dirigiu ultimamente a seguinte carta do prefeito do Sena. Todos os seus collegas republicanos da deputação do Sena, tanto no senado como na camara, assignaram a referida carta [...] Paris deve tomar a peito abrir um liceu para mulheres. A capital do mundo corre o dever de crear um estabelecimento modelo que revalise com os estabelecimentos mais notaveis da Europa e dos Estados Unidos. [...] (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, n. 142, 18/09/1881, p. 03).

A Europa merecia ter um estabelecimento de ensino destinado às mulheres. Mato Grosso não?!

As escolas eram personificadas na figura dos mestres, como demonstram os estudos que tratam sobre a formação de professores no período imperial. Poucos dos jornais examinados trataram, contudo, de revelar ao seu público leitor os problemas que aqueles que se candidatavam ao cargo enfrentavam ao assumir as cadeiras de ensino: a procura por espaço

[57] **A Provincia de Matto Grosso: periódico litterario, noticioso e dedicado aos interesses da Provincia,** circulou em Cuiabá aos domingos, tendo como redator e editor Joaquim José Rodrigues Calháo, importante figura no cenário local, cujos esforços ligados à imprensa são dignos de nota (JUCÁ, 2009). É um dos poucos periódicos que se apresenta com formato distinto dos seus congêneres, com 5 colunas, tendo sua organização interna feita a partir de seções que integram grande parte dos números examinados: ALMANAK; PARTE OFFICIAL; GAZETILHA; TRANSCIPÇÃO; COMUNICADO; CORRESPONDENCIA; AVISO; A PEDIDO; EDITAES e ANUNCIOS. Conta, ainda, com uma seção dedicada à PARTE RELIGIOSA. Na transição do império para a república mantém-se no cenário das publicações jornalísticas, assumindo a epigrafe de **O Matto Grosso.** Possivelmente foi o jornal com maior ciclo de vida em terras matogrossenses.

físico para ministrarem aulas, que em muitas vezes aconteciam nas próprias residências dos mestres, como é possível evidenciar por meio de algumas notas na imprensa; a necessidade de buscar alunos para constituir uma escola, as distâncias a serem percorridas para receberem os salários, que nem sempre eram pagos mensalmente, a formação especifica para o exercício da docência, grande problema da região, entre outras situações comuns àquele contexto.

A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO.

PUBLICAÇÃO SEMANAL.

Figura 07 – Jornal “A Provincia de Matto-Grosso”, n. 142 (1881) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010)

Observa-se na imprensa, ainda que em tamanho e quantidade de caracteres bastante reduzidos, localizados em canto inferior das páginas finais, anúncios de pessoas que ofereciam seus préstimos para o ensino de determinadas matérias, para determinados cursos e exames, mediante pagamento, em suas próprias casas. O ensino particular encontrava-se regulamentado, como também evidencia o exemplar de *A Situação*, de 12 de novembro de 1874, com a publicação do capítulo que se refere a esse termo.

> **Escola particular**. O abaixo assignado, desejando iniciar uma escola particular n'um compartimento da casa de seu pai S. major Antonio da Costa Campos, sitª á rua 13 de junho, com o fim principal de ensinar as matérias d'a instrucção primaria, vem offerecer os seus limitados préstimos ao respeitável publico desta Capital, principalmente aos Srs. Paes de família, que se dignarem confiar-lhe seus filhos: o mesmo também offerece-se a explicar – portuguez – francez – e arithmetica: - para tratar na mesma casa. Cuyabá 17 de maio de 1886. Cypriano José da Costa Campos. (Annuncios, A SITUAÇÃO, n. 1.036, 23/05/1886, p. 04).

Em Corumbá os anúncios se estendem até mesmo para o regime de pensionato: "Eschola de S. João Baptista. O professor d'esta Eschola avisa aos Srs. Chefes de família de fora d'esta cidade, que recebe alumnos pensionistas a 40$000 réis mensaes" (O INICIADOR, n. 242, 21/08/1879, p. 04).

Embora pouco frequente nas localidades aqui examinadas, notas acerca da produção de livros, materiais escolares, equipamentos ou materiais de expediente podem ser encontrados em alguns jornais de Corumbá, também com características de anúncios: "Livraria e Bazar, rua de Lamare [...] O sortido consta de artigos de escritorio, livros para a instrucção primaria em Portuguez e Espanhol [...]. João P. Lalane" (O INICIADOR, n. 242, 22/07/1877, p. 04).

E em outro momento, juntamente com os anúncios da venda de botinas, "lampeões de diversos feitios", estava também o anúncio de cartilhas: "Cartilha Maternal, ou a arte de leitura por João de Deus. Este novíssimo methodo para com facilidade aprenderem as crianças a ler, acha-se-á venda na casa de Firmo José de Mattos & Companhia" (O INICIADOR, n. 182, 18/01/1879, p. 04).

A julgar pela importância dos primeiros itens para a vida citadina, é possível considerar que a necessidade dos rudimentos básicos da leitura[58] se fazia presente. No final do anúncio há o importante alerta: "Approveitem emquanto se não acabão" (O INICIADOR, n. 182, 18/01/1879, p. 04).

Não se sabe se a referência é aos livros ou às botinas e lampeões!

A exemplo do que ocorria em várias Províncias do território nacional, alguns jornais matogrossenses publicizavam os Atos Oficiais com objetivo de divulgar as realizações do governo, mediante contratos e convênios, que serviam também para divulgar e dar legitimidade às ações empreendidas em determinados setores. Por exemplo: o volume das publicações referentes à instrução na seção Atos Oficiais é menor do que as iniciativas da Directoria do Arsenal de Guerra e setores judiciais, nas páginas dos semanários *A Provincia*

[58] O anúncio sobre a Cartilha Maternal se repete no exemplar de 25 de janeiro de 1879, p. 04.

de Matto-Grosso e *A Gazeta*. Constata-se aí uma hierarquização de temas dignos de nota nos semanários, com base nas distribuições das matérias por edição.

De acordo com Jucá,

> A primazia do jornal *A Situação* foi prejudicada com a circulação, em 9 de janeiro de 1879, do primeiro número do jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, por iniciativa de João José Pedrosa, o 24º presidente da Província, sob a direção de Joaquim José Rodrigues Calháo. Nesse jornal, um dos mais importantes da história da imprensa matogrossense, foram publicados os atos oficiais da Província até o fim do Período Imperial. Contudo, ficou com *A Gazeta*, a fase intermediária entre *A Provincia de Matto-Grosso* e o surgimento da *Gazeta Official*, editada pela Tipografia do Estado. (JUCÁ, 2009, p. 49-50).

A Provincia de Matto Grosso contava com uma diagramação bastante distinta dos outros jornais examinados, tanto nas dimensões de página quanto na disposição em 5 colunas – os anteriores oscilavam entre 3 e 4 colunas. Este dado permite afirmar que, além das fontes utilizadas para sua impressão, menores que seus congêneres, havia volume maior de informações por página, sendo a primeira regularmente reservada à "Parte Official", que dava publicidade aos atos administrativos e políticos do governo provincial.

O jornal apresenta também certa regularidade nas seções que o compõem. Circulava aos domingos, com periodicidade semanal, podendo ser adquirido, como a maioria dos jornais da época, por meio de assinaturas, pagas antecipadamente, ou por exemplares avulsos.

Propagando concepções progressistas, em franca adoção do ideário de transformação política, gestado nas décadas finais do século XIX, *O Corumbaense*, formula assim suas análises acerca da situação em que se encontrava tanto o país como, à época, a província de Mato Grosso:

> A causa principal, só não única da frouxidão que tanto enfraquecem e amesquinhão o espírito nacional, a alma da nação desalentando-as para largos commentimentos, ascender ao apogeu de gloria a que, no século atual, devem aspirar os povos modernos se firmar no pedestal grandioso da civilisação a sua autonomia: (...) a origem de todos nossos males é a ignorância em que jazem as massas populares, a falta absoluta no seio de nossas populações, a ausência, enfim, da escola, do livro, do mestre, esses 3 poderosos elementos do progresso e do aperfeiçoamento da humanidade. [...] A instrucção publica no Brazil nunca foi considerada pelos homens d'Estado como uma questão magna de vital interesse para todo paiz, mas como um assunpto muito secundário. (...) A parte ilustrada de nossa população deve o que sabe a estabelecimentos da educação particulares, aprende-o com os mestres estrangeiros, não mandados vir de seus paizes pelo governo, mais ainda por particulares. **(**O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881**,** p. 01).

O tom discursivo adotado em algumas notas que tratam da conjuntura política do país e da Província, bem como dos assuntos correlatos à instrução/educação indica para além de um projeto estético, com vistas à recepção de um determinado público, a existência de um projeto político partilhado pelos editores. Conforme indica a matéria, caso o país, e necessariamente Mato Grosso, não alcançariam a almejada modernidade, reforçada pelo conceito de civilização, se não investissem consideravelmente na instrução da sua população.

Rivalizando com Cuiabá, para ser a capital da província (SOUZA, 2008), em Corumbá as notas sobre a instrução são igualmente frequentes, com destaque para uma seção que registrava notícias enviadas por correspondentes estrangeiros, bem como transcrições das notícias estrangeiras – Washington, Nova York, Paris, entre outras - que recebiam, contando para isso com seções fixas, como se pode perceber em algumas edições de *O Corumbaense* e seu contemporâneo *O Iniciador*.

O Corumbaense, publicado duas vezes por semana, dedica volume considerável de seções de seus exemplares com discussões referentes à instrução. Trazido pelo trem a vapor *Triumpho,* procedente de Cuiabá, ao lado de outros[59], circulou em Corumbá entre os anos de 1880 a 1889. Configura-se como importante veículo de circulação de notícias acerca do que acontecia do Estado em termos de instrução, corroborando com uma das premissas adotadas para a elaboração deste trabalho, que consiste em demonstrar que o "isolamento" matogrossense, ao menos no plano noticioso não existia.

[59] O estudo de João Carlos de Souza (2008) aponta como sendo os principais jornais que circularam em Corumbá, entre os anos de 1880 e 1918, os seguintes: *O Iniciador* (1877-1886); *A Opinião* (1878-1880); *O Corumbaense* (1880-1889); *Gazeta Liberal* (1884-1888); Oasis (188-1896); *O Lidador* (1891-1892); *Echo do Povo* (1893-1899); *A Federação* (1896-1899); *O Sertanejo* (1897-?); *O Tiradentes* (1897-?); *A Pátria* (1899-1902; 1905-1906); *A Reacção* (1902-1903); *O Brazil* (1902-1910); *Autonomista* (1904-1909); e *Correio do Estado* (1909-?).

Anno IX

O CORUMBAENSE

CARTAS DA CORTE

Figura 08 – Jornal “O Corumbaense”, n. 60 (1881) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Os editores acusam o recebimento de notícias de Campinas (SP), Pelotas (RS) e a própria referência ao município da Corte, Rio de Janeiro, o que tanto evidencia a circulação de notícias, como de referências intelectuais para a conformação do novo modelo de administração política que estaria sendo gestado nessa década. Fator preponderante para afiançar essa premissa consiste na observância da manutenção de correspondentes em outros países, alimentando, em certa medida, as notícias do mundo moderno e o intercâmbio que se fazia entre os editores de diversas localidades nacionais:

> **Jornaes**: Recebemos pelo último paquete os seguintes jornaes, cuja remessa agradecemos: O Cruzeiro, Gazeta de **Campinas**, Diario de **Santos**, O **Cearense,** O Regenerador, Tribuna do Commercio, Baixo **Amazonas,** Gazeta de **Uberaba**, A Provincia de **Minas**, Monitor Campista, O Commercio, O **Espirito Santense**, Diario de Noticias, O Leopoldinese, O

> Tribuno e Les Messager Du Brésil. (Noticiario, O CORUMBAENSE, n. 60, 16/02/1881, p. 02, grifos nossos).

Receber, produzir e divulgar notícias não era a única função assumida pelos jornais do período. A preocupação da seção de apresentação de *O Corumbaense*, quando justifica aos leitores a existência e manutenção, no seu programa de publicações, dentre outros de textos literários consolida a publicação como um bem cultural, não apenas veículo que transcrevia as notas do poder público[60], ou dava a conhecer as noticias sobre as práticas do cotidiano.

A obrigatoriedade do ensino, tema que começa a ocupar algumas notas da imprensa nesse período, é alvo de criticas por parte de alguns setores, a julgar pelo posicionamento dos editores. Sobre o tema, o jornal assim se manifesta:

> [...] Tambem há muitos a quem não agrada o aprender a ler; entretanto para esses creou-se o ensino obrigatorio. E demais cumpre que se attenda ao seguinte: entre os leitores de um jornal há por certo uma parte mais illustrada e outra parte menos illustrada; embora forma esta ultima a maioria, é licito, é decente, é cavalheiroso que se despreze por ela a primeira? [...] Se a epocha em que vivemos é ainda de muito atrazo intellectual, longe de ser isso uma razão para a imprensa contaahir-se (sic) no campo vasto e nobre das lettras, parece-nos ser um poderoso motivos para n'elle se dillatar alargando desassombradamente os seus vôos. (Noticiario, O CORUMBAENSE, n. 60, 16/02/1881, p. 01).

E, finalizando a defesa da necessidade de instrução, o papel da imprensa em incentivar e valorizar essa pratica cultural e os interesses de se constituir uma comunidade de leitores, concluem:

> [...] Se todos fossem instruídos, se a illustração estivesse por todos disseminada, é que a imprensa até certo ponto poderia limitar-se ao simples papel de noticiarista, abstendo-se de propagar conhecimentos úteis ao povo, porque então nada adiantaria, seria o caso de dizer – ensina o padre nosso ao vigário; mas justamente pelo facto de ainda haver muita ignorância é que a imprensa tem o imprescindível dever, a menos que se não queira afastar de sua nobre missão, de offerecer aos seus leitores alguma coisa que, além do cunho trivial da novidade, tenha tambem o do bello e o do útil. [...] (Noticiario, O CORUMBAENSE, n. 60, 16/02/1881, p. 01).

Reside nesse tipo de posicionamento a função pedagógica da imprensa, defendida neste trabalho. Ao ser comparada "a luz do sol" que ilumina os espíritos desprovidos de conhecimento, recupera-se a metáfora das Luzes, inerente ao discurso iluminista, traduzindo a aquisição de conhecimento como elemento de liberdade, consequentemente, de modernidade.

[60] O estudo de Yasmin Nadaf (2002) evidencia essa preocupação com o componente literário nas páginas dos jornais matogrossenses.

> E lastimavel a negação que da parte de muitos compatriotas se nota para com a imprensa. Raros, bem poucos em relação a população vasto império, chamado do cruzeiro, tão rico de tallentos e belezas naturais, são os que cultivam e animam as lettras. Provem d'ahi, em grande parte o estado de atraso, quer moral, quer material, em que, comparativamente ao adiantamento de outros povos ainda nos achamos mao grado os optimistas. **No Brazil dá-se mais apreço a qualquer analphabeto apatacado embora pouco se differencia do quadrupide do que a um homem de lettras**. (...) A imprensa, que deveria ser o ídolo de todos, a quem todos deverião procurar e animar, como a procura da luz do sol, porque como esta ella nos illumina o espírito; a imprensa que em toda parte foi sempre a rainha da opinião, a interprete por excellencia de todos os sentimentos nobres e civilisadores (...) passa quase esquecida, olhada com o maior indiferentismo como se fosse uma coisa supérflua ou um trambolho que nos incommodasse (...) Mal sabem os differentes, essas criaturas inimigas, o quanto concorrem para o atraso do seu paiz, ou pelo menos o quanto retardão o seu adiantamento, não protegendo a imprensa.(...) Se ***no Brazil lesse-se mais, se tivesse a imprensa outro acolhimento que infelizmente ainda não tem, se pudesse obter pela iniciativa individual vigoroso impulso,com a sua importância e prestigio surgirião as escolas se prepararíam as multidões, porque o gosto para o estudo ella se incumbiria de despertar-lhes***. (O CORUMBAENSE, n. 65, 05/03/1881, p. 01, grifos nossos).

Nos anos finais do século XIX, Corumbá contava com notícias internacionais, ainda que não fosse sobre o tema da instrução, evidenciando referências sociais e padrões culturais que se almejava alcançar. Ao lado das referências estrangeiras observa-se, com frequência, a referência à necessidade de aproximação com outras Províncias, para minimizar os limites, sobretudo econômicos, que impediam Mato Grosso de desenvolver-se. A expansão das vias de comunicação de Mato Grosso com outras localidades do país era punjente, tanto na documentação emanada pelo poder público, quanto nas páginas dos periódicos. A imprensa seria porta voz dessas necessidades sociais, representando, sob a ótica dos redatores deste periódico "[...] o quarto poder do Estado, o Tribunal justo e inexorável, onde se julga com acerto, todas as questões moraes e sociaes [...]" (Noticiario, O CORUMBAENSE, n. 73, 02/04/1881, p. 01), destacando a importância do veículo de informação para fomentar a cultura, o progresso e o desenvolvimento de uma nação.

Em número subsequente, os editores reiteram:

> [...] Sobre o redactor de um periódico peza immensa responsabilidade, por que lhe está incumbida a espinhosa missão de concorrer para a instrucção e educação do povo, e portanto não há que trepidar na opção pelo cumprimento de seus deveres, afrontando a mesquinha inimizade dos que se esquecem do bem geral, em favor de seus interesses e, muitas vezes, até de seus caprichos. (O CORUMBAENSE, n. 74, 06/04/1881, p. 01).

A função pedagógica da imprensa pode, igualmente, ser identificada no interior do próprio discurso, na pretensa preocupação em instruir e educar a população: como a educação consiste em um ato intencional, independentemente do direcionamento político que os jornais partilhassem - situação ou oposição, a pertinência das contribuições para os debates formativos no campo educacional permanecia.

Nos primeiros meses de 1881 *O Corumbaense* denunciava o estado da instrução pública:

> Abra-se o relatório da commissão de estatística apresentado a's camaras legislativas. N'elle ver-se-há que de ...10.000,000 de habitantes, de que consta a população do império, somente recebem instrucção 1.600 e jazem em COMPLETA IGNORANCIA (phrase do citado relatório) 8.400,000. (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 01, grifo no original).

Exemplo dessas preocupações materializa-se na frequência das notas em que se minimizam as práticas políticas em prol da consolidação do ensino no Brasil, em detrimento daquelas empregadas em outros países, recurso recorrente, quando se tratava de evidenciar as mazelas da educação em Mato Grosso. Não bastava, aos editores, apenas analisar a situação como deficitária, fazia-se necessário apresentar os locais onde se teriam alcançado bons resultados, dentro e fora do país, para quem sabe assim, sinalizar positivamente para a necessidade de transformações e reformas:

> Espetáculo, sem duvida, contristador é o de contemplar-se, em pleno século XIX, em terras da America, quando o velho mundo, despindo-se de caduxos e antiquados preconceitos, parece despertar vitorioso dos brados deliberadade da heróica França, n'um paiz prodigioso por suas bellezas naturaes, onde a espantosa fertilidade do solo desafia as forças e actividade do homem, contemplar-se dizemos, milhões de entes livres reduzidos a machinas, manivellas ou meros autômatos. Mas é um espetáculo que apraz summamente aos nossos governantes, porque da ignorância do povo, do obscurantismo das massas, do fatal embrutecimento popular, é que extrahem a seiva para seu nutrimento. A instrucção publica o Brazil nunca foi considerada pelos seus homens d'Estado como uma questão magna e de interesse vital para todo o paiz, mas como um assumpto muito secundário. [...] Se alguma cousa se tem feito, por ultimo, em seu beneficio, nas capitais de duas ou trez das nossas principaes províncias, isso é devido exclusivamente á iniciativa particular. Por quem foram inaugurados no rio de Janeiro, os cursos públicos, as aulas nocturnas, as conferencias populares tão applaudidas e frequentadas e de que tanto proveito se tem tirado, muito antes que o governo de tal se lembrasse?
> Por particulares!
> A quem devemos essa pouca instrucção que tem uma parte muito diminuta da população? Onde se a adquirio? Deve acaso ao governo? Foi ella, por ventura, bebida em estabelecimentos públicos, em casas de educação alimentadas pelo Estado.

> Não, mil vezes não! (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 01).

E retomando as referências estrangeiras, que deveriam ser fontes de inspiração para os governantes das terras brasílicas, *O Corumbaense* reitera:

> Nos Estados Unidos, na Suissa, na França e na Allemanha, em todos os paizes onde a civilisação tem attingido um grau elevado, dispendem-se annualmente, com a instrucção publica da (ilegível) qualquer outro ramo de administração, sommas consideráveis. (...) Um outro arremedo de escola sem alunnos e sem professores, mandado levantar a custo de donativos particulares, por loterias do Estado que são alimentadas pelo suor da pobreza (...) Se na própria Corte e província do Rio de janeiro é lastimável o estado da instrucção popular, o que devemos ao resto do império e sobretudo desta sesmaria chamada Matto-Grosso? Ah! Mocidade infeliz! Melhor fora que te educassem na China! Ahi ao menos o império é celeste.
> Para o triunpho das grandes idéias nao há meio mais seguro e certo do que a diffusão do ensino pelas massas populares. Um povo contaminado pela ignorância é um povo embrutecido, materializado, sem vida e sem acção; é a ruína de uma nação, suppedanio da tyrannia. As doutrinas úteis as idéias livre, progressistas, difficilmente se propagarão onde a instrucção se ausentar, onde o povo cerrar os olhos ao livro e não souber compehender o que ouve e o que, porventura soletra. [...] (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 01).

Ocorre, todavia, que o problema no setor da instrução publica, apontado pelos editores, não era inerente apenas ao Mato Grosso. Em outras localidades, inclusive no município da Corte, se fazia a crítica relativa à ausência de investimentos no setor. Para os editores de *O Corumbaense*, as disputas locais por poder e terras, característica não apenas da Província de Mato Grosso, mas da consolidação de um país que tinha na estrutura fundiária e na mão de obra agrícola, nos períodos colonial, imperial e princípio da república, seu principal modo de produção, consumiam o tempo dos administradores, secundarizando os empreendimentos em prol do desenvolvimento intelectual da população:

> Veremos em cada villa, em cada povoação, em cada freguesia, um mesquinho condado, uma espécie de cantão feudal da idade média, onde a vontade omnipotente do mais forte, que é quase sempre um instrumento do poder, um agente disfarçado do despotismo, sobrepondo-se a tudo (...) Tudo isso porque? Pela ignorância do povo! (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 01).

Esse discurso contrasta com o ideal de progresso que se almejava, propalado nos documentos oficiais, quando da solicitação dos governos locais de atenção ao governo federal, como na imprensa, que advogava interesses diversos. É notório que não haveria desenvolvimento sem investimentos em setores educacionais, que a força de trabalho

demandava aprimoramento com vistas à melhor aplicação dos recursos e que tal aprimoramento adviria das possibilidades fornecidas pela instrução.

A implantação de escolas e a organização do ensino congregam, pois, o ideal salvacionista que impera no discurso jornalístico matogrossense, assim como em outras províncias ao longo do período republicano. Nagle (2001) auxilia no entendimento dessa questão, a qual considera permeada pelo movimento de arrefecimento da necessidade de mudança estrutural no país, e demonstra que a superação do atraso, que não seria, nesse sentido, característica apenas de Mato Grosso, mas do país como um todo, seria dada, ao menos no plano do discurso, por meio da implantação de sistemas de ensino, ausência da qual padecia Mato Grosso. *O Corumbaense* assim sintetizava a situação do país: "[...] Se há paiz onde mais se tenha descuidado da instrucção pública, node se tenha attendido a educação do povo onde a cultura intellectual será quase um mytho, é elle certamente, o Brazil [...]!" (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 01, grifo nosso).

A imprensa, em alguns momentos, arregimenta a responsabilidade e o interesse de conclamar o poder público a mobilizar-se em prol da implantação e organização do aparelho escolar no Estado[61]. Pode-se afirmar o interesse capital dos responsáveis por aqueles veículos em fomentar processos de ensino de leitura visando, entre outros motivos, a ampliação do público leitor (potenciais assinantes) de suas folhas: o investimento no público que se utilizaria dos dispositivos de imprensa para se manter informado a respeito do que estava acontecendo na província, no império e no mundo dito civilizado, reitera a hipótese da imprensa de circulação geral com função pedagógica.

Essa função é reiterada através da publicação de textos de autorias matogrossenses, pela transcrição de outros, nem sempre identificados, mas que revelam, nas entrelinhas, posições adotadas pelos redatores do jornal, no que concerne a determinados assuntos. Exemplo dessa assertiva encontra-se em um dos números de *O Corumbaense*, de abril de 1881, conforme o excerto que segue:

[61] A Dissertação de Mestrado de Raquel Discini de Campos destaca o convívio de Rio Preto com a modernidade que se instaurava no Brasil, no final do século XIX, revelando os sentidos assumidos pelos signos do progresso nesta cidade, extraídos do cotejamento de fontes ligadas a imprensa riopretense. Percepção semelhante foi identificada nos textos dos jornais publicados em Mato Grosso, cotejados para esse estudo, sendo possível inferir que o advento da República, traria, para além da mudança do regime político administrativo, a emancipação de um tempo comumente conhecido como improdutivo e inócuo em várias localidades do país: "(...) adventos típicos da modernidade – imprensa, luz elétrica, bares, cafés, empresas de água e esgotos, cinemas, vitrines magicamente iluminadas, tudo compondo o novo cenário urbano que ao mesmo tempo dialogava com um passado tão próximo de local isolado, semi selvagem, desabitado, denunciado o status da cidade recente nas ruas sem calçamento, na escassez de escolas e professores" (CAMPOS, 2004, p. 41).

> INSTRUCÇÃO PUBLICA. Há questões que lançadas no tapete da discussão não podem ser retiradas.
> E sendo a instrucção publica uma das mais vitaes questões de um Estado é o maior empenho do governo de qualquer paiz, porque educar o povo é elevar o nível da sociedade, dar aos seus destinos uma marcha segura e brilhante, extirpar-lhe os vícios, e guia-lo á pratica salutar da liberdade, á imprensa cumpra tratar della. Todos nós, brazileiros queremos o progresso moral e material do paiz, a estabilidade das nossas instituições fundamentaes, o regimem da ordem, e a edificação solida da pátria.
> Podem os partidos divergir em um ou outro ponto; mas todos nos queremos antes de tudo, a liberdade e instrucção do cidadão, porque o cidadão analphabeto, o individuo que não tem da personalidade senão a forma humana, não pode exercer nenhuma das prerrogativas que a lei lhe concede. [...] (TRANSCRIPÇÃO. INSTRUCÇÃO PUBLICA. O CORUMBAENSE, n. ?, ?/04/1881, p. 03-04).

Seria o anúncio da necessidade de uma cruzada pela instrução pública que se arvorava em Mato Grosso? Na continuação do texto pode-se inferir alguns comparativos:

> [...] Quando o povo entre nós estiver preparado, como acontece nos Estados Unidos, para as funcções da vida política, as graves questões sociaes estarão resolvidas, sem que a ordem publica perigue.
> Um povo inactivo, indifferente e ignorante, é um povo escravisado, em cujo coração está suffocado o sentimento da própria dignidade. E um povo ignorante não poderá jamais fazer uma escolha acertada de seus representantes. A verdadeira descriminação das escolas políticas entre nós, como entre os Inglezes e os Belgas, está no modo político porque devem ser resolvidas certas questões. Para crear a vida política e de absoluta necessidade crear escolas, onde o povo vá beber a instrucção; O melhor mestre, o mais paciente, aquelle que espera a vontade do discippulo, que não se zanga se este o repele, que é sempre claro, conciso e agradável, que acompanha o pupillo em toda a parte, é o livro – E o livro nasce da escola. O pae deve ao filho os cuidados da paternidade: o Estado deve-lhe a cultura intellectual e moral como a um membro que tem de ser da sua communhão. Pertence pois ao Estado a sua instrucção. A instrucção publica deve ser obrigatória. Não se deve deixar ao menino ou ao adollescente, a liberdade de ser ignorante, e inferior aos outros homens intellectual e moralmente. Muito se tem occupado das reformas da instrucção publica; sobre sua organisação muito se tem estudado, e de tempos a tempos decreta-se uma reforma; mas o proveito scientifico e literrario é quase sempre o mesmo, sempre imperfeito. Acompanhar na criança o desenvolvimento da curiosidade, como fim de a satisfazer, eis em que deve consistir o curso de estudos, para ser proficio. A curiosidade inquieta que revela a criança é um instincto que se deve satisfazer, porque é a instrucção da sua idade. [passagem ilegível] E haverá jovem despido de curiosidade de conhecer o planeta e a naturesa que o rodeia? Cremos que não. Deste modo a intrucção publica terá cumprido o seu dever. O saber consiste nas idéias. Não se deve obrigar o adolescente a estudar o que não lhe interessa, ou o que não comprehende. Dahi nasce ou não se aprender nas escolas, ou esquecer-se o que se aprende. Educação livre, ensino livre, discussão livre de todos os princípios, farão [ilegível] a verdade, o que será o primeiro passo a liberdade de um povo. (TRANSCRIPÇÃO. INSTRUCÇÃO PUBLICA. O CORUMBAENSE, n. ?, ?/04/1881, p. 03-04).

Além de dar publicidade nas primeiras páginas, nos anos iniciais da década de 1880, às notas enviadas pelo correspondente do jornal em Paris[62], observa-se ainda a circulação de impressos de outras, à época, províncias: Minas Gerais, Paraná, Sergipe, localidades relativamente distantes de Corumbá; nota-se a permuta de periódicos - registradas como se fossem visitas recebidas, cujos agradecimentos ocupam espaços significativos nas páginas do matutino. Há, ainda, a menção de recebimento de outros periódicos: Paraná: *O Paranaense*; Maranhão: *O Pensador*; São Paulo: *Gazeta do Povo*.

Ao pretenso contato estabelecido pelos editores dos jornais matogrossenses com outras localidades, soma-se o interesse anunciado pelos governantes da Província em solicitar a colaboração, ou uma espécie de consultoria, advindas de outras províncias consideradas mais adiantadas em termos de iniciativas políticas e organizativas para o espaço urbano e social, cuja efetiva ação se confirma nas Mensagens de Presidente de Estado, em 1910, com a solicitação do Presidente de Estado de Mato Grosso a São Paulo, do envio de professores normalistas que pudessem dar molde e forma à organização do aparelho escolar matogrossense, como assinalam, dentre outros, os estudos de Amâncio (2008), Poubel e Silva (2000) e Rodrigues (2009):

> O Sr. Buarque de Macedo, pensando em levar a efeito esse melhoramento, presta um serviço real ao paíz; apellando **para o espírito emprehendedor da província de São Paulo**, para que auxilie o governo nesse empenho, da S Ex. prova de notável tino, porque é sabido o acolhimento que tem n'aquella província todas as grandes idéas. (O CORUMBAENSE, n. 63, 26/02/1881, p. 04, grifo nosso).

Consideramos a análise de conjuntura, por inúmeras vezes apresentada nas páginas dos jornais como justificativa para uma ou outra constatação no setor educacional, bastante representativa da linha editorial dos redatores, podendo ser estendida a outros, cuja circulação foi contemporânea.

Reforçando a argumentação de que um país onde não se não valoriza a instrução e a imprensa encontra-se em atraso intelectual e moral e comungando com costumes e códigos da modernidade premente, os editores se arvoram contra as poucas iniciativas de fomento à produção impressa e ao reduzido número de leitores de suas colunas.

> E lastimavel a negação que da parte de muitos compatriotas se nota para com a imprensa. Raros, **bem poucos em relação a população vasto império**,

[62] Vale conferir, em especial, a edição de 09 de março de 1881, cuja primeira página do jornal é quase que completamente tomada pelas notícias francesas, sob a seção "Correspondencia Europea", passando a ser uma constante no jornal, frequentemente ocupando, se não a primeira página inteira, duas de suas três colunas.

> chamado do cruzeiro, tão rico de tallentos e belezas naturais, **são os que cultivam e animam as lettras. Provem d'ahi, em grande parte o estado de atraso, quer moral, quer material, em que, comparativamente ao adiantamento de outros povos ainda nos achamos. [**...] (O CORUMBAENSE, n. 65, ?/0?/1881, p. 01, grifos nossos).

Pela via da imprensa, os matogrossenses demonstraram sua atenção aos problemas que assolavam o país em determinados períodos, mas, sobretudo, demonstraram que a agenda de preocupações se coadunava com aquela identificada em outras localidades. Valores e códigos da modernidade estavam assentados nas práticas culturais e políticas realizadas no município da Corte – Rio de Janeiro e, muito mais do que um simples conjunto de práticas pretensamente modernas a serem imitadas ou mesmo transplantadas ao Mato Grosso, a circulação das notícias, das pessoas e dos modelos se fazia com certa frequência.

Em Mato Grosso o ideário da modernidade é identificado, textualmente, na produção de Elizabeth Madureira Siqueira (2000). A autora busca, nos documentos imperiais, um modo de apresentar a modernidade "não como um período cronológico, mas sim uma determinada concepção de mundo em que o pensamento racional, evolutivo e científico, imperou como modelo a ser seguido pelas sociedades que desejavam se encaminhar em direção ao estágio 'civilizado'" (SIQUEIRA, 2000, p. 11).

Segundo esta autora, seu estudo apontou para uma "nova e inovadora datação dos antigos marcos cronológicos tradicionais da História da Educação regional, descortinando e desnudando a existência, na província de Mato Grosso, de um diversificado e heterogêneo universo cultural" (SIQUEIRA, 2000, p. 11). No entanto, considera o Rio de Janeiro como grande laboratório das práticas culturais do período imperial. Hipótese que o exame dos jornais oferece base para relativizar, mostrando disputas políticas por espaços sociais, mas demarcando referências nos espaços culturais.

A partir das análises empreendidas por Dimas Neves (2009) é possível revisitar a tese da implantação e/ou adoção de modelos, entendendo que cada estado, ou província, como tratam os estudos daquele autor, balizados por diretrizes políticas para educação, expressas no âmbito da federação, adotaram e adaptaram tais orientações em conformidade às possibilidades e dinâmicas internas ao seu processo de configuração econômica e, sobretudo, ao contrário do que se possa pensar, a dimensão política ocupa espaço decisivo no jogo de poderes estabelecido em prol de uma ou de outra iniciativa, levando em consideração o que Neves (2009) qualifica, a partir da leitura foucaultiana, como jogos de poder.

Neste trabalho, considera-se a matriz bourdiesiana, que não descarta os jogos de poder, mas os trata como esforços no sentido de criar e manter espaços de consolidação e

legitimação das lutas de em prol da conquista por lugares no campo, seja ele político, econômico ou intelectual, consubstanciando-se em práticas efetivas, não apenas em discursos.

O Argos[63] trazia, em suas páginas, notícias sobre o cotidiano cuiabano, alternando as notas da sociedade com aquelas referentes a mudanças de endereços das escolas públicas e particulares de Cuiabá; noticiava as disputas que havia entre os jornais O Corumbaense e O Iniciador que, à época, circulavam simultaneamente em Corumbá, e trazia os embates ocorridos em outras localidades.

No exemplar de 30 de abril de 1882, *O Argos* publica uma carta que, supostamente, denuncia o caso de um professor que ganhava salário para ministrar aulas em Cáceres, mas, durante o tempo em que deveria estar com a classe, encontrava-se advogando em outros lugares, deixando a escola sem direção. Segundo os editores,

> Consta-nos que o Sr. Inspector parochial-substituto da instrucção de S. Luiz de Caceres só agora respondeu a informação exigida pela Directoria de instrucção a respeito da accusação que em nosso editorial do n. 53 fizemos ao cidadão Roberto Alves da Cunha, professor publico primário d' aquella cidade. Sempre quisemos provar a existência do crime do professor Roberto, e isso o cremos ter feito exuberantemente. [...] É notoriamente sabido em Caceres que, quando se tratava ali do processo da morte de um escravo do Sr. Luiz Benedito, o professor Roberto deixava a escola em estado anarchico ás 9 horas da manha para ir a camara municipal defender a reputada autora do assassinato. [...] Seremos concisos no exame da questão [...] regulamento de 4 de março de 1880 em seu art. 189 parag 2º estabeleceu que os professores primários não poderão advogar. [...] As escolas, é regra, funccionarão das 8 ás 11 horas da manhã e das 2 ás 5 da tarde; e a que horas o professor Roberto assiste as audiências? (O professor de Caceres, O ARGOS, n. 58, 30/04/1882, p. 01-02).

Realizando a vigilância que a etimologia do título lhe impunha, *O Argos* se colocava na posição de arauto da instrução pública, na defesa dos direitos que estariam sendo violados, no caso, o direito das crianças a terem aulas. Ao citar o regulamento da instrução pública, buscam validar o questionamento acerca da conduta do professor e do cumprimento dos seus deveres docentes.

Não foi possível identificar, devido à não localização de outros exemplares em datas próximas em que foi publicada a notícia, os desdobramentos desse caso. Por outro lado é

[63] Argos significa homem perspicaz, em constante estado de observação, a cujo olhar nada escapa.
O Argos: órgão dedicado a instrucção "Au banquet de la vie Il nous faut une place", circulou em Cuiabá semanalmente, segundo foi possível identificar por dois anos. Os números localizados se apresentam em estado bastante difícil para leitura e manuseio, não contando com cópias digitalizadas. Não trazem em suas páginas registros da equipe editorial, filiação política ou ideológica, contudo, nos exemplares localizados, são fiéis à proposição de sua epígrafe, trazendo notas sobre a situação da instrução no período e um padrão tipográfico convidativo à leitura. Periódico com o mesmo nome circulará em Cáceres, entre os anos de 1912-1915.

sabido, para os padrões da época, que candidatos a professores exerciam outras atividades profissionais antes de se dedicarem ao ensino[64]. Justificando o direcionamento da vigilância exercida para alguns casos, os editores assim se posicionam:

> Concordamos para certos cargos políticos com a proteção, porque em fim isso é quase uma praxe entre os partidos políticos; mas para os professores em geral deverá haver justiça, pois a elles são confiados a educação dos futuros cidadãos, que serão mais ou menos úteis a pátria, conforme a instrucção e dedicação de seus mestres. Nos nossos professores primários é q' sobretudo deve haver severa e rigorosa justiça, pois o nosso atraso intellectual nem tem comparação, e a vastidão do território que abrange não é por certo o que levará a província a tomar lugar distincto junto de suas irmãs? (O professor de Caceres, O ARGOS, n. 58, 30/04/1882, p.01-02).

Neste mesmo exemplar, *O Argos* publicava a missiva de um suposto leitor, datada de 05 de abril do corrente ano, proveniente de Cáceres, na qual o missivista se dirige ao jornal, por considerá-lo "[...] um órgão de publicidade, sem cor política [...]" apresentando suas queixas referentes aos resultados dos exames escolares:

> A instrucção primária, esse alicerce do edifício moral e social aqui ainda permanece sob o signo e o modelo da ignorância: existem escolas publicas dos sexos masculino e feminino e mais duas particulares, cuja freqüência não está em proporção ao n. de habitantes. O resultado dos exames do anno letivo de 1881 é já muito conhecido nesta cidade, mas não teve a dita de ver a luz da publicidade ahi. [...] (Correspondência d'*O Argos*, O ARGOS, n. 58, 30/04/1882, p. 03).

O fato de que, nestes exemplares examinados, constassem mais notícias sobre o estado da instrução pública em Cáceres que em Cuiabá, localidade originária da publicação, causou estranheza, suscitando a hipótese de que rivalidades políticas poderiam estar em jogo. Em meados de 1910, a cidade de Cáceres também terá um jornal com o mesmo nome.

O exercício dessa vigilância, expresso pelo *O Argos* não foi exclusivo da imprensa. As visitas escolares realizadas por governadores de província, inspetores gerais e inspetores paroquiais foram, também, objeto de constantes publicações em alguns jornais do período. Era necessário, a nosso ver, evidenciar ao público que, embora não houvesse um setor efetivo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos trabalhos relativos à instrução, esta não se encontrava negligenciada. Interessante notar, em algumas matérias, o detalhamento da

[64] Quando acontecia de algum redator ou editor de periódico se candidatar ou ser convidado a assumir cadeiras de ensino, em alguns casos, o próprio jornal registrava a nomeação e ausência nas funções editoriais. Essa prática torna-se mais comum, ao menos entre os jornais examinados, a partir de 1890.

"expedição pedagógica"[65]: há relatos que descrevem desde o momento em que o inspetor paroquial, montava ao lombo do burro, a quantidade de dias que passava para chegar até algumas escolas, às ações que desenvolvia no lugar:

> Visita – No dia 10 do corrente S. Ex. o Sr. General Hermes e o Sr. Inspector Geral dos Estudos, visitaram uma das escolas publicas de instrucção primaria desta capital. E nos summamente grato a manifestação feita por S. Ex. Inspector Geral dos Estudos ao trocarem a palavra, pela primeira vez, no sentido da educação da mocidade nesta província. [ilegível] [...]. Deste modo não haverá chefe de repartição, que, tendo e mira o cumprimento dos seus deveres deixe de redobrar os esforços no honroso cargo que lhe foi confiado. (Gazetilha, A SITUAÇÃO, n. 481, 13/07/1875, p. 02).

Em 1884, *O Expectador* dedica parte de suas colunas à descrição de momentos e situações derivadas destas visitas. Aos leitores deste jornal era dado saber como se dava a verificação da situação das escolas distribuídas pela Província, sobretudo como forma de legitimar o papel e o acompanhamento das ações do governo em relação aos temas da instrução evidenciando a dupla preocupação com o setor: tanto por parte do governo, que incentivava as visitas quanto da imprensa que as noticiava.

Em três exemplares consecutivos de *O Expectador*, foram encontradas referências textuais às visitas do Inspetor paroquial a escolas de diversas localidades de Mato Grosso. A primeira referência data de 13 de junho de 1884, quando o jornal publiciza a saída do Dr. João Carlos Muniz, Diretor da instrução pública, acompanhado de seu amanuense, "afim de visitar ás escholas publicas de instrucção primaria, para poder apresentar ao S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia, um relatório circumstanciado acerca d'esse importante ramo do serviço publico" (O EXPECTADOR, n. 35, 13/06/1884, p. 02).

O exemplar de 19 de junho reitera a notícia da visita de inspeção de João Carlos Muniz, já em curso, detalhando as escolas públicas e localidades que seriam visitadas por aquele Diretor – Chapada, Guia Brotas, Rosário, Diamantino, Livramento, Poconé, Capão do Piqui e Santo Antonio do Rio-Abaixo - fazendo uma ressalva interessante: "[...] Convem declarar aqui q. o Sr. Dr. Muniz dispensará, em beneficio da instrucção, a ajuda de custo a que tem direito na razão de dous mil reis por légua de ida e volta na viagem que fizer. Procedimento d'esta naturesa está acima de qualquer elogio" (O EXPECTADOR, n. 36, 19/06/1884, p. 02).

Se, segundo o editor do periódico, o procedimento do Diretor dispensava elogios, a nós reitera, indiretamente, posição bastante corrente no discurso pedagógico, tanto do período,

[65] Formulação da autora.

quando na contemporaneidade: à educação é atribuída missão religiosa, devendo ser um exercício de abnegação, destituída de valor financeiro. Saudar ao inspetor por abrir mão de seus vencimentos em nome da instrução funcionaria como uma forma de propagandear a necessidade de outros profissionais, abnegados como aquele. A ideia do exercício docente como sacerdócio perpassa essa concepção de educação também em Mato Grosso.

Nesse sentido, publicar uma nota com essas características em um jornal que circulava semanalmente possibilita, no mínimo, inferir que se aquele, que ocupa cargo importante no setor, abre mão de seus vencimentos para a realização daquela atividade, os professores das localidades mais remotas, que não estivessem satisfeitos com os valores que percebiam, com as distâncias que precisavam percorrer para recebê-los e, evidentemente, com as condições de trabalho que encontravam, deveriam, primeiramente, se envergonharem e, em segunda análise, se retirarem do exercício docente.

A análise acima ganha respaldo a partir da leitura e exame do detalhamento da viagem realizada, publicada na edição de 03 de julho do corrente ano e em edições subsequentes:

> [...] Na visita que fez a eschola da frequezia das Brotas ficou mesmo o Director sorprehendido com o numero de alumnos que a freqüentava, pois contou nesse dia quarenta e tantos, ao passo que as escholas da Guia, Rosario e Diamantino contam com um numero muito inferior. Percorrerão n'essa viagem cerca de oitenta léguas[66] de ida e volta, gastando apenas nove dias, por isso que, tendo d'aqui partido, aos 19 do mez findo, voltaram a 28 seguinte. (O EXPECTADOR, n. 38, 03/07/1884, p. 02-03).

Em edições seguintes, a mesma visita continua a ser noticiada:

> [...] Informa-nos o Sr. Director que a ultima d'estas escholas é que acha-se em péssimo estado, e em condições de ser supprimida. A eschola do Livramento agradou-lhe consideravelmente, pois reconheceu que havia ali grande numero de alumnos não só matriculados como freqüentes, e que os meninos achavam-se bem adiantados, devido ao professor que é intelligente e zeloso no cumprimento de seus deveres. (Noticiario, O EXPECTADOR, n. 40, 17/07/1884, p. 01).

Finalizando o ciclo de notícias sobre aquela visita, o jornal divulgou alguns de seus desdobramentos, como as medidas adotadas em relação aos aspectos não satisfatórios observados nas escolas visitadas:

[66] Para ter uma melhor dimensão da distância percorrida pelo inspetor, fez-se a conversão da distância em léguas por quilômetros: 80 léguas = 480 km, portanto, a distância percorrida foi em torno de 960 km. Praticamente a mesma distância entre os municípios de Coxim, Mato Grosso do Sul, a Araraquara, São Paulo, percurso que, atualmente, pode ser feito no trajeto rodoviário, de ônibus, em 22 horas e de automóvel, em 15 horas.

> [...] N'essa peça official o Sr. Director expoz com côres bem vivas á S. Ex. o lastimável estado em que se acham algumas d'essas escholas. S. Ex. attendendo as judiciosas considerações feitas pelo Sr. Director em seu relatório, resolveu por acto de 18 do corrente, mandar fechar as escholas da guia e capão do Piqui por falta de alumnos – e exonerou os respectivos preceptores que as exerciam interinamente. [...] Não podíamos esperar de S. Ex. outro procedimento máxime sabendo que nutre bons desejos a respeito de melhorar este importante ramo do serviço publico. [...] (Noticiario, O EXPECTADOR, n. 41, 24/07/1884, p. 01).

Dentre as notas identificadas nas publicações, que perfazem o período em estudo neste capítulo, as visitas dos inspetores paroquiais às escolas se configuram como interessantes para esboçar ações efetivas do poder público, veiculadas pela imprensa, em prol da instrução, extrapolando a função informativa de dar a conhecer os atos oficiais. No entanto, notas com essas características e temática não foram localizadas em outros jornais examinados.

O ano de 1884 foi fecundo no que se refere às notas sobre a instrução publicizadas nas páginas de *O Expectador*: em média a cada exemplar examinado foi possível encontrar uma referência direta ao tema e outras referências indiretas, como a que segue:

> Antes de tudo convem educar e instruir o povo: educa-lo com as solidas ideas da religião e moral e incutir-lhe o amor aos seus deveres, a Deos como aos homens, ás leis como aos seus executores, instrui-lo para si, para a fmailia e para a sociedade. O nosso povo é nimiamente [sic] ignorante e o continuará a ser por muito tempo ainda; a pouco nos constituímos como nação; semelhante ao homem que se emancipa com provisão de idade, tornamo-nos independentes quando não sabíamos dirigir-nos ainda. A Idea de liberdade, de independência, é fascinadora! [...] Devemos procurar desenvolver a educação e a instrução nas massas populares e não as pretendermos illudir com falsas ideas de liberdade e progresso aconselhando-lhes o desrespeito ás leis e as autoridades. [...] (O EXPECTADOR, n. 25, 03/04/1884, p. 02).

Prevalece, nos textos, a distinção entre educação e instrução, que por algum tempo permeou a compreensão do que viria a ser papel ou função da família e do poder público. Contudo, percebe-se que não há, segundo o articulista da matéria, perspectiva de transformação incutida na ideia de instrução, assim como é possível perceber em outros excertos de jornais que circularam na época. O discurso sobre a instrução é, notadamente, permeado pela transmissão de valores sociais, visando o cumprimento das leis e, sobretudo, o respeito aos dirigentes. Pressupõe um discurso de conformação, obediência e subordinação, esteja o país em qual modelo administrativo estiver.

Na condição de supostos expectadores, os editores deste jornal, diferentemente de outros, limitam-se a dar notas mais informativas e menos descritivas sobre os acontecimentos

administrativos referentes à instrução: o episódio da visita do inspetor paroquial às escolas, já relatado anteriormente, e o seu detalhamento, se configuram em uma exceção à regra de produção textual observada em *O Expectador*. Possivelmente sinalizando uma notícia encomendada, que ao mesmo tempo funcionaria como alerta a outros professores e às escolas.

A Exposição Pedagógica[67] realizada no Rio de Janeiro, em 1883, foi objeto de nota em *O Expectador*, na edição de 05 de maio de 1884, merecendo a transcrição do "luminoso discurso" (Collegio Abilio, O EXPECTADOR, n. 30, 05/05/1884, p. 03) da Conferência proferida pelo Barão de Macahubas naquela cidade[68]. Outro exemplo de transcrição de textos que versam sobre assuntos ligados à educação pode ser conferido na edição de 13 de fevereiro de 1885, sendo dever do jornal dar a conhecer as notas produzidas em países admirados pelo seu alto grau de desenvolvimento:

> tendo o nosso jornal pondivisa (sic) – **Utile dulci**, não podemos prescindir de publicar o artigo seguinte, sahido de Penna illustre, o qual ainda que escripto para a França, não deixa de ter suas applicações entre as noitras nações pois a civilisação moderna tende e já tem conseguido em grande parte nivellar os costumes das classes superiores em todos os povos (O EXPECTADOR, n. 70, 13/02/1885, p. 01, grifo nosso).

Os recursos de transcrição das notas da imprensa nacional e estrangeira, frequentemente utilizados pelos redatores no período, são entendidos como estratégias discursivas: formas de evidenciar o conjunto de referências tidas como modelares para a implementação de práticas culturais e sociais. Por outro lado, revelam fortemente o conhecimento da situação de outras localidades dentro e fora do país, como forma de impulsionar o desenvolvimento, em conformidade com os padrões que se almejava para o período. Ao eleger sistemas de referência, pautados pelo sucesso obtido, sobretudo no setor educacional, a imprensa matogrossense se revela atenta à movimentação sociocultural do mundo moderno, direcionando seus esforços para que essas conquistas chegassem até o Brasil Central.

---

[67] Para Diana Vidal (2009a), as Exposições Universais funcionaram como estratégias de divulgação de produtos e abertura de mercados internacionais.

[68] Sobre o tema vale acrescentar a exposição de Diana Vidal sobre as experiências derivadas das viagens para fora do país, em busca de inovações pedagógicas, dentre estes viajantes encontrava-se importante reformador da instrução matogrossense, que em 1889 foi responsável pela Reforma do Ensino na, ainda, Provincia – Antonio Herculano Souza Bandeira: "Das viagens de professores ao estrangeiro, há traços de deslocamentos de Abílio César Borges à Europa, em 1866, 1870 e 1879, com o objetivo de conhecer práticas pedagógicas e modelos escolares para adotar em suas escolas; [...]" (VIDAL, 2009b, p. 52). Acrescente-se que O Barão de Macahubas foi autor de livros escolares e grande distribuidor da sua produção, chegando a enviar volumes consideráveis para o Mato Grosso (SILVA, 2011).

Impera na concepção de desenvolvimento e progresso, expressa pela ideia de que o que estava sendo aplicado em países como a França, Suíça e Alemanha, para mencionar os mais citados, poderia ser igualmente aplicado no Brasil e, em escala regional, em Mato Grosso. No entanto, não se configuram como mera transposição para uma dada realidade,como estudos realizados sobre a circulação de modelos pedagógicos vêm esclarecendo[69].

Tenha sido esta uma estratégia discursiva utilizada pelos editores para justificar a necessidade de transcrição do texto, ou estratégia para ativar a percepção dos leitores acerca do atraso em que se encontrava a Província, ambas trazem noções extremamente pejorativas ao povo matogrossense, denotando uma linha editorial que busca, na referência externa, silenciar os aspectos da cultura daquele povo, evidenciando a necessidade de reformá-lo, por meio da educação e da instrução.

Exemplo dessa concepção pode ser observado na edição de 03 de junho de 1886, quando os editores retratam a sua visão sobre a condição do território matogrossense:

> [...] O abandono em que tem estado a cidade de Matto-Grosso desde muito tempo, entregue a si mesma, não é só uma desidra culposa, e também um crime dessa pátria, que cumpre ser olviado com a maior brevidade. Podem e devem os poderes públicos conservarem-se indifferentes à sorte de uma população inteira? O socorro publico não é garantido pelo parágrafo 31 da [sic] artigo 179 da constituição do império? O Estado não tem obrigação restricta de proteger os cidadãos? Como se abandona uma população civilisada á sapha dos bárbaros e ferozes índios incomparavelmente superiores em número? [...] (Selvagens, O EXPECTADOR, n. 70, 03/06/1886, p. 01).

Mas as terras matogrossenses não contavam apenas com a população "selvagem", como anunciava temerosamente *O Expectador*. Embora a necessidade do transporte ferroviário estivesse inclusa na agenda de desenvolvimento de Mato Grosso, conforme atestam vários textos publicados em *O Corumbaense*, era seguindo o curso dos rios, pelo transporte fluvial entre os Portos, que periódicos e itens de natureza diversa chegavam ao Mato Grosso, viabilizando a circulação das informações acerca dos fatos e acontecimentos no país e, por vezes no mundo, registrada em *O Corumbaense* com regularidade, assim como em outros periódicos locais.

Os editores acusavam recebimento de periódicos de Campinas – *Gazeta de Campinas* e da França – *Le Messager Du Brésil*, país pelo qual os editores aparentam demonstrar simpatia e pretensa identidade. Essa "simpatia" se estendia também ao modelo

[69] Vale conferir o texto de Boto (2011).

norteamericano, de soberania popular, em oposição ao praticado no Brasil, "onde o povo é uma espécie de besta de carga..." (O CORUMBAENSE, Ineditorial, p. 63).

As cidades de Londres (Inglaterra) e Paris (França), a exemplo do que afirmava José Murilo de Carvalho (1987), em nota comentada em capítulo anterior, configuraram-se seguramente em referências culturais adotadas pelos editores de *O Corumbaense* e *O Expectador* para demonstrar o que estava ocorrendo no mundo moderno, manifestação de sua adesão ao velho mundo. Ganhavam relevância, sobre as nações estrangeiras, notícias sobre: o uso da dinamite na explosão de prédios ou em acidentes; a deposição de governantes; os abalos sísmicos, assim como as notas publicadas pelos jornais franceses sobre outros países, em especial Alemanha e Itália. Questões de saúde pública integraram o corpus das preocupações reproduzidas através dos jornais internacionais[70].

Com base no exame dos jornais selecionados é possível afirmar que, embora temas ligados à instrução e à educação, componentes considerados essenciais para alavancar o progresso da província matogrossense, não sejam observáveis em igual frequência àqueles relacionados com a política, a economia regional, bem como notícias da Corte e de outros países, considerados pelos editores como nações modernas, as notas sobre instrução se apresentam com regularidade e frequência, evidenciando que se tratava, num primeiro momento, de um tema a ser conhecido pelo público leitor dos jornais e, em um segundo momento, como forma de dar legitimidade às ações realizadas, demonstrando que apesar das dificuldades de ordem financeira, política e estrutural havia o reconhecimento de que sem investimentos no setor não seria possível alcançar o progresso e o desenvolvimento almejados.

Outro dado significativo consiste no modo de abordagem do tema, em meio às páginas da imprensa da época: ocasionalmente o tema ocupa as primeiras páginas dos jornais e, quando isso acontece, o tom discursivo dos textos tem características essencialmente moralizantes, valorizando comportamentos a serem adotados ou mantidos, práticas políticas que devam ser reiteradas. As notas da imprensa nem sempre ganham destaque nos títulos dos textos ou das seções, sendo necessários leitura e exame detalhados de cada texto para identificar a inserção.

---

[70] No artigo "*As creanças que fumam"* os editores recuperam as notas publicadas no jornal espanhol *La Salud*, para evidenciar a preocupação que a França, Estados Unidos, Inglaterra e Bélgica vêm demonstrando com relação à observância da incidência do uso de tabaco por crianças. As escolas são lugares referenciados àqueles que evidenciam que a inteligência das crianças fumantes diminui consideravelmente (O EXPECTADOR, 01/04/1885, p. 04).

Evidenciando a nota em primeira página, um dos artigos traz no título a expressão "Educação". A ênfase ao papel e responsabilidade da família era enfática:

> Nunca é demais tratar-se de um tão util quão necessário meio de preparar-se a mocidade para o futuro. É a educação o pedestal seguro e o pharol brilhante que dirige os actos dos homens na vida social; e esta so podera ter lugar na tenra idade dos infantes, porque o menino depois de acostumado á ociosidade e dominado pelo vicio jamais poderá acceitar uma educação seria e proveitoza. O que podemos dizer de um menino que desconhece o seu dever para com Deos, para com seus pais e para com a sociedade? Que não recebem educação alguma; e que futuro poderá preparar-se para elle? Um futuro negro [...] Ah? O que podemos dizer-se é que faltou-lhes o essencial da vida -, a educação. [...] Pais de familia, velai pela educação de seus filhos, se quizerdes que o (sic) teus nomes não sejão esquecidos e que Deos o não deixe de contemplar-vos no numero de seus escolhidos. (Educação, O EXPECTADOR, n. ilegível, 10/04/1885, p. 01).

Há nesse, e em outros jornais, a indecisão do que seja efetivamente pertinente ao espaço público e ao privado no campo da educação. A histórica e notória distinção entre educar e instruir demarca os territórios de intervenção do poder central e da família que, segundo o teor do artigo, continua a ser a célula mater da sociedade, sem a qual nenhuma instituição seria bem sucedida, caso a "educação dos meninos" não fosse bem desempenhada.

Desse exercício depreendem-se duas possibilidades de análise, contrárias em si, mas válidas, frente às necessidades e condições de publicação da época: A primeira consiste na secundarização do tema instrução/educação em detrimento de outros, de natureza mais importante ao domínio do público, cuja necessidade de divulgação se fazia premente.

Ao lado das notas oficiais, resultantes da ação do poder público, figuravam as notas acerca da situação econômica, revelando as conquistas do território, as disputas por posse de terra, o interesse e a participação de empresas estrangeiras na economia regional, passamentos e casamentos celebrados entre membros de famílias distintas e de influência política, chegada e partida de pessoas nos paquetes e outras embarcações, assim como a visita de autoridades locais e nacionais à Província.

Por outro lado, ao incorporar as notas sobre a instrução em meio a textos que, diretamente, nada apresentavam em relação com o tema, demonstra, paradoxalmente, sua importância para que fosse alcançado aquilo que se propunha no temário mais amplo. Exemplo disso pode ser conferido na notícia publicada a título de reclamação da população de Nioac, acerca da publicação em *O Expectador*, sobre o estado de atraso em que se encontrava aquela freguesia. Nas três colunas de uma página do jornal, impera o tom de denúncia e insatisfação com o texto publicado. Assim, entendemos que, embora possivelmente houvesse

um crivo de seleção dos editores sobre o que publicar, e não houvesse uma seção específica para os leitores se manifestarem frente às notas publicadas nos jornais, os "abaixo assignados" garantiam, em certa medida, a participação e interferência dos leitores nas matérias publicadas.

Em 12 de março de 1885[71] lia-se:

> Nos abaixo assignados, antigos moradores desta Freguesia de Santa Rita de Nioac, protestamos energicamente contra as falsas asserções contidas em um artigo assignados por 'Um nioaquense', e publicado no ' Expectador' de 24 de novembro do anno passado; entre as quaes existe um ponto em que, além de se ferir com singular desplante a verdade manifesta e por todos reconhecida, se envolve de certo modo uma offensa á dignidade de nossas famílias. (O EXPECTADOR, n. ? , 12/03/1885, p. 03).

O texto traz ao público uma série de realizações políticas e culturais naquela freguesia, inclusive com notas relativas à instrução, como se percebe no excerto que segue:

> [...] Da instrucção publica não descurou tambem a (sic) prestimoso Sr. Major Solon. Antes de sua chegada não havia um único estabelecimento, ou uma só pessoa que se prestasse á ensinar ao menos á ler e escrever á infância, que assim attingia á viridade completamente analphabeta; hje só não apprende quem não quer. N'este ramo do publico serviço, este lugar está presentemente acima de muitas Villas e de algumas cidades da Provincia. A aula do regimento foi franqueada á todos os meninos da povoação; as meninas recebem instrucção elementar da respetiravel Senhora do incansável Chef; e um official de estudos foi convidado para dar a instrucção secundaria aos meninos e aos adultos, estando já abertas, sob direcção de S. S, por conta de quem correm todas as despezas aulas de todas as matérias necessárias á matricula de qualquer Accademia do Imperio. [...] (O EXPECTADOR, n. ?, 12/03/1885, p. 04).

A edição de novembro de 1885 traz um dado que possibilita, mesmo sem fazer referência direta ao tema em pauta, algumas análises sobre o lugar e as condições da instrução nos anos finais do período imperial em Mato Grosso. Trata-se de um anúncio, no qual o Inspetor interino da Tesouraria de Fazenda da Província solicita a divulgação dos dias em que seriam realizados os pagamentos aos servidores públicos, conforme segue:

[71] Assinaram o texto: Augusto Nunes Ferras; Apolinario Jose Ferraz e Valerio de Arruda Botelho, em 8 de fevereiro de 1885. O artigo mencionado foi publicado em 24 de novembro de 1884. Até o momento não foi possível confrontar as informações publicadas, visto que a edição referida não foi localizada; o debate continua na edição de 26 de março, na qual consta uma carta fazendo a réplica ao artigo publicado em 12 de março, assinada pelo Coronel Antonio Nicolau Conxul, com data de 17 de janeiro de 1885. Nesse texto, contudo, não há referências diretas ou indiretas aos comentários realizados sobre a instrução.

> **TABELLA:**
> 1.º Dia útil – Presidencia, Relação, Secretaria da policia, Commando de armas, Directoria do Arsenal de Guerra, obras militares, Thesouraria e juízo dos Feitos.
> 2.º Dia útil – Culto Publico, Justiça de 1ª Intrancia, Correio, Aposentados, Arsenal de Guerra e officinas da guarnição da Capital inclusive consignações.
> 3.º Dia útil – Pencionistas, Reformados, Praças e preto, Fabrica de pólvora.
> 4.º Dia útil – Quaesquer outros pagamentos que não tenham sido reclamados nos dias acima. (Dr. Antonio José de Sant' Anna, 02/11/1885, O EXPECTADOR, n. ?, 19/11/1885, p. 04).

Não constam da relação de pagamentos os funcionários da Diretoria Geral da Instrução, podendo-se inferir que a instrução não era considerada como serviço essencial que demandasse preocupação com as ordens de pagamento em dias determinados.

Antes da venda dos equipamentos para uma tipografia de Cuiabá, era publicado em São Luiz de Cáceres, o jornal *O Atalaia*[72]. Circulando aos domingos, o semanário trazia notícias sobre a instrução, dando indicativos tanto da existência de escolas de primeiras letras naquela localidade quanto do fechamento de algumas delas, questão que vai ser amplamente verificada em várias Províncias do país, segundo o argumento do baixo número de matrículas e frequências que se registravam.

Em 1888, circulava, no formato de projeto de lei, a reivindicação do poder público em suprimir funções, redução de vencimentos de professores, fechamento de escolas "inclusive a 2ª do sexo masculino desta cidade" (Seção de Notícias, O ATALAIA, n. 54, 04/03/1888, p. 01).

[72] Atalaia significa vigia, guarda, sentinela. É conhecida também como a torre que abriga os baluartes e sentinelas. Em um sentido mais ampliado, significa estar alerta, em constante vigília.
O Atalaia circulou em São Luis de Cáceres, aos domingos, tendo como redator proprietário Manuel Ramos. Durante os anos de 1888-1889, foram localizados poucos números deste jornal, que se apresentava em formato semelhante ao *Argos*, com 3 colunas e algumas seções frequentes: EXPEDIENTE; SECÇÃO DE NOTICIAS; LETTRAS; SECÇÃO FRANCA, EDITAES.

O ATALAIA

DISTRIBUE-SE AOS DOMINGOS

Anno II — São Luiz de Cuyabá (Matto-Grosso), 4 de Março de 1888 — N.º 54

Assignaturas
Anno . . . . . 12$000 réis
Semestre . . . . . 7$000 »
Pagamento adiantado.

M. Ramos,
redactor-proprietario.

Annuncios
Do anno, linha . . . . . 40 réis
Dos que não forem . . . . . 100 »
N'outras publicações, por signal.

EXPEDIENTE

Do hoje em diante passa a ser gerente desta folha o Sr. Diogo Nunes de Souza, aquem pode ser dirigido a respeito toda e quaesquer reclamações, — achando-se tambem o mesmo habilitado para contratar as publicações particulares e mandar proceder cobranças de assignaturas do jornal.

SECÇÃO DE NOTICIAS

Correio terrestre.—Chegou de Cuyabá, na manhã de 1.º do corrente, o estafeta, pelo qual tivemos as noticias que em seguida damos aos nossos leitores.

—Por acto de presidencia, de 14 de Fevereiro ultimo, foi dispensado do logar de pharmaceutico da enfermaria militar da capital o Sr. tenente Joaquim da Costa e Faria, que servio nesta guarnição cerca de cinco annos com geral applauso.

—Foi nomeado official-maior da secretaria da assembléa o capitão Demetrio Murtes Serra, em substituição do tenente Francisco Manoel d'Araujo.

—Falleceu na capital o cidadão Manoel Ricardo Monteiro, ex-secretario da instrucção publica e corrector do 2.º classe do ataçal de guerra.

Projectos de lei.—Sollicitou já a sancção presidencial os seguintes projectos, elaborados pela assembléa na presente sessão ordinaria:

1.º Reduzindo os vencimentos dos empregados da thesouraria provincial;

2.º Extinguindo a força policial, que fica reduzida a um official reformado e 40 praças de pret;

3.º Supprimindo dous logares de amanuense e reduzindo os vencimentos dos empregados da secretaria do governo;

4.º Reduzindo a 1 conto a subvenção á folha official para publicação do expediente do governo;

5.º Supprimindo os logares de contador e engenheiro da camara municipal da capital;

6.º Reduzindo os vencimentos dos empregados da secretaria da assembléa;

7.º Supprimindo o logar de amanuense do lyceu, reduzindo os vencimentos dos professores do lyceu e de instrucção primaria e supprimindo diversas escolas (inclusive a 2.ª do sexo masculino desta cidade);

8.º Autorisando a presidencia a emittir apolices de 6.º para a reparação das de 8.º, emittidas para o abastecimento d'agua;

9.º Mandando que seja recolhida directamente aos cofres da thesouraria provincial a taxa sobre heranças e legados de inventarios processados na camara da capital;

10. Finalmente, reduzindo a consignação de todos os collectores provinciaes.

A economia realisada pela assembléa attinge a mais de trinta contos de reis e parece que, pela primeira vez, vae possuir a provincia um orçamento equilibrado.

Oxalá que assim aconteça!

Policia.—Ha mais de duas semanas que se acha suspensa a delegacia de policia desta cidade, por molestia do respectivo serventuario (que aliás já solicitou sua exoneração) e impedimento dos seus substitutos legaes.

A subdelegacia não funcciona já ha um anno.

Hoje estamos completamente sem policiamento, pois, alem de não haver nas autoridades, ainda as duas pracas de policia que aqui servião forão mandadas recolher a capital.

Uma cidade sem autoridade policial!..

LETTRAS.

Souvenir

(A. Vidal)

Contesão

A primeira impressão que sente—e que conserva-se repulsiva—ao atalente anda—lhe por uma joven, cuja physionomia inconveniente—não havia quem resistisse ao fascinante influxo de sua peregrina belleza.

O seu rosto moreno pallido, côr de perola, surmontado por cabellos loiros finissimos, refulgiam scintillantes de vivacidade nos olhos azés, expressivos, em que se denunciava uma energia inalterável reunida com a mais perseverante virtude.

Creatura verdadeiramente poetica, era ella feita ubi-ornina d'inspiração para quem lhe impressionavel tinha a gizantesia e tão exposivel o enthusiasmo.

Conheci-a em uma tarde de Abril—quando o crepusculo já se desmaiava pelo seu manto setinoso-negro.

Em um pequeno jardim onde se ergueria um arbusto perfu-

Figura 09 – Jornal “O Atalaia”, n. 54 (1888) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Ao final da década de 1880[73], os jornais se apresentaram, guardadas as devidas proporções, com uma linha editorial bastante semelhante em relação ao tema instrução. De modo geral, deram publicidade às ações implementadas pelo poder público, como já enunciado anteriormente, à abertura de escolas, em especial as particulares, exoneração e posse de professores em escolas isoladas, dentre outras, como evidenciaram as notas transcritas ao longo deste capítulo. Todavia, cumpre ressaltar a frequência em que se publicavam as notas e teor argumentativo do qual os redatores se fizeram valer para dá-las a conhecer.

[73] Até o estágio atual da pesquisa há um hiato em relação aos jornais que circularam entre os anos de 1887-1888; as hipóteses que justificam esse hiato – interrupção das publicações por falta de recursos financeiros ou rescisão de convênios com o poder público; ausência dos exemplares nos acervos consultados, devido a sua não conservação - ainda estão em verificação.

A Gazeta[74], que iniciara seu período de circulação em 01 de outubro de 1888, publicado seis vezes por mês, acompanhou a transição do regime monárquico para o republicano sem grandes alterações na sua linha editorial. Victal de Araujo, proprietário, diretor e redator desta folha, já havia participado como colaborador em outros periódicos cuiabanos.

Chama a atenção, a partir da edição de 16 de julho de 1889, a sequência de textos publicados sob o título de *A República no Brasil*, por meio dos quais o redator elenca uma série de aspectos positivos que sustentariam o argumento a favor da mudança do regime administrativo da época.

Utilizando a estratégia de análise que parte das situações gerais com o objetivo de, por assimilação e semelhança, chegar à particular – no caso Mato Grosso – o redator ensaia textos que, por estarem seguidos de uma sequência numérica, indicam sua continuidade nas próximas edições. Funcionam também como estratégias de convencimento, no sentido de elucidar e destacar as características do modelo administrativo em transição. Depreende-se, dessa escrita, a intencionalidade em referir-se a problemas do cotidiano, relacionando-os ou atribuindo suas causas ao regime monárquico em vigência, mas em vias de enfraquecimento desde alguns anos. Pode-se dizer que há, nesse exercício, uma forma de fabricar a história, na perspectiva anunciada por Michel de Certeau (1982).

A instrução pública é parte integrante dessa agenda subliminar de temas e assuntos, que, no interior das discussões históricas, filosóficas e políticas, revelavam o grau de conhecimento e erudição de seu autor, conferindo-lhe dupla autoridade: da imprensa, como veículo responsável pela circulação de informações, e de intelectual, legitimado pelo conhecimento que possuía, resultando nas análises que elaborava.

Na defesa do modelo republicano, o texto de abertura *Das maneiras de governar a melhor é a republicana,* marca o predomínio do aspecto didático da exposição:

> **Monarchia**, como diz a palavra, é o governo de um. É aquelle modo de governo em que um homem, que se chama rei, ou imperador, ou sultão, ou czar, ou schah, etc, com mais ou menos auxiliares [...] comanda ou governa um povo, segundo a sua vontade [...]. **Republica**, como o diz a palavra, é a cousa publica, de todos, é o governo do Público, dos que vivem numa mesma época. É aquelle modo de governo que um homem que se chama Presidente, ou um grupo de homens chamado Directorio, ou Conselho

[74] **A Gazeta:** circulou em Cuiabá semanalmente, segundo os editores, seis vezes por mês. Seu proprietário e editor foi, por muitos anos, Victal d'Araujo. Ao que se pode depreender do exame dos números localizados, o periódico obteve, durante muitos anos, a subvenção do governo, para publicar as notas oficiais em suas páginas. Esse dado se torna relevante na tentativa de entender a ausência dos valores para comercialização dos exemplares avulsos, e a opção pelo único modo de assinatura, com periodicidade trimestral.

> Federal, etc, [...] “dirige” um povo, “segundo a vontade deste, que determina e fica a vontade d’aquelle”. [...] (Das maneiras de governar a melhor é a republicana, A GAZETA, n. 46, 16/07/1889, p. 01).

A publicação de textos sobre o tema ocupa espaço em todas as edições, até o mês de agosto de 1889. E embora demonstrasse franca simpatia pelo modelo republicano, *A Gazeta* publicou, por algum tempo, os atos oficiais do Governo Provincial. Suas páginas também foram o veículo de divulgação, na íntegra do **Regulamento do Ensino Primário da Instrução Publica**, nas edições de 26 de junho – Capítulos 1 ao 6; 01 de julho – Capítulos 7 ao 10; e em 06 de junho – Capítulos 11 e 12.

> O estado em que a monarchia fez o Brazil [sic] é desgraçado [...] Não temos liberdade de religião: a lei obriga todos os brasileiros a serem católicos: e por isso os estrangeiros, protestantes, etc, não podem viver bem no Brazil. Não temos instrucção; nem de primeiras lettras, porque temos poucas escolas, e ruins; nem superior, porque as academias não são boas; o governo todo o dia vive reformando-as. [...] (A GAZETA, 21/07/1889)

> [...] Temos o progresso que a monarchia nos deixou ter pouco, porque a Familia Imperial e sua Corte, e famílias privilegiadas consomem todo o dinheiro do povo; mas ainda assim algumas províncias progridem, como por exemplo São Paulo. Gostamos da instrucção, e si não a apreciamos mais, é porque a que há PE massante e pouco útil; mas somos inteligentes, capazes de comprehender um bom governo, e temos muito bom gosto em ouvir e ler cousas boas. [...] (Os Brazileiros estão preparados para a Republica, A GAZETA, n. 51, 11/08/1889, p. 01).

Era importante instruir o povo, mas não muito...:

> [...] Não é preciso que um povo seja muito instruído, para ser republicano: basta que seja capaz de entender o seu dever, e cumpri-lo; as,im [sic] forma-se uma ‘opinião publica’, pequena, mas sensata. Nós temos já uma certa ‘opinião publica’ esclarecida, que, ao lado da Nação inteira, condemna a monarchia. [...] (Os Brazileiros estão preparados para a Republica, A GAZETA, n. 51, 11/08/1889, p. 01).

Notas sobre a instrução pública aparecem no interior dos textos, não sendo, em nenhum dos nove publicados, a tônica central dos artigos. Aprovação de alunos em exames, tanto de escolas públicas como particulares, atos de nomeação, substituição e exoneração de professores e aspectos da educação para os indígenas ocuparam, com certa frequência, as páginas de *A Gazeta*, no ano de 1889.

Mas, independentemente do que se publicasse, a opinião dos redatores sobre a importância da imprensa fica clara nessa passagem: “[...] um jornal seja qual for o seu

formato é sempre mais um factor do progresso moral e material de um povo [...]" (A GAZETA, O Futuro, Noticiario, 01/12/1889, p. 02).

A GAZETA

PROPRIETARIO E DIRECTOR- Vidal d'Arag

A Gazeta

Mudança da Capital

Figura 10 – Jornal "A Gazeta" (1889 - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

A notícia da proclamação da república chegara em Mato Grosso em dezembro daquele ano, por meio de telegramas:

> Preparemo-nos para a federação. Cada cidadão acceitando a nova organisação política, iniciada a 15 de Novembro, contrahe para com a pátria deveres os mais difficeis de serem cumpridos obriga-se a maior somma de sacrifícios e abnegações possíveis. [...] (A GAZETA, n. 04, 17/12/1889, p. 01).

A comunicação oficial, segundo *A Gazeta*, chegaria apenas em janeiro de 1890, que, segundo o jornal, "operou-se entre festas e a mais viva expanção de contentamento e adhesões

por parte da população inteira desta grande ação. [...]" (Pela Republica, A GAZETA, n. 09, 11/01/1890, p. 01).

O ano de 1890 marcaria para o Brasil o início cronológico do período republicano e, para *A Gazeta*, o convênio com o governo do Presidente de Estado Antonio Maria Coelho, fazendo circular os Atos Oficiais. Desse modo, o jornal passa a ser organizado em: Parte Oficial, Seção Livre, Noticiario e outras seções itinerantes.

Gervásio Leite (1970) afirma que não houve mudanças significativas na situação da instrução pública e o primeiro regulamento da instrução pública só viria a lume em 1891. Desse modo, a instrução continuava a ser regida pelas normativas do período imperial, ainda que mudanças pontuais fossem realizadas em nome de algumas adequações necessárias:

> A República, não resolveu o problema do ensino mato-grossense; antes, nos primeiros momentos lançou confusão originária de todas as mudanças que operam sem o apoio da realidade. Depois... A República trouxe a preocupação da escola sem Deus e o formalismo do ensino obrigatório. Mas a obrigatoriedade decorria das possibilidades orçamentárias. Ora, a nova forma de Governo não operou o milagre de criar, imediatamente, novas fontes de renda para o Estado. Em 1889 a receita foi de 215:905$143 e a despesa de 204:815$203. (LEITE, 1970, p. 92).

Humberto Marcílio, sobre o tema, assim se posicionou:

> O afã de tudo refazer, entretanto, mesmo em meio às agitações permanentes dessa época, domina o pensamento dos mandatários do novo regime, não permitindo que permaneçam impunes ao ardor e impetuosidade reformistas, os alicerces da primitiva ordem administrativa. Mais vulnerável o ensino é um dos seus primeiros sectores a sofrer essas fatais conseqüências. É assim que pequenas alterações, a princípio, e mais tarde, reformas substanciais, modificam rapidamente a estrutura arquitetada ardentemente pelo notável organizador da instrução mato-grossense, o meticulosos Antonio Herculano de Souza Bandeira. (MARCÍLIO, 1963, p. 114).

As análises dos historiadores matogrossenses divergem quanto às formas de apropriação das novidades republicanas no campo da instrução. As notas publicizadas sobre o tema, em *A Gazeta*, dão poucos indicativos das transformações realizadas naquele ano, continuando a ser mais frequentes aquelas em torno da oferta de aulas particulares, visando à preparação para exames, na instrução primáaria e secundária (Seção Livre, A GAZETA, n. ?, 06/01/1890), nomeações de professores efetivos para as escolas do sexo masculino e feminino, assim como as mudanças operadas em nível nacional, como a posse de Leoncio de Carvalho na pasta da "Instrucção Pública" pelo Governo federal (A GAZETA, n. ?, 21/01/1890, p. 03), a mudança na denominação do "Collegio Nacional", passando a ser

"Instituto Nacional de Instrucção secundaria o externato e internato do imperial collegio d. Pedro 2º" (A GAZETA, n. ?, 21/01/1890, p. 03).

A criação do curso noturno "Ruy Barboza", noticiada na edição de 25 de fevereiro de 1890, é um dado celebrado pelos redatores, que descrevem as matérias que serão ministradas, a gratuidade daquela modalidade de ensino, bem como os horários em que as aulas aconteceriam, "das 6 as 9 horas da noite" (A GAZETA, n. ?, 25/02/1890).

Na edição de 16 de março encontramos outra notícia que reitera a anterior sobre a criação de um curso noturno, este sim em funcionamento, tratando-se de uma iniciativa financiada por recursos particulares:

> [...] O primeiro, o funccionamento de um Curso nocturno onde gratuitametne esta sendo distribuído o pão do espírito a homens e creanças que, por carência de tempo durante as horas do dia, ou por falta de outros meios – recorrem aquella escola onde aprendem o necessário para se tornarem mais úteis a sociedade. Da fundação dessa escola, então um projecto, já tivemos occasião de dar notícia com a nossa edição de 25 do passado e não será de mais dirigirmos d'aqui um voto de louvor ao patriotismo dos operosos cidadãos, Dr. João Carlos p. Leite, Antonio Roberto de Vasconcellos, Lucio borralho e Thomaz de Aquino, os quais no sublime empenho de prestarem um relevantíssimo serviço a sua terra natal aproveitão abnegadamente as horas que sobram de seus [ilegível] apllicando-se nobremente na diffusão da instrucção aos que d'ella necessitão. [...] (Iniciativa particular, A GAZETA, n. 22, 16/03/1890, p. 02).

A visita do governador às escolas públicas de Cáceres, a exemplo de outros jornais, também foi objeto de atenção e notícia em *A Gazeta*:

> Na manhã de 14 do corrente, pelas 5 horas chegou a esta cidade no vapor Pedro 2º o benemérito cidadão general Antonio Maria Coelho, governador deste Estado [...] No dia seguinte, 15 pela manhã, visitou ás escolas publicas, mostrando-se satisfeito com o adiantamento que nellas notou e recommendando aos professores todos os emprenho para tornar-se o mais extenso possível o ensino aceitando aos meninos e as meninas que não podendo pela pobresa vestirem-se com certa decência deixam por isso de frequental-as. A noite visitou a escola nocturna 'Joaquim Murtinho', fundada pelo Club Nacional. Esta escola conta com quarenta e pouco alumnos muitos d'elles homens, e já no curto período de sua existência nota-se um progresso relativamente admirável. (Correspondencia, A GAZETA, n. 20, 06/03/1890, p. 03).

A criação do curso noturno continuaria a merecer atenção da imprensa nas páginas de *A Gazeta* de 06 de abril, integrando a Parte Oficial o seguinte texto:

> [...] Aos cidadãos dr. João Carlos Pereira Leite, Licio de Campo Borralho, Thomaz d'Aquino e Antonio Roberto de Vasconcellos que louva-se o

> procedimento que tiveram fundando nesta capital um curso nocturno denomiado – Escola Nacional Ruy Barbosa – com o fim de prestar gratuitamente aos adultos o indispensável ensino primário, bem como noções geraes de grammatica da língua nacional, geographia, historia do Brazil, arithmetica e desenho. (Parte Official, A GAZETA, n. ?, 06/04/1890, p. 01)

Os outros exemplares examinados mantêm o mesmo programa editorial revelado até aquele momento.

Entendendo, a exemplo do que postula Soraia Barbosa (2009, p. 90), quando afirma que "não é mais possível escrever a história da vida cultural brasileira oitocentista, sem a consulta aos jornais da época, se quisermos reconstituir de forma não anacrônica e mais verossímil aquele período", e, frente ao exame das fontes relativas ao período entre os anos de 1880 a 1890, com sensível recuo desta década, na intenção de verificar a existência de alguns temas na agenda da instrução pública do período, cabem algumas considerações, a título de síntese das notas sobre a instrução pública direta e indiretamente presentes na imprensa matogrossense.

O debate educacional estava posto! Nesse sentido, é possível afirmar, com base nas fontes, que a instrução dava seus passos em prol da consolidação de um modelo de ensino matogrossense híbrido, perpassado por referências nacionais, marcadas pela produção cultural do Município da Corte e pelo já considerado "empreendedorismo paulista", mesclando referências de outras Províncias, citadas e avalizadas entre os jornais da época.

Ressalte-se que tal fato não constitui demérito, tendo em vista que em várias outras Províncias o movimento é semelhante. Notas sobre as experiências internacionais foram também objeto de conformação do ideário da instrução pública matogrossense, alinhavando práticas que a conduziriam ao alcance do status de modernidade almejado no período, conforme indicam os discursos publicizados.

Contudo, é igualmente possível afirmar que à época cada um dos títulos examinados adotava uma linha editorial para dar a conhecer ao público as notícias sobre a instrução; como aspecto comum destacam-se as linhas de argumentação, referindo-se contiguamente ao desenvolvimento da província e do país, não apenas pelo volume ou ausência de inserções sobre o tema, o que de fato também deve ser levando em consideração nas análises, mas, sobretudo, ao tratamento discursivo que tais textos revelam.

Os primeiros títulos examinados apontaram discussões tímidas, chegando a ser discretas, protegidas pela marca do anonimato, o que dava aos seus autores, certa liberdade em apresentar suas ideias e posicionamentos, ainda que o anonimato fosse relativo, tendo em

vista que era de domínio público o conhecimento sobre aqueles que atuavam como redatores e articulistas dos diversos jornais da época.

Sobre o tema da instrução, não foram observados muitos textos de natureza autoral, sendo poucos os jornais que deram publicidade de modo mais crítico ao estado da instrução pública em especial; quando o faziam o tema estava relacionado ao desenvolvimento da nação, com vistas ao ideário de progresso e civilização, a exemplo do município da Corte, das Províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, literalmente mencionados, e dos países estrangeiros. Acreditava-se que, em nome do progresso e do desenvolvimento, a crítica deveria ser entendida, ao que se pode depreender, como o cumprimento do papel (dever) da imprensa, expresso nas páginas dos periódicos matogrossenses, denotava.

As notas sobre a instrução circularam em São Luis de Cáceres, Corumbá e Cuiabá, com distintos níveis de aprofundamento e posicionamento editorial, não obstante revelaram a importância deste "setor para o ramo do serviço público". Os jornais corumbaenses se apresentaram como mais combativos, tornando possível perceber que a ausência de iniciativas sobre a instrução se tornava, em grande medida, a responsável pelo atraso da Província, muito mais que o isolamento geográfico a que ela estava condicionada.

Em *O Corumbaense*, o tom combativo, é mais evidente, embora o intervalo entre as notícias sobre o tema seja de 3 ou 4 números. Levando-se em consideração que o periódico circulava duas vezes por semana entre os leitores de Corumbá, e possivelmente entre as outras províncias, onde os vapores o pudessem entregar, as denúncias sobre a ineficiência do poder público eram mais frequentes, bem como a menção a províncias e países em que este "ramo do serviço Público", como denominam as publicações do período, mereceria melhor tratamento e consideráveis investimentos: "dir-se-ha que exageramos, que muito se tem feito. Mas onde está, que não o vemos?" (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 02).

A defesa pelo ensino das "massas populares", consubstanciado no ensino público, os investimentos iniciais no ensino noturno, também se apresentam nas páginas dos jornais e, ainda que se configure como plataforma política, indica a pertinência e a necessidade da instauração desse serviço de modo organizado, constante, custeado e acompanhado pelo poder público central, ou provincial, afinal "um povo contaminado pela ignorância é um povo embrutecido, materialisado, sem vida e sem acção, é a ruína de uma nação e o suppendaneo da tyrannia [...]. O povo que for o mais instruido esse será o primeiro povo e a nação a que pertencer, - a mais feliz do Universo." (O CORUMBAENSE, n. 61, 19/02/1881, p. 02).

Temas como: questões salariais, necessidade de formação específica para o exercício da docência, alocação de espaços físicos adequados ao ensino e à acomodação das crianças e

jovens, foram silenciados em todos os exemplares dos jornais examinados. Possivelmente essas questões não faziam parte da agenda de temas do período, pela própria configuração da situação da instrução e o público atendido: àqueles, cujas famílias dispunham de recursos financeiros, era dada a oportunidade de estudar com professores particulares, que, por definição, incluíam todo o material necessário ao ensino nos valores cobrados.

Para as escolas isoladas restava o improviso, contar com a "dedicação e o zelo" dos professores no desempenho de sua função e esperar o melhor aproveitamento dos alunos. Não há, nesse sentido, na imprensa matogrossense, a adoção da bandeira da defesa da instrução pública, para além do discurso progressista que ela enceta. O veículo que poderia auxiliar nas reivindicações ao governo, por mais instrumentalização do ensino, silenciava-se mediante o anúncio de questões de foro político, algumas poucas em tom combativo.

As constantes notas sobre nomeações, transferências, exonerações e outras formas de movimentação dos professores indicam a instabilidade da profissão docente: em alguns casos percebemos que nem mesmo os professores efetivos gozavam de certa segurança para o exercício de sua função.

A leitura dos jornais que circularam neste período revelou, em primeira instância, temas distintos abordados pelos semanários, e distintas formas de abordagens e tipologias textuais referentes à instrução, como se procurou evidenciar ao longo deste capítulo. Entender a estética da recepção destes impressos, ainda que não seja objeto de atenção direta deste trabalho, se faz necessário, por se constatar que os próprios jornais tratam de promover a circulação interna das notícias das folhas que não circulam nas freguesias e cidades onde estão sediados, bem como de outras Províncias. Assim era possível saber, em certa medida, o que estava acontecendo em outros lugares do Império: as notas sobre instrução por vezes se inserem no rol de divulgação.

Vale, pois, o alerta de Lucia Lippi Oliveira para entender de modo mais efetivo as relações entre a leitura e análise de documentos oficiais e a história cultural:

> A homogeneidade do povo de cada país é construída. O Estado passa a agir para juntar estas pessoas em um povo que se sente unificado por origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum. Há que se destacar o papel político do Estado agindo sobre os fundamentos culturais que estão à sua disposição em cada momento histórico. No final do século XIX, os Estados passam a agir sobre a máquina da comunicação – imprensa, cinema e rádio -, assim como sobre o ensino primário para difundir a imagem de uma herança comum, inventando e inculcando tradições. O Estado precisa homogeneizar e padronizar seus habitantes (OLIVEIRA, 1997, p. 186).

O produto desta escrita, intencional, pode ser apreendido de várias maneiras, tal alerta não exime as responsabilidades interpretativas realizadas em torno das fontes, mas busca aproximar o leitor atual das possibilidades de leitura e interpretação de documentos produzidos em séculos passados.

O reconhecimento e a validação das fontes primárias utilizadas para a escrita deste capítulo demandaram partir da premissa que, embora houvesse um discurso sobre a instrução vigente, no plano da legislação e das ações políticas que as efetivassem, a imprensa possibilitou vislumbrar, ainda que de modo tendencioso, como aquelas ações foram transfiguradas para o cotidiano informativo da população que tinha acesso aos jornais, direta, por meio da leitura dos exemplares postos em circulação, ou indiretamente, ao ouvir o leitor contar sobre o assunto publicado (oralização)[75], o que implica em duas vias de circulação da informação, tornando o dispositivo bastante efetivo aos interesses que se propunham.

[75] Sobre os procedimentos de oralização dos textos dos jornais, no período imperial e republicano, vale consultar Martins e Luca (2008).

3 NADA MAIS A TEMER: OS RUMOS DA INSTRUÇÃO MATOGROSSENSE NAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1890-1900)

Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou diagnosticador limitando-se a por em práticas regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.
(CARLO GINZBURG, 1996)

O ano de 1890 trouxe para Mato Grosso, assim como para o Brasil, a notícia de um novo regime político administrativo, que já vinha sendo gestado nas décadas anteriores, mas toma formato e cunho administrativo efetivo a partir deste período. Os *paquetes*[76] e vapores traziam não apenas sortimentos necessários à vida humana, como também alimentavam o entorno cultural dos matogrossenses, aproximando a população das notícias postas em circulação em Cuiabá, sede administrativa do então Estado de Mato Grosso[77], e em outras municipalidades e Estados da federação. Os discursos por investimentos em educação/instrução passam a ocupar lugar na agenda de temas políticos, visando ao desenvolvimento e progresso promissores, como evidencia Nadaf (2002):

> Em meio a essas situações políticas conflitantes, a Provincia de Mato Grosso vivia, ainda, a revezes do seu isolamento geográfico que começava paulatinamente a romper-se graças à abertura da navegação pelo Rio Paraguai, interligando Cuiabá a Montevidéu, Buenos Aires e à Corte do País. A região contava com 64.000 habitantes, estando 37.538 restritos à capital Cuiabá, que carecia dos recursos básicos mais elementares, como abastecimento de água, iluminação, ensino comércio, entre outros. [...] Somente a partir de 1870, a região experimentou a mudança dessa triste contextualização, contando com uma expansão econômica, intelectual e social que se estendeu até a República, quando de novo teve que enfrentar

[76] Paquete é a denominação dada aos antigos navios de luxo e de grande velocidade, geralmente movidos a vapor. Na origem do nome está a designação inglesa de packet boat e que pode ser traduzida para o português como navio de pacotes. Esses navios faziam travessias regulares levando encomendas (pacotes) e correio. Faziam também o transporte de passageiros, mercadorias e correspondência entre o país ou mais países. Disponível em: htttp://www.dicio.com.br/paquete>, acessado em 15 de dezembro de 2011. Lylia Galetti destaca, ainda, que os paquetes e vapores eram batizados com nomes e sua chegada era celebrada com festa, pois tinham nesse meio de transporte um símbolo do progresso e da civilização (GALETTI, 2000, p. 195). Sobre o tema, consultar, ainda, Alencastro (2001).

[77] Não é objetivo deste trabalho discutir as relações e embates políticos que compuseram o cenário mato-grossense na transição do regime monárquico para o republicano, no entanto, é notório que as formas de articulação do poder tornaram possíveis algumas iniciativas em prol do desenvolvimento da instrução no estado, em detrimento de outras. Para dar compreensão a este cenário optamos pelo diálogo com algumas obras, frutos de dissertações e teses desenvolvidas por autores mato grossenses sobre o seu estado, que, embora passíveis de revisão no campo da historiografia, em virtude de seus momentos de escrita, serviram de baliza para conhecer uma parte do contexto histórico em que nossas investigações se inserem. Exemplo dessas referências são as teses de Correa (2006). Auxiliaram, sobremaneira, no processo de escrita deste capítulo as reflexões de Fanaya (2010), Galetti (2000) e Zorzatto (1998).

> graves problemas decorrentes da mudança do regime político. Nestas duas décadas serenas, restabeleceu-se regularmente a navegação pelo Rio Paraguai, anteriormente suspensa pela Guerra da Tríplice Aliança, intensificando-se o comércio de importação e exportação, que deu crescimento econômico e alterou costumes e hábitos dos habitantes. Na capital, fundaram-se agremiações de caráter recreativo e cultural dinamizando a vida social, e a cidade recebeu melhorias públicas materiais empreendidas pelo governo, tais como a abertura de escolas, a construção de jardins, e a inauguração dos esperados serviços de canalização de água e iluminação por combustores. (NADAF, 2002, p. 80-81).

Os investimentos no desenvolvimento das vias de comunicação do Estado com o restante do país foram sendo introduzidos na pauta política, conforme assinala Valmir Correa:

> o Estado de Mato Grosso teve, nesse sentido, investimentos de capital nos seus setores mais rentáveis e lucrativos, mesmo naquelas atividades de curta duração (caso da exploração da borracha e dos saladeiros), representados por grupos estrangeiros que tiveram a proximidade e a facilidade de comunicação da região com paises platinos e portos de grande afluência de embarcações europeias. (CORREA, 2006, p. 20).

Por outro lado, o grupo que João Edson Fanaya (2010) denomina “elites políticas”, que disputavam o poder republicano matogrossense, determina direcionamentos significativos no campo da instrução pública do Estado, ora ocupando cargos políticos à frente das pastas relativas àquele setor, ora posicionando-se direta e indiretamente nos textos jornalísticos postos em circulação no período. Se o estudo de Fanaya tem como objetivo “apreender os aspectos constitutivos do modus vivendi e das práticas no Estado com a passagem do regime Monárquico para a República liberal federativa, reordenando as forças políticas regionalizadas” (FANAYA, 2010, p. 12), esse estudo se insere nas entrelinhas do referido reordenamento, na tentativa de identificar, a partir das fontes, seus reflexos no campo da instrução.

Como se procurou demonstrar em capítulos anteriores, as publicações periódicas desempenharam papel significativo na circulação de notícias, auxiliando na construção de um modo de ver o mundo sob múltiplos e distintos enfoques. Essa forma de ver e apresentar o mundo foi eivada de concepções e lugares de poder, ora visando a manutenção da ordem vigente, ora instando à sua transformação. É licito, porém, afirmar que ao lado de uma ou outra, os impressos ocuparam lugar singular na configuração de um modo de ser e pensar sobre o estado de Mato Grosso.

Ao registrar parte dessa história, com destaque para a criação da chamada Tipografia Provincial, Jucá (2009) atribui a Mato Grosso o pretenso status da modernidade, representado

nas conquistas materiais proporcionadas pelas invenções técnicas[78]: a exemplo da pólvora, energia elétrica, dos bondes, do sistema de telégrafos[79], Jucá destaca que "a tipografia Provincial foi o primeiro órgão da administração matogrossense, e deu origem à Imprensa Oficial em Mato Grosso [...] e surgiu na Cuiabá quase isolada geograficamente, bem distante da Corte" (JUCÁ, 2009, p. 25).

Face ao exposto, o interesse em se fixar a impressão de periódicos na Província não pode ser visto apenas como mero esforço para abreviar as distâncias que se percorriam para dar notícias sobre os acontecimentos de várias ordens, nacionais e internacionais, mas como uma forma de registrar e fazer circular modos de pensar Ao se registrar a História da Imprensa Oficial, (de)marcando-se essa trajetória demonstra-se sua continuidade:

> a história da Imprensa Oficial em Mato Grosso pode ser divida em seis ciclos. O primeiro iniciando com a Tipografia Provincial, de 14 de agosto de 1839 a 31 de agosto de 1848, quando foi colocada em pasta pública. O segundo é o dos jornais particulares, publicando atos oficiais desde 2 de setembro de 1848, com o primeiro número d´O Echo Cuiabano,usando a gráfica da extinta Tipografia Provincial. Em 2 de maio de 1890 surgiu o terceiro: o governador Antonio Maria Coelho, o primeiro do Estado de mato Grosso, rescindiu o contracto firmado com Victal Baptista de Araújo, proprietário do jornal A Gazeta, e criou a Tipografia oficial do Estado. [...] (JUCÁ, 2009, p. 25).

Desse modo, a imprensa[80] se configura como advento da modernidade e importante aliada da República. Na tentativa de evidenciar, ao mesmo tempo, os passos dessa modernidade, pela via dos impressos e os debates que promovem em torno da educação matogrossense, os jornais mobilizados para análise seguem apresentados na Tabela 05, abaixo:

---

[78] Cf. Burke (2003, p. 28).

[79] Ao questionar o papel que a Tipografia e, por associação, a imprensa, desempenhou na Revolução Francesa, a obra organizada por Robert Darnton e Daniel Roche (1996) forneceu indícios significativos para a compreensão da iniciativa editorial em Mato Grosso, em especial, no papel desempenhado junto aos debates relativos à instrução/educação, configurando um conjunto de esforços que, aliados ao poder político em vigência, funcionaram como dispositivos para formar e modelar a opinião pública, ainda que restrita, sobre um determinado modo de fazer. Para Darnton, em especial, "os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento" (DARNTON e ROCHE, 1996, p. 15).

[80] Pierre Casselle destaca que, durante o Antigo Regime, "a prensa tipográfica foi celebrada como uma dádiva 'que desceu dos céus' para espalhar o esclarecimento pelo mundo em trevas" (CASSELE apud DARNTON e ROCHE, 1996, p. 149).

Jornal	Localidade	Ano (Número de Exemplares localizados)	Total de exemplares consultados
Republicano	Cuiabá	1895 (13); 1896 (98); 1897 (54); 1898 (89); 1899 (17)	271
Echo do Povo	Corumbá	1893 (04); 1894 (05); 1895 (01); 1897 (1)	11
Oasis	Corumbá	1890 (01); 1891 (01);1892 (01); 1893 (03); 1894 (06); 1896 (03)	15
A Gazeta	Cuiabá	1890 (26)	26
O Matto Grosso	Cuiabá	1897 (10); 1898 (08)	18
O Clarim	Cuiabá	1894 (04)	04
Total de exemplares consultados no período			**345**

Tabela 05 – Fontes primárias e exemplares (1890-1900)
Fonte: APMT; NDIHR/UFMT (MATO GROSSO, 2010).
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

A escrita deste capítulo, embora siga os contornos delineados nos anteriores, guarda algumas distinções: Quanto ao número de títulos mobilizados para a análise, foram selecionados 6 (seis) títulos de 2 (dois) municípios do Estado de Mato Grosso[81]. A justificativa se encontra no fato de não terem sido localizadas, na cidade de Cáceres, iniciativas ligadas à imprensa. Observou-se, ainda, conforme os instrumentos de pesquisa consultados, que a profusão de títulos identificada na década anterior não se manteve constante na presente. Uma hipótese para justificar tal arrefecimento pode estar na configuração política do Estado, que se centrou de modo mais efetivo nas mãos das oligarquias familiares tradicionais.

O estudo se cerca de outros que têm demonstrado a vivacidade da imprensa, ora como fonte ora como objeto de estudo, já citado anteriormente, proporcionando e divulgando aspectos nem sempre visíveis em impressos de outra tipologia. Neste capítulo o diálogo é proposto com documentação produzida a partir das notas do poder oficial, registradas nas Mensagens de Presidente de Estado à Assembleia Legislativa, publicadas entre os anos de 1890 a 1910.

O crivo de seleção das notas publicadas nos textos das Mensagens se guiou pelos itens Instrução e Instrução Pública, que constam regularmente em todos os documentos consultados. Têm-se dados referentes à instrução pública, informados pelos Presidentes de

[81] A seleção de periódicos de dois "extremos" do Estado de Mato Grosso (Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, dista em torno de 1000 quilômetros de Corumbá, cidade do Oeste de Mato Grosso do Sul, divisa com a Bolívia) se justifica na hipótese aventada por alguns historiadores de ofício, de que Mato Grosso estava isolado do "resto do Brasil": estudos com imprensa acabam, de certo modo, por contrariar o sentimento de isolamento, ao menos no que concerne à circulação de ideias.

Estado aos órgãos competentes, fornecendo, se não informações efetivas, pistas a serem seguidas nas páginas dos jornais. Ao identificar e mapear a agenda de temas recorrentes quando o assunto se tratava da organização da instrução pública no estado, bem como iniciativas, problemas, conquistas, projetos e propostas implementadas, tornou-se possível conhecer os referenciais adotados para fundamentar ou justificar políticas em detrimento de outras, mapear personalidades, Estados, sistemas de referências (nacionais e internacionais), que figuravam na lista de exemplos positivos e negativos para Mato Grosso, permitindo visualizar modos de circulação de saberes e formas de difusão das informações.

Quanto ao critério de análise, se por um lado, conforme destaca Vidal (2009, p. 108), as práticas escolares "se produzem nas relações que os sujeitos estabelecem com o mundo em sua materialidade e se revelam nos usos dados ao conjunto de objetos culturais com os quais convivem nas diferentes situações de poder", por outro lado não se pode negar que muito da conformação dessas práticas são determinismos orientados a partir da legislação vigente, dos encaminhamentos que decorrem de seus textos, ainda que pesem os processos de apropriação, tradução cultural e a própria implementação dos procedimentos de ensino às instituições a que lhes compete o exercício.

Ao realizar o exercício metodológico de cartografar as mensagens, foi possível vislumbrar um conjunto de saberes e práticas culturais no que tange à instrução, expressas direta e indiretamente ao cenário matogrossense. A forma de enunciação observada em grande parte dos textos, ainda que o documento tenha as características de relatório de atividades realizadas, se construiu a exemplo de solicitação de anuência e aprovação das iniciativas adotadas e procedimentos colocados em vigor. Muito mais do que informar ao poder público federal acerca das medidas políticas implementadas no decorrer de um determinado período, mandato ou delimitação temporal, os textos remetem a uma espécie de pedido de validação das políticas implantadas.

Essa forma de expressão pode estar ligada essencialmente às formas de acesso ao poder, tendo em vista a peremptoriedade de cada presidente no cargo, bem como as formas que possibilitaram o acesso à vida pública. Cada Mensagem não guarda igual volume de informações, variando entre 1 a 15 páginas.

O exame destas fontes deu fortes indicativos para repensar a abrangência da pesquisa. A vida matogrossense acontecia para além de Cuiabá, ainda que pousassem sobre ela toda a atenção e planos de desenvolvimento urbano e cultural, em virtude de ser o centro político de um território de vastas dimensões, e, evidentemente, ser o centro dos olhares do poder central.

Por fim, tais documentos guardam em si a própria definição do lugar oficial da produção do discurso, marcam temas considerados oportunos, embora silenciem sobre outros, e, muito além dos dados numéricos que trazem, indicando um conjunto de iniciativas consideradas relevantes para o campo em detrimento de outras, mencionadas como de segunda ordem, objeto de apagamentos.

Representam também as vozes que, paralelamente àquelas enunciadas pela imprensa de circulação diária, anunciam os caminhos percorridos no campo da organização da instrução pública no Estado, deixando antever alguns de seus critérios de orientação política e ideológica. Frente ao exposto, a hipótese da circulação de idéias toma forma material nas Mensagens de Presidente. Face à movimentação observada nas décadas anteriores seria possível afirmar que os rumos da instrução/educação estariam definidos? A imprensa nos dá base para assinalar positivamente a esse questionamento, embora as políticas públicas relatadas nos textos das Mensagens indiquem que as intenções existem, mas os problemas e impedimentos atravancavam o desenvolvimento deste setor.

Nos acervos consultados em Mato Grosso e Rio de Janeiro[82], raros foram os registros de iniciativas ligadas à consolidação de uma imprensa periódica, ressalte-se, *especializada em educação*, produzida e difundida naquele Estado, embora haja indícios da existência de uma publicação em circulação no início da década de 1910. Oportuno perceber que, apesar do grande fluxo de publicações neste setor, registrado nos períodos anteriores, poucas foram aquelas que tiveram seu ciclo de vida perpetuado por mais de uma década.

As fontes e as discussões no campo da instrução estão circunscritas, neste capítulo, às cidades de Corumbá e Cuiabá. Configurando-se como importante entreposto de comunicação fluvial com outras localidades do Estado, estas cidades guardam a tradição e a memória de um Mato Grosso que ansiava por se desenvolver. A imprensa evidencia e registra esse desejo, bem como julga fornecer caminhos para sua realização.

Aproximar os matogrossenses dos elementos de cultura considerados clássicos, como a literatura, assemelhando-se ao que circulava nas cidades, consideradas como sistemas de referência, e amenizando as distâncias territoriais, era uma estratégia da imprensa. Ao analisar o gênero textual *folhetim*, Yasmin Nadaf (2002) identifica que

---

[82] **Em Mato Grosso** - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (NDIHR), Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), Palácio da Instrução (atualmente Biblioteca Rubens de Mendonça); **Rio de Janeiro**: Arquivo Nacional (fundo Instrução Pública e códices que não estão disponibilizados no formato de catálogos ou fichas de consultas), Fundação Biblioteca Nacional. Registre-se, em tempo, o apoio do programa PROCAD/MEC/UNESP/UERJ para a realização de estágio na modalidade de missão de estudos, no período de outubro a novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, sob tutoria do Prof. Dr. José Gonçalves Gondra.

> com tamanha variedade, o folhetim dos jornais mato-grossenses provou que, tal como se deu na imprensa do Rio de Janeiro, também não fugiu ao modelo estrutural da matriz francesa. Plagiou o recheio eclético e estendeu essa forma de plagio à forma de apresentar o conteúdo no corpo do jornal. (NADAF, 2002, p. 66).

Os textos analisados por Nadaf e publicizados nas seções relacionadas aos folhetins, também traziam e revelavam preocupações com processos educativos, nas suas mais variadas esferas.

> Já em outros escritos, como anunciamos, preocupou-se enfaticamente com questões utilitárias relativas a esse novo universo, centrando observações sobre a educação e a felicidade da mulher que experimentava a vivência de uma nova realidade. [...] É da educação, diz o cronista na abertura da primeira crônica, que muitas vezes 'nascem os defeitos do sexo frágil, porém dócil e bondoso', advindo daí a importância dos corretivos educacionais quando a mulher se encontra na 'mais tenra idade'. A educação ideal que propõe é heterogênea e moldada nos princípios da religião, que 'adoça o gênio, modifica os costumes tornando a mulher um anjo terrestre pelo temor de Deus'; no estudo dos conhecimentos gerais como a gramática, a geografia e o francês, além do simples aprendizado da leitura e do piano; [...] (NADAF, 2002, p. 83-84).

Em oposição ao desenvolvimento dos interesses culturais da população matogrossense, estudos realizados por Lylia Galetti (2000) afirmam que foi construída uma representação de sertão e barbárie que atendeu aos interesses de desenvolvimento da região, enaltecida pela possibilidade exploratória ou subalternizada pelas dificuldades de acesso:

> As representações sobre o perigo da barbárie ameaçadora dos sertões, como se viu no caso de Mato Grosso, afloravam com maior força nos discursos oriundos diretamente do campo da política. Neste campo, os problemas decorrentes das dificuldades de gerir o território e controlar as populações ali dispersas faziam emergir com toda a força a face negativa dos sertões. É verdade que para o publico externo estes sertões eram apresentados como fronteiras em expansão, com acento naqueles aspectos favoráveis identificados nas narrativas de viagens: terras riquíssimas a serem colonizadas por imigrantes estrangeiros. [...] Já nos escritos elaborados para um publico interno, as vantagens destes sertões, tão divulgadas lá fora, adquiriam um claro sentido negativo, sobretudo nos discursos que diagnosticavam o atraso do país, tendo como parâmetro o ideal do Grande Império, representante da civilização europeia dos trópicos. (GALETTI, 2000, p. 206-207).

Contudo, ainda persistiam no imaginário matogrossense e nas relações que se estabelecem a partir dele, formulações negativas referentes ao Estado. As representações da noção de atraso e barbárie são notórias, bem como os símbolos indicativos da ausência de

civilização e progresso, evidenciadas por algumas notas da imprensa que, por meio da contra argumentação, procura demonstrar as belezas naturais vistas como promissoras potencialidades de desenvolvimento, se comparadas às unidades da federação, como demonstra o excerto que segue:

> MATO-GROSSO, esse extenso pedaço do exhuberante solo brasileiro, tão rico de productos naturaes, requer de maneira indispensável as vistas do resto da nação a que pertence, afim de ver a sua terra revolta pelo arado, abalada pelo rolar da locomotiva, progredindo emfim. A esperança de vermos o nosso Estado encaminhar-se para a senda do progresso, já de há muito, vae-se perdendo na sombra da desillusão. Mato-Grosso continua desconhecido do resto do Brasil, embora ter-se mostrado um Estado superior a muitos outros, de baixo de qualquer ponto de vista, nas exposições universal (sic) de S. Luis e nacional do Rio de Janeiro, onde seus productos naturaes e os progressos de sua civilização e a instrucção tiveram inavaliaveis recompensas.
> Pensavamos que, depois desta ultima exposição, o nosso Estado ficasse inteiramente conhecido e que as vistas do governo da União se voltassem para elle, afim de auxilial-o, dando-lhe immigrantes os braços ágeis e fortes para desenvolver todos os ramos da industria que possuímos.
> Infelizmente, isto não aconteceu; os jornais do Rio fallaram a nosso favor, e, nenhum resultado proveio disso. O nosso Estado, continua pois desconhecido; Cuiabá, Corumbá, Caceres, etc., são tidas como cidades em cujas ruas existem expessos matagaes e onde, em pleno dia, vêem-se onças, veados, cobras e toda espécie animal dos nossos matos, assim como bugres no meio das ruas, derrubando transeuntes com as suas frechas envenenadas. [...] (REPUBLICANO, ...[ilegível], grifo nosso).

Essa forma de perceber o território matogrossense, observada na imprensa e examinada nos estudos de Galetti (2000), é evidenciada em outras formas de abordagem nos jornais. Nesse caso, a representação se faz através da opinião de um matogrossense, descrevendo a falta de conhecimento dos paulistas sobre a existência do território matogrossense:

> [...] Vejam só o que pensam de nós!? Para melhor julgarem o que o resto do Brasil idealiza de Mato Grosso e Cuiabá, transcrevemos aqui algumas linhas de uma carta de um mato-grossense, actualmente em S. Paulo, a um collega:
> 'Não imaginas quanto a nossa terra é desconhecida aqui... Dar-se aqui por Mato-grossense é arriscar se até a passar por uma entidade fora do vulgar, alguma coisa que transcende os limites do natural e que requer tres pontos de exclamação bem lançados depois de seu nome...'
> Mais adiante, outras linhas dizem assim:
> "Já um respeitável burguez me perguntou si, de facto, existia em Mato-Grosso gente civilisada, e, de resto não é raro ver a qualquer um que me reconhece como Mato-grossense, dizer de bocca aberta e olhos esgazeados: - E o Sr. veio de Mato-Grosso aqui? Já é coragem!" "De sorte que, como vês, Mato Grosso aqui é menos conhecido que o centro da Tasmania..."

> Vejam só isto! Em lugar de fazermos uma boa propaganda a nosso favor, apontando as riquezas do sub sólo, a uberdade de nossas terras, a belleza de nossas selva, o saudável do nosso clima, vivemos a fazer política...
> Não! Precisamos mudar de rumo, ao governo cabe dar o exemplo, aproveitando as aptidões de seus conterrâneos, onde quer que elas existam, adversários ou não. Chega de atraso. Bugres, bugres, não somos, mas bem possível é que lá cheguemos. É preciso reacção! Mudemos de rumo, sejamos unidos. L. P. (REPUBLICANO, ...[ilegível], grifos no original).

Republicano
ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR
Deposito, não!

Figura 11 – Jornal "Republicano" (1916) – (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

As reivindicações e esforços em prol da consolidação do progresso matogrossense esbarravam, frequentemente, na imagem que fora criada sobre aquele território, impedindo por vezes, que seus representantes ganhassem credibilidade quando da solicitação de recursos para os investimentos pretendidos. Alusiva a essa situação é o discurso de Mariano Rios, na Câmara dos Deputados, transcrito em O Republicano de 15 de janeiro de 1896, justificando a

necessidade e defendendo a implantação da Estrada de Ferro do Tapajoz, que promoveria o entreposto viário de mercadorias à região Norte:

> [...] Não sendo profissional e, portanto, baldo de competência para tratar de semelhante material que demanda conhecimento techino e especial de engenharia, me apadrinharei especialmente como importante parecer da comissão de viação do qual foi relator o meu distincto amigo e companheiro de representação, engenheiro Luiz Adolpho. A sua leitura bastará para convencer a Camara de que não se trata de uma estrada de effeitos mirabolantes, como disse o nobre deputado a quem respondo; ao contrário, ella trará innumeros benefícios á região do norte do paiz, a qual ficará assim ligada ao interior, donde receberá larga provisão de gado, que é a base da alimentação publica. [...] Sr. Presidente, não estranho essa opposição ora levantada; é veso antigo, desde o regimen passado, uma certa má vontade contra Matto-Grosso, e mesmo muitas vezes tenho ouvido apreciações errôneas sobre meu estado, sobre o qual entende de fallar quem não tem delle o preciso conhecimento, sinão pela posição que occupa nos mappas geographicos. [...] Se percorrermos os annaes do parlamento imperial, veremos que um eminente estadista affirmou da tribuna que não necessitava cuidar-se das fronteiras militares de Matto-Grosso, porque ellas estavam por si mesmas defendidas, ellas tinham a seu favor desertos inaccessíveis para tropas regulares. [...] (Estrada de Ferro Tapajoz, REPUBLICANO, n. 19, 15/01/1896, p. 03).

No mesmo discurso transparece a preocupação com os aspectos educacionais da população matogrossense:

> [...] E o que é mais, até em um livrinho elementar de instrucção, que casualmente cahiu-me sob as vistas, li um período com uma leitura dedicada á infância que UM INDIO MATOU NAS RUAS DE CUYABA Á FLECHADAS UMA ENORME GIBÓIA!! Isto é meio de incutir no espirito da infância que na capital de Matto-Grosso há índios pelas ruas, que alli se deparam a cada passo reptis ADORNANDO as vias publicas? (Estrada de Ferro Tapajoz, REPUBLICANO, n. 19, 15/01/1896, p. 03)

A produção editorial do Mato Grosso explica-se, na ótica de Estevão de Mendonça (1973), no vasto e produtivo campo de olhares sobre o Estado, ainda que volume considerável das publicações arroladas nos catálogos consultados tenha sua difusão centrada na Capital Cuiabá. A imprensa é dúbia, partidária e seletiva podendo servir “a dois ou mais senhores”: em virtude deste alerta este capítulo se movimenta na pretensão de apresentar as lutas promovidas nesta arena cultural.

As disputas por interesses particulares ou de determinados grupos renderam aos periódicos matogrossense célebres embates, possíveis de serem acompanhados nas páginas dos semanários. Instaura-se uma grande arena cultural: Arena de luta de classes, de lutas políticas, ideológicas, religiosas, mas, sobretudo, lutas pela manutenção da continuidade, ou

pela promoção de rupturas de um conjunto de esforços que conformem o pensamento, os modos de ver e conceber a sociedade posta a discutir, modos de conformar as práticas culturais, como tributárias deste modo selecionado de ver o mundo, a partir de um repertório construído, difundido e, sobretudo autorizado, de um grupo de sujeitos que têm nas mãos, literalmente, a prensa e a tinta.

A imprensa nos possibilita afirmar que uma série de mudanças está ocorrendo em sintonia com os grandes centros no período, relativizando a noção de isolamento e atraso, recorrentes explicações do não desenvolvimento de Mato Grosso. Desempenha papel, guardadas as devidas proporções, semelhante àquela imprensa instituída na França, cujo princípio basilar se evidencia nas palavras de Jeremy Popkin (1996, p. 199): "Pode-se ensinar a mesma verdade no mesmo momento para milhões de pessoas; através da imprensa, elas discutirão sem tumulto, decidirão com calma e darão sua opinião". Ao longo dessa década, ao lado da necessidade de expansão da linha telegráfica e ampliação da linha férrea para escoamento da produção agrário pastoril do Estado como noticia o Republicano[83] de 12 de janeiro de 1896, figuram nas páginas dos jornais matogrossenses notas constantes sobre a ampliação do serviço da instrução pública, assim como da expansão dos seus ramos de ensino, considerando necessários investimentos constantes e gradativos no ensino secundário, em grande parte sob o auspício da iniciativa particular e na formação de quadros para o ensino.

O Relatório sobre o estado da Instrução Primária e Secundária do Estado, referente ao ano de 1896, enviado ao governador Antonio Correa da Costa, atestava a circulação de ideias pedagógicas, referenciando o conjunto de políticas e práticas do Estado de São Paulo, entendido pelos políticos matogrossenses como uma das localidades que tinha alcançado progressos notáveis na área da instrução/educação. Tomando-o como exemplo do avanço, referencia a publicação periódica que auxiliava nos processos de formação de professores daquele Estado:

---

[83] **Republicano: orgam do partido republicano conservador** circulou em Cuiabá duas vezes por semana, tendo como administrador responsável nos primeiros anos de sua publicação Manoel R. dos Santos Tocantins. Diagramado em 4 colunas, apresentação seções fixas, INDICAÇÕES, NOTAS A LAPIS, CREPUSCULARES, CHORAMINGANDO..., CORRESPONDENCIA, A PEDIDO e ANNUNCIOS com intervalos regulares da publicação entre uma e outra. Impresso em tipografia própria. Conta com os articulistas nomeados como: Quinquin, Raul Plinio, Thome, Zeca, Positivista Matriculado, e Aluizio, que escreve exclusivamente para a seção Conversemos. Ao longo dos quatro anos de edições examinadas houve mudança no direcionamento político da publicação, expressas por meio de sua epígrafe.

> [...] Além destas obras, há igualmente a excellente revista pedagógica denominada Escola Pública[84], que se publica na capital do Estado de São Paulo e da qual não poderá prescindir jamais o professor que bem deseje cumprir na escola os árduos deveres de sua nobre e penosa profissão (Relatório sobre o estado da Instrução Primária e Secundária do Estado, 1896, APMT/MATO GROSSO, 2010).

A República demandava investimentos no setor educacional. Marcadas pela polarização Cuiabá-Corumbá, outras localidades vão despontando no cenário jornalístico reivindicando, também, atenção para os problemas locais. A configuração da instrução pública em Mato Grosso, nos anos finais do século XIX, apresenta peculiaridades no que concerne à condição e localização geográfica do Estado, na região "central" do Brasil, de vastas dimensões territoriais e intensa atividade editorial. Esta década registra ainda, a ampliação das linhas de navegação entre os portos de Corumbá, São Luiz de Cáceres, Miranda e Aquidauana, bem como a instalação da linha telegráfica entre Corumbá e Cuiabá, estendendo as formas de transmissão das notícias e, por consequência, da circulação de pessoas e ideias. Era o progresso chegando ao "sertão cosmopolita" e outros torrões do Brasil central (SOUZA, 2008).

Semanalmente os periódicos contribuíam para a criação de um conjunto de hábitos e costumes voltados ao consumo de cultura, de leitura e de notícias publicizadas por intermédio de suas páginas. E, embora essa forma de fazer circular os acontecimentos cotidianos tenha como princípio fundante a existência e fidelização de um público leitor, tarefa que estava muito aquém das necessidades e condições matogrossenses no período, o hábito da leitura dos jornais ganharia um poderoso aliado: a oralização da leitura[85], embora esse modo de apropriação não contasse com a simpatia dos jornalistas.

A ausência de uma imprensa de circulação diária, como afirma o autor do artigo publicado em O Republicano de 26 de janeiro de 1896, traduz uma importante contradição e ao mesmo tempo uma dicotomia: os jornais em circulação eram veiculados em dias distintos da semana, sendo possível afirmar que diariamente chegavam títulos às mãos dos matogrossenses, com diferentes formatos, preços e interesses, sobretudo em Cuiabá, onde funcionava a maior parte das tipografias. A quem se destinavam aquelas "folhas"? Qual o

[84] A propósito da revista mencionada no relatório de instrução pública matogrossense, estudos sobre o tema podem ser conferidos em Pinto (2001).

[85] Essa prática é comum a outros lugares do mundo, como evidencia a análise de Jeremy Popkin (1996, p. 206) sobre a leitura dos jornais revolucionários na França, durante o Antigo Regime: "Os jornais revolucionários eram ainda caros – uma assinatura anual custava o equivalente a várias semanas de trabalho de um operário comum. De qualquer modo, os baixos níveis de alfabetização de muitas regiões do país impediam que os jornais atingissem grande parte da população adulta, embora alguns fossem lidos em voz alta".

pretenso público que se esperava atingir, tendo em vista que a situação tanto dos níveis de alfabetização quanto do poder aquisitivo da população eram objeto constante de críticas. Ao desejar que os periódicos chegassem às mãos dos leitores "quentes", como o "prato do dia", o que se almejava para consolidar essa prática? Ou ainda, para quem?

> [...] E, como na Inglaterra, na França e mesmo na America, procura-se servir aos leitores o prato do dia, ainda a fumegar, rescendendo apimente, a cravo, e a canella, as mais ardentes especiarias; nós os jornalistas e rabiscadores aqui deste cafundó (deixem passar o bicho que não morde), ou deste calcanhar de Judas, como alguns o chamam, por mais diligente que façamos, ou por mais que suemos o topete, temos que nos contentar com a clássica roupa velha, que quase toda gente conhece e, na vida domestica representa, para as nossas donas de casa oque ellas com bastante razão chamam uma boa economia. E, de facto, por maior que seja a nossa boa vontade, emquando não houver entre nós uma folha diária, mui raramente se poderá servir ao leitor o prato do dia. Mas, objectarão alguns, si continuamente se queixam de falta de assumpto para uma folha como esta, que só se publica duas vezes por semana, como é possível que se possa manter nesta capital um diário? [...] (Aluizio, Conversemos... REPUBLICANO, 26/01/1896, p. 02).

Por outro lado, crítica contundente era feita sobre os modos de apropriação e leitura dos jornais da época, como evidencia o excerto que segue:

> [...] A primeira vista, uma tal objecção parece razoável; mas não há duvida que, pensando-se sempre do mesmo modo, nunca teremos em Cuyabá imprensa diária e jamais o jornalismo entre nós acompanhará a evolução do progresso senão muito de longe, como tem feito até agora. Não é, porem, principalmente na falta de assumpto, crêa-me o leitor, que estão busillis; outra, muito outra e mais poderosa é, sem dúvida, a causa que impede a imprensa matto-grossense de realisar esse cometimento, a meu ver, de magna e real importância para anossa terra natal. Quer saber o leitor porque não podemos ter ainda um diário? É por que aqui, como em Lisbôa, quase todos somos distinctos escriptores, mas muito pouco ledores. Sabem porque eu isto digo? Pela negação que quase todos, ou pelos menos uma grande maioria dos nossos conterrâneos, tem de assignar jornaes! [...] Pois a cultura, civilisação, progresso e desenvolvimento de um povo se avalia essencialmente pelo que diz a sua imprensa. [...] não se diga, portanto, que em Cuyabá não há elementos para manter uma imprensa diária! Desenvolva-se na população o gosto pela leitura dos jornaes, e procure-se convencer tanto ao rico e opulento capitalista, como ao pobre operário, que a imprensa é realmente a machina propulsora do progresso, que sem ella, sem o seu impulso, todo e qualquer commetimento será, senão de todo impossível, pelo menos bastante moroso e de improfícuos resultados; abandone-se de uma vez para sempre o mau vezo, o indecente costume de se pedir o jornal do visinho, muitas vezes imprudentemente, antes de o ser lido; economise cada um o necessário para comprar diariamente o seu jornal; faça-se também pelo menos uma tiragem de 1000 exemplares, alias muito pequena para uma população de quase dezoito mil almas, que [ilegível] prometto dar ao publico uma folha diário pelo módico preço de 100 réis cada exemplar, quase exclusivamente o preço do papel. [...] Já vê o leitor que por este lado não é

> que o barco havia de fazer água: por falta de assumpto não é que o nosso diário deixaria de sahir a lume: por falta de azeite sim, consumir-se-hia a torcida e, apagando-se a lamparina, ficariamos ás escuras. Ora, sendo a luz inimiga das trevas, está claro que, sem aquella estas não poderiam nunca ser espantadas. (Aluizio, Conversemos... REPUBLICANO, n. 22, 26/01/1896, p. 2, grifo nosso).

Todo o arrazoado argumentativo apresentado em uma seção denominada "Conversemos", denota a intenção de que o alcance das palavras ganhe um cunho pedagógico: a imprensa seria um dos livros por meio do qual se aprenderia a ler, como já pontuado em outros periódicos na década passada. A preocupação aparente é a venda e comercialização dos periódicos, contudo, não bastaria apenas que, como bem disse o articulista, os leitores deixem de tomar de empréstimo os jornais dos vizinhos para ler, ou pratiquem a oralização da leitura.

Seria necessário, nas entrelinhas desta reivindicação, fomentar investimentos na formação do público leitor, ainda que não passassem pela questão da escolarização da população diretamente; o argumento comparativo referente ao número da população – dezoito mil almas – para um jornal com uma tiragem de 1000 exemplares, que era o que se desejava, ainda sim seria insuficiente para instaurar uma modalidade de progresso e desenvolvimento associada à leitura, sobretudo, a julgar pelos valores praticados na venda dos jornais, conforme apresentado no Capítulo 1[86]; as assinaturas eram dispendiosas, assim como o valor dos exemplares avulsos, algumas equivaliam a percentual significativo do salário pago aos professores no período.

Naquela mesma edição o *Republicano* traz notas a respeito dos investimentos financeiros já anunciados pelo governo parisiense, para a realização da Exposição Universal a ser realizada na virada do século – anos 1900. O que significa dar uma notícia como essa, a um público que, segundo o autor da matéria, inexistia?[87]

A imprensa atua, na nossa visão, com função pedagógica, não apenas para instrumentalizar os processos de instalação, difusão e consolidação da instrução pública em Mato Grosso, mas esse componente pedagógico ultrapassa as barreiras das instituições educativas, das intenções escolares e alcança ares de mobilização social: um signo da modernidade em Mato Grosso, ainda que com alcance limitado.

---

[86] Ver Tabela 03 - Circulação e comercialização dos exemplares de jornal.

[87] As notas sobre as Exposições Internacionais e Nacionais são constantes nos periódicos examinados, sendo necessário um estudo mais detalhado sobre a sua inserção na imprensa matogrossense.

3.1 NAS TRILHAS DO PODER: AS MENSAGENS DE PRESIDENTE E AS NOTAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA IMPRENSA EM MATO GROSSO

No período em que se inscreve a periodização deste estudo, Mato Grosso foi administrado por 27 governadores. Entre eles encontravam-se militares, na sua maioria, advogados e médicos, além de 2 juntas governativas que, por ocasião de mudanças repentinas nos processos políticos, alianças e apoios a determinados setores, acabaram por tornar essa forma de governo o encaminhamento possível de ser aplicado naquele momento. Indicativo dos conflitos de interesses diversos é a ressalva de Rubens de Mendonça, por ocasião da apresentação de sua obra, *História de Mato Grosso através de seus governadores* (1967):

> Não é nosso propósito ao fazermos esta História de Mato Grosso, entrar em particularidades políticas. Quem desejar conhecer esses episódios detalhadamente, consultem aos valiosos trabalhos dos historiadores Virgilio Correa Filho, Estevam de Mendonça, Generoso Ponce Filho e Antonio Fernandes de Souza. O nosso modesto trabalho, que nada mais é que uma codificação dos fatos da história de Mato Grosso, não comporta tecer comentários de caráter político. Assim sendo, prosseguiremos relatando os fatos. (MENDONÇA, 1967, p. 90-91).

O jornal A Gazeta, de propriedade de Vital Araújo, consagrado à propaganda republicana, anunciava, conforme destaca Rubens de Mendonça, em 15 de novembro a queda da monarquia e Proclamação da Republica.

> No mesmo instante enquanto a cidade ainda dormia. José Marques, Ernesto Frederico, André Virgilio e Vital de Araújo, dirigindo-se à chácara de D. Marta, no largo da Boa Morte, onde se hospedava Antonio Maria Coelho, pediram para que o acordassem (...) E a tarde desse mesmo dia o General Antonio Maria Coêlho, já empossado como primeiro Governador Republicano, fazia pública a seguinte proclamação. (MENDONÇA, 1967, p. 78).

Em 9 de dezembro de 1889, publica nota do então presidente de Estado Antonio Maria Coelho:

> Viva a República dos Estados Unidos do Brasil. Viva o Estado de Mato Grosso. Mato-grossense, enfim, é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda feneceu no glorioso dia 15 de novembro de 1889. Está proclamada a República na nossa terra, estremecida Pátria, e Mato Grosso já não é a província de uma monarquia, e sim um Estado de uma República ligada às suas irmãs pelos laços da federação. (...) A Capital e Corumbá já aderiram ao movimento proclamando a República; o mesmo espera, farão todas as mais cidades e localidades do Estado. (MENDONÇA, 1967, p. 78-79).

Considera-se oportuno dar a conhecer a organização territorial do Estado, em termos das unidades políticas que compunham Mato Grosso, na intenção de demonstrar que as atividades relativas à instrução pública, embora grande parte das mensagens silencie sobre o tema, não aconteciam somente em Cuiabá, capital e centro administrativo do Estado. Na perspectiva de compreender essa movimentação, as Mensagens de Presidente forneceram o subsídio ideal para desenhar o cenário descrito, as iniciativas propostas e alguns diagnósticos estabelecidos acerca da situação educacional no Estado. O estatuto deste tipo de fonte, secundarizada, por não apresentar a força da legislação, demanda certa revisão: ao lado da imprensa, entende-se que se constitui como significativo aliado para evidenciar e contrapor análises sobre o campo, como se procura demonstrar deste capítulo em diante. A partir do cenário construído com base na leitura daqueles textos, tornou-se imperativa a necessidade da investigação do tema em outras localidades, para além da cuiabania[88].

A leitura e exame das Mensagens possibilitou a organização do Quadro 03, que segue, com objetivo de dar visibilidade aos temas abordados de modo mais frequente:

Temas	Incidência
Adoção do método intuitivo	1897
Aquisição de Mobiliário Escolar	1895
Condições de trabalho do professorado público	1893; 1894; 1895
Conferências pedagógicas	1896
Ensino secundário	1895; 1899
Ensino secundário – Lyceu Cuiabano	1893; 1894; 1895
Escola normal	1895; 1897; 1899
Escolas particulares – Colégio São Gonçalo	1897
Gastos com instrução	1893; 1894
Ingresso das mulheres no magistério visto como problema	1896
Prédios escolares (construção, demandas)	1893; 1894; 1895
Recenseamento escolar	1899
Setor de Estatística em Instrução Pública	1899

Quadro 03 - Agenda de temas e frequência nas Mensagens de Presidente de Estado
Fonte: MATO GROSSO (2010) - utilizando unicamente as informações recuperadas a partir das Mensagens de Presidente de Estado.
Org.: PINTO, A. A. (2012).

[88] Cuiabania é a expressão utilizada para designar o conjunto de práticas culturais e linguísticas inerentes àqueles que nasceram ou adotaram a cidade de Cuiabá como lugar para residência. Marca também a consolidação e demarcação de espaço cultural construído pela elites matogrossenses. Aspectos sobre a história do Estado pode ser conferida, dentre outras, na obra de Siqueira (2002).

Após a Proclamação da República (1889) a instrução pública passa a integrar a agenda de temas políticos com maior intensidade e frequência, afinal era necessário alfabetizar para alçar as alavancas do progresso, para colocar o Brasil em igualdade aos países mais desenvolvidos, ditos modernos. Os pareceres de Rui Barbosa, desde 1886, denunciavam a ausência de investimentos no campo educacional, responsável pelo atraso cultural e econômico do país, ainda no regime imperial.

A regulamentação do ensino, as aulas régias e as escolas confessionais integravam a gênese da educação pública, ainda que desprovidas dos pilares que posteriormente seriam adotados com força de legislação: gratuidade, laicidade e universalização dos métodos de ensino.

Reflexo desse movimento, as Mensagens de Presidente publicadas entre os anos de 1890 a 1891 apresentam sínteses pontuais acerca da atuação dos governos no campo da instrução[89], limitando-se a relatar os dispositivos legais aprovados, possivelmente, ainda sob o impacto do *Regulamento do Ensino Primário da Província de Mato Grosso*, no governo de Souza Bandeira, em 1889.

Ao final de 1891, governo de Manuel Murtinho, foi implementado o *Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso*[90], cujas disposições legais estavam dispostas em 19 capítulos, em 155 artigos. No entanto, a análise de Virgílio Correa, transcrita por Humberto Marcílio, com a qual parece corroborar, não assinala positivamente para as iniciativas adotadas a partir da promulgação deste regulamento: "A demolição da obra, em cuja traça A. H. Souza Bandeira emprega todo o seu dedicado zelo, iniciada no governo provisório de Antonio Maria, completou-se com o decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, assignado pelo primeiro presidente constitucional do Estado, Dr. Murtinho" (MARCÍLIO, 1963, p. 115).

---

[89] Destaque para esse período é a atuação da Igreja e das Missões Salesianas na criação e manutenção, por vezes com subsídio do poder público, de instituições educativas. Aspecto contraditório, como bem aponta a análise de Adilson José Francisco, quando descreve a solicitação por parte do governo do Estado , da vinda de religiosos para abrir uma colônia agrícola para indígenas, em 1891: "Como compreender a postura do governador, enquanto representante do Estado, num período em que o recém-instaurado regime republicano tornara o Estado laico? Por que o Estado e a Igreja se unem na demanda de uma congregação religiosa europeia para Mato Grosso, a fim de atuar na catequese indígena e também na educação na Capital do Estado, quando a laicidade do Estado deveria ser compreendida na laicidade do ensino, na liberdade de culto e na não-ingerência estatal, sobretudo financeira, nas instituições religiosas?" (FRANCISCO, 2010, p. 92).

[90] No texto da Mensagem de 1893 consta a seguinte solicitação: "Ainda pende de vossa approvação o regulamento que expedi com o decreto n. 10 de 7 de Novembro de 1891, reorganisando a instrução publica no Estado. Apezar do pouco tempo decorrido, a pratica já tem revelado a conveniência de algumas alterações em tal regulamento, afim de pol-o de accôrdo com as exigências do ensino publico em nosso meio social..." (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1893, p. 13).

Já os acontecimentos políticos que instauraram, de certa maneira, os primeiros textos desta natureza no período republicano (1892), foram pauta frequente na agenda das discussões.

As páginas do *Oasis*[91], jornal corumbaense, a exemplo de outros periódicos, noticiaram o advento da república ao lado das responsabilidades que essa forma de governo traria ao povo e ao governo. A imprensa, na leitura dos seus articulistas, ocuparia lugar de destaque na consolidação deste modelo e desempenharia papel essencial, na sua difusão e acompanhamento:

> Concidadãos! No regimen republicano, mais do que em nenhum outro, incumbe ao cidadão de qualquer classe ou condição que seja, como um dos seus mais rigorosos deveres, o de tomar parte na direcção e fiscalização dos negócios públicos. O paiz em que os cidadãos se eximem do cumprimento dessa missão pode e deve ser considerado como um paiz perdido e quase morto, apto para servir de instrumento a cada instante, ao mais desenfreado despotismo. [...] (OASIS, n. 121, 03/05/1890, p. 02).

A imprensa, no período, se caracteriza pela adoção de um discurso opinativo e propositivo, informando os leitores acerca do que acontecia nas terras matogrossenses, visando, contudo, à formação da opinião pública com relação a determinados fatos sociais. A abordagem ao leitor intenciona uma aproximação, em muitos dos textos simulando diálogos dos editores com os leitores, conclamados nominalmente[92], a participarem daquela conversa. Ainda **que, nos dias atuais, essa função** persista, as formas de construção dos textos daquelas que envolvem as tipologias dos gêneros às abordagens comunicativas sofreram mudanças significativas.

[91] **Oasis: publicação periódica "Não se admite testa de ferro",** circulou em Corumbá sem apresentar muitas informações de sua origem, valor de assinatura, vinculação política, equipe de colaboradores e editores em suas páginas. Identificou-se como editor responsável Manuel da Costa Pedreira, e impressor J. F. L. Pedreira. Em alguns momentos da sua publicação assume a epígrafe "órgão do povo".

[92] Cf. OASIS, n. 121, 03/05/1890, p. 02.

O ASIS

Figura 12 – Jornal “Oasis”, n. 121 (1890) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Outro dado para as análises incide na alternância entre textos que trazem assinatura, seja explicitamente do autor, ou por meio de pseudônimos, seja de colaboradores que, igualmente, se identificam ou não. No entanto, os textos eram, na sua grande maioria, escritos pelos próprios articulistas, equipe de redatores dos jornais cuja composição não excedia a quatro membros fixos, à exceção de alguns colaboradores eventuais e dispersos. Em geral, as equipes de redação eram compostas pelo dono do jornal, que assumia a função de editor ou redator chefe e mais um ou dois redatores. Ainda no esforço de entender a conformação dessa opinião pública que se pretendia forjar, de modo direto e indireto, pela via dos jornais matogrossenses, a discussão empreendida por Marco Morel (2008) abre e reitera algumas possibilidades interpretativas para o caso em estudo:

> Nas duas primeiras décadas do século XIX surge, através dos papéis impressos no Brasil, a chamada opinião pública. Mas afinal o que significa essa expressão? Há quem a tome de forma literal como agente ou personagem histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias. Porém, trata-se, antes de tudo de palavras. A expressão *opinião pública* é polissêmica – é também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-absolutista, cujos discursos invocando a legitimidade dessa opinião continuam a ter peso importante na atualidade. Ou seja, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas sociais numa vontade geral. (MOREL, 2008, p. 33).

Frente a análises desta natureza, os jornais matogrossenses não fogem a uma certa regra e um modo existir que implica, necessariamente, na discussão de modelos em circulação. Existe uma gênese desta forma de escrita jornalística e as notas sobre a instrução acabam por ser inseridas e o campo se beneficia da informação. Talvez por isso, ainda que em detrimento do número de títulos selecionados para a escrita desse capítulo, o mesmo não perde em volume de remissões ao tema, sendo em alguns jornais inclusive muito mais frequentes, em número de edições, que na década anterior.

Observa-se em *Oasis*, que as notas referentes à instrução seguem a mesma linha editorial e de interesse de outros títulos do período em questão, guardando semelhança com a década passada.

Mas afinal, o que havia por noticiar aos matogrossenses sobre a instrução, que não fossem os exames escolares realizados, bem como as atas de suas aprovações, a contratação e exoneração de professores, nas recém-criadas escolas localizadas nos principais distritos ou nas escolas isoladas, anedotas e historietas que colocavam a situação dos professores e alunos, por vezes em ponto de depreciação intelectual e moral?

A leitura dos exemplares na íntegra evidenciou que, a exemplo do que afirma Morel (2008), as notas sobre instrução demarcam e legitimam um conjunto de interesses, bem como de grupos que se alinhavam ou não às esferas de poder instituído.

O exame dos exemplares publicados ao longo da década de 1890 promoveu de modo mais efetivo essa percepção, reiterada pela constante menção aos nomes daqueles que estiveram envolvidos em situações referentes à instrução. Não eram entidades imaginárias e sim, membros de grupos sociais fortemente constituídos, como as famílias Ponce, Correa, Mendonça, tradicionais no cenário político matogrossense.

Uma transcrição publicada no *Oasis* permite entender um pouco melhor essa dimensão:

> A Letra P
> Uma curiosa explicação porque começa por p a palavra político:
> -É porque a referida letra se presta mas que outra qualquer, a mudança e modificações radicaes.
> O p voltando-se á esquerda é um q. Posto de cima para baixo é um b.
> Dando-lhe uma volta, converte-se em d.
> E, como um político precisa ser constituído de modo que possa se adaptar ás mais variadas situações se quiser fazer carreira, eis porque o seu nome começa pela letra que mais variantes pode ter – o p. (D' A Patria Mineira, OASIS, n. [ilegível], 11/06/1893, p. 02).

A preocupação com indicações de leitura ou aquisição de livros, raramente registrada na década 1880 nas páginas dos jornais examinados, ocupa, timidamente, espaço na imprensa da década de 1890. As listas de mercadorias publicadas em geral nas últimas páginas dos jornais da década anterior traziam diversos itens, desde tônicos e elixires para a saúde, tecidos finos, vinhos, chocolates, gêneros alimentícios de primeira necessidade como o arroz, sal, mate e chapéus, mas não abordavam material de uso escolar, com exceção das listas divulgadas para a manutenção da Escola do Arsenal de Guerra, que continham folhas de papel, lápis e material de expediente.

A edição de dezembro do *Oasis* apresenta algumas das dificuldades encontradas para o comércio livreiro em Mato Grosso:

> E ai a exhorbitancia dos preços das fazendas calcados e mais antigos importados do estrangeiro em dado logar ao clamor geral que se tem levantado contra a maior parte do nosso commercio, o desarrazoado ganho que usufrue na venda dos livros de instrucção nacionais, torna-se ainda mais revoltante. O negociante de livros nenhuma taxa paga, despeza alguma faz com o seu transporte, e além de tudo nas comprar de maior valor obtem grande reducção nos preços, de sorte que addmitindo-se que o Sr. Echenique & Irmão não os enviasse franco de porte – para qualquer ponto da Republica (Matto Grosso também faz parte do seu território), os livros assim comprados não poderiam aqui chegar por mais do que custa no varejo da citada livraria, e vendidos aqui com 50% deixariam um bom lucro ao negociante, que d'este modo facilitaria a todos quanto desejam instruir-se com a acquisição dos mesmos. Com o lucro moderado a infância poderia obter com menos sacrifícios aos Paes ou tutores, os livros de que carece, e aquelle que os fornecesse ao mesmo tempo que tratava do seu negocio, prestava um real serviço á sociedade em que vive, pois e da diffusão da instrucção é que nasce o progresso, que é uma das condições de felicidade para todos os povos. [...] (Como se suga o suor dos consumidores, OASIS, n. 210, 18/12/1892, p. 01).

O CLARIM

Figura 13 – Jornal “O Clarim” (1894) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Polêmicas em torno da publicação de livros destinados a finalidades escolares aparecem em outros jornais no período. Em *O Clarim*[93], na seção “Colaboração”, encontramos um texto, “Pela Verdade”, que apresenta críticas contundentes, realizando uma espécie de resenha da publicação A Educação Civica, de autoria de Rodrigo Octavio.

Segundo o autor da resenha, a obra:

> [...] parece que foi escrita, única e exclusivamente, para que o seu atrabiliario auctor, filiado sem duvida a uma dessas associações tenebrosas que teem no Catholiscismo um insuperável obstáculo á realisação dos seus planos utópicos, antipoliticos e anti-religiosos, de expansão ao seu rancor e derrame sua bílis contra o corpo docente e dirigente de quase trezentos milhões de crentes. [...] Rodrigo Octavio não quer instruir a ninguém; o que quer e o faz sem rebuços, é infiltrar suas theorias absurdas, notavelmente quando trata do descobrimento da América e do nosso Brazil. E a nosso ver, a sua Educação

[93] **O Clarim:** circulou em Cuiabá sob propriedade de Ildefonso Corrêa (Propriedade de Corrêa & Comp.), publicando-se em seis vezes por mês. Assume formatação semelhante a um folhetim e sua forma de aquisição é mediante assinaturas trimestrais ou semestrais. Conta com quadro de redatores diversos, embora nenhum identificado nominalmente nas páginas dos jornais.

> devia se chamar Corrupção, visto que o seu auctor não escreve uma só linha que não obedeça ao programma hediondo dos adeptos de uma das maiores aberrações do século 19, o racionalismo, que trabalha afanosamente por estender, como diz um escriptor, sua mão gelada sobre tudo quanto há de mais belo e gracioso na creação, por apagar com seu sopro pestifero a luz celeste depositada na alma, e por desterrar do espírito humano e de nossos escriptos toda a poesia sagrada, Como vedes, illustre leitor, que nome merece um folheto que tem por escopo principal, murchar as flores da intelligencia? (Pela Verdade, O CLARIM, n. 36, 15/04/1894, p. 02).

Depreende-se, da forma de argumentação do autor da resenha, o embate entre a corrente filosófica do positivismo que adentra o pensamento intelectual brasileiro com mais força a partir do advento da república e a sua mais forte oponente, que garantiria a continuidade dos valores morais da sociedade - a moral religiosa de matriz católica. O jornal *Republicano* apresenta um articulista que assina os seus textos com o pseudônimo de "Positivista matriculado".

A partir de 1893, as notas sobre a instrução ocupam as páginas dos jornais com maior frequência e intensidade, de acordo com o momento político e o movimento de forças que se correlacionam em função do poder e das estratégias políticas em prol de sua transformação ou conservação.

Exemplo disso, a Mensagem de 1893 registra que o Presidente de Estado se ressentia da demora no processo de aprovação do regulamento que reorganiza a instrução pública em Mato Grosso, enviado em 7 de novembro de 1891, mas sobre o qual ainda não havia sido dado o posicionamento legítimo para sua implementação. Frente a essa demora, todas as iniciativas propostas, segundo o texto, pelo documento, como a criação de um Fundo Escolar para prover às crianças "indigentes" com materiais e utensílios escolares (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1893, p. 14); o Imposto de Capacitação que derivaria de parte dos benefícios líquidos resultantes dos repasses das loterias federais ao estado, e outras ações necessárias para o bom funcionamento desse "importante ramo do serviço publico" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1893, p. 14), ficaram sem operacionalização, por falta da autorização para o uso de recursos financeiros.

Ao lado da crescente necessidade por escolas, surgem nas páginas da imprensa anúncios de instituições particulares cujas matrículas encontravam-se abertas:

> **Nova eschola particular**: O abaixo assignado participa ao público que recebe alumnos do sexo masculino em sua eschola, ultimamente aberta á rua Treza de Junho, na casa em que funccionava o extincto periódico - 'O Lidador' – Outrossim que fornecerá aos meninos, livros e os demais artigos necessários ao ensino, cobrando unicamente a módica quantia de 5$000 mensaes, por alumno.

> Compromette-se a apresentar annualmente habilitadas a prestar exame final das materias de 1º, e 2º grau aos alumnos que receber; esperando que os Srs. Paes de família, se dignem honral-o com o concurso de seus filhos. Corumba, 20 de desembro de 1892. (Julio Vieira Nery, OASIS, n. 212, 02/01/1893, p. 04).

A estratégia dos anúncios de professores públicos é frequente nas páginas dos periódicos matogrossenses. A ausência do poder público na criação e manutenção de escolas primárias abre forte precedente para a iniciativa de particulares no setor.

As Mensagens apresentam as solicitações referentes aos vencimentos de professores, que deveriam ser suficientes para manter suas condições de sobrevivência, bem como para provê-los de materiais que subsidiassem sua prática profissional. Registra-se ainda a intenção de construir prédios escolares, "com os preciosos requisitos para os exercícios escolares, de construcção modesta, si bem que elegante, e de custo relativamente módico, de modo que em cada exercício financeiro se possa fazer a effectiva edificação de uma ou mais casas d'aquelle typo" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1893, p. 15).

Em Corumbá, naquele ano, parte significativa das notícias identificadas no jornal Echo do Povo94 dizem respeito à criação e ao funcionamento da escola Christovão Colombo:

> Com o titulo acima instalou-se em Miranda, um curso primário sendo o seu digno director Francisco Augusto Ribeiro. Este facto não pode passar desapercebido e deve encher de satisfação a todos aquelles que se interessam pelo progresso do paiz despertando verdadeira animação aos que voluntariamente tomam sobre seus hombros tarefa tão nobre quanto espinhosa. O curso primário Christovão Colombo já tem uma frequencia diária de 28 alumnos, todos matriculados. (ECHO DO POVO, n. 08, 19/03/1893, p. 03).

[94] **Echo do Povo: periódico commercial e noticioso** circulou aos sábados, por vezes aos domingos, em Corumbá, sob propriedade de João Antonio Rodrigues, que atuava como diretor e redator, tendo impressor José Aurieme. Era comercializado por meio de assinaturas mensais. Apresentava com seções fixas (NOTICIARIO, EDITAES, SEÇÃO LIVRE e ANNUNCIOS) e textos sem identificação de autoria. Dos títulos examinados é o único que conta, eventualmente, com publicação de Suplemento, o que faz por vezes, que o número de páginas aumente de 4 para 6.

ECHO DO POVO
PERIODICO COMMERCIAL E NOTICIOSO
NOTICIARIO
Miranda

Figura 14 – Jornal “Echo do Povo” (1893) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010)

No ano seguinte, as atividades daquela escola continuaram a merecer atenção e divulgação nas páginas da imprensa corumbaense. Interessante notar que ambas as edições que trouxeram notas sobre o tema circularam aos domingos, tendo em vista que, embora a publicação fosse semanal, há registros de que não havia um dia específico da semana para que o jornal viesse a público.

> Com assistência do que há de mais selecto na sociedade Mirandense, nos dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro ultimo, das 10 ás 5 da tarde perante a uma commissão composta dos cidadãos: Doutor João Maria Lusi, Major Gentil Augusto de Arruda Fialho, Joaquim Procopio de Alvarenga, Cantidio Pompeo de Camargo e Antonio Canale, compareceram a exame os alumnos do Curso Primario ‘Christovão Colombo’ de que é director o cidadão Francisco Ribeiro. Sendo como somos adeptos de tudo que promover possa a disseminação de qualquer ensino, temos como imperioso dever annunciar tão explendido resultado mais uma vez colhido pelo estabelecimento de

> educação publica de Miranda, que tem causado pasmo a todos os passageiros e visitantes d'aquella localidade, que com justiça o classificam como um dos primeiros senão o primeiro do Estado. O aproveitamento que de dia em dia vai a mocidade mirandense colhendo n'aquella casa educadora, é o certificado de que na verdade é um estabelecimento modelo. Pela acta dos trabalhos, que em outra seção publicamos vê-se que os alumnos geralmente, houveram-se tão bem como melhor não podia ser attento as suas approvações, sobressaindo entre todas a alumna Eremita Isabel Canale, pela aprovacção distincta com louvor, que alcançou, cujo diploma em outra seção também publicamos, chamando a attenção do publico para elle. Congratulando-nos com os Paes, tutores e parentes dos alumnos do Curso Primario 'Christovão Colombo' pelo optimo resultado colhido nos exames a que foram submettidos, e aqui consignamos um voto de louvor ao respectivo director do mesmo curso. (ECHO DO POVO, n. 49, 21/01/1894, p. 01).

A Ata de aprovação da aluna Isabel Canale, à qual faz referência o autor do texto, foi integralmente publicada na parte intitulada "Seção Livre" do periódico, revelando atributos considerados necessários para o bom aproveitamento escolar, e chama a atenção por se tratar da descrição dos processos de estudos realizados por uma mulher, tendo em vista que a instrução no período privilegiava, destacava e dava visibilidade, como observado em outros jornais do período, necessariamente aos estudos realizados pelo sexo masculino. No entanto, a julgar por outros textos que constam das páginas dos jornais, o sobrenome Canale guardaria alguma representatividade e importância no cenário local.

> SECÇÃO LIVRE,
> Curso Primario "Christovão Colombo"
> A Commissão, abaixo assignada, nomeada para examinar a Eremita Isabel Canale, natural d'este Estado, filha legítima do cidadão Antonio Canale, nascida a 18 de junho de 1881, conformando-se com as provas exhibidas pela examinada em Calligraphia, Orthographia, Leitura, Grammatica, Analyse lexicographa, synthatica e lógica da língua portuguesa, Arithmetica geral praica e theorica, Contalibilidade, Noções cívicas, Geographia, História, Noções geraes das Cousas, Rethorica e Doutrina Christã, approvão-na plennamente com distincção e louvour nas citadas materias que constituem o 3º e ultimo grão da instrucção primara e dão-na como provecta por ter saptisfeito com muita distincção e todas as argüições a si feitas.Dada e passada a presente Carta de Habelitação, n'esta Villa de Miranda, aos 30 dias do mez de Dezembro de 1893. Eu, Joaquim Procopio de Alvarenga, Ezaminador, servindo de Secretario, a fiz escrever, subscrevo e assigno. (assignados). O presidente da Comissão: João Maria Lusi. Os Examinadores: Gentil Augusto de Arruda Fialho, Cantidio Pompeo de Camargo, Joaquim Procopio de Alvarenga. (ECHO DO POVO, n. 49, 21/01/1894, p. 03).

Ainda a propósito dos exames realizados cuja publicidade foi frequente nas páginas do *Echo do Povo*, é oportuno destacar que a "Acta", transcrita integralmente, foi avalizada pelos articulistas do jornal, ocupando 2 páginas da edição em que se insere, procedendo a uma

descrição minuciosa de todos os alunos aprovados, relacionando as matérias, os nomes completos os diferentes graus de distinção e condições de aprovação – aprovado com louvor, aprovado com distinção e louvor, aprovado plenamente, dentre outros.

> [...] Finda a classificação, o cidadão Presidente, proferio uma allocução, na qual patenteou os motivos que, em vista das provas que acabava de apreciar, tinha, para dirigir ao Director do Curso, bem merecidos elogios agradecendo-lhe o zelo que manifestava no cumprimento dos deveres do seo magistério e a intelligente dedicação ao espinhoso e importantíssimo encargo de preparar futuros cidadãos para patris e mães de famílias, illustrando-lhes o espírito e mais ainda incutindo-lhe o animo, pelo exemplo, idéas de moralidade e religião, que os fortalecerão sempre no caminho da vida. – Do que para constar se lavrou a presente acta, que vai por todos assignada. Eu Procopio de Alvarenga, Examinador, servindo de Secretario a escrevi e assigno. O presidente da Comissão: João Maria Lusi; Os Examinadores: Gentil Augusto de Arruda Fialho; Cantidio Pompeo de Camargo; Antonio Canale Joaquim Procopio de Alvarenga. (Acta dos exames dos alumnos do Curso Primario "Christovão Colombo", ECHO DO POVO, n. 49, 21/01/1894, p. 03).

A criação desta escola foi registrada e laureada no *Republicano*:

> Miranda, 16 de novembro de 1895.
> -Nesta Villa, e no edifício do curso primário Chirstovão Colombo, que se achava ricamente adornado, teve ontem logar, por iniciativa dos eu digno e patriótico director, o prestante cidadão Francisco Augusto Ribeiro, uma sessão magna comemorativa da data gloriosa da proclamação da republica em nossa pátria; havendo innumeros discrusos e uma concurrencia extraordinária de senhoras e cavalheiros [...] A mocidade do curso primário 'Christovão Colombo' sem distincção de sexo, e o seu digno director occuparam igualmente a tribuna, dando a essa festa de patriotismo eloqüente attestado da educação cívica e da capacidade intellectual dos filhos de Miranda aos quaes serão confiados amanhã os destinos do nosso Estado, pela instrucção do seu espírito e sua orientação democrática. [...] (REPUBLICANO, n. 8, 08/12/1895, p. 04).

Mas nem só atas de aprovação e resultados escolares integravam o conjunto de notícias sobre instrução coletadas em *Echo do Povo*. Na edição de 15 de abril de 1894, os editores dedicam parte de uma das páginas a descrever méritos dos processos educativos realizados na "Suissa".

Relevante e oportuno é destacar que a matéria é escrita a partir dos relatos de visitas que professores do Estado fizeram àquele país, o que indica que havia uma preocupação em conhecer as realizações no campo da educação empreendidas por estados de destaque no campo, não apenas por parte dos membros do poder público, já referenciados em outras publicações como Rio de Janeiro e São Paulo, aquilo que vinha sendo feito e considerado com nível de excelência em outros lugares do mundo.

> Instrucção na Suissa.
> São as escolas suissas exemplares de boa organisação pedagógica e de grande respeito pela hygiene, verdadeiras escolas modelos, onde devem ir estudar attentamente todos os que têm de intervir, todos os que tém interesse nos negócios da educação do povo. Já o tem reconhecido alguns de nossos professores que tém tido a fortuna de as visitar, ainda que muito perfunctoriamente.
> Do ultimo relatório publicado pelo respectivo ministérios extrahimos as seguintes notas:
> Cada habitante da confederação gasta 9 francos com a instrucção publica, diz uma estatística. A instruicção publica custa á Suissa 22.000.000.
> A instrucção primaria obrigatória e gratuita, esta a cargo dos cantões, que tem completa liberdade para a organisação das suas escolas, escolha de methodo e livros; o poder central exerce indirectamente a inscpecção e auxilia com subsídios as instituições escolares. O ensino primário divide-se em quatro grãos – escola infantil, escola primaria elementar, escola complementar ou de aperfeiçoamento profissional, escola superior regional, secundaria ou de districto. AS escolas normais e as escolas superiores de raparigas pertencem ao ensino secundário.
> A escola infantil está organizada com o systema Froebel; a escola elementar inscreve no seu programma as seguintes disciplinas: língua materina, arithmetica, religião, geographia, história, instrucção cívica, canto, desenho, contabilidade, historia natural e gymnastica preparatória para os erviço militar. A escola complementar ou de aperfeiçoamento profissional é dada n'uns cantões em classe ao sabbado de tarde e ao domingo. Tivemos em Lisboa uma imitação daquella instituição suissa nos cursos dominicaes das escolas centraes.
> Mas na Suissa os cursos de aperfeiçoamento tem uma feição accomodada á região, onde estão instalados. Assim, nos centros industriaes elles são verdadeiros cursos profissionaes; n'outras partes são destinados a não deixar esquecer os conhecimentos colhidos na escola primaria e a prepararem os rapazes para os exames de recruta.
> A escola secundaria ou regional – quarto grão do ensino primário – é um curso de aperfeiçoamento feito em lições diárias durante três annos. Parece que na Suissa a escola primaria superior para o curso complementar. Pode-se, pois, estabelecer a proporção como esclarecimento.
> A estatística dá as seguintes cifras: escolas infantis, 544 com 20.014 alumnos e 611 professores; escolas elementares, 7180 com 234.161 rapazes e 6.128 professores, 233.436 raparigas e 2.890 professoras; escolas secundarias, 500 com 15.000 rapazes, 11.000 raparigas e 1.350 professores. (ECHO DO POVO, 15/04/1894, n. 61).

Após a resenha do modelo educacional aplicado na Suíça, feita pelos editores do *Echo do Povo*, outras publicações do período também demonstram simpatia pelo modelo educacional em vigência naquele país:

> [...] Na Suissa a gymnastica e os exercícios militares nas escolas, completado pelo serviço obrigatório do Estado, constituem a educação physica do povo. Nas Universidades de Oxford e Cambrigde, na Inglaterra, onde os exercícios physicos valem uma tradicção, os melhores remadores e os mais hábeis jogadores do cricket são os melhores estudantes e que mais vitorias

> conseguem nos estudos. [...] (Raul Plinio. Notas a lápis. REPUBLICANO, n. 9, 12/12/1895, p. 03).

Diante da aparente inoperância do sistema federal, o presidente informa, na Mensagem expedida em 1893, que o regulamento que deveria estar de posse do estado, visto que fora aprovado desde 1891, já vinha sofrendo alterações, em virtude das necessidades que se apresentavam e das urgências a serem solucionadas. Ainda que sejam questões ligadas ao cotidiano escolar, a ausência em decidir sobre elas emperraria o andamento das atividades escolares no "Lyceu Cuiabano", como é o caso em registro.

No entanto, na continuidade da leitura da Mensagem, mesmo quando os textos não tratam mais do setor de instrução pública, evidencia-se que outros pedidos e solicitações não tardavam tanto a ser aprovados ou terem obtido respostas a seus pareceres, como é o caso da aprovação do novo regulamento de saúde pública, para o qual, nesta mesma mensagem, o presidente informa a contratação de inspetores de higiene para as cidades de Corumbá e Cáceres.

A mudança dos tempos e das necessidades da população vai sendo acompanhada e registrada pelos jornais que, através do recurso da transcrição de notas publicadas em outros periódicos, dão a conhecer o estado da sociedade em planos mais abrangentes:

> FIM DO SECULO
> O final do nosso século vai-se tornando característico e semelhante ao descambar do século XVIII. As idéias, ferramentando no seio do povo lentamente, mas como uma terrível segurança e marcha progressiva, depois de sufficientemente desenvolvidas, começam a rebentar em pontos diferentes, até que por fim vitoriosas compeiam e firmam o seu império com a evidencia e força dos fatos acabados [...] As classes operarias, trabalhadoras, exhaustas pela ambição dos grandes capitalistas, vão se concentrando e preparam-se para dar um golpe mortal, que abale as columnas d'ouro dos opulentos lords e derriba derrocada por terra o pelourinho da desgraça que pesa sobre a sociedade desvalida pela fortuna[...] A América, que sentiu em si os effeitos das grandes commoções políticas provocadas pela revolução franceza, agora vai também ella caminhando para um movimento combinado, que vem a ser em ultima analyse uma transformação social. A dynamite estoura na Hespanha e na França, em Montevideo e na Italia, na Inglaterra e na Allemanha na Russia, nos Estados Unidos e até entre nós como por vezes no Rio e em São Paulo. [...] (Do Diario de Campinas, OASIS, n. 264, 25/02/1894, p. 04).

A construção dos prédios escolares, "templos de civilização" (SOUZA, 2000), ou "Palácios de Instrução" (REIS, 2006), marca, a partir da Mensagem de 1894, a intenção do governo do Estado em adotar a modalidade dos Grupos Escolares como forma de organização do ensino público. Observa-se a partir dessa mensagem, a dificuldade que os setores internos

ao governo tinham em se comunicar, pois há o relato de que o que estaria atrasando a construção de alguns prédios escolares, cujo orçamento já havia sido destinado, era a tramitação da planta de construção, que já se encontrava de posse da Secretaria de Obras, mas para a qual não havia recursos financeiros para o investimento, segundo o relator "em razão do alto preço dos materiaes e mão de obra na crise economica por que passa o paiz inteiro" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1894, p. 09).

Com a organização das instituições escolares evidencia-se a necessidade de contratação de profissionais para atuar frente à docência. Grande dificuldade do Estado, nesse período, se relacionava à formação de professores, tendo em vista que Mato Grosso, a exemplo de muitos outros estados da federação, tinha dificuldades em manter uma Escola Normal organizada e estruturada, registrando-se a iniciativa desde 1874:

> Ansiada e reclamada pelos governantes e diretores gerais de ensino durante muitos anos consecutivos, esta instituição, apesar de várias tentativas de implantação no século XIX, não teve o êxito esperado. No início do século XX, o discurso da formação de professores foi retomado, porém para atender aos interesses do grupo liberal republicano. (POUBEL e SILVA, 2004, p. 190).

Em 1895, a feminização da profissão e a necessidade de, segundo o poder público, diferenciação nos vencimentos pagos a homens e mulheres no magistério se faz presente nos textos da Mensagem de modo bastante enfático. Segundo o relator, é atestada a inabilidade das senhoras em lidar com as classes de ensino masculinas, sendo necessário para tanto que se contratassem professores (homens) para o exercício do ensino. Ocorre, como demonstra o texto que os baixos valores atribuídos a essa profissão afastavam os homens da profissão docente:

> é necessário augmentar os vencimentos do professorado primário, pois com a minguada remuneração que lhe concede o Thesouro é inadismissivel que homens habilitados procurem o magistério publico primário com animo de fazer d'elle carreira definitiva, sendo por isso que quasi todos os candidatos ás escolas publicas são senhoras, as quaes, pelas condições próprias de seu sexo, podem viver com menores vencimentos. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1895, p. 11).

Essas são polêmicas que acompanham a agenda de debates de muitos outros Estados da federação[95]. Os jornais do período não se eximem desta discussão que, de modo direto e

[95] Sobre o tema da mulher, na edição de 15 de março de 1896, sem argumentação alguma, ao lado do excerto de autores de grande destaque no cenário internacional, a seguinte nota, sobre a qual cabe uma reflexão significativa no campo da instrução, tendo em vista que um dos grandes fatores de críticas em determinados momentos, reside

indireto, permeava a construção dos textos que integravam as seções prévias ou os textos livres, evidenciando ora os problemas que ocorriam com as salas de aulas e as reclamações em decorrência das classes do sexo masculino, regidas por mulheres, ora o sucesso que as professoras atingiam no desempenho da função docente. As atas dos exames para regência de classes informam sobre o número de aprovação de mulheres para ambas as cadeiras:

> Nos dias 10 e 11 do corrente realisaram-se no Lyceu Cuiabano, sob a presidência do Sr. Dr. Director Geral da Instrucção Publica, os exames primários das alumnas da 2ª escola do sexo feminino da freguezia de S. Gonçalo, apresentadas para esse fim pela respectiva professora D. Marrianna Luiza Moreira.
> Eis o resultado desses exames:
> Approvada com distincção – D. Zulmira Correa de Arruda e Sá
> Approvada plenamente – D. Alcina Moreira, D. Mariana Emilia Pompeo de Barros, D. Maria Esther Ribeiro Pedroso.
> (Crepusculares, REPUBLICANO, 15/12/1895, n. 10, p. 03).

A construção dos prédios escolares volta a ser necessidade reiterada nesta mensagem, mas o excessivo custo de investimento não estaria, conforme o texto, ao alcance dos cofres públicos. Não são mencionados quais tipos de escolas seriam essas que se almejavam construir, tão pouco se as referências eram aquelas inerentes ao modelo paulista dos grupos escolares. Faltavam dados estatísticos no Estado para sedimentar uma série de propostas e iniciativas originadas do poder público: a realização do Recenseamento Escolar parecia ser a solução em vias de implantação; no entanto, as condições oportunas estariam para se efetivar "em um futuro mais ou menos próximo" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1895, p. 12).

É nesse momento que a ideia da separação do Liceu Cuiabano da Escola Normal toma forma de lei, tendo em vista a distinção entre os cursos e, possivelmente, entre os interesses e

---

na posição das mulheres frente às cadeiras de ensino, principalmente das escolas do sexo masculino. Considera-se oportuna, por sua vez, a referência norte-americana, para respaldar uma postura cultural: "As escriptoras norte-americanas Anna Dickinson, Grace Gremwoos e outras que tem se ocupado largamente do importante assumpto da mulher, concluem por aconselhar: "Ensinai á mulher o seguinte:
A cosinhar e fazer bom pão;
A fazer camisas.
A não se pintar nem fazer uso de pós de arroz.
A lavar e engonmar.
A talhar os proprios vestidos.
A calcular que uma libra são 80, 90, ou 100 tostões e ás vezes mais.
A dizer sim ou não, como Christo nos ensina, e a dizel-o com o coração e ao mesmo tempo que o diz com os lábios.
A usar vestidos de cassa e não se envergonhar disso.
A preferir nos maridos a reputação ao dinheiro.
A ter uma casa bem arranjada e tudo em seu logar.
A compreender que quanto mais se subordinarem ás despezas os meios de que se dispõe, tanto mais se poupa." (REPUBLICANO, 15/03/1896, n. 36, p. 03) Após a publicação deste texto seguem outros, de características pilhéricas, sobre os "tipos" de mulheres que se recomendam ao casamento.

investimentos. A solução apontada pelo presidente de Estado é a indicação do Asilo de Santa Rita para prover a formação das alunas do sexo feminino, tendo em vista sua forma de autosustentação.

Nas Mensagens de Presidente, a discussão de que o aumento de mulheres no magistério primário contribuiu para que o ensino não avançasse no Estado reitera-se com frequência. O texto denota ainda que os pais preferiam as escolas particulares em detrimento das públicas, tendo em vista a impossibilidade de avanços na estrutura de ensino e a regência, em sua grande maioria, por professores do sexo masculino.

> O actual regulamento estabelecendo que, em igualdade de condições, fossem as senhoras preferidas para o magisterio, deu como resultado ficar quase exclusivamente confiado a ellas o nosso ensino primário. **Penso que é esse um dos factos de que se origina a decadência do ensino**. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1895, p. 21, grifo nosso).

Ao findar o ano de 1895, o *Republicano* traz, na sua última edição daquele ano, uma grande reflexão sobre o desenvolvimento da instrução durante aquele primeiro lustro do regime republicano recém-instalado no país e suas implicações para a instrução pública em Mato Grosso:

> Já tivemos a occasião de, em um editorial desta folha, nos referir as condições actuais da nossa instrucção publica, e fizemol-o com a franqueza que nos dita a convicção de prestarmos um bom serviço a administração do Estado todas as vezes que, tratando de assumpto de relevância e de interesse publico, dissermos sem atavios, nem rebuços, a verdade tal qual ella é.
> Dissemos então que é publico e notório, que está no conhecimento de todos quantos se interessam pelos públicos negócios, o estado de decadência e atrazo em que se acha a nossa instrucção primaria.
> Acabamos de ver essa nossa asserção confirmada pela primeira autoridade do Estado em occasião solemne, qual foi a festa official da dsitribuição de prêmios e diplomas aos alumnos approvados em exame final do ensino primário, celebrado no Lyceu Cuiabano a 25 do mês a findar. Comparando o resultado apresentado pelas escolas publica como apresentado pelas particulares, attendendo a que das dez escolas publicas existentes no 1º e 2º districtos desta capital apenas metade apresentou alumnos a exame, sendo estes em numero insignificante. [...] (REPUBLICANO, n. 14, 29/12/1895).

Na sequência da matéria, o articulista avança em relação às constatações feitas por ocasião das solenidades mencionadas e ensaia um conjunto de análises, as quais, segundo sua avaliação, corroboraram para o insucesso registrado nas linhas anteriores, sobre o qual inclusive, o governador à época, Antonio Correa da Costa, se posicionara severamente, durante o evento (REPUBLICANO, n. 14, 29/12/1895):

> [...] Seja-nos permittido indicar quaes ao nosso ver são as causas principaes do abatimento da instrucção primaria; pois que não é sufficiente dizer que ella esta decadente que convem reformal-a: o que mais convem indicar as causas desta decadência e os meios de removel-a.
> A parca, exígua e insufficiente remuneração do professorado; a admissão de senhoras na regência de escolas do sexo masculino, de modo a ser hoje a instrucção primara quase um privilegio do sexo feminino; a falta de divisão do ensino em dous graus, são causas que tem determinado o facto que mereceu a justa censura do Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado, e a que nos referimos. (REPUBLICANO, n. 14, 29/12/1895).

Contudo, as análises não se encerraram naquele ponto. O *Republicano,* dentre todos os jornais examinados, demonstrou ser aquele que, até o momento, apontava de modo mais direto e enfático os problemas da instrução pública, bem como outros correlatos a ela:

> [...] É indubitavel que, com os actuaes vencimentos, não pode um professor publico subsistir nem com estricta economia, sendo este o maior motivo porque os mais idôneos não se dedicam ao magistério. Por outro lado e inconcusso que ao sexo feminino entre nos faltam quase em absoluto a aptidão e a energia necessárias para a regência de escolas do sexo masculino.
> A divisão do ensino em dous gráos é uma conveniencia aconselhada pelos princípios pedagógicos, já com meio de suavisar o trabalho do mestre, já como estimulo para a apllicação por parte dos alumnos.
> Elevem-se os vencimentos dos professores primários quanto baste para pol-os a coverto das vicessitudes da vida; sejam as escolas do sexo masculino confiadas exclusivamente a professores; e divida-se o ensino em dous graus, servindo o segundo de desenvolvimento e complemento do primeiro; e cremos poder asseverar que muito terá com tal procedimento a lucrar a instrucção e que não mais teremos occasião de lamentar o atrazo em que, com pezar a vemos presentemente. (REPUBLICANO, n. 14, 29/12/1895, p. 01).

Mantendo a mesma linha argumentativa do ano anterior, sua primeira edição do ano de 1896, os editores do *Republicano* registram o interesse em continuar contribuindo para o progresso e desenvolvimento de Mato Grosso:

> [...] A passagem de um ano para outro é muito semelhante á transição dos governos em um paiz: o anno novo é o símbolo da esperança, o promissor de grandes venturas, o portador das felicidades sonhadas o feliz mensageiro das illusões que tanto alimentamos e que constituem talvez o lado mais poético da nossa existência. [...] Que o novo anno de 1896 seja um período de felicidades para o povo matto-grossense, inaugure uma epocha de progresso moral e material para a terra que amamos tão extremadamente, e decorra no meio da paz e da confraternização geral da família brazileira – e o que desejamos de todo coração. (REPUBLICANO, n. 15, 01/01/1896, p. 01-02).

Esse cenário desejado pelos editores será aspecto determinante nas notas sobre instrução identificadas na publicação. Antecipando ou não as mudanças que entrariam no

cenário educacional matogrossense, em 1896, o *Republicano* passa a reiterar continuamente, em suas páginas, a necessidade de reformar a instrução no Estado:

> [...] Além das leis annuaes, das quais depende directamente a bôa marcha dos serviços da administração da receita e da fixação da despeza, a da fixação da força publica ainda tem a Assembleia que volver as suas vistas para outros pontos que as reclamam, como por exemplo, a instrucção publica, que está a necessitar e reclamar uma reforma efficaz, que a torne fecunda em resultados práticos, etc. [...] (REPUBLICANO, n. 20, 19/01/1896, p. 02).

Naquele mesmo ano[96] anuncia-se a realização de uma reforma de ensino que deveria, obrigatoriamente, conter a separação dos graus de ensino, definindo as competências do ensino primário e secundário, predominando a menção aos atos políticos outorgados pelo governo. Os textos revelam a preocupação com o aspecto pedagógico, ainda que sob a égide do modelo político de progresso e avanço.

> A Assembléa Legislativa do Estado discute presentemente uma proposta de lei, que lhe foi enviada pelo poder executivo, reformando a instrucção publica do Estado. É desnecessário procurar salientar a importante deste assumpto de immediata e palpitante interesse (sic) para a prosperidade de Matto-Grosso, ao qual os altos poderes do Estado ligam na actualidade a sua attenção. [...]
> Destas columnas já tivemos occasião de fazer sentir a necessidade da reforma do mechanismo geral do nosso ensino publico em ambos os seus grãos, primário e secundário.
> A experiência, que é uma grande mestra cujas licções devem sempre ter em vista os que cogitam do aperfeiçoamento do systema administrativo, já se incumbido de demonstrar a inefficacia do plano de ensino, que que (sic) tem sido seguido nestes últimos cinco annos. O apparatoso curso de preparatórios no Lyceu Cuiabano, macaqueando-se o Gymnasio Nacional da Capital Federal, tem sido um verdadeiro insuccesso, pela disparidade em que está com as condições do nosso meio social, tornando-se assim uma verdadeira inexequibilidade, com graves prejuízos para o Estado.
> Por outro lado certos modernismos introduzidos no organismo do ensino primário têm sido verdadeiras catastróphes. A extincção da divisão do ensino primario em dous gráos para consagrar-se o curso primario integral, e a preferência dada ás senhoras para a regência das escolas, **innovação parodiada, segundo dizem, da Saxonia**, sem a mínima Idea de consulta de adpatação ás nossas condições e conveniências, são outros tantos tropeços á

[96] Esse ano marcaria ainda, a inserção de chamadas frequentes, em o *Republicano*, de imigrantes para trabalhar nas terras em Mato Grosso, como evidencia o excerto: "As pessoas de bôa conduta que desejarem seguir para o Estado de Matto Grosso na qualidade de immigrantes ou particulares, desejando esclarecimentos a tal respeito, encontrarão na Rua Marquez de Caxias n.º 193" (Matto Grosso, REPUBLICANO, n. 61, 11/06/1896, p. 02). Segundo outra edição do mesmo periódico, foi estabelecido um contrato, em 1892, viabilizando a introdução de imigrantes no país. Partindo desse contrato, os Estados deveriam manifestar interesse e organizar recursos para promoverem essa entrada (REPUBLICANO, n. 62, 14/06/1896, p. 02).

> prosperidade das nossas escolas primarias. [...] (REPUBLICANO, 19/03/1896, n. 37, p. 01, grifo nosso).

Os editores parecem não comungar com os encaminhamentos propostos pelo governo, crítica à forma de organização do ensino até o momento[97]. Chama a atenção, dentre outros argumentos, a crítica que se faz aos procedimentos adotados para a inscrição e matrícula no Lyceu Cuiabano, semelhantes àqueles para o ingresso Gymnasio Nacional, ideal de escola secundária cujo processo de equiparação é almejado, por muitos Estados, dentre eles o Mato Grosso.

No entanto, não deixam de anunciar, nas entrelinhas, que estão atentos ao desenvolvimento do tema, quando afirmam que

> [...] estamos informados de que a proposta que ora se discute procura remediar estes inconvenientes e outros existentes, cuja apreciação não se comporta no estreito molde deste rapido artigo. [...] Os que tiverem concorrido com os seus esforços para levar a effeito tão nobre commettimento terão justa recompensa na intima satisfação que sempre produz o cumprimento de um dever, além das bênçãos de reconhecimento da pátria e dos applausos da mocidade. (REPUBLICANO, 19/03/1896, n. 37, p. 01).

Em outro momento, os editores publicam a carta de um leitor que assina sob o pseudônimo de "Um pessimista", na qual faz a análise da notícia publicada no jornal *O Matto Grosso*, sobre a Reforma em questão:

> Sr. Redactor
> Li com attenção o communcidado d'*O Matto Grosso* de domingo ultimo, sob o rotulo – *A reforma da instrucção publica* .
> O autor, depois de entrar em considerações sobre a recente reforma do ensino neste Estado, com pouca habilidade e com alguma presumpção, aborda a questão do ensino religioso. No afã de provar a benéfica influencia deste ultimo, aventura-se a atirar aos quatro ventos, como bolhas de sabão, umas tantas citações ocas, como a de Casorio Santo, o asassino de Sadi Carnot.
> Casorio (não cabe aqui apurar se era religioso ou não) foi antes de tudo um louco, um louco terrível que perpetraria o mesmo crime, qualquer que fosse o principio religioso que [ilegível]. Se o autor do communicado, que mergulha num mar de erudição, tivesse antes, consultado o trabalho assoberbado de Cesar Lombroso certo não viria lançar mão de semelhante disparate.

[97] A crítica que se estabeleceu em relação aos procedimentos de ensino que imitariam aqueles da Saxonia, parece não se aplicar a outra esferas sociais, como se evidencia no excerto: "Os americanos do norte, como gente pratica que são, occupam-se de hygiene algumas vezes, e é certo que o que é bom para elles não pode ser muito máo para nós. Neste momento discutem a duração do somno normal" (REPUBLICANO, 19/03/1895, n. 37, p. 03).

> [...] Falla em socialismo de outiva, mas naturalmente nada tem lido sobre elle.
> [...]A sciencia do ensino, questão magna que os sábios especialistas do nosso século discutem sem encontrar o X, não se limita ao ensino de tal ou qual matéria, mas ao conjuncto de materias. A philosofia ensinada nas casas de educação, de qualquer ordem que seja, nenhuma utilidade apresenta, porque subordinar o espírito a um certo e determinado modo é querer encerrar o pensamento em um estreito circulo de ferro.
> Em resumo, e para terminar por hoje: O communicado deixa no espírito de quem o lê a impressão desagradável de um sermão de encommenda, sem idéas claras e de uma falsidade immensa. (Um pessimista, REPUBLICANO, 13/05/1896, n. 53, p. 02).

Diante da alteração dos métodos de ensino, proposta e configurada através da adoção do método intuitivo, amparada na Reforma da Instrução Pública de 1896, o governo entende como necessário o preparo, embora de modo aligeirado, dos professores em exercício para a imediata adoção das propostas, conforme dispõem os preceitos metodológicos em voga a partir desta regulamentação. A estratégia adotada se traduz na organização de Conferências Pedagógicas[98] ministradas por professores do próprio Estado, como frisado na Mensagem, em especial aos professores da Capital.

Em setembro de 1896, os articulistas do *Republicano* divulgam e elogiam as conferências pedagógicas realizadas por José Estevão Correa, como importante suporte ao professorado acerca dos novos métodos de ensino, promulgados a partir da Reforma da Instrução daquele ano.

> O Sr. José Estevão Corrêa, zeloso Director Geral da Instrucção Publica, iniciou uma serie de conferencias pedagógicas com o fim de praticar o professorado da capital no método do ensino intuitivo exigido pelo novo regulamento da instrucção.
> Essas conferencias terão logar todos os sabbados, ao meio dia, no Lyceu Cuiabano.
> Tivemos a occasião de assistir a primeira conferencia e achamol-a tão útil que não podemos deixar de applaudir o acto do Sr. Director Geral, que não tem poupado sacrifícios com o fim de melhorar o ensino publico do Estado, do qual depende principalmente seu progresso.
> Convencido de que serão bem comprehendidos pelo nosso magistério os louváveis intuitos que determinaram este alvitre, fazemos votos para que os esforços de S.S. sejam secundados pelos seus dignos auxiliares na cruzada que ora emprehende em prol dos futuros cidadãos a quem serão confiados os destinos do Estado na sua natural e esperançosa evolução. (REPUBLICANO, n. 87, 10/09/1896, p. 02)

[98] As Conferências Pedagógicas são ministradas e posteriormente publicadas em jornais de circulação geral, como atestam os estudos de Elizabeth Figueiredo de Sá (2009), em relação às conferências proferidas por Gustavo Kuhlmann, publicadas no Jornal *A Cruz*, e a seção Palestrando, publicada no *Jornal de Poconé*, no período entre os anos de 1912 a 1915.

Sobre as conferências pedagógicas importa registrar que esse é um recurso utilizado em Mato Grosso que conta com amparo legal e difusão nacional, tendo em vista sua regulamentação em 1872[99]. Apropriado de modo distinto da sua formulação inicial, a qual consistia em reunir todos os professores em férias e feriados para apresentarem pontos que interessariam ao trabalho desenvolvido nas escolas. Nessa nova configuração, as Conferências assumiram a forma de artigos escritos por intelectuais do campo da instrução pública e versavam igualmente sobre temas ligados ao cotidiano escolar.

A discussão sobre a reforma do ensino volta a ser pauta do *Republicano* na edição de 26 de março, quando, ao fazer a apreciação das discussões, publica:

> Na sessão de sabbado passado, [...] discutiu-se em 2ª. e ultima discussão a proposta de lei, que reforma a instrucção publica. Foram ainda a ella offerecidas algumas emendas, fallando os srs. Pedro Ponce, Ferreira Mendes e por ultimo o sr. Nunes da Cunha, que, apezar de não concordar com a reforma, na qual vê todos os vícios e nenhuma virtude, emendou-á para augmentar os vencimentos dos professores de Poconé. A votação ficou adiada por estar exgotada a hora. (REPUBLICANO, n. 39, 26/03/1896, p. 03).

É notório que a adoção do método intuitivo, no Brasil, seguiu caminhos semelhantes em vários Estados da federação. Distintas, no entanto, foram as estratégias de difusão e aplicação dos preceitos do método, que possivelmente estiveram em consonância com as possibilidades de cada Estado, tanto no que concerne aos recursos financeiros para formação de professores, quanto na aquisição de materiais e mobiliário pertinentes à proposta (VALDEMARIN, 2004).

> [...] O Estevão de Mendonça, um rapaz intelligente e operoso, acaba de fundar um curso primário que se acha provisoriamente funccionando na casa de sua residencia, a rua 27 de Dezembro, n. 48. A esse curso ele deu o nome de <Augusto de Leverger> o benemérito Barão de Melgaço, de veneranda memória a quem tanto deve Matto Grosso.
> É merecedor de todo auxilio esse emprehendimento do Estevão, que incontestavelmente esta nas condições de desempenhar a difficil tarefa de preceptor da infância: pelo que recommendamos o Curso Primario Augusto de Leverger aos senhores Paes de família, que desejarem prompto adiantamento de seus jovens filhos. (REPUBLICANO, n. 17, 09/01/1896, p. 01).

Na mesma edição encontramos uma representação, intencional ou não, curiosa, na forma de anedota de situação de ensino:

[99] Detalhes sobre as Conferências Pedagógicas como dispositivo legal podem ser conferidos em Castanha (2007, p. 174).

> - Meninos, diz o Estevão, reptis são aquelles animaes que não tem pernas, aquelles que rastejam pelo chão: ouvirão? Apontem agora um exemplo.
> - Uma cobra, responde logo um dos discípulos.
> - Muito bem: é isso justamente. Mais outro exemplo meninos!
> Sillencio sepulcral!
> - Ninguem da outro...
> - Outra cobra, seu mestre. (REPUBLICANO, n. 17, 09/01/1896, p. 02).

A tese do isolamento que por muitas vezes nubla a visão de outros Estados, em especial da região Sudeste com relação ao Centro Oeste, criando uma opacidade em relação à implantação de reformas e iniciativas no campo educacional, parece perder sua força quando, por meio das notas da imprensa sobre a instrução pública, torna-se possível evidenciar intensa movimentação neste setor. Ainda que pese a ausência de realizações efetivas, existe uma discussão corrente, os problemas que ocorrem em outras localidades também fazem parte do conjunto de enfrentamentos dos matogrossenses, assim como algumas dos encaminhamentos adotados para resolvê-los.

O papel da imprensa matogrossense continua a ser reiterado:

> [...] Nessa terra, repito, onde tudo, tudo, até a própria civilisação, está ainda em embryão; onde tudo carece de ser encaminhado, animado e impulsionado pela imprensa, esse bello invento de Guttenberg, sem o qual a instrucção seria apanágio de poucos e o povo jazeria na ignorância; parece incrível, e causa mesmo pasmo, haver quem busque a falta de assumpto como pretexto para excursar-se de prestar o valioso concurso de seu saber á causa da civilisação e progresso, que a mesma imprensa representa. Sim, porque já se tem dito, enão me cançarei de repetir, que é pella imprensa que se avalia o gráo de adiantamento, civilisação e progresso de um povo. Falta de assumpto. Que irrisão! [...] (Aluizio, Conversemos... REPUBLICANO, n. 38, 22/03/1896, p. 02).

Uma análise mais rigorosa dos processos de transformação pedagógica, no período em estudo, nos indica que o suposto atraso pedagógico daquele Estado não se justifica, não obstante suas condições econômicas não serem tão favoráveis à implantação das inovações em curso no Brasil. Vale lembrar que no Estado de São Paulo[100], o método intuitivo adentra aos discursos pedagógicos e, provavelmente, às escolas, um pouco antes da homologação do Regulamento de 1896 em Mato Grosso. O excerto que segue, embora apenas denote a ausência de escolas em uma determinada localidade do Estado, assinala, associados ao fato, a pujança e o desenvolvimento que se esperava no período.

[100] "E o Estado de S. Paulo, ninguém pode negar, é um dos que caminham na vanguarda, dando os exemplos de vitalidade e progresso" (REPUBLICANO, n. 38, 22/03/1896, p. 02). Em outra edição encontra-se: "Assim terminamos o nosso artigo de domingo, fazendo um confronto entre o nosso estado actual e o progresso vertiginoso do Estado de São Paulo. E, depois, só quem desconhece esse rico e poderoso Estado da União poderá deixar de tomal-ó para modelo" (REPUBLICANO, n. 40, 29/03/1896, p. 01).

> [...] A par do que vimos em Corumbá, denotando real progresso a actividade de uma centena de operários exercitando-se em differentes industrias, doeu-nos profundamente ouvir as queixas geraes relativamente á falta de uma casa de educação em condições razoaveis, vendo-se obrigados aquelles que seriamente se preoccupam com a educação intellectual de seus filhos, a se afastarem para um ponto em que o possam fazer. [...] (Cartas de Nioac[101], REPUBLICANO, n. 34, 08/03/1896, p. 03-04).

Embora não traga, a exemplo de outros periódicos, textos sobre instrução sob títulos em destaque nas edições que circulavam, as notas, ainda que modestas, se fazem presentes com certa regularidade nos exemplares da publicação e, a exemplo, tem-se a aquisição de mobiliário para as escolas em funcionamento: "Devolveu-se a Directoria da instrucção para providenciar, a nota dos moveis necessarios a 2ª escola da cidade de Poconé" (REPUBLICANO, n. 44, 12/04/1896, p. 01).

O funcionamento de escolas do sexo masculino e feminino em cidades do Estado, ao lado de iniciativas relativas ao desenvolvimento da instrução pública, ganha vulto nas páginas do semanário, possibilitando inferir que o progresso se espraiava para além das fronteiras da capital. Sobre Sant'Anna do Paranayba tem-se:

> [...] Como é sabido, existem ali duas escolas publicas de instrucção primaria mantidas pelo Estado, uma do sexo masculino, que esteve vaga por mais de dous annos, tendo sido ultimamente provida interinamente, e a do sexo feminino occupada e regida a cerca de três annos por D. Maria Cruz e Oliveira, que tem servido o publico magisterio com real vantagem para a instrucção das jovens filhas daquella terra. (Apontamentos, A cidade de Sant'Anna do Paranayba, REPUBLICANO, n. 48, 26/04/1896, p. 04).

Com relação à cidade de Miranda, uma missiva recebida pelo jornal foi integralmente publicada, a qual traz uma espécie de recenseamento das atividades "acerca das cousas e louzas da localidade" (Miranda, REPUBLICANO, n. 49, 30/04/1896, p. 02), com destaque para as seguintes:

> Isto posto, vou começar esta dando-lhes noticia da maneira porque foram abertas as aulas do curso primário Christovão Colombo. [...] Sem receio de adiantar juizos temerários digo-lhes que, attendendo ás condições desta Villa e comparando-a a muitas, e muitas cidades de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, onde as grande fontes do progresso scientífico e industrial da velha Europa e da Norte America em desenvolvido a applicação de suas colossaes descobertas, posso afirmar que não há uma só aula de ensino primário que se possa comparar ao curso primário. Só os collegios da Norte America tem suas aulas adornadas em condições idênticas. (Miranda, REPUBLICANO, n. 49, 30/04/1896, p. 02).

[101] As Cartas datam de 25 de janeiro de 1896, mas foram transcritas nesta edição.

Ao buscar argumentos para engrandecer a criação da escola naquela localidade, já noticiada em outros periódicos, o autor da missiva continua:

> [...] Quem nunca veio aqui certamente fará uma idéa desfavorável das coisas do logar, e para isso basta saber que é uma Villa restabelecida das ruínas da guerra do Paraguay e que, segundo dizem, nunca passou de feudo de alguns?? senhores, que, feliz e em bôa hora o digo, já estão reduzidos a expressão mais simples. Actualmente a historia se conta por outro modo: a Villa é ais aprimorada em sua edificação, a sociedade mais cultivada que a de outr'ora, cada qual tem consciência do que é e do que vale, todos procuram concorrer mais ou menos para sua prosperidade moral e material. (Miranda, REPUBLICANO, n. 49, 30/04/1896, p. 02).

Não foi possível, nos limites deste estudo, identificar qual a relação que os editores desta folha mantinham com o Estado de São Paulo. Mas é fato que qualquer empreendimento noticiado sobre aquele Estado é digno de menções honrosas e de exemplo (positivo) a ser seguido em Mato Grosso.

É notório ainda, que São Paulo conta, como demonstram estudos anteriores, com um conjunto de estratégias e utensílios pedagógicos, conforme destaca Marta Carvalho (2003) que, de certa maneira, aproximam de modo mais intenso e efetivo o professorado público dessas inovações.

Nesse sentido insiste-se na hipótese de que outros mecanismos de atualização pedagógica foram implementados, demonstrando a criatividade e vivacidade dos dirigentes em relação aos processos, se assim se pode dizer, de formação continuada de seus professores. As conferências pedagógicas são estratégias que tornarão a ser utilizadas pelos governantes desse Estado, no que se refere a este processo de preparação, "occupando-se do modo prático de ministrar o ensino de accôrdo com a reforma" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1897, p. 29).

Considerando a necessidade de dar a conhecer aos matogrossenses o que circulava sobre a instrução em outras localidades, o ano de 1896 foi marcado, nas páginas de O Republicano pela seção "Resenha Pedagógica"[102], a qual com certa frequência, apresentava a releitura, com características de síntese, das notícias relacionadas à educação em outros países, fossem elas relativas à situação da instrução popular a superior, passando pela aprovação de leis e decretos que beneficiariam ou não, os setores envolvidos. Não fica explícito, na construção dessa releitura, o posicionamento dos articulistas quanto ao tema

[102] Cf. *Republicano*, n. 58, 15/06/1896, p. 02; e *Republicano*, n. 64, 21/06/1896, p. 02. Ao lado dessa seção, outras duas, com títulos auto explicativos, embora não voltadas diretamente a educação, chamaram a atenção por apresentarem, esporadicamente, temas relacionados: "Chronicas do Estrangeiro" e "Pelos Estados".

descrito, no entanto, é possível afirmar que há um interesse em privilegiar notícias de vários países da Europa, em primeira instância, mas também das Américas, como evidencia o excerto:

> O Congresso pedagógico da America Central reunido em Guatemala votou as seguintes conclusões:
> 1.ª, a escola primaria não tem só por fim instruir, mas educar physica, moral e intellectualmente;
> 2.ª, será organisada pelo systhema progressivo de grãos;
> 3.ª, haverá tantos professores quantos forem os grãos; nas clases inferiores nenhum professor terá mais de 30 alumnos, nas classes superiores não poderá ter mais de 40 alumnos;
> 4.ª, as disciplinas serão distribuídas por seis cursos;
> 5.ª, o trabalho diário escolar será de 4 horas nas duas primeiras classes, de 5 horas na 3.ª e 4.ª, e de 6 horas na 5.ª e 6.ª classes;
> Cada exercício deve durar no maximo: 30 minutos nas primeiras secções, 40 na 3.ª e 4.ª, e 50 na 5.ª e 6.ª classes.
> Nas primeiras secções haverá um intervallo de 10 minutos depois de cada grupo de exercícios, e nas secções seguintes o mesmo intervallo depois de cada exercício;
> 6.ª, a escola primaria não deve ser mista;
> 7.ª, o ensino comprehende as seguintes materias: leitura, escripta e língua nacional, noções de historia e geographia geral e da America Central, de geometria, sciencias physicas e naturaes, musica, gymnastica e trabalho manual;
> 8.ª, a escola possuirá livros de matricula, frequencia, aproveitamento, procedimento, deliberações, visistas, inventario, exames, etc.;
> 9.ª, o congresso recommenda as excursões escolares e visitas ás officianas e fabricas. (Resenha Pedagógica, REPUBLICANO, n. 64, 21/06/1896, p. 02).

Observou-se um hiato considerável na publicação de notas sobre a instrução nas páginas do *Republicano*, no entanto, ao se aproximar o final do ano, os Exames escolares voltam a ocupar as páginas do periódico, mas trazem uma abordagem distinta àquela apresentada costumeiramente em outros periódicos, fazendo uma espécie de prospecção ao trabalho dos alunos, destacando o papel dos professores, personagens importantes nos exames.

> Finda-se o anno. Os exames estão já batendo á porta, e as pobres creanças em luta com os livros perdem as noites em um serão continuo, queimando as pestanas.
> Pobres creanças! Como temem esse dia! E com muitíssima razão. Não creio que haja alguém que não o tema, porque ahi está toda a recompensa do labor incessante do anno inteiro.
> Se são felizes, muito bem; estão plenamente recompensados, Mas, se tomam á bomba? Que vergonha! Que decepção! Como tudo se muda então para ellas: a mamãe afflige-se, o papae ralha, e não terão o premio tão desejado e por cujo fim tanto se afadigaram!

> Mas consolem-se, minhas pequenas, que não sereis só as mal recompensadas. Vossos mestres, por sua vez, também soffrem, e mais ainda, porque para vós sempre há desculpa, para elles não. Tudo lhes é contrario: o governo ahi está para censurar; os paes, por outra lado, também fallam, e os jornais mais ainda.
> Vêdes? No entanto não vêm elles, nem siquer pensam um instante quanto é espinhosa a missão do professor.
> Ponham-se algumas horas apenas nesse logar e isso comprehenderão melhor. Estou certa que então serão mais justos para comesses pobres e desinteressados bemfeitores da juventude. (ZELIA, Exames Escolares, REPUBLICANO, n. 110, 29/11/1896, p. 02).

Na edição de 10 de dezembro de 1896[103], os resultados dos exames são publicizados, ao modo tradicional, com a relação nominal de todos os alunos, grau de ensino e resultado dos exames.

A Mensagem de 1897 revela uma série de questionamentos com relação à Escola Normal, sobre a validade de seus métodos, a efetiva preparação dos professorandos ao exercício do ensino, apoiados em uma percepção calcada nos processos anteriores de abertura e fechamento das atividades desta instituição:

> conseguiu o Estado algum resultado útil da antiga escola normal? Os fructos por ella produzidos estão ahi para atestar que muitas vezes uma bôa Idea pode falhar completamente ao seu objectivo. Dos professores formados pela antiga escola normal bem poucos foram os que não abandonaram o magistério. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1897, p. 30).

A solução estaria dada, na perspectiva do presidente de estado, pelo estímulo e financiamento co-partícipe às escolas particulares, merecendo destaque o trabalho realizado pelo colégio São Gonçalo, mantido pelas Missões Salesianas sediadas no Estado. O trabalho dos Salesianos no campo da educação matogrossense encontra aliados no governo e enfrentamentos na imprensa.

Os jornais examinados, que circularam durante o ano de 1897, não silenciaram sobre a situação da instrução, para além do âmbito pedagógico. Embora não tratasse diretamente do tema, a nota publicada no *Republicano* de janeiro daquele ano traz detalhes das alterações processadas, bem como a demora em colocá-las em vigência. Os anúncios se referem propriamente às escolas particulares em funcionamento na capital, afiançando a adaptação que fizeram em virtude das alterações do Regulamento de 1896:

[103] Exames finaes, REPUBLICANO, n. 113, 10/12/1896, p. 03.

> Externato S. Sebastião
> O abaixo assignado, fazendo ver aos Srs. Paes de família a reforma que soffreu a instrucção publica do Estado com o Regulamento de 20 de junho do anno findo, e que só entrou em vigor a 1º do corrente mez e anno, o qual dividiu o ensino primário em duas partes – elementar e complementar e com obrigatoriedade o methodo até agora seguido nas escolas publicas e particulares, e admittindo o denominado intuito, cuja applicação depende de muita perseverança e paciência do preceptor, resolveu fazer alteração no preço da mensalidade de cada preço da mensalidade de cada alumno, afim de que também possa correponder a confiança e o bom desempenho do cargo que há 11 anos occupa só exclusivamente no ensino particular dos seus jovens conterrâneos.
> Estabelecendo, portanto, o preço que deve vigorar ao corrente anno para cada alumno mensalmente vem a ser:
> Ensino elementar.....10$000
> Dito complementar.....15$000
> Fazendo um abatimento de 10% sendo mais de um da mesma casa. [...]
> (A pedido, Externato S. Sebastião, REPUBLICANO, n. 123, 10/01/1897, p. 03).

Outro colégio também ressalta as alterações feitas em conformidade com o novo regulamento:

> Collegio S. Gonçalo
> O abaixo assignado avisa aos Srs. Paes de família que as aulas deste collegio serão reabertas ao publico no dia 1º próximo. Os estudos serão dirigidos em conformidade com o novo regulmento governativo, abrangendo os três cursos: - Elementar, complementar e Humanitário.
> Mensalidade
> Pensionistas..... 30$000
> Meio pensionista.....15$000
> Externos.....4$000
> [...]. (Collegio S. Gonçalo, REPUBLICANO, n. 124, 17/01/1897, p. 03).

A preocupação que se demonstra em distinguir as ações de instruir e educar, ou aproximá-las com vistas ao desenvolvimento do Estado, aliando família e governo, fica evidente no texto que leva em seu título ambas as expressões:

> Sem a instrucção e a educação entre {ilegível} mas indispensáveis a todas as classes, isto e, ao rico como ao pobre devem por isso mesmo ser consideradas muito importantes; porque, se a falta de instrucção é causa dos mais desastrosos effeitos, de certo que o meno descuido na educação produzira mais serias conseqüências.
> A ignorância infunde de ordinário esse fluxo desordenado, essas despezas exageradas no supérfluo; ao passo que a instrucção unida a uma educação seria, esmerada e bem dirigida, além de fazer realçar os dotes naturaes, elevam a alma, proporcionando-lhe conhecimentos uteis não so á família como á sociedade em que vive.
> E não se pode attingir a um tal gráo de instrucção sem estudos bem dirigidos e aproveitados: cumpre, pois, amáveis leitoras, que dilatemos o circulo de

> nossos conhecimentos, que estejamos preparadas para que em qualquer situação que nos achemos, possamos preencher a nossa missão e exercer a mais efficaz influencia na esphera de nossa actividade intellectual e moral.
> [...]
> Mas, como haverá alguém que venha a representar um importantíssimo papel na grande escala social, é que me atrevo a excitar-lhe o animo para a conquista de taes prendas, que nos elevam acima do nível commum e dirigem nossos passos ás aspirações da pátria amada. (ZELIA, Instrucção e Educação, REPUBLICANO, n. 137, 04/03/1897, p. 03).

Em *Echo do Povo*, as notícias de Paris, integrando a seção "Da Mala da Europa" trazem também notas dos Estados Unidos. Na edição de 16 de janeiro de 1897, o jornal apresenta uma discussão sobre o orçamento destinado às despesas da República para aquele ano, cujo montante havia sido de 313.169:790$033, destacando os ministérios para os quais os recursos seriam alocados, a saber: Interior, Exterior, Guerra, Industria e Viação, Fazenda e Marinha (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1897, p. 01).

Nesta mesma edição, vem a público um Suplemento que divulga as iniciativas realizadas em prol da instrução, bem como os gastos despendidos com o pessoal que trabalha nesse setor. Da destinação das verbas para todos os setores acima mencionados, o jornal considera oportuno detalhar a aplicação dos gastos públicos para a instrução, como evidencia a transcrição da Resolução que aprova o regulamento, publicada em 29 de fevereiro de 1896, na Gazeta Oficial, e transposta para as páginas de *Echo do Povo*, na edição de 16 de janeiro de 1897.

> [...] Da Despeza
> Capitulo Único [...]
> § 3º Vencimento aos professores das escolas municipaes – tabela G – 1.800$000
> § 4º Aluguel da casa onde funcciona a Camara - 1.800$000
> § 5º Idem para o professor da escola de S. Domingos 120$000
> § 6º Livros de leitura, papel etc para os estudantes pobres das escolas municipaes 150$000
> [...]
> § 27º Acquisição de livros para iniciar-se uma bibliotheca municipal 500$000. (ECHO DO POVO, 16/01/1897, p. 03).

Não bastando apresentar o embasamento legal para a distribuição dos recursos, o *Echo do Povo* publicou, neste mesmo suplemento, algumas tabelas que dão maior visibilidade ao quadro de despesas da instrução em Mato Grosso (Tabela 06), transcritas na sequência:

N de pessoal	CARGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1	Secretario	1:000$000	800$000	1:800$000
2	Fiscal	600$000	680$000	1:080$000
3	Porteiro		480$000	1:680$000
4	Zelador do relógio da igreja		420$000	420$000
	SOMMA	**2:600$000**	**2:080$000**	**4:680$000**

Tabela 06 – Despesas de instrução em Mato Grosso
Fonte: ECHO DO POVO, Suplemento de sábado, 16 de janeiro de 1897, p. 07.
Org.: PINTO, A. A. (2012).

Ao se estabelecer um comparativo entre os vencimentos percebidos por funcionários públicos de setores gerais e aqueles ligados à instrução, como se apresenta na Tabela 07, seguinte, é possível observar uma discrepância em termos de responsabilidades e de (des)valorização das atividades realizadas. Não há gratificação para profissionais daquele setor e não constam do Suplemento as informações relativas aos subsídios fornecidos aos mestres para custear as despesas com o aluguel das casas em que funcionariam as escolas, bem como do material utilizado.

N de pessoal	Cargos	Ordenado
1	Professor da escola da povoação de Albuquerque	600$000
1	Professor da escola da povoação de S. Domingos	600$000
1	Professor da escola da povoação dos Dourados	600$000
	SOMMA	**1:800$000**

Tabela 07 – Ordenado de professores em Mato Grosso
Fonte: Jornal ECHO DO POVO, Suplemento de sábado, 16 de janeiro de 1897, p. 07.
Org.: PINTO, A. A. (2012).

Se comparado aos vencimentos pagos entre os anos de 1870 a 1880, conforme apresentado na Tabela 02, embora quase duas décadas tivessem passado, não houve aumento nos ordenados percebidos pelos professores. Os jornais traziam, ao final de suas edições, lista de produtos alimentícios utilizados no cotidiano (Tabela 08), contendo preços, quantidades e locais onde poderiam ser adquiridos, tendo em vista que as mercadorias não chegavam com regularidade. A título de exemplo, com vistas à comparação, a lista de preços e produtos, considerados necessários ao consumo, auxilia a dimensionar, com devidas ressalvas, o poder de compra referente ao ordenado recebido pelos professores.

*Generos de lavoura	Quantidade	**Valor por unidade	Valor total
Aguardente	28 litros	607	17$000
Algodão em rama	15 kilos	400	6$000
Arroz com casca	50 litros	120	6$000
Arroz pilado	50 litros	240	12$000
Araruta	15 kilos	1000	15$000
Assucar branco	15 kilos	2000	30$000
Dito mascavo	15 kilos	1730	26$000
Alho	15 kilos	2000	30$000
Azeite de mamona	50 litros	1000	50$000
Dito de peixe	50 litros	240	12$000
Banana	(cargueiro)	-	4$000
Batatas	15 kilos	200	3$000
Café com casca	1 kilo	2000	2$000
Cebolas	15 kilos	800	12$000
Carne secca de gado	15 kilos	400	6$000
Dita secca de porco	15 kilos	600	9$000
Farinha de mandioca	50 litros	160	8$000
Dita de milho	50 ditos	160	8$000
Feijão	50 ditos	300	15$000
Milho	50 ditos	200	10$000
Polvilho	50 ditos	200	10$000
Queijos	(dúzia)	1660	20$000
Rapaduras de 1ª Qualidade	(cento)	300	30$000
Dita de 2ª Qualidade	(cento)	200	20$000
Sabão	15 kilos	600	9$000
Sabão em rama	15 kilos	600	9$000
Solla	Um	-	6$000
Toucinho	45 kilos	330	15$000

*Manteve-se a grafia original.
**A coluna referente aos valores individuais não consta do original (com aproximação).

Tabela 08 – Preços dos produtos em Mato Grosso
Fonte: Nota intitulada "Mercado do 2º Districto", REPUBLICANO, 10/05/1896, n. 52, p. 02.
Org.: PINTO, A. A. (2012).

Evidência de que nem sempre a legislação para o ensino era colocada em vigor, após a sua aprovação, o texto do correspondente da cidade de Diamantino, publicado em março de 1897, no *Republicano*, traduz a expectativa da população pela criação de escolas, ao lado da frustração por não vê-las sairem do "papel":

> [...] Escrevo-a, pois, para approveitar a bôa opportunidade que se me offerece de um portador seguro.
> Tambem ella será breve, e que desde já declaro para alívio dos que se derem ao trablaho de a ler.
> Só tenho a dar conhecimento aos leitores d'O Republicano que a 22 do passado mez de Fevereiro, que dizem ser o em que as mulheres menos fallam, começaram a funccionar as escolas elementaresd e ambos os sexos, com grande e geral contentamento dos pais de família, que aspiram proporcionar a seus filhos opão do espirito, e com profundo pezar destes, que não encontaram nenhum sabor em semelhante pão.
> **A escola do sexo feminino é agora pela primeira installada, tendo sido creada pela resolução nº. 68 de 27 de julho de 1894**.
> Tal creação foi a satisfação de uma urgente necessidade; por isso que há aqui grande número de meninas nas condições de receber ensino e que cresciam analphabetas por falta de uma escola primavativa do sexo, que pudessem freqeuntar com rpoveito.
> A escola existente, antes da creação da do sexo feminino, era mixta; mas sendo sempre regida por professor, era de facto exclusiva do sexo masculino, por que nunca era frequentada por meninas.
> Esta escola é hoje privativa do sexo masculino em virtude da creação dsa outra, de que ja fallamos, e desde o mez de novembro do anno findo estava acephala, por ter sido exonerado o professor que a regia.
> Hoje acham-se ambas providades por mestres idoneos e funccionando com regularidade e bôa frequencia, o que éum justo motivo de desvanecimento para os diamentinenses.
> Não encerrarei estas rapidas referencias, sem que diga que resta apenas que se repare convenientemente o prédio em que funciona a escola masculina, e que sejam ambas providas de mobilia apropriada, para que possam ser tomadas como modelo. (Do nosso correspondente, REPUBLICANO, n. 140, 14/03/1897, p. 03, grifo nosso).

Aliado à difusão das práticas culturais, *O Matto Grosso*[104] se constitui como significativo veículo de reiteração do ideário que conformava alguns dos grupos hegemônicos do Estado. Divulgando atos oficiais do poder público, registram-se em suas páginas informações referentes às nomeações, reordenações políticas ou militares ocorridas no período; dá ao conhecimento público normativas, decretos e leis expedidas, ainda que com datas retroativas à edição diária (O MATTO GROSSO, n. 575, 1890).

Em 1893, quando o jornal assume a epígrafe "orgão do partido republicano", sob a direção de Generoso Ponce, líder do movimento de oposição ao Partido Nacional Republicano

[104] Em edição de 16 de janeiro de 1898, comemorativa do aniversário de 20 anos de existência e circulação de *O Matto Grosso*, encontra-se justificativa para a existência e continuidade daquela folha: "[...] Em 1879, a nove de janeiro, foi que appareceu na arena da publicidade O Matto Grosso, batalhador dos ideaes liberaes, tendo por seu fundador o muito illustre saudoso capitão Joaquim José Rodrigues Calháo, natural do Estado da Bahia, e desde então phases difficilimas tem atravessado na sua longa existência, na qual por que tem sido sempre correto no seu programma q'ue não se tornou e nunca por certo se tornará um corsário em cujas columnas o rancor e o ódio encontram guarida e tem entrada [ilegível]. Conservou-se O Matto Grosso sempre altivo quer como órgão político do antigo partido liberal, que como do republicano após a Proclamação da Republica e actualmente como defensor [ilegível] do povo, não poupando esforços para junto a imprensa trabalhar para o engrandecimento deste querido e fértil torrão [...]" (MEPHISTOPHOLOS, Cortes e recortes, O MATTO GROSSO, n. 928, 16/01/1898, p. 03).

fundado em Mato Grosso, os artigos e matérias guardam um tom mais propositivo em defesa do regime republicano. A imprensa desempenharia, segundo os editores desta folha, o papel de "*sentinela avançada do progresso*" (O MATTO GROSSO, 1893).

Em 1895, nova alteração na epígrafe "*orgão democrata dedicado aos interesses do povo*", textos relativos à defesa da instrução como política de governo e solicitação de investimentos e iniciativas em prol de uma cultura letrada começam a integrar a pauta das matérias publicadas. Essas alterações representariam mudanças nos encaminhamentos adotados pelos jornais, alterando sua vinculação com partidos políticos ou interesses de grupos tradicionais.

Dentre a divulgação dos muitos trabalhos realizados pela Missão Salesiana em algumas colônias agrícolas do Estado, entre eles o setor pedagógico, *O Matto Grosso* conta com textos que destacavam e ao mesmo tempo reiteravam a crítica realizada em outros jornais, no que tange à ausência de serviços no ramo da instrução pública, afinal, "[...] A causa principal da inefficacia das missões religiosas para civilisar os povos atrasados está na differença da cultura intellectual e na variedade de aptidões entre as diversas raças humanas [...]" (Colonia Thereza Christina, O MATTO GROSSO, n. 910, 12/09/1897, p. 01).

Conforme Elizabeth Siqueira (2010), em prefácio à obra de Adilson José Francisco[105],

> [...] aportados em Mato Grosso nos primórdios da República (1894), os Salesianos, durante os vinte e cinco anos estudados, iniciaram, concomitantemente à movimetnação sociopolítica, a ação pacificadora e catequética do segmento indígena, seguida da abertura , em Cuiabá, região do Porto, de uma escola urbana regular. Desse inaugural movimento decorreu a proliferação de outras instituições sob o comando da Congregação, a exemplo do Liceu Salesiano São Gonçalo (local do prédio atual) em 1896, da Escola Agrícola de Santo Antonio do Coxipó (1897), do Colégio Santa Teresa em Corumbá (1899), da Escola Primária da Colônia Indigena Sagrado Coração de Jesus (1901), das Colônias Imaculada Conceição (1903), São José de Sangradouro (1907) e, em 1915, um externato para meninos em Registro do Araguaia. O ideário educativo dos filhos de Dom Bosco, mantido durante vinte e cinco anos e atuante até contemporaneamente, se sedimentou e ganhou credibilidade graças à sua perfeita sintonia com a propositura da Modernidade, à época, que incluia não apenas a racionalidade e a disciplinarização, mas sobretudo, a educação para o trabalho e a civilização pelo exemplo. (SIQUEIRA, 2010, p. 11-12).

Esse posicionamento relativo ao ensino pregado por congregações religiosas será reiterado em outras passagens, direta e indiretamente, quando os articulistas do jornal

[105] FRANCISCO, 2010.

colocam algumas questões ligadas ao comprometimento demonstrado por aquelas instituições com a disciplina, rumo ao progresso tão ensejado naquelas paragens.

> E admiravel que o governo da monarchia entre nos, governo que por longo tempo viveu as custas da serva padresca, procuras-e por todos os meios afugentar do Brasil os Jesuitas, recommendando que não se consentissem por forma alguma as ordens jesuiticas fundar collegios ou casas de recolhimento nas provincias. É admiravel, sim, que esse governo que vivia de hypocrisias abominasse essa gente q' de de humanas so tem a forma, e o governo da Republica se mostre tão despreocupado com o seu pernicioso contacto, deixando-os invadir todos os Estados, onde fundam collegios a bestializar o povo. Já disseram alhures e nós repetimos: A educação não attinge só o menino que se educa; forma o homem, o cidadão do futuro.
> O menino educado no meio hypocrita do jesuitismo, quaqndo homem traz consigo para a sociedade os vícios e os defeitos que alli adquirio. [...] E preciso que o governo e opovo se convençam de que o ensino e a educação dada pelos jesuitas, lazaristas, irmãs de caridade e por todos esses emissarios de Roma, só podem dazer retrogradar o paiz [...] Os jesuitas educam corrompendo o espirito, dominando a intelligencia, sacrificando a vontade, suffocando a liberdade; procurando fazer dos educados verdadeiros irracionaes, obedientes unicamente às ordens superiores. O jesuita é inimigo confesso do progresso e por isso limita seu ensino a obediencia ao Papa e aos seus ministros, evitando toda a instrucção livre e liberal que possa levar o alumno a perfeição ou que possa incutir-lhe no espirito ideas progressistas e adiantadas. [...] (Caveat, O MATTO GROSSO, n. 920, 21/11/1897, p. 01-02).

Na mesma linha de publicação, outros textos questionam o papel da igreja. Tem-se o pensamento de Augusto José da Silva, no texto "A Democracia", no qual o autor, dentre outros aspectos, ironiza: "A democracia é a filha dilecta de Christo em oposição ao absolutismo , que é mimoso da Egreja Romana [...]" (SILVA, A Democracia, O MATTO GROSSO, n. 920, 21/11/1897, p. 03).

Embora se identifique a crítica voraz aos procedimentos adotados nos processos educativos das ordens religiosas, criticando o dogma em questão, outro, por sua vez estaria por ocupar o lugar que durante muito tempo foi do ensino religioso, a matriz filosófica do Positivismo, entendida por alguns articulistas de *O Matto Grosso*, e de outros jornais já mencionados neste texto, como a religião da modernidade.

> [...] Em toda a parte nos lugares onde se ama a instrucção, não so as municipalidades como os Estados procuram protegê-la cercando-a de garantias e de todos os meios e favores que facilitem o seu desenvolvimento. Pois bem entre nos o caso muda de forma [ilegivel] para os collegios particulares. Ora, era mais digno, mais louvável, que a municipalidade, tendo em conta a importancia da instrucção, subsidiasse esses collegios em vez de

> collectal-os[106]. A instrucção é o pão da vida, e quem instrue a mocidade merece toda a consideração, todo o apoio dos homens que dirigem os destinos da Nação, do Estado e do Municipio. [...] (O MATTO GROSSO, n. 9...(?), 19/12/1897, p. 01).

A estratégia de premiar os alunos aprovados nos exames finais, enunciada na legislação de ensino e presidida de festa com a presença de autoridades estaduais e locais, é colocada em prática, conforme noticia o *Republicano*, ao final do ano letivo de 1897[107]:

> PREMIOS
> Conforme havíamos noticiado em nossa edição anterior, teve logar a 19 do corrente ás 11 horas da manhã, a distribuição de prêmios as alumnas da Exm.ª Sr.ª D. Maria Kuiza Antunes Maciel, approvdas nos exames procedidos no Lyceu Cuiabano.
> Á modesta festa escolar compareceram o Exm.º Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa, digno Presidente do Estado, os Srs. Director Geral da Instrucção e Inspector escolar, diversos cavalheiros e grande número de senhoras. [...] Acto continuo foram os prêmios entregues por Exm.º Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa ás alumnas approvadas. (Premios, REPUBLICANO, n. 221, 23/12/1897, p. 02).

Ao findar a década em que a organização de ensino ganha formas e contornos mais definidos em vários Estados da federação – alguns por darem continuidade aos investimentos iniciados no Império, outros em virtude da descentralização do poder central, dando certa mobilidade aos poderes regionais, devido à nova organização das unidades políticas – o século XIX marca significativamente o período de reestruturação da educação brasileira, rumo à feição conhecida atualmente.

Gradativamente, conforme se pode observar por meio das notas da imprensa, o cenário educacional matogrossense vai tomando a forma das necessidades propagadas pelo modelo republicano, efetivando a nomeação de professores para as "villas" e cidades, fomentando e destacando as iniciativas realizadas pelo Liceu Cuiabano, divulgando as atividades realizadas no Colégio São Gonçalo, evidenciando para o público leitor, e pretensamente para a população do Estado, que o setor estaria em franca movimentação.

---

[106] Esse serviço se refere à cobrança de impostos e taxações a que estavam sujeitas todas as instituições no Estado. Contudo o texto trata da não aplicação dos recursos provenientes dos impostos em setores considerados essenciais, como é o caso da instrução pública.

[107] Ver, referente às premiações dos alunos de colégios públicos e particulares que concluiriam os cursos da instrução primária e secundária no ano de 1897: "[...] Dando os parabens ao Sr. Director Geral da Instrucção pelo brilhantismo da festa, fazemos votos para que a mocidade cuyabana encontre sempre estímulos dessa ordem. [...]" (REPUBLICANO, n. 234, 06/02/1898, p. 02). O Discurso proferido pelo Dr. Camillo Accioly e Silva, orador oficial da cerimônia, foi integralmente transcrito na edição de 10/02/1898, p. 03. A julgar pela destinação das verbas do Thesouro do Estado, os prêmios eram livros (REPUBLICANO, n. 238, 24/02/1898, p. 02).

> A organisação modesta de nosso Estado e ao critério, competência e patriotismo que tem presidido os actos de seus poderes executivo e legislativo, devemos a somma de benefícios relativamente avultados durante o período de sua vida autônoma, e o gráo de prosperidade que dia a dia se accentua em todos os ramos da adminsitração publica. [...] Não podemos, entretanto, descançar, deixando que a evolução natural opere a lapidação da jóia que nos coube em partilha no continente americano. Obreiros do seu progresso, appliquemos os saldos das despezas indispensáveis nas bases em que devem assentar-se solidamente os elementos da nossa prosperidade: - instrucção publica, agricultura e immigração. [...] (REPUBLICANO, n. 241, 03/03/1898, p. 01).

Ao lado dessa movimentação, observam-se algumas outras em paralelo: Passam a fazer parte das notas da imprensa questões relativas ao pedido de aposentadoria de alguns professores e pedidos de licenças, na sua maioria para realizar tratamento de saúde. Chamou atenção, ainda sobre os assuntos que não necessariamente integram a pauta rotineira dos periódicos, as edições que trataram do processo de doação de um terreno para a construção de uma "escola destinada aos meninos das circumvisinhanças do Campo d'Ourique, onde não existe nenhuma" (REPUBLICANO, n. 243, 10/03/1898, p. 02).

Essa oferta, feita por João Pedro Gardés, encaminhada à Diretoria de Instrucção e, posteriormente à Diretoria de Obras Publicas para avaliar as despesas e possibilidade de recursos orçamentários a serem destinados àquela finalidade. O referido era professor e partícipe constante no desenvolvimento da instrução pública no Estado, ocupando cadeiras de Francês e Inglês, no Liceu Cuiabano e em outras localidades.

A publicação desta nota seria uma espécie de estímulo a outros matogrossenses, a doarem parte de suas propriedades para a construção de prédios escolares, necessidade que passa a integrar veementemente a pauta de reivindicações educacionais deste ano em diante?

> Ora não há como negar que nossas escolas primarias da capital estão distribuídas de modo defeituosos e inconveniente, por isso que a maior parte dellas acham-se reunidas no centro da cidade, havendo apenas três situadas em pontos menos centraes; quando é certo que deviam estar localisadas de maneira a attender-se o mais possível á necessidade da maior diffusão do ensino. [...] Como a justiça, a instrucção popular deve ser facilitada o mais possível a todos que della careçam; e um dos meios de tal realizar-se é certamente a boa localização das escolas. [...] (REPUBLICANO, 254, 17/04/1898, p. 01).

Na mesma edição são publicadas algumas anedotas que simulam situações de ensino, como já observadas em outros periódicos, com ambientação no espaço rural:

> N'uma escola da roça:
> (A anedota é authentica.)

> O professor:
> - Menino, quanto é cinco veis oito?
> - Corenta, respondeu o menino depois de pensar.
> O professor com catadura severa:
> -Pera ahi vó oiá no livro; se não fó t'esmago as mão de bolo.
> (De tudo, REPUBLICANO, n. 248, 27/03/1898, p. 03).

Continuando a saga rural:

> N'uma escola da roça o professor deu a seguinte oração para analysar:
> <<Antonio esta na estrebaria.>>
> - Um dos meninos analysou a primeira palavra assim: Antonio – substantivo próprio gênero masculino, numero singular; esta em lugar de Cavallo.
> - Em lugar de Cavallo?! – perguntou o professor.
> - Sim, senhor; respondeu o menino; porque o lugar de gente não é na estrebaria. (REPUBLICANO, 248, 27/03/1898, p. 03).

Uma multa imposta a duas professoras primárias foi objeto de contenda entre o *Rebate* e o *Republicano*: o primeiro criticava a atitude do Diretor Geral da Instrução – Tenente José Estevão Corrêa por ter aplicado, injustamente, a censura àquelas professoras. O segundo corroborava a ação do Tenente, apresentando os argumentos em sua defesa, que o impossibilitaria de tomar atitude diferenciada, em decorrência do comportamento apresentado pelas professoras: "conseqüência lógica das repetidas faltas commetidas pelas mesmas, ora começando e encerrando os trabalhos sem obedecer ao Regimento, ora deixando, sem motivo justificado, de comparecer às respectivas escolas" (Um pae de família, REPUBLICANO, 278, 10/07/1898, p. 02).

Ao dar voz à missiva assinada por "um pae de família", o *Republicano* buscava se aproximar do leitor, como defensor dos direitos da família, vigilante das ações do poder público, firmando-se como espaço de discussão dos direitos do matogrossense, no caso o direito à instrução[108].

Os trabalhos realizados na Diretoria de Instrucção Publica nos primeiros meses de 1898, a julgar pela movimentação de professores publicadas nas páginas do *Republicano*, foi intensa. Observaram-se notas referentes a concursos para provimentos de cargos de professores nas cidades e povoações, exonerações, provimento de cadeiras no Liceu, nomeações e pedidos de licenças médicas, assim como outras atividades correlatas. O posicionamento dos articulistas manteve a adjetivação de alguns nomeados: "foi nomeado o

[108] Coincidência ou não, em duas edições seguintes registra-se a autorização de dois meses de licença à professora Honorina Ferreira de Souza, uma das advertidas na situação denunciada pelo "pae de familia" na edição de 10 de julho, por motivos de tratamento de saúde (REPUBLICANO, n. 280, ?/07/1898, p. 02). O jornal registra o retorno da professora às suas atividades, na 1ª escola elementar do sexo feminino, na edição de 29/09/1898, n. 301, p. 01.

intelligente moço José Paes de Faria" (REPUBLICANO, n. 233, 03/02/1898, p. 02, grifo nosso).

Assim, a Mensagem de Presidente referente ao ano de 1898 noticia alguns dos investimentos e resultados alcançados a partir da empreita pela educação. Havia, no Estado 52 escolas primárias, à época, com 1705 alunos matriculados.

> As primeiras noções de leitura, caligraphia, estudo prático da língua vernácula, da geographia physica e da historia do Estado, bem como da arithmetica e dos princípios fundamentaes da mathematica, são dadas nas escolas elementares, onde os alumnos devem desenvolver sua juvenil intellignecia pelo exercício da intuição e noção de coisas, apreciando fórmas, cores, números, dimensoes, tempo, sons e as qualidades e o uso dos objetos submettidos á sua análise, ao mesmo tempo que pela cultura moral e educação cívica desenvolvem os sentimentos que lhes hão de modelar o caracter pela pratica dos deveres da comunhão escolar. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1898, folha 13, manuscrito MATO GROSSO, APMT, 2010)**.**

Os investimentos materiais no setor da instrução pública começam a ser destacados nos textos das mensagens, fornecendo indicativos que asseguram afirmar que Mato Grosso acompanhava as discussões no campo educacional, na medida do possível e dos interesses em evidência, e se movimentava na mesma direção.

A lista de materiais solicitados para as escolas públicas, descrita na Mensagem do ano de 1898, sedimenta essa análise:

> Para dotal-as dos recursos necessários a tal fim, tive de exceder as minguadas verbas voltadas para acquisição de mobílias, instrumentos, utensilio e outros objetos indispensáveis ao magistéiro e a difussão da instrucção. Hoje há em quase todas as escolas mappas muraes e globos terrestres para o estudo da Geographia, nuseu escolar parao ensino da História natural e noção de cousas, colleção de livros e revistas destinadas á bibliotheca particular de cada uma, servindo ao mesmo tempo para o estudo dos professores. (...) Tambem existe um deposito de papel e outros artigos vindos diretamente da Europa por encomenda feita pelo Director Geral da Instrucção Publica (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1898, folha 13, manuscrito, APMT/MATO GROSSO, 2010)**.**

Em conformidade com a legislação,

> O regulamento vigente estabelece em seu artigo 2º que haverá escolas elementares em todas as cidades, villas, freguesias e povoados existentes no Estado e complementares na capital e cidades principaes, devendo ser consideradas taes aquellas de maior desenvolvimento e população (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1898, folha 13, manuscrito, verso, APMT/MATO GROSSO, 2010).

A falta de cuidado com os materiais doados às escolas, a exemplo das faltas cometidas por professores, era objeto de multa ou indenização, como demonstra a edição de 11 de agosto daquele ano, ao registrar o pedido de indenização por parte da Tesouraria Estadual à Diretoria de Instrução, em decorrência da quebra de um globo terrestre durante a aula da Profª Saturnina da Costa Pereira, sendo responsabilizada pelo ato e deveria arcar com a indenização que era de "60$000 (quase dez vezes o seu salário!!!)" (REPUBLICANO, 11/08/1898, n. 287, p. 01)[109].

O ano de 1898 marca nas páginas dos jornais de Mato Grosso a continuidade das preocupações acerca da instrução, no sentido de tornarem constantes os investimentos que vinham sendo realizados, ainda que em pequena escala, diante das efetivas necessidades, contudo anunciando outras esferas do desenvolvimento cultural do Estado. A criação de escolas de arte dramática, a realização de espetáculos teatrais, cujos anúncios, por vezes, ocuparam uma parte considerável das páginas finais dos números em circulação, evidencia que a vida cultural florescia na capital, mediada pelo crescimento econômico do Estado.

Por outro lado, problemas de infraestrutura ainda estavam, e muito, por serem resolvidos, como evidencia a matéria em destaque na primeira página de *O Matto Grosso*:

> Continuamos a pedir água, água e água, Sr. Director das obras publicas não nos deixe morrer de sede! Ahi está em que dá o tão decantado progresso! Antigamente tínhamos as abundantes cacimbas nas proximidades da cidade, onde o povo se abastecia com facilidade do necessário liquido, hoje, se o povo quizer água, ha de marchar ao porto – á 200 kilometros de distancia. Progresso assim não vale a pena. O governo do Estado confia em seus auxiliares; é preciso que elles correspondam a essa confiança, tomando interesse pelo serviço a seu cargo cuidado da sorte do povo, de que eles mesmos fazem parte. Agua, senhor director! (Agua, O MATTO GROSSO, n. 946, 22/05/1898, p. 01).

A divulgação do *Almanack Cuiabano*, estratégia de divulgação e reiteração dos feitos artísticos, no caso de Mato Grosso, é reiterada a cada edição daquele jornal[110]. Leve-se em consideração, evidentemente, que o autor desta coletânea era da família dos diretores de *O Matto Grosso:* "Almanack Cuyabano para 1898 – Chic, muito chic! Organisado por Emilio R. Calháo. Quem deixará de possuir um Almanack Cuiabano? Só os despidos de gosto e de amor

[109] A julgar pela notas publicadas no jornal, a professora Saturnina entrou com requerimento para não ter que arcar com os custos impostos pelo Tesouro Estadual. O pedido foi indeferido, conforme demonstra a edição n. 295 de 08/09/1898, p. 01.

[110] Localizamos a divulgação do *Almanack Cuiabano* no *Republicano*, n. 219, de 15 de dezembro de 1897, p. 04: "O primeiro de seu gênero que entre nós apparece, enriquecido com muitas matérias de utilidade publica e uma escolhida parte litteraria [...]", e, posteriormente, na edição de 11 e 22 de setembro de 1898, p. 1: "a única do gênero entre nós", relativo ao ano de 1899. Em 1899, encontramos o registro do *Almanack Corumbaense*, cf. REPUBLICANO, n. 334, 22/01/1899, p. 02.

as cousas da sua terra, deixarão de possuil-o" (O MATTO GROSSO, n. 932, 13/02/1898, p. 04).

O Liceu Cuiabano figurava entre as instituições de grande prestígio no setor educacional em Cuiabá; tal prestígio era estendido àqueles que conseguiam realizar sua formação nos bancos escolares daquela instituição, como evidencia o texto publicado em *O Matto Grosso*, na defesa de alguns estudantes:

> Não é exacto que tenham os alumnos do Lyceu Cuiabano desacatado ao Sr. Padre Antonio Mallan, como diz *O Democrata* de 16 do corrente. Os moços matriculados no Lyceu são incapazes de desacatar a um sacerdote de qualquer religião [...] O que se deve e estamos informando é o seguinte: - Pelo Lyceu passara no dia 15 um individuo montado em um Cavallo excessivamente magro, causando espanto e hilariedade aos que o viam e os alumnos, com muita naturalidade, sem offensa alguma, perguntaram-lhe se ia para o Egypto. Dizem que o individuo é empregado dos padres Salesianos; talvez tivesse levado a queixa a elles com augmento, indo o padre Mallan queixar-se disso ao Director da Instrucção Publica. Esperamos que a luz se faça. (Desacato? O MATTO GROSSO, n. 933, 20/02/1898, p. 01).

O fato parece sem importância, objeto de uma brincadeira infantil, no entanto, a julgar pelas notas publicadas em edições anteriores, reveladoras de certo posicionamento contrário à instrução fornecida por instituições religiosas, infere-se que tal nota evidencia, com tom de ironia e picardia, a condição em que, na opinião dos redatores do jornal, mereciam estar as ordens religiosas, desde que não se envolvessem com "a menina dos olhos" do sistema educacional matogrossense – o Liceu Cuiabano.

Situação de natureza semelhante foi descrita no *Republicano*, quando tratou do suposto desacato "com palavras offensivas e injuriosas", sofrido por um professor do Collegio S. Gonçalo. Sobre o caso foi aberta uma sindicância, os alunos interrogados, e a situação foi assim descrita: "Alguns alumnos que se achavão no portão do Lyceu na occasião em que passava o dito professor, riram-se ao vel-o governando mal o animal em que ia montado; sendo que três desses cujos nomes figuram na inclusa lista, disseram: <<Vae para o Egypto>>" (O caso do Lyceu, REPUBLICANO, 24/02/1898, n. 238, p. 02).

A decisão da Comissão de Sindicância, nomeada pelo Diretor da Instrução Pública, Estevão de Mendonça, pareceu não atender diretamente ao desejo do Padre Malan, diretor do Colégio São Gonçalo, como evidencia a sua síntese sobre o caso:

> Parece-nos não serem destituídas de verdade taes declarações, porquanto, funccionando a secretaria junto ao referido local, qualquer algazarra seria forçosamente notada pelos empregaos que nella se achavam, o que não deu-se. Assim, somo de parecer qu aos alumnos de que trata a relação inclusa

> seja imposta a pena do §2º do artigo 122 do regulamento vigente. Vós, porém, resolvereis como parecer mais acertado. João Febronio de Cerqueira Caldas. (O caso do Lyceu, REPUBLICANO, 24/02/1898, n. 238, p. 02).

O Diretor se posiciona do seguinte modo: "Do presente parecer conclue-se a improcedência da queixa a que o mesmo se refere" (REPUBLICANO, 24/02/1898, n. 238, p. 02), mas recomenda a aplicação da punição prevista no artigo 125 do Regulamento vigente, sob penalidade n. 6 do artigo 120.

A tentativa em esclarecer o suposto mal entendido, em primeira página de um jornal como *O Matto Grosso*, fornece indicativos de que as relações que se processavam entre religiosos guardavam tumultuosos embates, como os jornais da década seguinte vão evidenciar. No segundo título, o desfecho da ação, mais favorável aos alunos do Liceu, revela a correlação de forças existentes entre os colégios, levando a supor que ambos disputavam espaço tanto na preferência dos matogrossenses, como instituição de ensino de destaque e qualidade, quanto desejavam demarcar e guardar posições no campo intelectual e político, conferidas aos professores do ensino secundário naquele período.

A posição contrária à presença dos Salesianos é marca constantemente reiterada nos jornais como se evidencia na edição de 25 de maio daquele ano.

> [...] No meu tempo existia o seminário, que preparava convenientemente os moços cuiabanos para a vida publica: existia também um collegio regular, mantido pelo saudoso Padre Mendes em que se preparam as glorias de passadas eras; em Poconé, cidade hoje decadente, sabes? – havia aula publica em que se ensinavam, portuguez, francez e latim e hoje?
> Hoje? Oh! Hoje temos diversos estabelecimentos de instrucção superior, disseste tu a *Remigio*. Ora, isso parece historia do tempo da carocha, pois eu, apesar da distancia em que estou, vejo perfeitamente que o que ahi tens não é senão instrucção preparatória; essa mesma só é dada com alguma regularidade no Lyceu Cuiabano, tendo desaparecido o Seminario que outr'ora foi o viveiro da luz – nessa ex província.
> Remigio disse uma verdade quando afirmou que o Estado tem manchado com passos incertos e vacilantes e tu queres negar, cavando assim a tua rotina.
> No meu tempo ahi existiam importantes officinas de marcenaria e de sapataria, como podem attestar os velhos. Tu disseste que hoje o Estado possue um artista, que seria capaz de abastecer o commercio de tudo quanto fosse necessário à mobiliação? Ora, isso é irrisório; tu querendo engasopar os outros desmoralisaste a tua a minha terra, apresentando o teu umsinho!!! [...] (Mandriao, Carta de Averno I, O MATTO GROSSO, n. 933, 22/05/1898, p. 02).

Ainda que não sejam tão enfáticos como os colegas de *O Matto Grosso*, os articulistas do *Republicano* deferem farpas com relação a algumas ações dos salesianos no campo da instrução na capital:

> Ao nosso conhecimento trouxeram um facto tão grave quanto revoltante, não sopro suas circumstancias, como pelo logar em que foi praticado.
> Relatou-nos pessoa qualificada e de inteira fé que há dias, no Collegio S. Gonçalo, dirigido pelos padres salesianos, fora, por pequena falta commettida, castigado a bofetadas e pescoções o menor Acyndino, filho do nosso disticto amigo Sr. Major Frederico Josetti.
> Este acto de selvageria, praticado em uma indefesa criança, que, por seu nascimento e por sua educação, nunca deveria ser deste modo tratada e muito menso por aquelles a quem foi confiada a missão de esclarecer-lhe o espírito e que são, além de preceptores da infância sacerdotes da religião d'Aquella que acolhia com grandes extremos de ternura e de caridade os innocenes, revela de sobra a cordura dos salesianos neste Estado, já posta em evidencia aliás, pelo tratamento por elles dados aos infelizes índios, de cuja cathechese foram investidos. Não temos expressões bastante enérgicas para profligar o abuso que relatamos e que tem causado geral indignação. (Cordura salesiana, REPUBLICANO, n. 288, 14/08/1898, p. 01).

Ao contrário da posição manifestada pelo jornal, o estudo de Adilson Francisco assevera que

> Certamente a vinda dos missionários atendia também aos interesses do Estado, que via na ação catequética destes a possibilidade de pacificação do indígena, uma vez que este, resistindo às entradas do homem branco, constituía-se em *empecilho à vinda do braço imigrante*. A reversão desta situação corroboraria na efetivação da manifesta vocação agrícola do Estado, condição para Mato Grosso entrar no cenário das economias adiantadas e civilizadas. Assim após reiteradas solicitações do bispo de Cuiabá, dos pedidos e garantias de auxilio aos missionários pelo governo local, condição sempre presente na escolha dos lugares onde os salesianos se instalavam, em 18 de junho de 1894, os esperados salesianos desembarcavam no porto de Cuiabá, após quarenta dias de viagem, vindos de Montevidéu, ao longo do Rio Paraguai (FRANCISCO, 2010, p. 106-107).

Os embates registrados nas páginas dos semanários não se restringiram à presença ou ausência de irmandades religiosas no comando de instituições escolares e educativas. Questões de fundo financeiro permeavam o conjunto de reivindicações e denúncias que integravam a pauta de assuntos dados a conhecer aos leitores e assinantes dos jornais. Merece registro, sobre o tema, extenso artigo publicado na seção "Comunicado", de 22 de maio de 1898, o qual apresenta, a propósito de um problema de reivindicação por aumento de salário, uma síntese de outros problemas enfrentados no setor da instrução naquele momento:

> Sophismando a recente lei estadoal que autorisa o governo a augmentar os vencimentos dos funcionários públicos que ainda não tiveram esse beneficio,

> o Sr. Antonio Caetano Botelho, professor publico desta Capital requereu também para si essa concessão.
> Que os leaes servidores do Estado e principalmente o magistério publico sejam bem remunerados do seu labor é a aspiração geral de todos os matto-grossenses e portanto da imprensa, que é o representante directo do povo. Os bons mestres, aquelles que trabalham com afinco e dedicação pelo futuro dos nossos filhos devem merecer as attenções do governo, são mesmos dignos de toda a nossa veneração, de todo o nosso respeito.
> Mais quando elles se constituem apenas parasitas dos coffres públicos, devem ser remunerados com o nosso despreso e com as penas impostas por um governo bem constituído e criterioso.
> Nesta accepção, collocamos o professor á quem nos referimos, o qual desde ha muito internou-se para o mundo do silencio, não dando signal de si e nem de sua escola. Ao passo q' as professoras publicas das quaes tanto mal se propalam, a par da sua habilitação, lutam com trabalhos inauditos, para corresponder a confiança do governo, este professor, zombando da benevolência de uma administração calma, dorme o somno de descanso esquecido dos seus deveres. E ainda não se peja em pedir augmento de vencimento, quando nenhum titulo apresenta que lhe dê direito a esse privilegio! Se o governo honrado e jsuticeiro do Sr. Coronel Cesario quisesse obter o penhor de nossos corações e de todos que zelam pela nossa mocidade, se quisesse cobrir-se da gratidão publica, o deferimento mais adequado a um tal pedido seria a demissão incontinente do supplicante, para maior moralidade de seu governo.
> E esse acto ha muito que se faz esperar no segundo districto, onde se fornecem alumnos para dous grandes collegios, como o Atheneu e S. Gonçalo, é inerivel que a escola publica esteja desfalcada por falta de meninos!
> Das escholas da Capital, as de D. Bernardina Rich, Maria Luiza, Isabel de Mesquita e D. Marianna Luiza Moreira, são freqüentadas por mais de sessenta alumnos e no fim do anno apresentam discípulos approvados. Por que razão o Sr. Antonio Caetano há muito não leva alumnos á exames e julga-se com direitos a augmentos imaginários?
> No relatório do director geral da instrucção, do anno passado, esse funccionario foi accremente accusado de um procedimento que muito o desabona.Nas vésperas dos exames, na lista apresentada aos alumnos preparados haviam nomes de seus entre estes, dous consta-nos serem filhos daquelle professor: e no dia dos exames nem o professor nem os alumnos!!!! Este facto esta consignado em um documento publico. E ainda quer augmento? [...] (Communicado, O MATTO GROSSO, n. 946, 22/05/1898, p. 02-03).

A imprensa, ao se congregar como "representante directo do povo", denuncia e se posiciona a respeito, com indignação, com relação à ousadia do professor que solicita aumento dos seus vencimentos, sem fazer jus ao trabalho que deveria exercer, ao passo que as professoras que vinham sendo criticadas por falta de formação, ou por não gerirem adequadamente as classes do sexo masculino, como também evidenciado em outros periódicos, têm levado seus alunos a exames com resultados favoráveis.

Por fim, a própria noção de imprensa como defensora do interesse público, dos interesses do povo, como é constantemente reiterado nas epígrafes e páginas dos jornais

matogrossenses examinados, se legitima a partir do fato de que, a princípio, nada escaparia ao olhar atento e minucioso dos redatores. Não é possível saber, com base na leitura dos exemplares do ano, se houve algum tipo de desentendimento entre o reclamante, nominado no texto, e algum dos redatores do jornal, o que também poderia ser motivo para a escrita que se observa.

A despeito desses fatores, importa perceber, e os jornais são fontes essenciais para isso, que o cotidiano educacional estava eivado por problemas que extrapolavam a esfera do político, da elaboração de leis e normativas para consolidar a instrução no Estado. Eram problemas reais, causados e resolvidos por pessoas reais que constituem o estimulante campo da História da educação matogrossense.

Ao final da década, o Presidente de Estado se ressente da ausência, ainda que sob o âmbito da Diretoria de Instrucção Publica, de um serviço referente à Estatística escolar, o que dificultava conhecer as reais necessidades educacionais da população, escolas e professores públicos matogrossenses. Embora dispusesse de dados relativos à frequência, evidenciados através dos Mapas Escolares que recebia da Diretoria de Instrução e dos segmentos correlatos a ela, que naquele ano registrou 1808 alunos (1255 meninos e 553 meninas), afirma que esses dados podem não ser fiéis ao que efetivamente acontecia nas escolas da capital e do interior do Estado, "facto esse que é fora de duvida somente por meio de uma tal estatistica, baseada em dados certos e positivos, poderíamos conhecer a nossa verdadeira situação a tal respeito, para tratarmos de fazermos aquillo que as circumstancias exigissem ou aconselhassem" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1899, p. 13).

A Mensagem daquele ano retoma a reivindicação pela instauração da Escola Normal no Estado, negada pelo Presidente de Estado na mensagem de 1897, contudo, ambos concordam que o funcionamento desta Escola de formação deve se dar em prédio distinto àquele em que funcionava o Liceu Cuiabano, tendo em vista "que a experiência comdenou por imprestável" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1899, p. 15).

A criação de escolas, ao lado dos investimentos na educação da população infantil[111], é parte da agenda de temas discutidos ao longo dos anos de 1898 e 1899. As poucas condições para mapear a quantidade de crianças em idade escolar dificultava, segundo a Mensagem do ano de 1899, o investimento na criação de escolas, sendo feito à medida em que houvesse solicitações dos governos distritais ou mobilização de forças políticas: "Existem actualmente no Estado 59 cadeiras de instrucção primaria, sendo 15 do sexo masculino, 15 do sexo

[111] Sobre o processo de escolarização da infância em Mato Grosso no século XIX vale conferir o estudo de Á, Elizabeth Figueiredo de Sá (2007).

feminino e 29 mixtas; incluindo naquelle total duas complementares creadas n'esta capital para um e outro sexo" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1899, p. 14).

A Exposição de 1900 começa a ser noticiada nos jornais de 1899, sinalizando novas posssibilidades de progresso para as quais Mato Grosso não poderia dar as costas.

3.2 DAS FONTES ÀS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES NO CENÁRIO MATOGROSSENSE

As Mensagens de Presidente de Estado, embora representativas do discurso oficial adquirem contornos distintos, de acordo com o governante que ascende ao cargo: revelam estratégias e posicionamentos adotados e enfrentamento de alguns problemas em detrimento de outros. Alinhavadas por discussões e embates travados no interior da imprensa periódica de circulação geral, evidenciam que, a despeito das práticas marcadamente autoritárias empregadas na condução da Instrução Pública, houve a adoção e implantação do ideário republicano promulgado a partir dos anos de 1890, ainda que mediadas por características de um Estado fortemente vinculado aos interesses coronelistas que, por muitas vezes, silenciaram os profissionais da educação, por meio das reformas políticas que apoiaram[112]. Não se pode deixar de mencionar que o Estado foi majoritariamente governado por militares, que se alternavam no poder em virtude dos embates políticos que travavam, dos apoios em escala federal que angariavam e da força de coalizão que mobilizaram[113].

Contudo, o discurso empreendido pelas autoridades de Mato Grosso, ao longo do período analisado, caminha na mesma direção de outros Estados da federação, com ênfase à participação, indireta nesse período, do Estado de São Paulo, cujas intenções são anunciadas na imprensa periódica de circulação geral desde meados de 1880, consolidando-se em 1910, com a chegada da primeira missão de professores paulistas ao Estado, precedida da segunda em 1912.

Vale, portanto, o alerta de Jacques Le Goff et al. (1977) sobre o uso de outras abordagens para interrogar as fontes e, em especial, aquelas derivadas do poder oficial:

> Uma das características e uma das grandes realizações da história Nova, e que coloca doutro modo o problema da sua credibilidade, consiste numa enorme dilatação do campo do documento. Isto contempla, por um lado, o recuo do documento escrito, a busca do documento arqueológico figurativo, do documento oral, que é interrogar os silêncios da História, a entrada em

[112] Sobre o tema, ver Correa (2006).
[113] Ver Fanaya (2010).

> cena do documento imaginário. Isto reporta-se, por outro lado e ainda mais fundamentalmente, à concepção daquilo que Foucault denomina o documento, quer dizer, o sentimento cada vez mais forte que temos de que o documento não é qualquer coisa que nos foi dada inocentemente, que o próprio documento é o produto de certa orientação da História, de que devemos fazer a crítica, não só segundo as regras do método positivista, que obviamente também continuam a ser necessárias a um certo nível, mas também de uma maneira que eu qualificaria de quase ideológica [...] reconhecer e explicar o seu caráter (sic) sempre mais ou menos "fabricado". (LE GOFF et al., 1977, p. 33-34, grifo do autor).

Assumindo o enfrentamento contrário à máxima de que Mato Grosso fica isolado em muitos aspectos, devido aos fatores que vêm sendo enunciados ao longo deste trabalho, pretende-se mostrar que, a exemplo de outras temáticas, como se apresenta mais adiante, a produção tipográfica deste Estado é intensiva em comparação aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, não dispondo, contudo, como já foi afirmado anteriormente, de uma imprensa especializada na discussão das questões do ensino, o que teria dado mais dinamismo e direcionamento aos processos de instrumentalização e formação de quadros políticos e pedagógicos naquele estado[114].

A imprensa periódica tem, nessa concepção, papel importante na formatação e divulgação das idéias produzidas: jornais e revistas foram postos a circular e, no período, encontram-se pontos de convergência e dissonâncias que marcam lutas de grupos em disputa pelo poder e pela manutenção de um conjunto de ideais, corroborando para a consolidação de hegemonias vigentes. Instauram-se projetos e formas de convivência balizados por modelos em disputa, de nação e governabilidade: o norte americano e o europeu, representativos do ideário de Modernidade que se buscava alcançar.

Nesses diálogos, identificou-se o interesse real pela implantação e organização do aparelho escolar, modo valorizado e reconhecido pelos editores como forma de promover a superação da cultura iletrada que dominava o cerrado matogrossense. Iniciativas inaugurais adotadas por outras províncias foram noticiadas nas páginas do impresso como forma de alertar a população e os governantes da necessidade, notificando o atraso em que se encontrava Mato Grosso no campo da instrução pública, como também, de certa maneira, de demonstrar interesse em que as práticas políticas relativas a esse campo fossem implantadas, a

[114] Registre-se que o conhecimento recente das publicações de catálogos que inventariam a imprensa periódica dos Estados acima citados, gerando verdadeiros instrumentos de pesquisa, fornecem importantes dicas e caminhos aos pesquisadores que optam por se dedicarem às fontes ligadas à imprensa, no entanto, o objetivo com este mapeamento é justamente demonstrar aquilo que estava sendo posto a conhecimento nacional, com relação às iniciativas no campo dos impressos de circulação geral.

exemplo daqueles que, a partir do primado de visibilidade, como assevera Marta Chagas Carvalho (2003), quando discute a implantação do modelo educacional em São Paulo, obtivessem êxito semelhante àquele atingido pela São Paulo do final do século XIX.

Essa mesma imprensa fez circular informações relativas a um conjunto de hábitos, costumes e formas de urbanidade e civilidade aderentes ao modelo republicano que se encontrava em franco curso de instauração. Corrobora com essa análise o estudo de Ana Luiza Martins, por meio do qual a autora afirma que

> O periódico é uma exibição quotidiana, ou intercandente, de fatos e idéas rotulados com a marca e assinatura continuamente mutáveis, dos seus expositores. Exceto o dístico da folha, tudo ali se desloca incessantemente, ou a espaços, inclusive, até a individualidade do editor, eixo de seu movimento e princípio de sua coesão, mas suscetível de variar, de um para outro momento, por uma simples operação comercial. (MARTINS, 2008, p. 37).

Entende-se, pois, que não apenas a imprensa periódica especializada se configura como dispositivo pedagógico na veiculação e circulação de ideias e práticas ligadas ao campo educacional: a imprensa de circulação geral, na ausência da primeira, desempenha esse papel, ainda com maior responsabilidade, pois os textos produzidos e dados a ler revelam posicionamentos políticos, formas de pensamento e difusão de saberes mais abrangente, portanto direcionados a um público que não é necessariamente aquele pertencente ao campo educacional.

Rubens de Mendonça (1977) atesta a importância do desenvolvimento educacional do território matogrossense, como forma de superar as dificuldades inerentes à localização, bem como atingir patamares de desenvolvimento almejados:

> Cuiabá viveu isolada. Esperou o surto de progresso por mais de 200 anos. Se a cidade não desapareceu foi porque a bravura e resignação de seus filhos, que nela confiavam e confiam, não deixou que tal acontecesse. Cuiabá é um milagre de brasilidade dentro do continente americano. Sofreu, esperou e venceu. E tudo isso por que? Pela cultura. Pela educação. Pelos seus dois Liceus, por aquilo que falava Ruy Barbosa, "pelo desenvolvimento da inteligência da cultura, pelo desenvolvimento do ensino, para o qual as maiores liberdades do Tesouro constitui sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública". (MENDONÇA, 1977, p. 23, grifo do autor).

Ao reiterar a estreita relação entre os dispositivos de imprensa e a instrução pública no final do século XIX e limiar do XX, a propósito das formulações de Pierre Bourdieu, existe e se configura em Mato Grosso um campo simbólico e material de práticas educativas, ainda

que secundarizado na imprensa. Anunciam-se em todos os periódicos, com maior ou menor intensidade, os primeiros passos rumo à consolidação organizativa educacional neste Estado.

O discurso jornalístico, permeado por recursos muito próprios e característicos das bases que os tornam materiais, inserem-se em um sistema de representações culturais que nos possibilitam antever modos, formas e visões de mundo, interesses de grupos, instituindo práticas, mascarando valores e usos e costumes[115].

[115] O acervo Barão de Melgaço inclui jornais editados em Cuiabá, Corumbá e Cáceres, que datam do século XIX, em melhor estado aqueles que se encontram encadernados com capa dura. No entanto, o conjunto dos papeis se encontra bastante desidratado e quebradiço, necessitando, com urgência, de tratamento adequado, impossível de ser executado pelo presente projeto por falta absoluta de verba. Dos 138 títulos, a maioria é relativa à imprensa cuiabana, seguida da imprensa sul-matogrossense que, até 1977, pertencia a Mato Grosso, e do Rio de Janeiro (SIQUEIRA, 2004).

4 ANUNCIANDO A MUDANÇA E ENSAIANDO UM MODELO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE (1900-1910)

Não podemos alcançar o passado diretamente, mas apenas através dos traços, inteligíveis para nós, que ele deixou atrás de si, na medida em que esses traços subsistiram, em que os reencontramos e em que somos capazes de interpretá-los.
(HENRI-IRÈNÉE MARROU, Sobre o conhecimento histórico, 1978)

A primeira década do século XX em Mato Grosso traria a lume a realização de alguns desejos cultivados durante os longos anos do Império. Se, a propósito do texto de Costa, Schwarcz e Souza (2000), "finais de século são bons para pensar", o século que se inicia traz consigo um conjunto de místicas, expectativas e planos de desenvolvimento, conformando um conjunto de estratégias que objetivam, da parte de seus atores sociais, deixar a sua marca na história de longa duração.

Marca característica desta década, a presença e força dos coronéis determinou no século passado, e continuará a determinar, em grande medida, os caminhos e o desenvolvimento trilhados pelo Estado. Detentores deste título em virtude de grandes propriedades de terras que possuíam e notável influência que exerciam, em virtude das alianças familiares que realizavam, eram principais personagens das disputas internas[116] por poder político:

> As oligarquias revezavam-se no governo de Mato Grosso e, cada uma que o conseguia, o fazia à força das armas. Logo que isso ocorria, estabelecia-se um acordo com o Presidente da República, a fim de se levar à frente o plano nacional de modernização do país. O Acordo dos Governadores veio acirrar ainda mais as lutas entre os grupos oligarcas regionais. As disputas pelo governo estadual tornaram-se cada vez mais violentas. Exemplo disso foi o assassinato de Antonio Paes de Barros [em 1906]. Este estímulo pela disputa de poder entre as oligarquias regionais colaborou para aprofundar, ainda mais o fenômeno do "coronelismo", somente estirpado, parcialmente, após 1930. (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990, p. 158).

A mão armada era a força da lei em muitas cidades matogrossenses:

> Mais uma vez a violência explícita imperada em Mato Grosso, sob os auspícios e desmandos do poder constituído e emanado das forças a ele contrárias. Podemos deduzir, por este episódio, o clima de terror e medo que assolava a população do Estado, que assistia atemorizada às cenas de violência e impunidade dos crimes cometidos. (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990, p. 149).

[116] Sobre essas disputas vale conferir os trabalhos de Fanaya (2010) e Machado Filho (2006).

No campo educacional, pela via dos jornais, essa participação e as implicações desse modo de comandar, evidenciam-se quando se observa que grande parte das cadeiras de ensino, cargos de fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento na área, como as bancas dos Exames finais e de admissão nas instituições de ensino que existiam à época, eram compostas por coronéis, membros de patente militar e, sobretudo, por membros indicados pelos grupos familiares em ascensão.

Em face desse cenário, o presente capítulo objetiva apresentar e discutir as notas da imprensa sobre instrução/educação no século que principia, cujos interesses republicanos já se encontravam mais assentados, o desenvolvimento do Estado matogrossense já era propagandeado amplamente na imprensa, como evidenciam as notas publicadas nos jornais do período sobre o interesse e esforços para o que estado participasse das Mostras das Exposições Nacional e Internacional que se realizaram nesta década, bem como nos dispositivos da legislação, que deveria homologar as práticas políticas em "benefício" da população.

A propósito da legislação educacional, essa foi uma década sobre a qual, nesta análise, pareceu figurar certa penumbra apontando destaque para as realizações a partir do ano de 1908, com a posse do governo de Generoso Ponce, cujo vice, Pedro Celestino Correa da Costa, assume o governo pouco tempo depois e implementa o que Humberto Marcílio (1963) qualificou de "Revolução do Ensino".

A tessitura deste capítulo segue os mesmos princípios dos anteriores, no que concerne ao entendimento de que as ações e menções noticiadas pela imprensa sobre o campo educacional não ocorreram descoladas de um contexto social, propício ou não para que viesse a lume. Face a essa estratégia metodológica, a discussão das notas extraídas das fontes continua a seguir o molde da contextualização ano-a-ano, recuperando pela via dos jornais, amparados na pesquisa historiográfica existente, aspectos que a imprensa considera oportuno dar aos seus leitores o conhecimento, pois, como destaca Pierre Bourdieu (2004 p. 167), "o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras". E, continuando essa linha de pensamento, reitera:

> O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade. Como acontece com as constelações, o poder performativo de designação, de nominação, faz existir no Estado instituído, constituído, isto é enquanto *corporate body*, corpo constituído, enquanto *corporatio*, como diziam os canonistas medievais estudados por Kantorovicz, o que até então existia apenas como *collectio personarum plurim*, coleção de pessoas múltiplas,

> série puramente aditiva, de indivíduos simplesmente justapostos. (BOURDIEU, 2004, p. 167).

Ainda em Bourdieu encontra-se apoio para dar suporte à seleção de notas e análises que foram realizadas, em virtude de sua abordagem, não prescindindo, contudo, das formas pelas quais foram dadas a conhecer:

> trata-se de uma questão de poder, - o poder de publicar ou recusar uma publicação, por exemplo -, de capital - o do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor desconhecido, por meio de um comentário elogioso ou de um prefácio; - aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc. (BOURDIEU, 2004, p. 170).

Ainda que esses mesmos preceitos tenham balizado a escrita dos capítulos anteriores, a sua justificativa se faz, nesse momento, em virtude do cenário que se apresenta em Mato Grosso desta década em diante e da premissa que norteia as interrogações sobre as fontes – o anúncio da organização de um modelo educacional matogrossense.

Em condições de desenvolvimento urbano – ocupação desordenada das cidades, falta de água, dificuldade de acessos, ausência de transportes - como as descritas nos capítulos anteriores, pensar ações para o campo educacional tornava-se secundário para os governantes matogrossenses. Todavia, a despeito de todos os problemas e dificuldades registrados, tanto nos documentos oficiais, quanto na própria historiografia produzida no e sobre o Estado, é nas cidades que mais problemas se apresentam, que se conforma o modelo educacional matogrossense.

O traçado da linha férrea ligando os estados matogrossenses, principalmente a São Paulo, entendido como grande mola propulsora para o desenvolvimento do território, tendo em vista, sobretudo, a agilidade e rapidez no escoamento da produção, começa a ganhar espaço nas páginas dos jornais, como demonstra *O Pharol*, em uma das edições do ano de 1906.

Siqueira, Costa e Carvalho (1990) afirmam, em seu estudo introdutório sobre as condições do Estado, que

> Cuiabá, Cáceres, Poconé e Corumbá e outras cidades foram palco, de onde a população, em sua grande maioria, assistia, acuada e assustada, à luta desenfreada, sustentada pelas duas facções políticas, ambas de prestígio econômico em Mato Grosso. (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990, p. 149).

As cidades de Cuiabá e Corumbá continuam a ocupar postos de destaque na configuração política e econômica do Estado, em virtude da representatividade que continuavam a manter, como importantes entrepostos comerciais para o Estado. Em estudo focando a cidade de Corumbá, João Carlos Souza (2008) estabelece um panorama para o cenário daquela localidade, revelando seus pontos fortes e suas fragilidades:

> É significativo que a navegação internacional, que tinha seu ponto terminal em Corumbá e era realizada por navios de maior calado, já na primeira década após a Guerra com o Paraguai, contribuiu para que a cidade se tornasse polo de distribuição das mercadorias para a capital Cuiabá, bem como para outras regiões da Província. (SOUZA, 2008, p. 36).

E em outra passagem destaca,

> Assim como o telégrafo, a ferrovia gerou expectativas de grande progresso para a região sul do estado e a imprensa identificava essas novas tecnologias de comunicação e transporte como o ingresso, o passaporte que colocaria Mato Grosso no nível da civilização. Cada um desses acontecimentos provocou análises que partiram de pressupostos comuns sobre o significado desses símbolos da modernidade, mas com percepções diferentes quanto aos seus resultados com relação ao futuro das duas principais cidades de Mato Grosso, a capital Cuiabá e a portuária Corumbá. (SOUZA, 2008, p. 49).

Continuando a caracterização de Corumbá como uma das cidades "mais importantes de Mato Grosso", João Carlos de Souza (2008) conclui que:

> Mesmo na condição de cidade mais importante na região sul do Estado, rivalizando com a capital, a exemplo do centro político-administrativo do Estado, seus problemas eram proporcionais ao intenso movimento do seu porto fluvial. Um dado que bem ilustrou a dimensão dos problemas enfrentados pelo município sulino, foram as frequentes epidemias, resultantes da condição insalubre de sua área portuária. Entre os anos de 1889 e 1920 Corumbá foi acometida por vinte e sete surtos epidêmicos, dificultando sobremaneira a vida de sua população, com o aumento de preços de gêneros de primeira necessidade, promovidas principalmente pelos comerciantes economicamente mais bem estabelecidos, como forma de compensar o decréscimo ou mesmo a suspensão do movimento de mercadorias em seu porto para atendimento da demanda local. (SOUZA, 2008, p. 58).

Com base no quadro de relação dos Municípios (Quadro 04), percebe-se que entre o final do século XIX e a década em análise neste capítulo, o número de cidades praticamente duplicou. Antigas vilas e freguezias se emanciparam desta condição, constituindo-se em unidades administrativas, com poder político para decisões no âmbito estadual e,

consequentemente, com demandas no setor educacional a serem reivindicadas, embora nem sempre registradas nas páginas dos jornais ou Mensagens de Presidente de Estado.

1890	1900	1910	1920
Corumbá (S)	Campo Grande	Aquidauana	Aquidauana
Cuiabá	Coxim	Bela Vista	Bela Vista
Diamantino	Corumbá	Campo Grande	Campo Grande
Levergeria	Cuiabá	Coxim	Coxim
Livramento	Diamantino	Corumbá	Corumbá
Mato Grosso	Livramento	Cuiabá	Cuiabá
Miranda (S)	Mato Grosso	Diamantino	Diamantino
Nossa Senhora do Rosário Acima	Miranda(S)	Livramento	Entre Rios
Poconé	Nioac (ex-Levergeria)	Mato Grosso	Guajará Mirim
Santana do Paranaíba (S)	Nossa Senhora do Rosário Acima	Miranda (S)	Livramento
Santo Antonio do Rio Abaixo	Poconé	Nioac (ex-Levergeria)	Maracaju
São Luiz de Cáceres	Santana do Paranaíba (S)	Poconé	Mato Grosso
	Santo Antonio do Rio Abaixo	Santana do Paranaíba (S)	Miranda (S)
	São Luiz de Cáceres	Santo Antonio do Rio Abaixo	Nioac
		Santo Antonio do Rio Madeira	Poconé
		São Luiz de Cáceres	Ponta Porã
			Porto Murtinho
			Registro do Araguaia
			Rosário do Oeste
			Santana do Paranaíba
			Santa Rita do Araguaia
			Santo Antonio do Rio Abaixo
			Santo Antonio do Rio Madeira
			São Luiz de Cáceres
			Três Lagoas
Total: 12	**Total: 14**	**Total: 21**	**Total: 25**

Quadro 04 - Relação dos Municípios de Mato Grosso (1890 a 1920)
Fonte: FANAYA (2010, p. 75).
Adapt.: PINTO, A. A. (2012).

Em uma breve menção aos aspectos educacionais em Mato Grosso, face ao desenvolvimento do Estado e do seu quadro populacional, Fanaya (2010) destaca a presença intensa dos jornais na circulação das notícias no período:

> Considerando o número aproximado de analfabetos, a distância dos centros mais populosos, as carências na área educacional, a dificuldade na obtenção de equipamentos e material de impressão, não deixa de surpreender a diversificação dos jornais à disposição do publico. Pode-se afirmar que partido político, sem o seu respectivo órgão de divulgação, era em Mato Grosso, um meio partido, ou apenas o seu arremedo. A circulação, apesar dos problemas de comunicação, demonstra uma intensa troca de informações com outros centros e a reprodução frequente de textos úteis à causa defendida no Estado. Mesmo considerando a motivação primária para a impressão dos periódicos com o exclusivo objetivo de manter veiculado cotidianamente o nome dos atores políticos mais proeminentes, a iniciativa embutia também a expressa de externar o interesse do "longínquo" Estado pelo universo das letras. (FANAYA, 2010, p. 100).

Destacando a importância destes dispositivos locais para o cenário político, Fanaya acrescenta:

> Os jornais eram, portanto, imprescindíveis nos momentos de maior importância, desde a constituição da chapa "oficial", em regra vencedora e durante a manutenção da base de apoio pós período eleitoral. [...] O espaço ocupado nos periódicos locais com descrições detalhadas do percurso feito pelo governador, senador, deputado federal era descrito em detalhes. Do apito do barco ao anunciar a aproximação, passando pelos foguetes, bandas de música, jantares, banquetes, bailes, paradas em residências de correligionários de destaque permeado por uma enormidade de discursos, nada escapava aos redatores. O lúdico aqui não cumpria apenas o papel festivo da recepção. Ao contrário, emitia sinais claros, evidentes de prestígio. (FANAYA, 2010, p. 100-101).

Como já anunciado, identificou-se uma certa penumbra na produção acadêmica em história da educação matogrossense, que silencia sobre a década entre os anos de 1900-1910, reservando-se ao exame da produção educacional, consubstanciada a partir de 1910, marco significativo para a história da educação daquele estado, como evidenciaram os estudos de Saboya Filho (1992), Peraro (2010), Reis (2006), Poubel e Silva (2004).

No entanto, de acordo com outros estudos, é durante essa década que as alianças políticas se desenham, as referências políticas se consolidam e se conformam, o que torna possível aventar a hipótese de que a conjuntura favorável encontrada por Pedro Celestino, no campo político, viabilizou a consecução de suas iniciativas no campo educacional. Saboya Filho (1992) afirma que:

> por volta do final do século XIX, e principalmente no início do século XX, a situação sócio-econômica de Mato Grosso modifica-se substancialmente. Esta transformação se dá não somente pelos fatores favoráveis de ordem local, mas principalmente pelas transformações radicais que ocorrem no mundo todo, e que de certa forma irão contribuir decisivamente para modificar a base material da sociedade mato grossense a partir de então. (SABOYA FILHO, 1992, p. 08).

Para dar visibilidade a essa nova situação retoma-se o estudo de João Edson Fanaya, acerca das Elites políticas em Mato Grosso[117]:

> O fato de Mato Grosso ter entre os membros de sua elite política nomes com projeção nacional nada desprezíveis, como foi o caso de Joaquim Murtinho por duas vezes ministro de estado e Antonio Azeredo reeleito consecutivamente dede (sic) 1897 até a eclosão do movimento de 1930 para o Senado, figura política com importante círculo de amizades, incluindo entre outros personagens nomes como Pinheiro Machado e Rui Barbosa e tendo ocupado por várias vezes a vice-presidencia da Casa, acrescido ao fato de ser membro do seletíssimo grupo responsável pela definição dos nomes do Executivo Federal, além das relações e ligações que mantinha com importantes figuras no plano político nacional, não constituíram elementos suficientemente fortes no sentido de alterar a posição periférica do Estado que representavam. A projeção que alcançaram não foi materializada na ampliação do espaço de atuação por parte de Mato Grosso entre os seus congêneres. [...] (FANAYA, 2010, p. 240).

Todavia, considera-se oportuno, pela via dos jornais, traçar um cenário que se desenhava na sociedade matogrossense, tendo em vista que o regime republicano se encontrava mais sedimentado, ainda que guardando significativas marcas do regime consolidado nas tradições familiares, herdadas do império. De acordo com o ideário político que orientava o desenvolvimento do país, Mato Grosso estaria na agenda de localidades a receber atenção, em virtude de sua condição geográfica favorável para a produção agropastoril e do seu amplo território, ainda a ser explorado. Sobre esse aspecto Saboya Filho (1992, p. 10) acrescenta:

> Mato Grosso será uma dessas regiões que serão alvo de investimento de capitais tanto de forma direta e indireta, ou seja: alguns capitais terão direta participação do capital financeiro nas mais diversas formas de investimento; outros estarão escamoteados, via bancos que ”legalmente” terão maioria das suas ações controladas por “capitalistas nacionais”, mas que de fato não são mais que subsidiárias de grandes bancos transnacionais.

Assim, por meio da imprensa é possível antever os debates que precederam o momento empreendedor no campo educacional, que sucede à década em estudo neste

[117] FANAYA, 2010.

capítulo, bem como desenhar as plataformas políticas que estava sendo consideradas pertinentes à implantação, a agenda de temas levados a termo nos jornais e os modos de tratamento.

A discussão deste capítulo se efetiva, pois, com base nas fontes descritas na Tabela 09:

Jornal	Localidade	Ano (Número de Exemplares localizados)	Total de exemplares consultados
O Brazil	Corumbá	1902 (05); 1903 (35); 1904 (21); 1905 (03); 1907 (22); 1908 (26); 1909 (45); 1910 (17)	174
A Colligação	Cuiabá	1906 (03); 1907 (10); 1908 (14)	27
O Cruzeiro	Cuiabá	1908 (30)	30
O Estado	Cuiabá	1905 (19); 1906 (15)	34
O Pharol	Cuiabá	1902 (21); 1903 (15); 1906 (14)	50
O Autonomista	Corumbá	1904 (03); 1907 (07); 1908 (48); 1909 (18)	76
Total de exemplares consultados no período			**391**

Tabela 09 – Fontes primárias e exemplares (1900-1910)
Fonte: APMT; NDIHR/UFMT; APMS; IHGMT (MATO GROSSO, 2010).
Elab.: PINTO, A. A. (2012).

As primeiras Mensagens de Presidente enviadas à Assembleia Legislativa nesta década, sob a regência de Antonio Pedro Alves de Barros, trazem frequentes notas sobre o estado do desenvolvimento da instrução pública e outros ramos do setor educacional. Desde a criação das escolas primárias em 1898, informação que introduz o texto na seção em questão, somam-se aos dados daquela época 62 escolas, sendo que destas, 57 mantinham o curso elementar, de frequência obrigatória e 5 mantinham o curso complementar, ainda facultativo.

O Presidente informava, confiante, acerca da situação do Estado: “Continuam prosperas, felizmente as finanças do Estado, graças ao desenvolvimento constante e progressivo de suas vendas, principalmente as de exportação e interna” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, manuscrito, 03/02/1900, p. 33).

No ano seguinte, ainda mantendo a regra de informar o número de escolas, matrículas e frequência, registra-se o aumento, embora sem dar dados que o evidenciem. Tema que ganha espaço na Mensagem, a exemplo do que ocorreu em décadas passadas, circulando tanto nos meios oficiais, quanto nos textos publicados nos jornais, o exercício do magistério por mulheres, principalmente nas escolas do sexo masculino, continuava a ser um problema para o qual não se havia encaminhado solução.

A Mensagem de 1901 registra a reclamação do Diretor da Instrucção Publica sobre o fato, entendendo que são os baixos salários que afastam os homens das cadeiras do magistério, promovendo a abertura do espaço para as mulheres, que não demandavam de tantos recursos para sua sobrevivência, dado que dependiam financeiramente dos pais ou tutores, ou de seus maridos.

A crença no ideário salvacionista da educação, que permeia significativamente todo o discurso republicano no Brasil, materializa-se nas palavras do Presidente quando, ao finalizar o texto, subscreve:

> E alguém já disse com razão que o único meio de salvar a nova geração brazileira, a geração dos nossos filhos, do contágio da lepra moral, que lavra pelo paiz é educal-a. Educal-a physicamente, para se ter homens honestos; intellectualmente, para se ter homens illustrados. Educal-a convenientemente, para se ter grandes homens. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1901, p. 10).

Em Humberto Marcílio encontramos o registro de que as ações propostas no regulamento da Instrução Pública de 1896 tiveram início nessa década. De acordo com o autor, a resolução nº 294, de 2 de abril de 1901,

> determinava que cessassem as classificações dos graos de ensino primario em elementar e complementar. Prejudiciais os seus resultados, seria um ano após revogada, pela Lei no. 317, de 2 de abril de 1902, lei essa que visava, [...] especialmente o Liceu Cuiabano, equiparando-o ao Ginásio Nacional. (MARCÍLIO, 1963, p. 121).

O regulamento marca a recomendação para que as escolas adotassem, gradativamente, o método intuitivo para o ensino. A propósito do tema, embora pesem a distância de 3 anos da proposição e as notas que circularam nos periódicos locais, encontra-se em O Pharol[118], nas edições de 1903, textos que guardam e enfocam a necessidade da educação moral e intelectual do homem matogrossense, pautadas no desenvolvimento do corpo e da mente, cujo local primordial para essa articulação seria a escola.

Os textos ganham regularmente as primeiras páginas do jornal, a partir da edição de 28 de março de 1903, ocupando duas das três colunas em que se apresentava o jornal, sob o título de Decadencia Physica e Moral; Como Podemos Combatel-a. Foram publicados na sequência

[118] **O Pharol: orgam litterario, critico e noticioso.** Circulou em Cuiabá aos sábados, tendo como editor Antonio Pontes. Em 1906, apresenta uma equipe de redação com maior número de colaboradores, composto por: Alberto da Gama; Firmo Rodrigues; Gardés Filho; Fabio de Lima; João Cunha; Vianna de Carvalho; Ovidio Correa; Joaquim A. de Siqueira; Plinio de Carvalho; Philogonio Correa; Modesto de Mello; Indalecio Proenca. Nesse mesmo ano tem alterado seu padrão de diagramação, passando a conter 4 colunas fixas, que predominam até o final de sua circulação.

regular do periódico, em 5 números[119], finalizando sua argumentação na edição de 28 de abril de 1903, onde o autor se identifica: Augusto R. de Carvalho.

Não bastava, segundo o autor, desenvolver a parte intelectual das crianças, era necessário formar-lhes os bons hábitos estimulando-os aos bons costumes. Sem a menor menção direta é possível inferir, com base nos estudos empreendidos por Valdemarin (1998, 2004, 2010), que a formação do indivíduo matogrossense deveria primar por aspectos que favoreciam o seu desenvolvimento intelectual, evidentemente, mas não a partir do confinamento aos espaços pré-determinados[120]. Seria necessário observar o mundo ao redor, para nele inserir-se com mais propriedade quando o momento oportuno se fizesse.

O método intuitivo, regulamentado na estrutura de ensino matogrossense desde 1896, não deveria, ao que se depreende da preocupação expressa nos textos daquele autor, ser uma forma exclusiva de agir das escolas e sim, de todas as instituições que se dedicassem à formação da criança em seus aspectos físicos e morais, como aponta o título do artigo.

Em 1902 anuncia-se a nota referente à Resolução[121] que autoriza a reformulação do Regulamento da Instrução Publica de 1896.

Ao lado desta nota, a equiparação das escolas de instrução primária do estado, "abolindo-se a distincção entre escolas elementares e complementares, e adoptando-se para todas ellas o mesmo programma" (Regulamento da Instrução Publica, 1896, p. 24), é vista como conquista para a consolidação de uma estrutura educacional condizente com um Estado que via na instrução forma segura de conquistar o avanço e o progresso. Buscava-se, ainda, obter a equiparação do Liceu Cuiabano ao Ginásio Nacional, dando direcionamento e legitimidade à educação das elites matogrossenses.

Naquele ano, em maio, vem a lume o primeiro número de O Pharol, cuja epígrafe o qualifica como "orgam litterario, critico e noticioso"; circulando aos sábados, e adquirido apenas por meio de assinaturas – mensais, semestrais ou anuais. Essa fase é caracterizada pelo editor do periódico – Antonio Pontes – como a sua segunda fase, sem apresentar, nos textos das edições examinadas, os motivos da interrupção de sua circulação. Entretanto, como é regra nos primeiros números dos jornais matogrossenses, é apresentada uma espécie de carta de intenções da publicação, a que e a quem se destina, quais interesses visa defender, e, sobretudo, o desejo de honrar o compromisso com a população, levando a ela as notícias do seu tempo.

---

[119] As edições foram publicadas em 28/03/1903, n. 50; 04/04/1903, n. 51; 11/04/1903, n. 52; 18/04/1903, n. 53; e 25/04/1903, n. 54.
[120] Ver Valdemarin (2010).
[121] Resolução nº 294, de 11 de abril de 1901 (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1902, p. 23).

MATTO-GROSSO

O Pharol

ORGAM LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO

O PHAROL

Figura 15 – Jornal “O Pharol” (1902) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: IHGMT (2010).

Quanto aos propósitos de sua existência, assim pronunciam-se os editores de *O Pharol*:

> Cedendo as vibrações da nossa alma juvenil, obedecendo tão somente ao seu impulso, ousamos lançar aos ventos da publicidade o 1º. N. do nosso modesto jornalzinho sem outra protecção que a benevolência publica com que contamos, sem outro viso que levantar o nosso templozinho á – Imprensa – esse maravilhoso pharol que illumina e guia os povos livres.
> Sim queremos erguer um templo: essa bella e incomparável deusa que preside os destinos da moderna civilisação e aprendermos desde agora a rendermos as nossas homenagem e veneração a essa infantilidade filha do povo.
> A nossa tentativa parecerá talvez uma vaidade idiota de nossa parte, ligada a uma infantilidade própria de nossa idade. Em verdade não o é, e engana-se quem a respeito formar de nós tão leve juízo. [...] (O PHAROL, n. 1, 03/05/1902, p. 01).

A fertilidade do exame desta fonte consiste tanto nas notas que traz sobre temas ligados à instrução quanto no contexto que possibilita desenhar, a partir dos fatos do cotidiano matogrossense, a iniciar pelo formato de suas páginas, menor que os jornais que circulavam no mesmo período, com desenho gráfico que se assemelha à página de um livro. Nesse sentido, o emprego do termo "jornalzinho" indica que o diminutivo, ali, não tem sentido pejorativo de menor importância, ao contrário, de sinalizar um veículo que pretende estar mais próximo do seu leitor e das questões do seu tempo. Essa hipótese se justifica no teor das notas sobre a educação, bastante distintas das outras publicações examinadas, neste e nos capítulos anteriores.

O anúncio das intenções da publicação, que persiste nos primeiros números e é constantemente reiterado em outros momentos, quando se trata de reafirmar a argumentação sobre determinados assuntos, pode ser considerado uma tática, no sentido certeauniano, como uma grande articulação, em que "cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo" (CERTEAU, p. 70). Reafirma-se o compromisso do periódico com o seu público leitor, demonstrando-se fiel a suas proposições iniciais, fidelizando também este público, que poderia esperar "a verdade" e a "imparcialidade" sobre os fatos publicados.

Os editores de *O Pharol* abordam de modo direto o problema da leitura e da aquisição dos jornais no Estado e, embora não se refiram diretamente às práticas de leitura e escrita, inerentes ao ensino escolar que se configurava no período, colocam aos leitores uma contundente crítica social dos costumes da época:

> Existe entre a nossa sociedade, certos indivíduos que primam por desfazer em tudo quanto é nosso, com um desdém reprovável. E, o que é mais curioso, é serem cuyabano esses indivíduos, que por terem feito uma ou mais viagem fora do Estado, aqui voltam recheiados de vaidade e orgulho, como se fosse viajar coisa do outro mundo.
> Tudo o quanto aqui existe, não presta! Tudo está em atrazo.
> Entretanto não tratam de por em pratica as suas ideias progressistas fazendo uma reforma radical nas velharias que por cá temos.
> Ora, todo aquelle que tem o espírito do progresso, elle se manifesta naturalmente, sem ter necessidade de forçar-se a si próprio em concepções de utilidade geral. [...] E triste que sejam cuyabanos que mais nos deprimem.
> Parece-nos que a nossa terra não é tão má como elles querem, porque os filhos de outros Estados, e os estrangeiros, que aqui vêm acham-na tão boa, que resolvem fixar residência entre nós, e logo se acostumam ao nosso meio sem fazer reclamações e até defendendo-nos contra esses pretendidos entes superiores e adiantados. (O PHAROL, n. 2, 10/05/1902, p. 01).

Os jornais fornecem uma representação da dimensão cultural do período em que circulam, em especial nas páginas finais, onde se concentram os anúncios[122]. Os ramos de atendimento e produtos são variados, para a época: setores de vestuário (tecidos, calçados, chapéus, espartilhos), farmacêuticos (elixires, xaropes) e alimentícios (gêneros de necessidade diária: sal, arroz, banha). Há ainda, comumente, a oferta da prestação de serviços que abarca de dentistas a professores de piano.

As escolas e colégios particulares, cujas notas são frequentes ao longo dessa década, contudo, não figuram suas chamadas para inscrições ou matrículas entre as páginas de anúncios. Embora a localização oscile entre as páginas, começando, em geral, a partir da segunda, localizando-se em posição no quadrante das páginas[123], variam também quanto ao detalhamento das descrições como será demonstrado no decorrer do texto.

Em alguns casos, mesmo quando a sociedade na direção de um colégio se interrompia, por motivos diversos, mas o mesmo continuava em funcionamento, o jornal dava indicativos dessa informação, reiterando a continuidade dos trabalhos, como evidencia o excerto que segue:

> O COLLEGIO AMERICANO esta hoje exclusivamente sob a direcção do provecto professor Sr. Francisco F. de Mecenas, por ter-se desligado da sociedade que tinha com o mesmo o Sr. Antonio Francisco Moreira Guarim. [...] Desde o começo do corrente mez que o mesmo collegio se acha funccionando em casa de no. [ilegível] da rua 1º. de Março para onde mudou-se.
> É bom que os Srs. Paes de família não deixem de continuar aproveitar esse educador da mocidade, que tão moço, já tem revelado um excellente professor moralisado e de muitos bons costumes e de uma paciência necessária a um bom professor como soe(sic) elle de ser. (O PHAROL, n. 3, 17/05/1902, p. 02).

Naquele mesmo ano as notas sobre educação em O Pharol não deixaram dúvidas de que, ao menos no plano do discurso, o periódico apresentava preocupações ligadas ao campo pedagógico, tendo em vista a ausência de textos que trouxessem a ideia de embate político ou críticas aos governos de plantão. Dessas, dedicou-se atenção especial às notas publicadas entre os meses de maio e agosto do referido ano.

---

[122] Cf. Souza (2008, p. 121-123).

[123] No exercício de transcrição das notas sobre o tema, foram registrados: a nota, a página na qual está publicada e a localização no quadrante da página, para dar uma dimensão de importância ou secundarização das notas, quando da seleção e redação do texto da tese. Desse modo, a página foi dividida em três partes horizontalmente, dando as seguintes menções: quadrante superior, central e inferior. A localização não consta das referências textuais na tese, a não ser quando o dado seja considerado como elemento para explicar um ponto de análise ou evidenciar uma hipótese.

O PHAROL

ORGAM LITTERARIO CRITICO E NOTICIOSO

EXPEDIENTE

NOTICIARIO

FALLECIMENTO

MISSA

Figura 16 – Jornal “O Pharol” (17/05/1902) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: IHGMT (2010).

Ao se referir à imprensa como instrumento de aprendizagem, reitera-se a hipótese de que a imprensa matogrossense se investiu de função pedagógica junto ao cenário da época.

Segundo o periódico,

> A imprensa é o livro mais barato onde se estuda a história do passado do presente e do futuro. Lê o rico e lê o pobre. É a garantia do Estado contra os excessos da Grei (sic). Exalta a verdade e prodiga a mentira. [...] (A Imprensa, O PHAROL, n. 5, 31/05/1902, p. 04).

E finaliza com uma trova poética, reiterando o papel da imprensa no desenvolvimento da nação e progresso dos povos:

> É do Universo arca santa.
> O Thesouro da Liberdade.
> O supplicio da maldade

> O tabernaculo da lei.
> (A Imprensa, O PHAROL, n. 5, 31/05/1902, p. 04).

E, utilizando-se da prerrogativa da imprensa em ser o tesouro da liberdade, a edição do mês de junho traz, de modo bastante objetivo e direto, dados acerca da movimentação e desenvolvimento escolar em São Paulo, referente àquele ano:

> No fim do anno era este o movimento escolar da capital do Estado e nas cidades do interior.
> Escolas isoladas providas, diurnas e nocturnas, 620 com 15.500 alumnos; 51 grupos escolares, com 15.373; 5 escolas modelos, com 2.467; 4 complementares com 1.147; o jardim da Infancia com 156 e a Escola Normal com 311.
> Nos Gymnasios da Capital e Campinas houve, durante o exercício ultimo, 215 alumnos, dos quaes terminaram o curso com o grao de bacharel em letras e sciencias 19.
> A Escola Polytechnica teve 124 alumnos, dos quaes 25 terminaram os cursos.
> A media da frequência escolar foi boa por todo o Estado 35.279 alumnos!
> Neste Estado é contristador fallar-se em instrucção! Em todo elle a frequência de alumnos nas escolas e lyceus não se eleva ao n. 3000! Em uma população de mais 100.000 habitantes!
> Quanto descuido!!! (Estado de São Paulo, O PHAROL, n. 7, 13/06/1902, p. 02).

Pode-se inferir, a exemplo de outras análises, que as práticas no campo educacional do Estado de São Paulo ganharam destaque em Mato Grosso, como em outros Estados da federação, justificando, em certa medida, o seu pioneirismo no cenário nacional. Segundo Souza (2011, p. 125), "as inovações e realizações educacionais tornar-se-iam mais um motivo de orgulho regional, mais um símbolo de progresso material e cultural de São Paulo e, desse modo, um elemento importante nas disputas políticas regionais".

A busca por referências externas ao Estado, ora para desqualificar o que ali existia e evidenciar o atraso, ora para dar destaque às ações desenvolvidas que, a exemplo de outros Estados foram significativas marcas de desenvolvimento e progresso, são constantes em todos os títulos examinados.

Partindo da premissa da circulação dos modelos pedagógicos e culturais tem-se, nesse sentido, uma via explicativa para a menção não apenas do Estado de São Paulo, como ícone de progresso e desenvolvimento em educação, como de países da Europa – Itália, Alemanha, Suíça, exemplos de investimentos profícuos no campo[124].

[124] Para ver exemplos de estudos nessa perspectiva, vale conferir, dentre outros, Carvalho e Pintassilgo (2011).

No entanto, em coletânea de trabalhos publicada recentemente sobre o tema, Carvalho e Pintassilgo (2011) fazem um alerta significativo para pensar a respeito da importação de modelos, sejam eles culturais ou pedagógicos:

> As teorias pedagógicas em voga ou as experiências escolares de referência são sempre apropriadas com alguma criatividade, pelos educadores que circulam, física e simbolicamente, pelo mundo pedagógico que vai entretecendo uma rede de relações constitutivas do suporte humano para a circulação internacional de um pensamento pedagógico cada vez mais globalizado. (CARVALHO e PINTASSILGO, 2011, p. 10-11).

Retomando as preocupações com aspectos ligados à formação cultural dos matogrossenses, uma das edições do mês de julho de 1902, de *O Pharol*, traz como primeira página, texto intitulado "A Boa e a Má leitura", por meio do qual discorrem acerca da importância da leitura, dando ênfase para aspectos morais e religiosos, sobretudo no papel da família e dos professores na formação dos habitantes da capital.

Num dado momento os editores questionam:

> [...] Quem estuda dos costumes dos habitante desta capital, observa de prompto um phenomeno que poderíamos exprimir por estas palavras que os resumem: É UM POVO QUE LE.
> Nada há com que iguale a rapidez com que se desenvolve em todas as classes a paixão pela leitura.
> Mas, infelizmente, que é que o povo lê?
> Ora, como nos contrista o coração [ilegível] péssimos os olhos para as estantes das livrarias, que surgem a cada canto das ruas, encontramos esses romances miseráveis, essas publicações vãs, estúpidas e impuras, sem estylo, sem gosto, sem honra e sem nome, que a mocidade e o pobre operário, adquirem por alguns vinténs.
> Livros ímpios, corruptores, em que um pequeno numero de verdades úteis é abafado sob um montão de erros; em que a serpente está oculta sob as flores, em que sob um fructo que parece tão bello se occulta veneno subtil e que mata quando se aproxima dos lábios; livros em que se promette luz e se ateam incêndios.
> Eis o perigo que nos cumpre hoje começar a denunciar. [...]
> É uma litteratura profana, ardente e violentamente irreligiosa inflamada de um desprezo audacioso por todas as leis e as regras aceitas pela concorrência dos homens, revolucionário em todos os sentidos e sob todas as formas e que levanta cada as mais terriveis e até sanguinolentas tempestades. [...]
> O povo é de Deus, de Christo e de sua Igreja, são essas as suas alianças naturaes, e para conseguirmos comental-as o meio a empregar em nossos dias é um único: é o livro, é o jornal popular e bom. Eis pois! [...] (A Boa e a Má leitura, O PHAROL, n. 13, 26/07/1902, p. 01).

Buscando asseverar os valores morais em busca, talvez, de um movimento de moralização da sociedade matogrossense, identifica-se na publicação a sequência de dois

textos intitulados “A Instrucção e a Educação”, por meio dos quais os editores discutem, nas primeiras páginas, a importância desses dois componentes para o pleno desenvolvimento das potencialidades do povo e assim descritos:

> [...] de magna importância, que convem que seja divulgado e conhecido de nossos leitores pelo seu estudo, fazendo conhecer-se distinctatmente as duas phrases que encima estas linhas pela sua paridade são necessárias nos nossos tempos e que vem a TALHO DE FOICE, corroborar as ideias que temos expandido. [...] (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 16, 16/08/1902, p. 01).

O primeiro busca, através da transcrição de um texto cuja autoria não identifica, chamando-o apenas de “um nosso collega contemporâneo”[125], enfatizar as noções de moral associadas aos conhecimentos religiosos, como elemento essencial para a boa educação, em oposição à má educação. Utilizando os recursos de tese e antítese, o texto foi construído de modo a dar ao leitor a nítida impressão do embate entre o “Bem contra o Mal”, advertindo que mesmo a instrução, se não acompanhada e assentada em princípios sólidos, pode conduzir à degenerescência humana:

> [...] A boa educação regenera, a má desvaira, vicia, corrompe as creanças, enche as suas cabeças de mil erros, de que é tanto mais difícil desenganal-as quanto são mais perduraveis e indeléveis as primeiras impressões da tenra idade, tão parecidas com os caracteres gravados em novas e viventes arvores, que vão crescendo e avultando á media que cresce ou desenvolve o tronco. [...] A boa educação é o padrão por onde é afferida a moralidade de um povo, bem como a instrucção é o termômetro do seu adiantamento ou atrazo intellectual nas lettras e industrias. [...] Na boa educação consiste a prosperidade das nações e a tranquilidade dos Estado. Ao contrário, a má educação e a péssima instrucção esphacelam a cabeça, corrompem o coração e pervertem os costumes. O educador é o molde em que é refundido o homem social. [...] (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 16, 16/08/1902, p. 01).

Ao ensaiar suas considerações finais, preparando o leitor para a continuidade do assunto no número seguinte, tem-se que:

> E é somente bem educando e bem instruindo os homens que podemos gosal-a [a vida] praticando aquella virtude geral, que comprehendendo o bem comum que o amor de todos e que elles adquirem a verdadeira felicidade. Creatura educável e flexível, moldada na sociedade pelas impressões e doutrinas, pelas ideas e pensamentos dos demais homens, o homem é capaz de conhecer por igual a sua própria natureza, quando se lh’a mostra claramente, e de perder o sentido d’ella quando se a occulta. [...] (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 16, 16/08/1902, p. 02).

[125] A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 16, 16/08/1902, p. 01.

A abordagem escolhida para dar continuidade a essa discussão incide sobre o papel da família, cuja "tarefa difficil e sublime que tem evidentemente a mais benéfica e salutar influencia sobre a progressiva ascenção do gênero humano" (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 17, 23/08/1902, p. 01).

Ainda mantendo o apelo no discurso moral, a educação é tratada como instrumento que dá molde e forma ao ser na fase da infância, sobre a qual a família detém plenos poderes e as máximas responsabilidades: "A educação essencial á existência humana e a educação moral, e esta só é bem ministrada sob o tecto da familia, d'onde a energia paternal e os desvelos maternos, associados pelo mesmo sublime affecto, repellem tudo o que possa perverte o tenro coração da creança" (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 17, 23/08/1902, p. 01).

A questão moral representa base forte para a formação de valores do ser infantil. A todo momento, quando problemas de ordem social são apontados, se o argumento não incide pela via do discurso religioso, traz, notadamente, a associação da moral como elemento indissociável da boa conduta. Fica claro que esse papel deve ser desempenhado pelo núcleo familiar, traduzindo-se pela distinção clássica entre Instruir e Educar: a primeira, responsabilidade do poder público ou das instituições, cuja finalidade é o ensino das letras; a segunda, sob a égide da família, devendo ser acompanhada e mantida em outros espaços sociais.

O fundamento dos textos dessa natureza insiste, por fim, na necessidade em se desenvolver tais comportamentos com vistas ao progresso do Estado e adiantamento moral da Nação: "[...] É obvio, pois que a educação esclarecendo a intelligencia e modificando os costumes do homem concorra muito efficazmente para a ordem e progresso do organismo social" (A Instrucção e a Educação, O PHAROL, n. 17, 23/08/1902, p. 01).

Em Corumbá, a discussão sobre questões de fundo moral naquele ano, não se revelou nas páginas dos impressos. De modo mais técnico, os jornais se dedicaram a "cobrir" e dar notas sobre as práticas escolares, que mereciam espaço em suas colunas com frequência e regularidade. Assim, as preocupações com os exames finais dos colégios particulares tomam lugar nas páginas de *O Brazil*[126] a partir das suas primeiras edições, no ano de 1902.

[126] **O Brazil**: **orgam noticioso e commercial**, dedicado aos interesses do povo, circulou em Corumbá, duas vezes por semana, sob a direção de Themystocles Serra, até o momento em que este foi convidado a assumir cargo na Diretoria de Instrução. Em 1905, alteram sua epígrafe para "Orgam do Partido da Colligação Mato Grossense, sob a gerência de Themystocles Serra e tendo como redatores João Christião Cartens e José de Barros Maciel. Em 1907, mantém a alteração de sua epígrafe para "Orgam do Partido da Colligação Mato Grossense",

O espaço ocupado por estas notas nos jornais constituiu-se em aspecto interessante, ao se observar que, quando a lista de alunos aprovados ultrapassava uma coluna da publicação, passavam a ocupar as páginas iniciais - a primeira, raramente, e a segunda, com frequência. No entanto, quando a nota da aprovação nos exames se encontra associada ao acontecimento de comemoração atividade cívica ou religiosa, ou há presença de autoridades de destaque no cenário estadual ou nacional, adquirem outra forma de apresentação.

O recurso de noticiar sobre os exames nas páginas das publicações periódicas matogrossenses continuou a ser amplamente utilizado nesta década, tomando, por vezes, edições seguidas de periódicos, que circularam simultaneamente sem, no entanto, se repetirem, em jornais distintos. Saber da aprovação, fosse ela com distinção, plena, ou sem menção honrosa, colocava os estudantes em situação de visibilidade e destaque, inclusive aos olhos da comunidade leitora.

Ao passo que, ser reprovado ou não comparecer aos exames indicava despreparo e displicência nas atividades escolares. Ressalte-se que os últimos não eram indicados nominalmente, contudo, dado o reduzido número de alunos que eram inscritos nos exames, como relatam os próprios jornais, não deveria ser difícil identificar os dissidentes e reprovados (O BRAZIL, n. 6, 02/11/1902, p. 02).

Mesmo aqueles periódicos que não tinham contrato de divulgação das matérias oficiais, assumido com o poder público, davam notas da realização dos exames, da abertura de matrículas nos colégios particulares, especialmente nos Colégios administrados por Missões Religiosas, como o Collegio Santa Thereza (Corumbá) e o Liceu Salesianos São Gonçalo[127] (Cuiabá).

---

ampliando também sua equipe de redatores e colaboradores, sendo Diretor Gerente Lauro Pinheiro e redatores Themystocles Serra e Amilcar Barbosa.

[127] De acordo com Siqueira (2002, p. 190): "O Liceu Salesiano São Gonçalo foi fundado [em 1894] pelos padres da Ordem Salesiana que, seguindo os princípios educacionais traçados por São João Bosco, implantaram em Cuiabá e em Campo Grande estabelecimentos escolares onde se ensinava desde as primeiras letras, passando pelo ensino ginasial e atingindo a formação secundária profissional, além da propedêutica, preparatória ao ingresso de alunos nos cursos superiores". Estudo mais detalhado sobre a ação dos Salesianos em Mato Grosso podem ser conferidos em Francisco (2010).

O BRAZIL

Orgam do Partido da Colligação Matto-Grossense

Redactores :

O BRAZIL

Figura 17 – Jornal “O Brazil” (1902) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Segundo Elizabeth Madureira Siqueira, o ano de 1902 foi emblemático para a consolidação do Liceu São Gonçalo como legítima instituição de ensino matogrossense:

> A evolução pedagógica dessa escola foi tão grande, que chegou, no ano de 1902, a ter seu ensino secundário equiparado ao do Ginásio Nacional, que funcionava no Rio de Janeiro. Ao final do secundário, os alunos recebiam o titulo de Bacharéis em Ciências e Letras, o que os habilitava a ingressar nas Faculdades. Com tal grau de credibilidade pela qualidade de seu ensino e da educação religiosa que transmitia, o Liceu passou a se constituir num dos cartões de vista da capital, tendo sido visitado por figuras ilustres. [...] Com isso, o Liceu recebeu contribuições não somente através de verbas aprovadas pela Assembleia Legislativa, mas também por donativos que eram oferecidos pela comunidade. (SIQUEIRA, 2002, p. 191-192).

Outro dado que ganha as páginas das publicações examinadas, digno de nota, consiste na utilização dos espaços das instituições escolares para sediar as festas, tanto de cunho cívico quanto religioso. A recepção de autoridades políticas e religiosas, no âmbito estadual ou federal, se fazia em grande parte das vezes nas sedes das escolas de grande porte do Estado, sendo alunos e professores conclamados a participarem das atividades expondo seus trabalhos, fazendo orações em homenagem às autoridades presentes, entoando a parte musical ou apresentando espetáculos teatrais, segundo os jornais, cuidadosamente preparados para a ocasião.

Sobre essas atividades os jornais trazem, em algumas de suas edições, as menções enfatizando positivamente o trabalho ali apresentado; elogios que são utilizados inclusive para

asseverar a importância dos trabalhos realizados no campo da instrução, para o bom desenvolvimento do Estado e a formação moral de seus cidadãos, que, como se evidenciou em *O Pharol*, deveria ser feita na tenra idade.

Ainda que não seja objeto desta tese a discussão acerca das festas escolares na imprensa, elas ganham vulto na medida em que foram, nesta década, grande parte das notas relativas ao contexto educacional da época, como evidenciam, nos anos seguintes, as notas mapeadas. Nesse sentido, o estudo de Renata Marcílio Cândido (2007), fornece pistas significativas para compreender alguns dos motivos pelos quais as escolas, sobretudo as particulares, figuravam no cenário das atividades desta natureza.

Segundo a hipótese que norteia o trabalho daquela autora, as festas escolares se configurariam em

> [...] muito mais do que um momento de confraternização, de descontração e de manifestação de alegria, as festas, no caso as festividades escolares, possuíam outras funções, eram momentos privilegiados para o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimento, de normas e de valores legitimados pela escola e pela sociedade. A festa escolar pode, dessa forma, ser apreendida neste estudo em seu duplo caráter, político e pedagógico. (CÂNDIDO, 2007, p. 11).

No caso das notas mapeadas pela imprensa, nessa hipótese, apesar de não se aplicar integralmente, tendo em vista que o título FESTAS ESCOLARES abriga, nas páginas da imprensa matogrossense, um outro conjunto de atividades[128], como a recepção a autoridades que passavam pelo Estado ou municípios, a realização de atividades com vistas à arrecadação de fundos para construção, ampliação ou subsídios financeiros para custear a compra de materiais para alunos "pobres", partilhamos da análise feita por Cândido, quando afirma que as festas "contribuíram para enfatizar a relevância de algumas instituições sociais, como as instituições escolares, especialmente no momento de constituição de um sistema de ensino, bem como para a disseminação de outros conhecimentos não relacionados ao regime político, como os escolares" (CÂNDIDO, 2007, p. 13).

Finalizando as preocupações educacionais do ano de 1902 expressas na imprensa e corroboradas pelos documentos, tem-se, acerca da criação de uma Biblioteca Pública em Corumbá, ardorosa defesa publicada em *O Brazil*,

> Entrego-me a esse trabalho com satisfação não só pela muita estima em que tenho como pelas minhas symphatias pessoaes a Corumbá. Possuo a intuição

[128] Sobre as festas populares em Mato Grosso vale conferir o trabalho de João Carlos de Souza (2008), em especial o Capítulo 7: Festas e lazer no espaço urbano: modernização e conflitos.

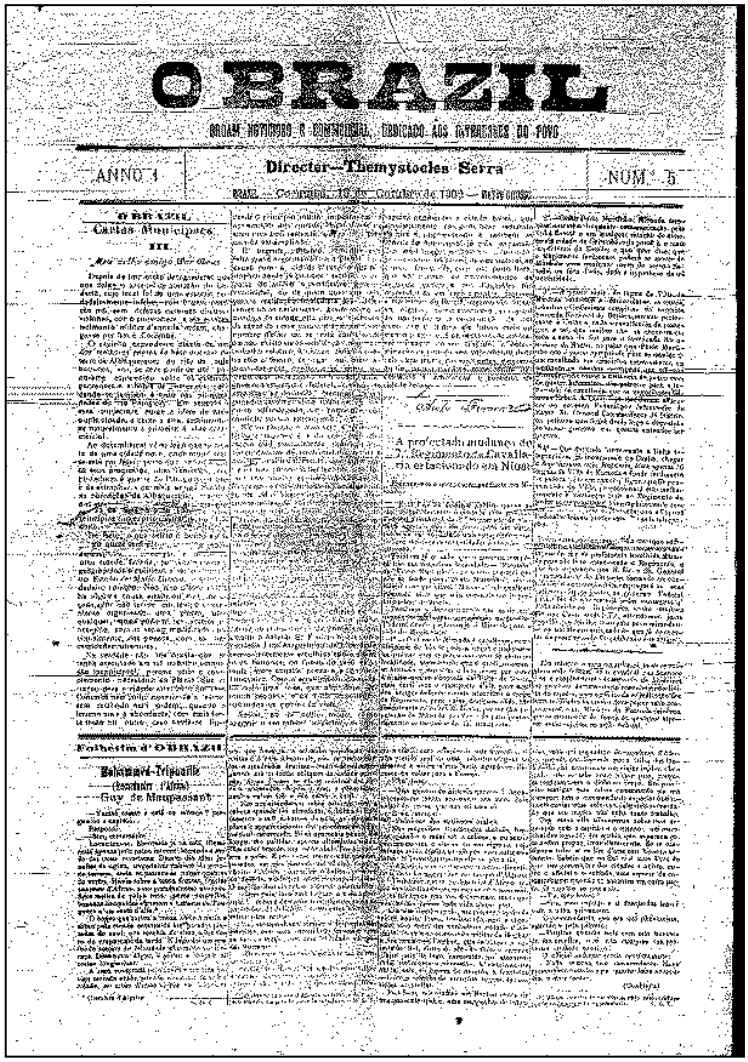
> de que existe aqui o germem de uma grande cidade, cujo povo se revela progressivo nas suas manifestações materiaes. Mas não é só por ellas que se mede o valor intrínseco de um povo e por isso peza-me que não haja ainda uma bibliotheca publica, por onde se affira de outro modo sua actividade intellectual.
> Dar-me-hia por bem remunerado com a fundação de uma, que viria mesmo em téo beneficio. As obras especiaes de engenharia são habitualmente Caracas como as de medicina, de direito etc. e nem todos podem tê-las. Ainda mais caras são as de caracter enciclopédico, como o laurousse, a encyclopedia britânica e tantas outras, que, por constituírem bagagem pesada, estão muito melhor nas bibliothecas publicas. [...] (Avila Franca[129], O BRAZIL, n. 7, 09/11/1902, p. 02).

E no mesmo texto, conclamando aos poderes públicos o empenho nesta causa, o engenheiro continua:

> [...] O governo municipal podia prestar esse importantíssimo serviço á população com uma despeza insignificantissima. Casa possue, armação para guardar os livros, illuminação custam pouco; não se encontrará um empregado municipal que accumule as funcções de bibliothecario mediante um pequeno salário de 50$ a 100$? Os primeiros livros seriam obtidos por subscripção publica e por donativos particulares, mesmo dos livreiros do exterior, que nunca se negam a auxiliar a fundação de bibliothecas. Enfim, a cousa far-se-hia modestamente, deixando-se ao tempo a tarefa de dar-lhe amplidão e grandeza. [...] (Avila Franca, O BRAZIL, n. 7, 09/11/1902, p. 02).

Os editores do período corroboram com a proposta da criação de uma biblioteca pública em Corumbá, tanto que se manifestam favoravelmente em nota na mesma edição que integra o texto anterior. “Abraçamos presumosos a ideia emittida pelo nosso illustre companheiro o Coronel Avila Franca em sua carta municipal que publicamos hoje [...]” (Bibliotheca publica municipal, O BRAZIL, n. 7, 09/11/1902, p. 02). Ressalte-se que a necessidade da criação de uma Biblioteca em Cuiabá estava em discussão.

[129] Segundo Souza (2008, p. 182-184), Avila Franca, engenheiro militar, foi responsável pela elaboração de vários projetos de urbanização para Corumbá, publicando frequentemente suas análises e opiniões na imprensa local.


O BRAZIL

ANNO 1 — Director—Themystocles Serra — NUM. 5

Figura 18 – Jornal "O Brazil", n. 5 (1902) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2012).

Ao final do ano, os editores de *O Brazil* encerram as publicações que se referem ao temário ligado à educação, com um texto cujo título é bastante característico de outros periódicos que se destinam a tratar do tema "Pela Instrucção", marcando as necessidades, segundo seu ponto de análise, dos investimentos em instrucção, "que é a baze indesctructivel do progresso dos povos civilizados. [...]" (Pela instrucção, O BRAZIL, n. 9, 23/11/1902, p. 02), bem como detalhamento e sugestões sobre onde e como devem ser aplicados os recursos que forem destinados a esse "importante ramo do setor publico".

O assunto em pauta se referia à criação de um curso de Humanidades[130] em Corumbá, sobre o qual os editores se posicionam favoravelmente: "[...] Não podemos deixar de

[130] Segundo Arlette Gasparello e Heloisa Villela (2006), "Em sua etimologia, o termo *humanidades* combina várias filiações. A primeira refere-se ao neologismo *humanitas*, que se reporta ao termo grego *paideia*. Nesse sentido, a educação buscaria preparar o indivíduo à plenitude do seu papel de *homem*. Uma segunda filiação liga o termo à tradição cristã, que, ao fazer distinção entre os *litterae humaniore* dos *litterae divinae* ou *sacrae*, no

manifestar a nossa satisfacção ante tão feliz quão patriótica lembrança, que, uma vez apoiada por aquella digna Corporação e levada a effeito, virá preencher uma grande falta de que há muito nos ressentimos. [...]" (Pela instrucção, O BRAZIL, n. 9, 23/11/1902, p. 02).

A exemplo do posicionamento favorável com relação à instalação de uma Biblioteca Pública em Corumbá, o mesmo se repete quanto ao curso de Humanidades,

> [...] É triste confessar-se que actualmente n'uma cidade prospera e florescente como Corumba, não existe um estabelecimento d' Instrucção Superior! ahi encontra-se um numero considerável de jovens patrícios que apenas teem a primaria, faltando aquella que não podem conseguir, visto não possuírem elementos para procural-a na Capital do Estado ou n'outro ponto! Urge muito que realize-se aquella luminosa Idea e por isso O Brasil dirige o apello aos illustres municipaes, esperando que seja realizado tão elevado cometimento. [...] (Pela instrucção, O BRAZIL, n. 9, 23/11/1902, p. 02).

Ao longo do ano de 1903 – ano em que as Mensagens de Presidente de Estado anunciam a necessidade de revisar o Regulamento da Instrução Pública de 1896, bem como a obtenção da Equiparação efetiva dos planos de ensino do Liceu Cuiabano aos do Ginásio Nacional, destacando ainda a ênfase na criação de uma "inspetoria escolar" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 19/03/1903), os jornais examinados não apresentaram textos que se dedicavam a analisar o contexto educacional, ou dar sugestões e encaminhamentos sobre investimentos no setor, embora apresentem certa regularidade na publicação das notas, sejam elas relativas aos exames de aprovação nos colégios, liceus e outras instituições de ensino, ou referentes às festas nas escolas salesianas, com vistas a angariar recursos para uma ou outra obra social, para a ampliação das Igrejas dos municípios.

Corumbá é apresentada nas páginas dos seus jornais como

> cidade, essencialmente cosmopolita, muito favorecida pela sua explendida posiçção geographica, é o ponto de preferência escolhido pelos naturaes de outros paizes que vem residir no Estado, e ao mesmo tempo – o centro de todas as operações commerciaes, de todas as communicações para o norte e sul, porque é em seu porto de alto calado, vindos do estrangeiro, conduzindo cargas tanto para o commercio nacional como de transito para a Bolivia, é aqui que são recebidas todas as correspondências, seja qual for sua procedência, quer de outros Estados, quer do exterior; [...] (Pelo Correio, O BRAZIL, n. 17, 18/01/1903, p. 01).

---

sentido de que a literatura profana se distingue da Escritura – permite evidenciar o caráter laico do termo humanidades. Uma terceira componente semântica do termo liga-se ao estudo das *humanidades* no século dos *humanistas*, termo que serviu para designar tanto os sábios dedicados à Antiguidade grega e romana, como *os alunos das novas classes dos colégios"* (GASPARELLO e VILLELA, 2006, p. 43).

Figuram com grande destaque na publicação corumbaense, por exemplo, diversos eventos ocorridos em função do Collegio Santa Thereza, que variavam desde as “kermesses” realizadas com vistas à arrecadação de fundos para a construção de seu novo prédio, e, posteriormente sua ampliação (O BRAZIL, n. 24, 08/03/1903; n. 30, 19/04/1903; n. 49, 30/08/1903) às solenidades religiosas, cujo programa detalhado constava das páginas dos jornais e a participação de alunos e professores era quase que obrigatória (n. 39, 21/06/1903; n. 58, 08/11/1903; n. 59, 15/11/1903), por números consecutivos, sem, no entanto, figurar ao lado dos anúncios, costumeiramente publicados nas últimas páginas de cada edição.

O BRAZIL

Orgam do Partido da Colligação Matto-Grossense

Redactores :

O BRAZIL

MANIFESTO

Libertas

Figura 19 – Jornal “O Brazil” (1903) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Chama a atenção, face ao exposto, a discussão de um tema que vinha ganhando destaque, desde o ano anterior, nas páginas de *O Brazil*, ainda que de modo discreto: a necessidade da criação de um curso de Humanidades, que se instala na cidade neste ano,

embora a partir da iniciativa de particulares, como evidencia o jornal em algumas de suas edições.

A fala de abertura dos trabalhos no referido curso é transcrita, na íntegra, nas páginas do periódico, “Em nome dos fundadores do Curso de Humanidades, teve a palavra o nosso jovem amigo Capitão José de Barros Maciel, cuja inspirada oração foi muito applaudida” (Curso de Humanidades, O BRAZIL, n. 39, 21/06/1903, p. 01).

Revisitando a história do surgimento da escola em alguns países da Europa, o Major Ivo do Prado Montes Pires da França, fez o discurso de abertura dos trabalhos que assim se encaminha:

> [...] Dizer aos presentes o que é a eschola e seu poder na corrente da civilisação seria repetir o que todos sabem. Quem desconhece, pergunta, que a origem da grandeza dos povos esta nas escholas que tiveram? Quando apresenta a Italia a imensa constelação dos gênios que tanto fulgura na História do Ocidente? [...] E a Inglaterra e a Allemanha genial, não devem a sua grandeza á severidade do seu ensino, de suas Universidades? E a França e a Hespanha, a Hollanda e outros povos não foram grandes à proporção que se instruíam? Pergunto ainda: E Portugal? Eis um grande exemplo: um Povo pequeno que faz com a eschola uma revolução no mundo realmente, interroga ainda o que faz a eschola de Sagres? [...] (Curso de Humanidades, O BRAZIL, n. 39, 21/06/1903, p. 02).

Gasparello e Villela (2006, p. 45) afirmam que a educação humanística seria responsável, no período, por uma distinção social almejada por muitos jovens e famílias, separando-os de uma “maioria ignorante ou apenas iniciada nas elementares primeiras letras”. Entende-se que essa característica pode ser aplicada ao contexto matogrossense.

Na mesma edição, já em nota mais pontual, encontramos a divulgação do Curso de Humanidades, em um formato que será reapresentado em outras edições subsequentes:

> CURSO DE HUMANIDADES
> Faz-se publico, para conhecimento das pessoas que pretenderem frequentar este Curso, que, em congregação dos respectivos professores, rezolveu-se que os preços das mensalidades serão os seguintes:
> Até 3 materias – 10$000
> Mais 3 materias – 15$000
> Para inscripção dos matriculandos e mais informações, dirigiam-se os interessados ao abaixo assignado. Corumba, 19 de junho de 1903. Raymundo Por-Deus. (Curso de Humanidades, O BRAZIL, n. 39, 21/06/1903, p. 03).

Ressalte-se que a necessidade e reivindicação pela criação de um curso de humanidades em Mato Grosso data, segundo Humberto Marcílio (1963, p. 117), de meados de 1895, em decorrência da distância do Estado daqueles que possuíam tais cursos, o que

impedia o desenvolvimento da população, que não tinha condições de se preparar para os estudos superiores fora do Estado.

Aproveitando o recurso da imprensa, naquele mesmo mês outro discurso, proferido pelo Dr. Ribeiro Couto em prol do Curso de Humanidades foi publicado nas páginas de *O Brazil*:

> [...] Nada mais sublime, nada mais bello, nada mais encantador do que estas festas da instrucção em que a mocidade vê se lhe abrir de par em par um templo sacrossanto, onde vem se revigorar o seu espirito para as luctas incrementas do futuro. [...] Identificado senhores, com este meio em que vive, constrangia-me a alma de patriota dilacerava-mo o coração de filho estremecido de um paiz novo e que mais e mais se {ilegivel} para vistoso apresentar-se no convívio da civilisação, digo, sentia-mo sopesado anti a evidencia de uma realidade esmagadora, notando que na primeira cidade de um dos Estados da República, num centro onde a olhos vistos o progresso material dia a dia, gigantescamente se accentua, não havia sequer uma casa de instrucção secundaria,m um collegio onde o estudo de humanidades poderia apparelhar a intelligencia da geração nova, para melhor comprehender os problemas que a argúcia do seu espírito para adiante haviam de se apresentar. [...]
> Quer isto dizer, que a cidade de Corumbá, até hoje desprovida de meios officiaes de ensino, apenas possuindo rudimentares escolas de primeiras lettras de que as melhores são devidas á iniciativa de particulares bem intencionados, vão deixar a rotina que é o estigma do atravamento e do atrazo, para figurar no rol de suas congêneres mais ditosas. [...] (Curso de Humanidades, O BRAZIL, n. 40, 29/06/1903, p. 01-02).

Dado inédito nas notas sobre instrução que constam dos jornais examinados até o período, a relação de livros a serem utilizados no Curso de Humanidades consta das páginas das edições de *O Brazil*, com os indicativos dos locais onde pudessem ser encontradas.

> [...] Grammatica portugueza de 3º. Anno por João Ribeiro
> Selecta nacional de Caldas Aulete
> Grammatica franceza de Halbout
> Selecta de Roquette
> Grammatica ingleza de Toletadino
> Arithmetica de João Jose Luiz Vianna
> Algebra de Antonio Trajano
> Geometria de B. C. Ottoni
> Geographia (curso secundário) de Lacerda
> Historia de Moreira Pinto
> Escripturação mercantil – Veridiano de Carvalho.
> Corumbá, 25-6-903. Raymundo Por-Deus. (Tribuna Livre, Curso de Humanidades, O BRAZIL, n. 40, 29/06/1903, p. 02).

Insistindo no papel da imprensa, citando Victor Hugo, como “a santa e immensa locomotiva do progresso que leva a humanidade para a terra de chanaan, a terra futura, onde

não haverá em torno de nós senão irmãos, e por cima de nós o céo" (O TYPOGRAPHO, apud O BRAZIL, n. 52, 21/09/1903, p. 02), os relatores dão publicidade, ao final do ano de 1903, à análise de um relatório apresentado à Câmara Municipal de Corumbá sobre a situação da Instrução Pública naquela localidade. Dentre outros aspectos destacam-se o registro e a valorização das iniciativas de particulares, prática comum na criação de escolas de primeiras letras, secundário e noturnas:

> O Estado mantem nesta cidade duas escolas de instrucção primaria, uma para cada sexo, e uma escola mixta em cada uma das freguesias e povoações do Municipio.
> Alem das escolas publicas existentes nesta cidade, mais ou menos frequentadas, há outras particulares, uma das quaes subvencionada pelo Municipio. Por iniciativa de alguns cidadãos, foi installado a 13 de junho do corrente anno, o Instituto "Treze de junho" cujo programma publicado no periódico "O Brazil", consiste em matérias do curso preparatório, com o fim de habilitar a mocidade á matricula nas academias da União, com uma aula anexa de escripturação mercantil.
> A creação desse estabelecimento preencheu sensível claro no nosso meio social, facilitando aos moços conhecimentos indispensáveis para qualquer profissão que se dediquem. A partir de janeiro vindouro vai ser subvencionado de conformidade com a resolução n. 56 de 15 de junho ultimo. (Instrucção Publica, O BRAZIL, n. 59, 15/11/1903, p. 03).

O curto período de circulação de *O Pharol*, da cidade de Cuiabá, não fez com que fossem menos volumosas as inserções de temáticas relativas aos temas ligados à instrução naquele periódico. De modo bastante distinto das notas presentes no jornal corumbaense, as páginas de *O Pharol* dão frequentes notas sobre a educação em Mato Grosso, em sentido de estabelecer análises do que havia e estava sendo realizado no setor, como sugerir a implantação de seções de educação que ainda não estavam consolidadas no Estado, como é o caso da Educação Infantil (Educação Infantil, O PHAROL, n. 47, 07/03/1903, p. 01), dentre outros aspectos abordados mais adiante.

O recurso da transcrição, a exemplo das décadas anteriores, é utilizado em algumas das edições do periódico com o intuito de, se não de preencher o espaço dos jornais em decorrência da ausência de matérias, reiterar também para Mato Grosso a posição de alguns Estados no tocante às práticas educativas. Nesse sentido, a última edição do mês de janeiro traz, sob o título *A Escola*: "[...] o que disse uma douta professora bahiana, com prazer acolhida por um importante orgam de publicidade do mesmo Estado, O Palladio de Santo Antonio de Jesus, merecendo as columnas de honra do jornal.[...]" (A Escola, O PHAROL, n. 42, 31/01/1903, p. 01-02), com relação à importância do espaço escolar para a consolidação dos ideais da moral, da família, "sendo a mais útil das instituições, [...] o coração, a escola é a

alma, a escola é a vida, a escola é a gloria da família e da sociedade. [...] (A Escola, O PHAROL, n. 42, 31/01/1903, p. 01-02).

E, continuando a argumentação, o texto assevera que

> a instrucção e a educação são tão necessárias como o ar que repiramos; d'essas há mister não só o pobre como também o rico, Tanto este como aquelle deem ser eguaes aos olhos do mestre. O pobre, com ser prbre, não deixa de ser dotado dos mesmos sentimentos que o rico nem se presuma ser mais feliz que este. (A Escola, O PHAROL, n. 42, 31/01/1903, p. 01-02).

Ao longo do texto, que ocupa as três colunas da primeira página do periódico e uma coluna da segunda página, entre as falas da professora bahiana, mediadas pelas transcrições e as análises dos editores do jornal, ambos concluem que "Com a fundação, pois de boas escolas e com a escolha de bons mestres, poderemos caminhar reconfortados e seguros para o engrandecimento e salvação da pátria" (A Escola, O PHAROL, n. 42, 31/01/1903, p. 01-02).

Nem sempre os assuntos pertinentes ao campo educacional eram tratados com tanta preocupação e seriedade. Entre os anos de 1880 e 1890 foi comum encontrar, entre as seções que compunham os periódicos em estudo, anedotas ou textos carregados de ironia, que retratavam situações referentes às práticas educativas, ora focadas na figura do mestre, ora na figura dos alunos, ora nas próprias instituições de ensino que existiam à época.

Localizamos textos com essas características na edição de 14 de fevereiro:

> Num exame de francez
> Examinador:
> -Sr. Roberto, diga-me em francez << eu vou me embora...>>
> Examinando depois de pensar:
> Je vais sambuira...
> Risada Geral. Baptista, o pomadista.
> (O PHAROL, n. 44, 14/02/1903, p. 04).

E sobre outro contexto, bastante conhecido da população matogrossense (os altos índices de analfabetismo):

> Um individuo analphabeto recebe diante de muitas pessoas um bilhete em que seu amigo lhe pedia um burro emprestado. Olhou para o papel e não querendo mostrar que não sabia ler, disse immediatamente ao portador:
> -Estou sciente, diga-lhe que vou em pessoa... (O PHAROL, n. 44, 14/02/1903, p. 04).

As notas de humor servem, se analisadas em profundidade, como severas críticas à situação em que se encontrava a instrução/educação no Estado, pois evidenciam, em geral, aspectos que não conseguiram ser encaminhados pelo poder público.

Dentre os problemas apontados pela imprensa matogrossense como responsáveis pelo atraso no setor educacional, a regência das escolas por professores do sexo feminino, ao lado das questões salariais, ocupa espaço cativo nos jornais. Em artigo publicado em 28 de fevereiro, os editores de *O Pharol*, referindo-se a artigo publicado em *O Estado*, discutem os impedimentos para se fazer da instrução pública a mola propulsora do progresso que se esperava para a época, para a qual "[...] nada, até hoje, se tem feito ou conseguido em favor della, afim de que chegue ao melhoramento desejado. [...]" (Instrucção Publica, O PHAROL, n. 46, 28/02/1903, p. 01).

Continuando a elucidar os problemas que grassavam na instrução no Estado, os editores de *O Pharol* acrescentavam:

> Muita razão tem, sem duvida o nobre collega, que parece-nos interessar pelos destinos da juventude cuyabana, pois é facto que muitas escolas tem sido entregues a individuos, não preparados, e que só servem para estragar as intelligencias. Isso não succede em outros paizes onde a instrucção é uma scentelha de Luiz que penetra em todos os albergues. [...] Entretanto, entre nós, procura-se um ignorante para assental-o na cadeira de professor. Em logar de elevarmos o ensino publico, procuramos por esse modo rebaixal-o. Como já dissemos, achamos muita razão no nosso collega F.G no ponto que aconselha a vantagem de serem sempre as cadeiras de instrucção primaria exercidas effectivamente por pessoas de instrucções comprovadas, mas não o podemos concordar em que as escolas do sexo masculino sejam providas por senhoras, pois que a pratica nos tem demonstrado o pouco resultado que disso se tira. [...] É esse o único meio de adquirir-se bons pedagogos, que não façam do magistério publico um meio de vida, mas que o tenha como um dever sacrossanto. *Com bons salários, teremos bons operários.* Eis a verdade. (O PHAROL, n. 44, 14/02/1903, p. 04).

Na análise do historiador Osvaldo Zorzatto, o ano de 1904 traria para Mato Grosso projeção internacional: "Em 1904, o estado participa de uma exposição de produtos nos Estados Unidos, publicando-se na oportunidade um *Catálogo,* com oitenta e quatro páginas. Há nele, além de outros produtos expostos, uma *breve noticia sobre Mato Grosso*" (ZORZATTO, 1998, p. 43).

Em primeiro de janeiro, *O Brazil* abre sua página de notícias fazendo referência a importância do Telegrafo para a cidade de Corumbá:

> A laboriosa cidade de Corumbá acordou hoje, pela primeira vez sacudida violentamente pelo calefrio d'uma emoção estreanha e, ainda extremenhada,

> sentiu-se estreitar, pelo poderoso vinculo da eletricidade, na extrema approximação d'um frenético abraço no mundo civilisado: fora a inauguração no telegrapho, que as primeiras manipulações operara esse encontro, no seu assombrado poder de vencer n'um lapso de tempo as mais dilatadas distancias. [...] (O Telegrapho, O BRAZIL, n. 66, 01/01/1904, p. 01).

Os jornais corumbaenses examinados se limitaram a trazer as notas de criação de escolas particulares, anunciar atas e proclames de inscrição e matrícula, retomando, por três a quatro números subsequentes, informativos referentes à criação de tais estabelecimentos:

> A abaixo assignada, Professora Carolina Piebler Maselli, tem a subida honra de prevenir as Exmas. Familias Corumbaenses de que, a começar no dia 4 de janeiro de p.v. anno, vae abrir á Rua S. Gabriel, a sua aula particular do sexo feminino, para o curso primário e secundário. [...] (Tribuna Livre, O BRAZIL, n. 66, 01/01/1904, p. 02).

Na mesma linha editorial segue:

> Instituto Treze de Junho: De ordem do Sr. Director, faço publico achar se aberta até o dia 25 do corrente a matricula para os que quizerem frequentar as aulas d'este Instituto; devendo os matriculados já avisarem se continuam ou não a frequental-as. [...] (Instituto Treze de Junho, O BRAZIL, n. 68, 10/01/1904, p. 03).

O Collegio Santa Thereza, tendo em vista o apoio que recebia da população corumbaense, segundo os indicativos fornecidos pelos jornais da cidade, a considerar pela participação da população em suas festas para arrecadação de fundos, promove e dá a conhecer, nas páginas da imprensa, ação benemérita, assinada pelo Padre Arthur Castells:

> Com o penhor de gratidão pelos favores recebido das Exmas. Sras. e Illas. e Sras. desta cidade, offereço o ensino gratuito, para os menores que não podem satisfazer com a mensalidade, que os estatutos determinam e que forem recommendados pelos nossos benfeitores. (Tribuna Livre, Collegio Santa Thereza, O BRAZIL, n. 71, 21/04/1904, p. 02).

Mas a oferta dos serviços educacionais, seja para aulas particulares, como na divulgação de novas instituições de ensino que estavam sendo criadas, nem sempre era sucinta e pontual. Valiam-se, os seus proponentes, dos recursos elogiosos à formação de seus mestres, da importância do curso a ser ofertado, bem como dos acréscimos às modalidades de ensino regulares, a exemplo do ensino da língua italiana, artes plásticas, dentre outras atividades. Oferecer o diferencial poderia ser fator decisivo para angariar novas matrículas, como evidencia o anúncio da criação de mais uma escola particular em Corumbá:

> Sabemos que a Exma. Sra. D. Luiza Ribeiro Dias da Rocha, virtuosa e digna consorte do nosso amigo Sr. Alferes Jonathas Salathiel Dias da Rocha, brevemente abrirá n'esta cidade um collegio, no qual serão admittidas creanças cujos Paes ou tutores solicitarem a respectiva matricula.
> De comprovada aptidão, porque a Exma. candidata à nobilíssima se se leem que árdua missão do magistério, é diplomada por uma academia da Allemanha, e doptada de uma robusta intelligencia, muitos bons e relevantes serviços poderá prestar á juventude corumbaense, a qual pressurosos – desde já felicitamos por tão auspicioso acontecimento. (Um Novo Estabelecimento de Instrucção, O BRAZIL, n. 80, 21/02/1904, p. 02).

Findando as notas sobre educação naquele ano, a oferta de serviços educacionais, por parte das professoras particulares que se arvoraram a tal tarefa, em Corumbá, ganha um texto mais detalhado, mencionando a organização do tempo e das atividades que serão desenvolvidas, os valores praticados em cada curso e o que se espera que os alunos alcancem, com o aprendizado adquirido.

> Previne-se aos chefes de família que em 1º. de março entrante abrir-se-há, á rua 15 de novembro n 4 um estabelecimento de instrucção, no qual serão acceitos meninos e meninas, não devendo aquelles ter mais de 12 annos.
> O ensino será primario, sencundario e artístico, leccionando-se francez, inglez e allemão pratica e theoricamente.
> O curso artístico comprehenderá: musica (piano e bandolim), desenho e pintura a óleo e à aquarella.
> Desde os mais simples aos mais finos trabalhos manuais, modernos e ampliador lovores (sic) a ouro e seda, bem como delicados bordados á machina EDISON serão ensinados n'esse estabelecimento.
> As aulas terão logar das 8 á 11 da manhã e de 1 as 3 da tarde: Seus preços mensaes são os seguintes: Ensino primário e secundário comprehendendo desenho etc 10$000
> Qualquer idioma acima 5$000
> Musica (piano ou bandolim) 5$000.
> Por toda e qualquer matéria leccionada em domicilio se cobrará 20$000 por quatro licções (uma por semana), 30$000 por oito licções (duas por semana). (Professora, O BRAZIL, n. 81, 25/02/1904, p. 03).

Essa prática pode se justificar nas críticas publicadas em relação ao baixo aproveitamento dos alunos nos exames finais. A tabela de vencimentos dos empregados da Instrução Pública de 1905, conforme o Quadro 14, demonstra ser mais compensatório atuar como professor particular, que pertencer ao quadro de professores públicos. De acordo com os balancetes publicados no jornal com certa regularidade, a subvenção de uma escola particular custava aos cofres municipais, por trimestre, 150$000 (Balanço da receita e despeza do município de Corumbá, durante o trimestre de 1904, O BRAZIL, n. 90, 17/04/1904, p. 03). Enquanto que a subvenção de uma escola primária de ensino leigo custava, aos mesmos

cofres, 300$000 por trimestre (Balancete de receita e despeza do município de Corumbá, relativo ao 4º Trimestre do corrente anno, O BRAZIL, n. 70, 17/01/1904, p. 03).

Em outra abordagem analítica, Lylia Galetti complementa acerca da projeção internacional de Mato Grosso:

> Em 1904, por iniciativa do presidente do estado, o usineiro Antonio Paes de Barros, Mato Grosso, se fez representar na Exposição Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos, tendo sido elaborado, para a ocasião, extenso catálogo, com informações minuciosas sobre as riquezas naturais do estado, suas dimensões territoriais, população, leis referentes à colonização emigração e outras claramente destinadas a atrair mão de obra e capitais. Deste catálogo constavam também aspectos culturais, com itens específicos para a instrução pública e as artes liberais, onde eram relacionados os estabelecimentos escolares, inclusive uma escola de ofícios, colônias para catequese de indígenas, imprensa, tipografias, entre outros. Também compunha o Catalogo um item intitulado *Departamento de Antropologia*, com uma relação dos objetos que foram expostos, entre eles armas, instrumentos de trabalho e exemplares da arte indígena. [...] (GALETTI, 2000, p. 259).

Os jornais refletem, em certa medida, a expectativa da população no que tange ao desenvolvimento do Estado e, embora a educação institucionalizada nem sempre esteja no cerne dessas expectativas, como sinal de progresso e adiantamento matogrossense, a imprensa não se furta de dar espaço para suas notas. A Mensagem de Presidente deste ano, assim como nos anteriores, foi suscinta ao descrever a situação da instrução pública no período, limitando-se a registrar dados de frequência e matrícula nas instituições de ensino público e incentivo, pouco a pouco à criação de um curso Normal, “assim que permitam as condições do Estado” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1904, manuscrito).

O discurso que enaltece as belezas e vantagens naturais do Estado em relação à sua topografia, localização geográfica privilegiada para a produção agropastoril, é o mesmo que desqualifica tais características:

> Como é sabido, o Estado de Matto-Grosso é um dos mais ricos do Brazil e pela sua topographia aquelle que melhor se presta ao desenvolvimento da industria pastoril. Infelizmente, não possuindo costas marítimas e não sendo fáceis as suas communicações com o exterior ou interior do paiz, não tem tido grande desenvolvimento nem progresso material. [...] Agora, porém com a construção da estrada de ferro do Bauru a Aquidauana, que virá unir Matto-Grosso a S. Paulo, e com a ramificação de outras estradas, em estudo com o inicio do prolongamento, o problema de facilidade das communicações vai ter próxima solução. [...] (Fatos e Constas, O BRAZIL, n. [ilegível], 26/04/1904, p. 03).

Em 1905, nas edições localizadas de *O Brazil*, as referências aos feitos do setor educacional continuam a merecer espaço, na modalidade de anúncios dos Colégios que ofertavam vagas para moças mediante o pagamento de "[...] 6 a 12 mil reis mensaes, segundo o gráo de adiantamento de cada alumna" (Anuncios, Collegios para Meninas, O BRAZIL, n. 135, 29/10/1905, p. 04), e também em críticas às práticas administrativas adotadas pelo poder público, como evidencia o texto que se refere à exoneração da professora Maria Leite Gomes Pedroso de Barros:

> Acaba de ser exonerada pelo governo do Estado, a professora publica d'essa cidade Exma. Sra. D. Maria Leite Gomes Pedroso de Barros, para ser nomeada ao que somos informados, uma filha do Sr. Burlamaqui, telegraphista da estação d'esta cidade, há 2 mezes vindo para o nosso Estado.
> É sempre assim.
> A distincta professora, cuja competência é altamente admirada, ia desempenhando com carinho e materno affecto, os seus deveres de preceptora de suas jovens conterrâneas que em numero de oitenta, mais ou menos, frequentava assiduamente a escola, onde Ella era para todas uma amiga eternecida.
> Entretanto, sem causa alguma que justifique, foi Ella destituída, para dar logar á uma senhora cuja aptidão se não conhece, e que so tem um único titulo: não ser matto-grossense.
> É como tem sempre procedido o governo do Estado; para elle são prescritos os filhos da terra e afagados [ilegível] os forasteiros. (Mais uma revoltante violência, O BRAZIL, n. 136, 01/11/1905, p. 02).

Contudo, embora realize a crítica aos forasteiros que ocupam o lugar dos seus patrícios, na mesma página, pouco mais adiante, em posição central, os editores publicam o anúncio de oferta dos serviços educacionais de João Caiaffa, cujas credenciais evidenciam a pretensa credibilidade, ao longo do texto:

> João Caiaffa formado em pedagogia pela Escola Normal de São Paulo, abre com o presente aviso aulas de Portuguez, Francez, Inglez e Italiano bem como de Arithmetica, Geometria, Algebra, Trigonometria, Mecanica e Astronomia e os indeispensaveis princípios das sciencias naturaes, curso esse que tem sua sede na casa n. 17 da Praça Santa Thereza e onde se darão aulas diurnas e nocturnas. (Tribuna Livre, O BRAZIL, n. 136, 01/11/1905, p. 02).

Não foi possível identificar se João Caiaffa é cidadão matogrossense, a julgar pelas informações dadas na nota tampouco foram encontradas referências a este professor em outros jornais analisados, embora tudo leve a crer, a julgar pelo texto em si, que o diferencial na atuação deste professor, que deveria constituir-se em "verdadeira enciclopédia", tendo em vista a intenção de ministrar ensino sobre todas as matérias do ensino complementar, quiçá do

secundário, residiria na formação obtida na Escola Normal Paulista, garantindo, por antecipação, a qualidade da formação do mestre e a eficácia do seu ensino.

A propósito deste excerto, em comparação com o discurso paulista construído a respeito de si mesmo, pode-se entender porque aquele estado prosperou e conseguiu alardear seu progresso como prática modelar por muitos estados, ainda que isso nem sempre se confirmasse na prática. Nesse sentido, as reflexões de Rosa Fátima de Souza conduzem a "interrogar a liderança de São Paulo na renovação educacional brasileira no início do período republicano [voltando o olhar para o] modo pelo qual os educadores paulistas forjaram uma interpretação e uma memória sobre a excelência do aparelho escolar do estado" (SOUZA, 2011, p. 01).

Corroborando com as análises de Souza (2011), Maria de Lourdes Monaco Janotti (1998) aponta que essa forma de escrever a história vem sendo questionada há alguns anos:

> Até hoje, quase a totalidade das manifestações historiográficas de divulgação e de caráter didático, importantes veículos para a consolidação de uma memória nacional, tendeu a valorizar somente o discurso elaborado pelos grupos políticos republicanos civis, destacadamente os cafeicultores paulistas. (JANOTTI, 1998, p. 125).

O discurso sobre o republicanismo e a pretensa influência paulista nos modos de produzir a educação em alguns estados da federação é novamente objeto de atenção da autora, quando afirma:

> O discurso civil, hegemônico até a década de 20, idealizou as conquistas obtidas com o sucesso da implantação do modelo da República liberal e presidencialista. O Partido Republicano Paulista, seu maior porta-voz, com sutileza política, reconhecia a importância dos militares nos primeiros momentos, mas priorizava a ação contínua e decisiva da propaganda republicana desde 1870. Identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática. (JANOTTI, 1998, p. 131).

E, em outro momento, conclui que "a hegemonia econômica inconteste de São Paulo, identificou a sua história com a História do Brasil do período republicano" (JANOTTI, 1998, p. 132).

A Mensagem de Presidente daquele ano retoma a discussão acerca da necessidade de se criar o Curso Normal em Mato Grosso. No entanto, a exemplo do ano de 1904, o presidente dedica a sua explanação aos problemas de ordem econômica que estariam dificultando investimentos em todos os setores no Estado.

A necessidade de estimular a formação de professores, e realizar investimentos que potencializem cursos desta natureza, volta a integrar agenda de debates a partir de 1910, quando o governo matogrossense solicita ao governo paulista o envio de professores para auxiliarem na organização da instrução pública daquele Estado, assunto amplamente discutido na produção histórica educacional sobre a década seguinte.

A Tabela 10, que segue, apresenta a composição administrativa e pedagógica da instrução no Estado naquele ano[131]: para além da sistematização dos dados referentes à movimentação financeira dos recursos despendidos com a instrução pública matogrossense, revela as localidades que dispunham de professores, a estrutura organizacional e, em certa medida, suas instâncias de funcionamento. Fornece indicativos da emergente organização de uma categoria profissional – professores públicos.

Empregos	Ordenado	Gratificação	Total
Director da Instrucção	3:200$000	1:600$000	4:800$000
Professor de portuguez e litteratura	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de francez	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de latim e lógica	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de inglez	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de allemão	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de grego	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de arithmética e álgebra	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de geometria e trigonometria	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de geographia	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de história universal e do Brazil	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de physica e chimica	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de mechanica e astronomia	1:600$000	800$000	2:400$000
Professor de desenho	1:600$000	800$000	2:400$000

(continua)

[131] Constam do Relatório os seguintes mapas informativos da situação da instrução pública no Estado: Mappa demonstrativo dos professores primários do Estado do Matto Grosso; Mappa nominal dos inspetores escolares do Estado do Matto Grosso e seus respectivos suplentes – 28 localidades – 27 inspetores (faltando apenas em Sant Anna do Paranayba; Mappa nominal dos lentes cathedraticos e professores do Lyceu Cuiabano – 14 professores: 05 vitalicios, 06 interinos, 01 contratado, 2 effectivo (faltava professor de Chimica); Mappa nominal dos membros do Conselho Superior de Instrucção Publica do Estado do Matto Grosso – 1 mulher 1 professor, 4 militares (coronel, major), 1 desembargador, 1 doutor; Mappa nominal dos empregados da Secretaria da Instrucção Publica do Estado do Matto Grosso. Percebe-se que havia uma carreira em fase de constituição no campo do magistério.

(continuação)

Empregos	Ordenado	Gratificação	Total
Professor de história natural	1:600$000	800$000	2:400$000
Secretario	1:600$000	800$000	2:400$000
Amanuense	960$000	480$000	1:440$000
Inspector de alumnos	960$000	480$000	1:440$000
Preparador e conservador dos gabinetes de physica, chimica e historia natural	1:000$000	500$000	1:500$000
Porteiro	840$000	400$000	1:240$000
Contínuo	640$000	320$000	960$000
Sub total	**31:560$000**	**15:780$000**	**47:340$000**
3 professores complementares da capital	2:973$333	1:466$667	4:440$000
9 professores elementares da capital	10:080$000	5:040$667	15:120$000
3 professores de São Luiz de Caceres	3:360$000	1:680$000	5:040$000
41 professores das demais localidades	39:360:000	19:680$000	59:040$000
Total da Folha de pagamento	**91:060$000**	**45:500$000**	**136:560$000**

Tabela 10 - Vencimentos dos empregados da “Instrucção Publica”
Fonte: Relatório da Instrucção Pública de 9 de outubro de 1905. Fundo Instrução Pública - Fundação Biblioteca Nacional/RJ (MATO GROSSO, 2010).
Org.: PINTO, A. A. (2012).

À época de produção do Relatório da Instrução Pública, a unidade territorial matogrossense desenhava-se com 22 distritos, 12 cidades, 17 vilas, 7 freguesias, 35 povoações. Por meio deste relatório é possível identificar a compra de mobiliário (conforme as prescrições do modelo norte-americano - carteiras e bancos individuais); o investimento na reforma dos prédios escolares: destaque para o Liceu Cuiabano (modelo adotado conforme as escolas da cidade do Distrito Federal e Rio de Janeiro), única escola secundária do estado.

Embora grande parte dessas instituições conte com recursos próprios, advindos das mensalidades, o ano de 1905 é marcado por notas na imprensa solicitando apoio financeiro, seja na ajuda às quermesses, ou donativos explicitamente solicitados aos pais e à sociedade.

> O Lyceu Salesiano acha-se na necessidade de avi-ar á distincta sobriedade desta capital que, por falta de VERBA, não tendo podido concluir os atrios do novo edifício, que deveriam inaugurar-se no domingo próximo 12 do corrente, na occasião da Kermesse já annunciada, foi essa sympatica festa de caridade transferida par um outro dia, que será opportunamente participado.
> Entretanto essa demora offerece aos gêneros e amigos e protetores da infância desvalida, o ensejo de continuarem a enviar donativos ou prendas para o maior resultado da mencionada kermesse, cujo fim humanitário foi

> especificado no convite que dirigimos a esta caritativa população. (O ESTADO, n. 335, 19/11/1905, p. 04).

À imprensa cabia o papel de anunciar os feitos no campo da educação, com ênfase na criação de escolas, nas atividades desenvolvidas em seus espaços, fossem de cunho pedagógico, ou como já mencionado em outros momentos, cívico e religioso, com destaque para o segundo grupo. Em *O Estado*[132] não foram observadas grandes alterações nestes propósitos.

O Estado

Orgam do Partido Republicano Constitucional

O ESTADO

Telegrammas

Figura 20 – Jornal "O Estado" (1905) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

[132] **O Estado: orgam do Partido Republicano Constitucional** circulou em Cuiabá, semanalmente, não apresentando em suas páginas a descrição da equipe de editores e redatores, nem seção de Expediente, sinalizando apenas o endereço do escritório de redação.
Foram localizadas e mapeadas para o estudo em questão as edições de número 305 em diante. As anteriores, quando existentes, se encontram em estado ilegível, de difícil manuseio.

Foram tantas as notas que deram ao conhecimento público a assinatura do documento que equiparou o ensino do Liceu Cuiabano ao do Ginásio Nacional no Rio de Janeiro, (RIO, Telegramas, O ESTADO, n. 304, 03/09/1905, p. 01), mas esta, em particular, guarda a importância desse ato público para Mato Grosso, sobretudo para Cuiabá, por ter sido emitida por autoridades do Rio de Janeiro:

> Conforme o telegramma que publicamos na secção competente, acaba de ser equiparado do Gymnasio Nacional o Lyceu Cuyabano, meritorio acto que muito há de influir na elevação do nível da cultura da mocidade mato-grossense.
> Congratulando nos com o Ex. Snr. Presidente de Estado e com o Sr. Director d'aquelle importante estabelecimento de ensino, cujos nomes estão ligados a esse commentimento de tão benéfico futuro para o preparo intellectual dos nossos homens de amanhã felicitamos ardentemente a mocidade de nossa terra pelo grande jubilo que lhes deve causar a auspiciosa noticia, prenuncio seductor de brilhantes épocas acadêmicas de triumphos que não tardarão , dando assim renome ao primeiro instituto de ensino superior do Estado. (Lyceu Cuyabano, O ESTADO, n. 304, 03/09/1905, p. 02).

Na mesma edição em que se proclama a equiparação do colégio, anuncia-se com detalhe a abertura das matrículas no Seminário Episcopal da Conceição, visando não somente a formação de clérigos:

> Este estabelecimento que funcciona em vasto prédio; o mais bem situado e o mais hygienico de Cuyaba, esta habilitado a dar a seus alumnos a esmerada educação, a mais completa instrucção.
> PROGRAMMA DE ENSINO
> Curso primário: Portuguez, Elementos de francez, elementos de latim, historia sagrada e profana, geographia, Arithmetica, Catecismo, Zoologia, Botanica, Civilidade, canto e desenho.
> Curso Secundario: Portuguez, Francez, Latim, Grego, Inglez, Historia Geral e do Brazil, geographia e astronomia, Arithmetica, Algebra, Trigonometria, Curso de Religião, Rethorica, Logica, Musica, Desenho, Physica e Chimica, Geologia.
> Curso Superior: Philosophia, Theologia, Historia Eclesiastica, Escriptura Sagrada, Liturgia, Portugueza, Francez, Inglez e Musica Sacra. O curso superior não admitte externos, sendo particular para formar vocações eclesiáticas. [...]
> O Seminario conta para o desempenho de sua missão com pessoal numeroso e habilitado constando de 6 sacerdotes e maiscollaboradores, sendo um licenciado em lettras da Universidade Franceza e dois bacharéis, ensinando o Portuguez o Rvm. Monsenho Bento Severiano da Luz.
> Serão admittidos neste estabelecimento alumnos internos, semi internos e externos. A pensão de cada alumno interno é de trezentos mil réis pelo anno lectivo, pagos em três prestações, no principio de cada trimestre, da maneira seguinte: a primeira de 100$000 no acto da entrada; a segunda de 100$000 no 1º. de janeiro; a terceira de 100$000 no 1º. abril. Os semi internos pagam 5$000 mensaes por trimestres adiantados. [...] (A Pedidos, Seminario Episcopal da Conceição, O ESTADO, n. 304, 03/09/1905, p. 04).

O ano de 1906[133] sinaliza, conforme indicam os textos das Mensagens de Presidente, a retomada das discussões e proposições de políticas públicas para a instrução matogrossense. Ao afirmar que o futuro do Estado estaria comprometido caso a instrução continuasse a apresentar a decadência que vinha sofrendo até o momento, o Presidente evidencia a situação do setor, mas atribui às condições econômicas (desfavoráveis) a falta de condições para investir em educação. Justifica ainda, essa falta de investimentos, na ausência de uma diretoria de estatística escolar, pois somente assim "poderia habilitar-me para proceder com pleno conhecimento de causa, e essa estatistica ainda não a temos" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1906, p. 19). As instituições particulares de ensino conquistam espaço significativo nesta década.

Em uma das edições de 1906, *O Estado* publica longo texto sobre o Collegio São Gonçalo, informando sobre as dificuldades em realizar a reforma estrutural daquele espaço, agradecendo ao "imperioso" auxílio das "almas caritativas" que vieram em seu auxílio e os benefícios que toda a dedicação do grupo envolvido trará para a alma de cada colaborador. Chama atenção, por outro lado, a apresentação das "modestas" dimensões do colégio, assim como das suas finalidades:

> [...]Aquellas almas affeitas ao Bem e a Caridade resignadas ao soffrimento, mansas e pacificas, têm também a rigesa indesctrutivel do diamante quando se envolvem em grandes trabalhos; sabem também querer e afoitam-se mesmo ás difíceis tarefas que o homem pode conceber no seu incessante progredir.
> Nesse lance contruido, já installou-se o dormitório, tendo 40 metros de comprimento por 6 e 50 centimentos de largura.
> É confortável e muito arejado; esta assoalhado com mosaico preto e branco, ladrilhos exagonos, alcançando uma superfície de 280 metros quadrados.
> Domina uma extensa vista, descortinando um magnífico panorama.
> Annexa esta uma varanda sobre arcada de tijolos e tirantes de ferro, tendo 40 metros de comprimento e 50 centimetros de largura, na qual brevemente se installarão as officinas typographicas de encadernação, alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria e serralheria, etc., transferidas do antigo local onde se acham presentemente.
> É um real melhoramento este e que cada vez mais recommenda a competência e zelo d'aquelles missionários salesianos aqui estabelecidos.
> Uma kermesse em breve será levada a effeito alli, cujo producto reverterá na continuação do bello edifício projectado.É de justiça que esta população coadjuve a tão abnegado portadores da Caridade e do Bem. (Collegio São Gonçalo, O ESTADO, n. 355, 01/04/1906, p. 04).

[133] De acordo com o estudo de João Edson Fanaya (2010, p. 152), o ano de 1906 foi marcado por uma crise política de proporções grandiosas no estado, culminando com o assassinato do governador Antonio Paes de Barros.

Ou seja, a população não só deveria frequentar as “kermesses”, como auxiliar na sua realização com vistas a um bem maior. Nesse sentido, a evocação de valores morais e religiosos, como a bondade e a caridade, garantiriam aos salesianos o apelo necessário para a realização de seu intento.

As instituições educacionais, sobretudo as particulares, são objeto principal das notas sobre educação identificadas neste periódico. Os motivos são diversos: festividades cívicas ou religiosas, como já destacado em outros momentos, divulgação de datas e locais; resultado dos exames de promoção dos alunos; as encenações teatrais, por ocasião de alguma data histórica a ser comemorada, em geral de autoria de membros do setor eclesiástico, dentre outros. As instituições presentes nesses eventos são: “Lyceu Cuiabano”, “Lyceu Salesiano”, “Collegio Santa Catharina de Sena” (estabelecimento salesiano de educação feminina), “Atheneu Cuiabano”, “Collegio Americano”, todos com sede na capital.

O Estado

Orgam do Partido Republicano Constitucional

Telegrammas

O ESTADO

Figura 21 – Jornal “O Estado" (1906) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

A Mensagem de Presidente do ano de 1906 evidencia o estado da educação naquele momento: “As nossas escolas publicas, regidas em geral por professores mal preparados e sem a indispensável vocação para o magistério, estão longe de satisfazer as necessidades do ensino, da educação da infância que as frequenta” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1906, p. 17).

Ao lado dessa constatação, o texto ainda se refere à decadência que o ensino público vem sofrendo ao longo desses anos, destacando o atraso dos salários pagos ao funcionalismo público, que para alguns setores já chegava a um ano (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1906, p. 17); ainda insiste na presença massiva das mulheres no magistério, como um dos fatores que prejudicariam a qualidade do ensino que vinha sendo realizado até o momento, entendendo que essa “inovação” não atendeu aos ensejos do projeto republicano de instrução pública, em vista de “... não poderem as senhoras, por diversas causas naturaes, ter a mesma assiduidade e dedicação do homem, principalmente quando casadas” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1906, p. 18).

> Sob a epigraphe – Accusação injusta – pretendeo O Estado do ultimo domingo defender a actual administração, por nos mui justamente accusada no nosso numero 25 do passado, por haver esbanjado completamente toda a renda estadoal, arrecadada desde Agosto de 1903, data em que começou a mesma administração, até o fim do anno p. findo, na importância de mais de quatro mil contos, segundo os dados fornecidos pela mensagem presidencial na parte publicada na Gazetta Official, n. 2481, de 15 do mesmo passado. [...] O atraso de vencimentos do funccionalismo publico nunca excedeo de cinco meses, aqui na capital, porque o ex-presidente, ao contrario do actual, interessava-se pela sorte dos servidores do Estado, sem preferências, e procurava com empenho diminuir o mais possível o atrazo, providenciando como podia para habilitar o Thesouro para esse fim. [...]
> Com os recursos orçamentários que s. ex. tem tido, qualquer outro administrador menos incapaz teria feito alguma coisa em beneficio do estado, teria reduzido sua divida passiva, e realisado melhoramentos materiaes não só aqui na capital como no interior, sem prejuízo das despezas ordinárias. [...] (A COLLIGAÇÃO, Não há defeza possível, n. 27, 08/04/1906, p. 01).

Excedendo as fronteiras do campo pedagógico, as reivindicações do governo chegavam à falta de estrutura física para abrigar as iniciativas políticas que se pretendia para a educação: dentre elas a ausência de prédios próprios para a instalação das escolas era o de maior gravidade.

Não obstante, o número de escolas particulares vinha aumentando, conforme se pode observar nas notas publicadas nos jornais sobre a abertura de escolas, com distintas características e direcionadas a público igualmente distinto.

Em outros setores, no entanto, identifica-se um viés empreendedorista desse governador: a relação favorável de Totó Paes com o governo federal facilitara, em muitos aspectos, a adoção de certas medidas para o progresso matogrossense: "A modernização do país somente seria possível, caso o governo central de mantivesse forte, politicamente. Para que isso ocorresse, necessário se fazia dar continuidade à 'Politica dos Governadores'" (SIQUEIRA et al., 1990, p. 153).

Nesse ano, ocuparam as páginas dos jornais notícias referentes à preparação do Brasil e de Mato Grosso, para a Exposição Internacional, a ser realizada em Milão no mês de maio; foi destaque em vários dos periódicos matogrossenses, por contar esse evento com um pavilhão dedicado à exposição de produtos da America Latina[134]. A intenção de projetar Mato Grosso para o mundo é parte da agenda política da época:

> Ao assumir o governo do Estado de Mato Grosso, Antonio Paes de Barros (Totó Paes) reproduziu a diretriz geral da política brasileira: MODERNIZAR O ESTADO E FAZÊ-LO CONHECIDO NACIONAL E INTERNACIONALMENTE. Para tanto, assessorou-se jornalistas, advogados e demais elementos ligados às lides culturais. Vejamos alguns atos de seus governos que espelham essa situação: - Participação de Mato Grosso na Exposição Internacional de Saint Louis (França); Publicação da Revista "O Archivo"; Publicação da obra "Vias de Comunicação" de autoria de Augusto Leverger; Financiamento de expedições científicas; Aumento da arrecadação do Estado, no que se refere ao comércio interno e externo. Os produtos mais comercializados foram: borracha e erva-mate, peles, poaia, couro, etc. (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990, p. 151, grifos no original).

Ao contrário das notas de *O Estado*, que buscavam valorizar as iniciativas do governo, o jornal *A Colligação*[135] representava a oposição às realizações de Antonio Paes, por meio de críticas diretas às quais dava espaço em suas páginas, exemplificadas pelos embates textuais com matérias publicadas em *O Estado:*

> A falta absoluta de garantias pessoaes em que nos achamos presentemente, devida ao governo do Sr. Antonio Paes, que por isso se torna cada dia mais odiado pelo povo tem obrigado muitos de nossos amigos a se retirarem desta

[134] Cf. O ESTADO, n. 354, 25/03/1906, p. 04.

[135] **A Colligação**: **órgão do Partido da Colligação Matto-Grossense** circulou semanalmente, aos domingos, em Cuiabá, de propriedade de Emilio Calháo, tendo como redator Frederico de Oliveira. A partir de 1907 registra em suas páginas a extensa equipe de redatores , organizadas em três grupos: Redatores Chefes: Dr. Joaquim P. Ferreira Mendes, Pedro Celestino Corrêa da Costa, Dr. Antonio F. Trigo de Loureiro, José Magno da S. Pereira, Dr. Luiz da Costa Ribeiro, Avelino de Siqueira e Dr. Jonas Corrêa da Costa; Redatores : Doutores Estevão Alves Corrêa, Jose Murtinho Sobrinho, Cesario Alves Corrêa , Amancio Ramos Freire, Candito T. Cardoso, Firmo Rodrigues, Sebastião Rabello, Manoel Escolástico Virginio, Fernando Leite de Campos, Jeronymo G. Macerata, Antonio Modesto de Mello e João Alfredo Ramos e Redatores Literarios: Manoel Vianna de Carvalho, João Cunha e Fabio M. de Lima.

> capital e mesmo para fora do Estado em busca de tranquilidade de espírito que aqui lhes falta por completo. [...] (Triste realidade, A COLLIGAÇÃO, n. 27, 08/04/1906, p. 03).

A COLLIGAÇÃO

ORGÃO DO PARTIDO DA COLLIGAÇÃO MATTO-GROSSENSE

PUBLICAÇÃO SEMANAL

TELEGRAMMAS

A COLLIGAÇÃO

TRISTE EVASIVA

Figura 22 – Jornal “A Colligação” (1906) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Contudo, de acordo com as edições localizadas apenas a partir do ano de 1907 as notas sobre a educação e instrução começam a ganhar espaço nas páginas deste periódico.

Nesse cenário permeado pelo discurso do progresso, cujos caminhos vêm sendo demonstrados desde os capítulos anteriores, os avanços no campo da infraestrutura, que aproximariam Mato Grosso das outras unidades da federação, se tornam efetivos, ganhando espaço considerável nas páginas dos jornais da época.

Ocupando a primeira página de três edições, com datas de publicação bastante próximas (29/09/1906, n. 60; 06/10/1906, n. 61; 20/10/1906, n. 63), *O Pharol* apresenta aos seus leitores questões do campo educacional, merecedoras, segundo a análise dos editores, de mais atenção no que tange à resolução dos problemas apontados, por parte dos governantes.

> [...] Investigando o estado das escolas primarias do Estado, sem mestres capazes, sem mobília, sem materies de ensino, ellas estão a pedir reformas inadiáveis, estão a pedir *misericordia* ao poder publico.
> Aqui mesmo na capital, qual o quadro que se desdobra aos nossos olhos?
> Quase meia dúzia de estabelecimentos funccionando sem numero legal, e as restantes sem fornecimento, sem visita das autoridades de ensino, sem incentivo que gera o enthusiasmo dos professores e a applicação dos discípulos.
> Para esse estado de coisas é verdade que concorre a falta do pagamento pontual dos respectivos funccionarios, mas já removida a causa deve cessar o effeito, não é sem tempo que cumpre ao Director da Instrucção impulsionar essa engrenagem que moverá o futuro da nossa terra.
> Eo expoente significativo da decadência do ensino publico entre nós na maioria uma população pobre, temol-o na grande frequência dos collegios dirigidos por particulares, cujo numero sobrepuja aos dos intitutos officiaes.
> Emquanto aquelles se povoam de alumnos, estes mal chegam a possuir o número legal, excepção de três ou quatro estabelecimentos, com sacrifico do povo que paga para ser servido no mais intimo dos seus interesses – a educação dos filhos.
> Urge, portanto, que o governo orientado por uma nova política de prosperidade, de justiça, tome as providencias que a lei faculta; volva emfim, a sua attenção para esse importante ramo do serviço erguendo-o á altura que occupa entre povos civilisados. [...]
> Suspenda, removam os que não preencham as condições da lei e uma vez a concurso determinada cadeira, cruze os braços e deixe que os candidatos, amigos ou adversários, a conquistem por suas habilitações.
> E estamos certos q'assim acontrecerá; pois o contrario disso, será o prolongametno da política decahida, que dava habilitações por meio de cartões de empenho. (Instrucção Publica, O PHAROL, n. 60, 29/09/1906, p. 01).

A edição seguinte, em texto com identificação de autoria, publicado em primeira página, o maior problema apontado se refere ao analfabetismo, para o qual o autor não vê solução a curto prazo, por falta de esforço do poder público, seja no que concerne à criação de escolas, seja no acompanhamento e fiscalização do trabalho dos professores:

> É tão magno o problema, é de tamanho interesse o systema de educaçao que um povo, que todas as nações cultas procuram a cada instante, desenvolver e aperfeiçoar um processo nacional para banir de vez o analphabetismo contristador.
> Infelizmente, neste collossal paiz, muito se tem a fazer a tal respeito, porquanto pode-se affirmar sem receio de erro, a mor parte de sua população vive ainda immersa nas trevas de uma ignorancia bruta!
> Será isso devido a deficencia do número de escolas disseminadas pelo território da Republica, ou será devido a falta de idoneidade dos respectivos professores?
> Em qualquer das hypotheses acima estabelecidas, compete aos poderes públicos tomarem medidas enérgicas para minorarem as agarras resultantes de um obscurantismo prejudicial, já procurando estabelecer a devida proprocionalildade entre as populações dos municípios e numero de collegios sufficientemente providos de todos os accessorios indipensaveis já procedendo a uma criteriosa escolha de pessoal reconhecidamente

> competente para a nobilitante funcção de educadores da juventude, levando-se a escrupulosidade dessa escolha até o ponto de vista da educação moral.
> [...] Para se conseguir, porém, tal desideratum, é mister que aquelles que têm o estricto dever de zelar pela educação dos seus compatriotas, immunizem-se contra a peçonha das bajulações odientas, contra esse filhotismo aviltante que corrôe e anniquilla todas as aspirações justas, suplantando o verdadeiro mérito.
> [...] Emquanto essa mediocridade estulta e vaidosa que tudo quer absorver e monopolisar, não for esmagada pela supremacia do talento; emquanto não se fizer da instrucção uma verdade, da justiça uma bandeira ser-nos-há difficil acreditar no engrandecimento e prosperidade da Patria, pois que, para tanto, é necessário que Ella possua cidadão puros, dignos, educados e patriotas. (Alvaro Peixoto de Azevedo, Pela Instrucção, Magno Assumpto, O PHAROL, n. 61, 06/10/1906, p. 01).

Encerrando essa sequência de matérias sobre a educação no seu contexto mais amplo, *O Pharol* passa a dar publicidade a temais mais relacionados à esfera pedagógica, nos processo ensino e aprendizagem: o estudo e as condições efetivas para a sua realização.

Dentre os aspectos levantados, o que mais chama a atenção dos editores é a ausência de uma Biblioteca Pública no Estado, tema esse que já foi explorado em outros periódicos durante essa década, nas páginas dos jornais corumbaenses, aliado à impossibilidade de se adquirir livros, seja pela dificuldade em se contatar as livrarias do Rio de Janeiro, seja pela demora no envio e, sobretudo, pelos altos valores, sem contar os problemas com o de envio da remessa, quando adquiridas "[...] mez e meio a dois depois disso recebe o seu livro completamente estragado pelos trancos em que veio! [...]" (O ensino, Magno Assumpto, O PHAROL, n. 63, 20/10/1906, p. 01).

Ao lado das preocupações com a criação de Bibliotecas no Estado, insere-se a necessidade em se adquirir livros escolares, cujas listas figuram em algumas edições de periódicos no ano de 1906. Na edição de fevereiro de *O Estado*, localizou-se a relação de livros escolares postos à venda, na Livraria São Sebastião, por meio da qual é possível identificar os títulos que circulavam o ensino das matérias relacionadas no Programa de ensino do Seminário Episcopal:

> João Ribeiro, Grammatica – 1º., 2º., e 3º. Anno
> Lameira, Grammatica portugueza
> Halbout, Grammatica franceza
> Sevèue, Grammatica franceza
> Bargain, Guia de conversação franceza
> Valdez, Diccionario francez
> Roquette, Selecta Franceza
> Motta, Grammatica ingleza
> Novvismo?? methodo inglez
> Hewit, Estrada Suave

> Bensabat, Inglez sem mestre
> Tereira, Inglez sem mestre
> Tereira, Francez sem mestre
> Recinann, Grammatica grega
> Vianna, Arithmetica
> F.I.C, Arithmetica
> F.I.C, algebra,
> F.I.C, Geometria
> F.I.C, Trigonometria
> F.I.C, Mecanica,
> F.I.C, Agrimensura
> Langlebert, Historia Natural
> Consiglière, Historia Universal
> Teixeira, Chimica
> Nerval, Physica
> Pinheiro, Litteratura
> Alfredo Gomes, Cartas e descripções
> G. do Prado, Composição
> Aulete, Selecta nacional de litteratura
> Aulete, Selecta nacional de oratoriaDelamarche, Atlas,
> Olavo Freire, Atlas.
> Livraria Escolar S. Sebastião. (O ESTADO, n. 349, 18/02/1906, p. 04).

A propósito das dificuldades elencadas nas matérias anteriores, alguns livreiros conseguiam criar estratégias para a comercialização deste tipo de material em Mato Grosso.

Ao lado da necessidade educacional, o progresso estrutural traria também aos matogrossenses, condições de se aproximarem dos elementos de cultura e, por que não dizer, de educação em outras localidades, como evidencia o texto publicado em *O Pharol*, ao final do ano de 1906:

> Magno assumpto
> A transcendental questão do prolongamento de uma das vias férreas paulista para Matto-Grosso, assumpto que vem em debate desde o antigo regimen, parece definitivamente assentada com a inauguração em Bahurú dos primeiros kilometros da Sorocabana em demanda do caudaloso Paraná.
> Esse auspicioso acontecimento, celebrado no paiz inteiro com enthusiasmo que sóe despertar os grandes melhoramentos, veio por certo excerrar o cyclo dos debates de longa data travados no traçado preferível no prolongamento de uma estrada que tivesse por ponto terminal a cidade de Cuiabá.
> Si é verdade que qualquer das emprezas competidoras – a Mogyana, a Paulistana, a Ituana e a Sorocabana – achava-se apparelhada para levar a effeito aquelle desiderato, também é verdade que cada uma de per si tinha-se perfilado nos terrenos das discussões theoricas e nada por espaço de muitos annos havia sido resolvido em caracter definitivo.
> Ao dr. Lauro Müller deve-se por certo o facto de haver levado o assumpto ao pé de execução, e agora, por um telegramma de origem particular que temos á vista, nos é tramittida a grata noticia da próxima partida para esta cidade de uma turma de engenheiros incumbido da execução dos estudos preliminares, do traçado a seguir na secção matto grossense.

> [...] O Pharol, dando aos seus leitores essa nova, e felicitando o Estado por ver em via de realisação aquelle grande melhoramento, que é o maior anhelo dos seus havitantes, julga dever deixar consignados no momento algumas ligeiras considerações a respeito.
> O trecho da secção matto-grossense, comprehendido entre Cuiabá e a margem direita do rio Paraná, é calculado em cerca de 900 kilometros, seguindo-se o roteiro da antiga estrada para S. Paulo pelo Piquiry, calculo que afasta-se do que é feito geralmente pelos práticos.
> Esse roteiro, porém, embora seja o que offereça menor percurso, não pode ser aproveitado em consequência dos extensos banhados que o cortam em vários pontos, segundo evidencia da exploração do coronel, Lassance, praticada em 1847.
> [...] E com a picareta do trabalhador, e com o silvo da locomotiva, que auguramos breve cortando os nossos campos, alargar-se-ão as esperanças ridentes dos que, como nós, vivem no seio da pátria e como que della sequestrados.
> A industria, nas suas variadas manifestações, o commercio, nas suas arrojadas conquistas, ahi estão estendendo supplices os braços, olhos fitos no horisonte da pátria, aguardando essa aurora percusora que nos afogará em um oceano de luz... (Magno Assumpto, O PHAROL, n. 69, 01/12/1906, p. 01-02).

Como nem tudo que a imprensa publica é digno de ser aceito como expressão de verdade, em edição posterior a explanação favorável acerca do traçado da linha férrea observam-se suas implicações negativas, acompanhadas do descrédito de sua execução:

> Pessimismo
> Há poucos dias em uma conversação intima, falou-se sobre Estrada de Ferro em Matto-Grosso. <<*Qual Estrada de Ferro nem nada*>>, diz um velho; *isso nem os meus netos hão de ver*.
> Esta phrase tem sido pronunciada dezenas de vezes, e não só neste assumpto, como em outros semelhantes e que dizem respeito ao nosso Estado.
> Parece que acham Matto-Grosso por demais indigno de melhoramentos de qualquer espécie, pois os seus filhos são os primeiros a duvidar que se realizem ou si se trata dos seus produtos, a dizer logo que não presta. Si esta em confronto um artigo brasileiro com um estrangeiro então, sem conhecimento de causa, proclamam logo a superioridade d'este; e si o artigo é do Estado, então nem merece as honras de um juízo. Ainda estamos lembrado que quando falou-se aqui em encanamento d'agua muita gente dizia; <<*quando ha de realizar-se isso; onde já se viu água subir um morro; água procura sempre descer*;>> e entretanto são hoje os primeiros a reclamar qualquer irregularidade na hydraulica. O mesmo se deu com o telegrapho, Bond, etc.
> D'aqui ha pouco hão de dizer: <<ora que serviço mal feito; isso só se vê em Matto-Grosso; a partida do trem marcado para 8 ½, são já 8,35 e nada de mover-se esta gronga.>>
> E assim por diante.
> A industria d'aqui, tem de occultar-se com rótulos estrangeiros para ter valor, pois senão perece em um momento.
> Esse pessimismo retrogrado, dá-se não só com as cousas mas também com os homens.

> O filho d'aqui não tem direito de saber nem de possuir qualquer mérito, sem primeiro viajar alguns annos para arranjar um dedo de *pomada* e dous de *pedantismo*.
> É preciso, entretanto, que se acabe para sempre com essas cousas, é preciso que façams reclame dos nossos productos para assim chamarmos a attenção alheia.
> Cale-se qualquer referencia pouco lisongeira sobre o nosso Estado; esobretudo, não duvidemos do seu progresso que elle se ha de tornar em realidade. (Pessimismo, O PHAROL, n. 70, 08/12/1906, p. 01, grifos no original).

As dificuldades financeiras do Estado continuaram a justificar, nos textos das Mensagens do ano de 1907, a ausência de investimentos no setor educacional, impedindo o Estado de construir prédios escolares, em que pudessem ser aplicados os conhecimentos da "moderna pedagogia, embora de modestas proporções e architetura" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1907, p. 19). O texto destaca ainda que o setor é o que mais tem exigido atenção da "administração superior", principalmente no que tange aos processos de formação de professores, para o qual se insiste criação de uma Escola Normal.

> As nossas escolas publicas, regidas em geral por professores mal preparados e sem a indispensável vocação para o magistério, estão longe de satisfazer ás necessidades do ensino, da educação da infância que as frequenta. E se isto se dá aqui na capital, muito mais grave é o mal no interior. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1907, p. 17).

O contexto apontado pelo texto das Mensagens contrasta, em alguns aspectos, com o cenário apresentado pela imprensa corumbaense. O ano de 1907 principia com notas de desenvolvimento e progresso: "Em breve veremos iniciados os grandes melhoramentos para esta rica e futurosa cidade, destinada pela sua situação geographica e pelo seu grande commercio a ser sempre a primeira e mais bella de todo o Estado. [...]" (Melhoramentos de Corumbá, O BRAZIL, n. 205, 26/02/1907, p. 02).

Guardaram, como de costume, espaço para a divulgação das notas tradicionais de festas cívicas e religiosas, exames e matrículas nas escolas particulares, transferências, nomeações e exoneração de professores, dentre outros atos oficiais da Instrução, além das ofertas de aulas particulares com vistas à realização dos exames superiores. Todavia, chama a atenção a nota publicada em relação à situação da Bolívia, país que se situa na fronteira com Corumbá:

> O ultimo recenseamento feito na Bolivia accusa os seguintes dados:
> A população actual da Bolívia é de 2.297.735 habitantes, assim classificados: índios 920.088; mestiços 456.918; brancos 231.088; negros

> 3.945; não classificados 170.935. A totalidade de estrangeiros é insignificante apenas 7.425.
> Há em todo território da Republica 710 escolas com 1.120 mestres e 50.000 alunos; 13 lyceus, 15 seminarios e 16 collegios. [...] (Echos de toda parte, AUTONOMISTA, n. 120, 07/12/1907, p. 02).

Nem toda a beleza e vantagem na localização geográfica protegiam Corumbá dos problemas que assolavam o Estado de Mato Grosso no campo da instrução. As ações políticas eram noticiadas nos jornais como representativas dos esforços dos legisladores em propor ações que refletissem em ganho para a população matogrossense:

> Há um mez que encetou seus trabalhos a Assembléa Legislativa do Estado.
> Composto na sua totalidade de homens bem intencionados e sinceros o parlamento estadoal conduzido com sabedoria e honestidade tem se sabido impor a consideração publica. [...]
> Todos os municipios, mesmo os mais longuinquos do nosso immenso e rico torrão receberam dos dignos pares a mesma somma de [ilegível] – traduzidos em brilhantges projectos que contribuirão extraordinariamente para o florescer de suas riquezas naturaes e rebustecimento de suas industrias. [...]
> O serviço de instrucção publica, elemento (sic) primordial de um povo, será completamente reformado e elevado ao nivel dos mais adiantados centros da União, devendo por estes dias ser apresentado á consideração da Assembléa, substancioso estudo sobre tão magno assumpto, pretendendo-se para Corumbá, a creação de uma escola normal, facto esse que preponderará fortemente na formação da educação cultural da nossa sociedade. [...] (Assembléa Legislativa, O BRAZIL, n. ilegível, 15/09/1907, p. 01).

Em Relatório apresentado à administração municipal, e publicado em dezembro daquele ano, revelam-se alguns dos problemas que o setor educacional encontrava para se firmar como um ramo forte do serviço público. Analisando o relatório enviado à Camara Municipal pelo Major Christião Cartens[136]:

> Corumbá, sobre ser a mais linda cidade mattogrossense, na opinião geral de todos que a visitam, está naturalmente, destinada a ter o mais brilhante e promissor futuro.
> Á reconhecida excellencia de sua topographia, á sua magnífica situação sobre um grande rio navegável e a facilidade de outras vias de communicação que possue alliam-se a índole ordeira e laboriosa de seus habitantes e o patriotismo sem macula de seus dirigentes. [...]
> Na instrucção publica o Sr. Major Christião vê, como toda pessoa illustrada um dos pontos de maior relevância social e desgraçadamente bastante abandonado entre nós, onde os collegios, quase que em geral, tem duração ephemera, pela falta de apoio que encontram. É esta uma verdade bem amarga, mas que não se pode negar de boa fé. Conhecedor abalisado desses factos tão deploráveis, lembra-o Sr. Major Intendente a fundação de uma

[136] O Major João Christião Cartens era Inspetor Escolar na cidade de Corumbá naquela data.

> escola municipal, que habilite a juventude a abraçar qualquer profissão ou á matricula nas escolas superiores da Republica.
> Idea nobilíssima, ella, por certo, tera a decidida attenção da patriótica Camara Municipal. Sim, porque descuidar desse magno problema – que se prende ao futuro da pátria – importa num verdadeiro crime.
> É preciso firmarmos o nosso nível intellectual, preparando essa mocidade sobre cujos hombros, inevitavelmente, pozarão amanhã as responsabilidades dos destinos deste Estado e do próprio Paiz. (O Relatorio Municipal - O Major Christião Carstens – Sua gestão – Seus serviços, O BRAZIL, n. ilegível, 01/12/1907, p. 01).

Na edição de 27 de outubro *A Colligação* publica o Orçamento do Estado e a distribuição entre os serviços públicos, sendo que a renda do Estado para o ano de 1908 seria de 2:406:308$200. Desse montante, as despesas com o setor de "instrucção publica" seriam de 193:250$000, a terceira maior, abaixo apenas do setor de "Força publica", com 786:225$000, e "Repartição de Terras, obras publicas e custeio da Hydraulica", 392:930$000; "Despezas diversas e despezas realizadas com o Exercito Libertador", 484:680$000 (Orçamento do Estado, A COLLIGAÇÃO, n. 102, 27/10/1907, p. 02).

Nas edições localizadas e examinadas de *A Colligação*, encontram-se, diferente dos jornais já citados, artigos de opinião sobre o tema da educação e ensino. Entre os meses de outubro e dezembro de 1907 todas as edições trouxeram notas, algumas mais extensas, outras mais sucintas, que abordavam a situação do ensino no país, trazendo a reflexão para a situação que identificavam em Mato Grosso.

Em artigo impresso na primeira página, o jornal elabora uma síntese da situação educacional no país, evidenciando o quanto Mato Grosso, em relação às nações estrangeiras e a algumas brasileiras (Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Pará), a partir dos investimentos no ensino primário, tem obtido resultados positivos expansíveis a todos os outros setores da sociedade.

> Atraves de todos os tempos e no seio de todos os povos civilisados a instrucção tem sempre constituído objeto de particular e carinhosa attenção por parte de todos os governos bem orientados e sinceramente animados do intuito do bem servir á comunidade.
> É principio incontroverso que a disseminação do enisno por todas as camadas sociaes constituie uma das condições essenciaes da prosperidade real de qualquer nação. [...].
> Na phrase elegante de um escriptor notável a abertura de uma escola corresponde ao fechamento de uma prisão. [...] Somos da opinião daquelles qu'entendem que os governos têm por inelludivel dever dispensar mais solicittude e cuidado ao ensino primário, que deve attingir a todos os governados sem limitação de espécie alguma, do que ao secundário e ao superior, que por natureza deem ter um caracter facultativo e pairar em uma

> certa atmosphera mais elevada. (O Ensino Primario e os Municipios, A COLLIGAÇÃO, n. 100, 13/10/1907, p. 01).

Novamente, a menção a outros estados aparece de modo a dar visibilidade e legitimidade, somando-se a isso créditos com a população, tendo em vista que o periódico em questão era representativo direto dos interesses governistas do período. Estreitando a análise para a conjuntura próxima, os editores continuam:

> [...] Em nosso paiz estes conceitos parecem marcharem para uma realidade pratica, tal a tendência que se observa seja por parte do governo da União, seja por parte dos Estados, em geral, que nos últimos tempos têm procurado fazer do ensino primário um objecto de constante preoccupação.
> O distrito federal, os Estados de S. Paulo, Minas, Pará e outros têm operado grandes progressos no que concerne a este importantissimo departamento da administração publica.
> Faz-se imperiosamente preciso que Matto-Grosso, que ante si vê descortinado vasto e esperançoso porvir, que pelas suas enormes e quase inexploradas riquezas naturaes e vantajosa posição geographica vão se constituindo um ponto de attração de capitães em busca de emprego remunerador e garantido, volva também vistas solicitas para tão momentoso assumpto.
> Crear escolas em todos os recantos do seu vasto território, provel-as idoneamente, estabelecer para a sua regência um programma de ensino pratico e proveitosos, tornar efectiva a obrigatoriedade da frequência por parte da infância, estabelecer um systema de fiscalização capaz de garantir fiel e rigorosa observância das prescripções regulamentares – são medidas que estão a se impor como meios efficazes para a obtenção de tão útil quanto patriótico desideratum. [...]
> A creação de escolas custeadas pelos municípios e moldadas pelos princípios e regras estatuídos no Regulamento Geral da Instrucção publica do Estado é a medida que deve ser adoptada em satisfação aos interesses públicos e particulares.
> Os municípios, portanto, na proporção dos sues recursos não devem deixar de fazer causa commum com o Estado sobre tão importante assumpto. (O Ensino Primario e os Municipios, A COLLIGAÇÃO, n. 100, 13/10/1907, p. 01).

Os compromissos assumidos eram também anunciados pelo periódico:

> A 4 do corrente, encerrou a Assembleia do Estado a 2ª. Sessão da sua 7ª. Legislatura.
> Si ella não foi fecunda por causas múltiplas, em deliberações attinentes a diversos ramos do serviço publico que exigem reformas e providencias urgentes, estabeleceu bases e arestos salutares, orientadores de uma política sã e patriótica, conducente á nossa expansão econômica, ao desenvolvimento da viação e dos povoamento do solo, assegurando ao mesmo tempo o futuro pelo critério com que resolveu os assumptos referentes ás industrias extractivas e ao patrimônio territorial do Estado. [...]
> Aos representantes do povo esta commetida a tarefa de curar da instrucção publica, da viação, da agricultura e de outras industrias nascentes. Tudo

> emfim está a reclamar a sua attenção e os seus esforços. (Assemblea do Estado, A COLLIGAÇÃO, n. 100, 13/10/1907, p. 01).

Ainda sobre as políticas públicas para a educação, *A Colligação* se pronuncia com relação à necessidade da Reforma de Ensino, ante a ineficiência da que estava em vigência:

> Esta em discussão, actualmente no Congresso Nacional, o projecto de lei que autoriza o governo a reformar o ensino. Pelo que pudemos deprehender da ligeira leitura que fizemos, ao passo que será completamente remodelado o ensino secundário e superior, promover-se-á o desenvolvimento e a diffusão do ensino primário, base incontestavel da propriedade de um paiz como o nosso, onde a estatística do analphabetismo accusa algarismos constristadores.
> Entre as principaes disposições do projecto figuram as seguintes: Estabelecimetno de escolas nas colônias civis e militares e nos territórios federaies; Subsidio temporário das escolas fundadas por particulares e associações;
> Auxilio ás municipalidades e aos seus governos estadoaes, mediante acordo com estes, para fundação e manutenção de escolas nas localidades onde não existirem ou, onde existindo, se mostrem serem insufficientes para a respectiva população, [...];
> Reforma do Gymnasio Nacional, no sentido de adaptal-o ao ensino moderno [...];
> Reforma das escolas superiores, concedendo-lhes autonomia didactica e personalidade civil [...].
> Creação de um Conselhor de Instrucção de que sera presidente o Ministro do Interior [...].
> Organização do serviço systhematico de fiscalização do ensino.
> Concessão dos privilegios de que gosam os estabelecimentos federaes aos fundados pelo Estado.
> Faculdade de poderem os alumnos de collegios particulares cocorrer aos exames de promoção ou seriem bem como aos exames de conjuncto. [...] (Reforma do Ensino, A COLLIGAÇÃO, n. 102, 27/10/1907, p. 01-02).

Na mesma edição, o tema volta a ser objeto de discussão por parte dos redatores, desta vez com o enfoque na educação em uma perspectiva histórica, com ênfase na educação infantil, como firmadora dos pilares que conduziriam a sociedade por caminhos de progresso:

> Se lançarmos um olhar investigador sobre a origem da nossa nacionalidade, encontraremos (prima fácil) a causa immediata do nosso atrazo actualmente, sob o ponto de vista das instituições educadoras, no campo das escolas primarias.
> A nossa instrucção infantil foi, desde os primeiros dias da nossa existência política, submettida a influencia directa da educalção religiosa que nos legou a doutrina dos jesuítas em todas as epochas. [...]
> Desse modo foram lançadas as bases da educação brasileira e estabelecidos os alicerces para o grande edificio da instrucção primaria que nos dias presentes constitue incontestavelmente o apanágio das nações poderosas, dos povos civilisados e das sociedade que têm, perante si, bem descortinado o incommensuravel horisonte do progresso.

> Assim foi introduzida no Brazil colonial a instrucção, sob o influxo das instituições jesuiticas, e creada a escola primaria sempre ao abrigo da religião o que era natural naquelles tempos e mais por um povo como o Portuguez, que tanto salientou-se pelos feitos de seus filhos. [...] (A instrucção, A COLLIGAÇÃO, n. 102, 27/10/1907, p. 03-04).

Segundo o texto, independentemente da intencionalidade e qualidade da instrução ministrada aos povos brasileiros, deve-se aos jesuítas a atribuição de terem feito os esforços iniciais em prol desta missão. Embora o objetivo implícito seja atribuir ao ensino facultado pelas instituições religiosas uma das principais causas do atraso do desenvolvimento da instrução no país, os redatores são cuidadosos ao desenhar esse cenário, partindo da explanação histórica que favorece os feitos da companhia de Jesus, a tarefa missionária de catequizar aos índios no Brasil e auxiliar Portugal na expansão do seu império,

> [...] Por que como instituição poderosa daquelles tempos, quaesquer que sejam os sentimentos que persistiram ou illustravam os actos dos irmãos de Loyola, o que há, incontestavelmente de grande e nobre, é que a elles devemos a educação bôa ou má, porem real e utilitária, das sociedades formadoras da civilisação sul-americana; é porque a elles devemos a conversão do indígena á civilisação moderna, e que para o bom êxito da colonisação portuguesa, em nossas plagas, muito elles se esforçaram e conseguiram vencer a par das maiores difficuldades.
> Tal a opinião corrente entre os que se occupam dos negócios pátrios sob o ponto de vista indicativo da influencia das instituições religiosas nos factos principaes que cimentarma nossa nacionalidade. [...] (A instrucção, A COLLIGAÇÃO, n. 102, 27/10/1907, p. 03-04).

No entanto, essa influência é analisada como “pathogenica”, na continuidade do artigo:

> Em nosso artigo antecedente começamos a citar os factos que dão causa a nosso atrazo em matéria de instrucção publica, máxime sob o ponto de vista da educação elementar, que desde os primeiros dias de nossa existencia politica fora submetida á influencia das doutrinas religiosas derramadas, por todos os cantos pelos representantes de Loyola.
> Que os primeiros passos na Escola brasileira foram dados de accordo com os princípios da pedagogia christã, sujeita a interpretação jesuíta, intolerante e enervante, é um facto geralmente reconhecido e largamente attestado por todos os nossos historiadores que desde epocha remota se occupam dos acontecimentos [ilegível].
> Pois bem, entregue a educação dos nossos avoengos á direcção única de jesuítas, durante os tempos coloniais não podia escapar dessa influencia pathogenica que sempre temos observado em nossa instrucção primaria. (A instrucção, A COLLIGAÇÃO, n. 108, 08/12/1907, p. 02).

Mas, como tecer tais considerações, quando o Estado contava com forte representatividade no setor eclesiástico, como demonstra a força das instituições de ensino Liceu Salesiano e Colegio Santa Thereza, obras da Missão Salesiana, e que colocariam, na década seguinte, um religioso à frente do Governo do Estado?

> [...] Garantidos com a importância e consideração, que mereciam de todos os governos e sociedades daquelles tempos, e patrimoneados seus collegios pelos soberanos, a Companhia de Jesus alargou por todos os núcleos coloniais brazileiros, fundou casas para religiosos, adquiriu riqueza por todos os cantos, tornando respeitáveis e dirigindo a seu modo as gerações novas.
> Durante os dous primeiros séculos do descobrimento do Brazil os jesuítas conseguiram estabelecer-se em todas capitanias florescentes, impondo-se pela cultura intellectual e educação do povo; por isso que, sendo os depositários da instrucção elementar naquelles dias, dominavam toda Pensinsula Iberica e seriam, talvez ate hoje Senhores de Portugal, se não houvessem por seus feitos cahido no degrado do rei ou não encontrassem energia do maior de seus combatentes o Marquez de Pombal. [...]
> Assim foram-se decorrendo os primeiros três séculos da educação brasileira, até que fosse varrido do saber pátrio a instituição jesuítica. [...] (A instrucção, A COLLIGAÇÃO, n. 108, 08/12/1907, p. 02).

Constituindo-se, nas palavras do então presidente Generoso Paes Leme de Souza Ponce, em "um dos ramos da administração que mais se impõem ao vosso cuidado e solicitude, pela absoluta dependência que delle tem o futuro dos povos" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 18), a instrução pública volta a ganhar espaço significativo no teor dos textos das Mensagens de Presidente a partir de 1908, enfatizando-se que "quaisquer sacrifícios feitos em beneficio da cultura intelectual do povo, pode-se dizer que são o germen do seu engrandecimento e felicidade" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 18)

Os anos de 1908 e 1909 marcam a transição do governo de Generoso Ponce para as mãos de Pedro Celestino[137], político celebrado nas produções de Rubens de Mendonça (1977), Gervásio Leite (1970), Humberto Marcílio (1963) e Virgílio Correa Filho (2002) como o grande responsável pelo avanço em termos de instrução pública no Estado. Os textos das mensagens emitidas nesse período trazem uma série de críticas e apontamentos, que sugeriam uma reorganização da instrução pública no Estado, revelando ainda uma linha tênue entre os debates, responsabilizando o excesso de matérias ministradas nas escolas primárias, em acordo com os programas estabelecidos pelos regulamentos de 1896, "de grande elastério" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 20), qualificando-os como defeituosos, principalmente no que se refere à ampliação das matérias escolares ministradas no ensino elementar e complementar.

[137] As *Mensagens de Presidente de Estado* começam a ser emitidas por Pedro Celestino em 1909.

Para o presidente, a finalidade da escola primária deveria ser “ensinar apenas o necessário para a vida comum” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 19). Insiste ainda no texto que, “a tendência moderna, em matéria de ensino, é simplifical-o e tornal-o o mais pratico possível, não enchendo a cabeça do menino de theorias e conhecimentos abstratos, que de pouca ou nenhuma utilidade lhe venham a ser no futuro” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, p. 1908, p. 19).

Seria, pois, uma educação voltada para o povo, voltada para o ensino dos rudimentos básicos da leitura e escrita: uma instrução que possibilitasse ao povo ser cidadão “habilitando-o á luta pela vida no meio em que cresce, se desenvolve e vive” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, p. 1908, p. 20). Ou seja, sem a perspectiva de ascensão social!

Não sem menos ênfase, o texto do governador atribui responsabilidade dos insucessos dos escolares aos professores, sendo necessário, segundo o próprio texto, “reformar os professores não os programas” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, p. 1908, p. 19). Era necessário atentar para as necessidades locais, sem preocupações com outros Estados ou países:

> em um paiz como o nosso, entretanto, onde a verdade é que tudo está ainda por fazer, não se pode, nem se deve, dar grande elastério ao programma da instrucção primaria: é esse um ponto em que não nos cumpre ter os olhos voltados para outros povos, vendo os que elles fazem e como legislam, porque o que convem a um dado povo pode deixar de convir a outro, e vice-versa. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 20).

Apelando ao Poder Legislativo, a Mensagem de Presidente do ano de 1908 revela abordagem de escrita bastante distinta dos anteriores: enaltecendo as qualidades do Estado e de seus políticos. Instala-se, a partir desse período, um conjunto de críticas em relação ao Regulamento da Instrução vigente até o presente, que datava de 1896.

Segundo o texto da Mensagem, aquele consistia em “um amontoado de materias, em regra mal ensinadas e peior aprendidas” (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 20). O ensino que se propunha, para alavancar o desenvolvimento do Estado, consistia em algo mais prático e direcionado aos “reais” objetivos da “instrucção publica” no Estado. O ensino primário deveria, segundo o Presidente, dar condições e instrumentalização necessária apenas para os rudimentos da vida comum. Para qualquer outro interesse, deveria haver o ensino secundário.

Sobre a organização do ensino matogrossense, Humberto Marcílio (1963) acrescenta:

> A criação e extinção de escolas primárias cometeria ao Presidente do Estado, que as decretaria à vista de representação de pais ou tutores encaminhada por intermédio de juízes de paz que sobre ela opinariam quanto a procedência.
> O ensino nessas escolas seria tão intuitivo e pratico quanto possível, devendo o professor partir sempre, em suas relações, do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, abstendo-se, outrossim, de perturbar a inteligência da criança, com o estudo prematuro de regras e definições, mas antes esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem, tomem interesse pelos assuntos de que houver tratar em cada lição. (MARCÍLIO, 1963, p. 132).

Os escritos de Humberto Marcílio contribuem para a instauração de um lugar célebre de Pedro Celestino na memória histórica educacional de Mato Grosso. As principais decisões e ações educacionais foram, segundo alguns dos historiadores da educação matogrossense, levadas a termo durante o seu governo. Contudo, em estudo pioneiro sobre aquele governo, Saboya Filho (1992) considerava que:

> O governo de Generoso Ponce vai de 1907-1908, sendo sucedido por seu Vice, em função da enfermidade do primeiro. O que mais chama atenção nesse período de governo (Ponce-Pedro Celestino) são algumas medidas tomadas por ambos, mas principalmente por Pedro Celestino, que divergem de uma forma geral da política adotada em Mato Grosso até então. Uma das primeiras medidas adotadas por Generoso Ponce e continuada por Pedro Celestino foi o saneamento financeiro do Estado que por aquela época tinha uma dívida de 3:366.894,791 contos de réis. Esta situação foi rapidamente revertida, em função da reforma fiscal efetuada no Estado no primeiro ano de governo. Inicia-se ainda a construção da Usina capacitadora do rio Coxipó, participa em 1908 da Exposição Nacional, que representa um marco no início da industrialização do Brasil, Mas a medida carro-chefe do governo de Celestino é a criação do Liceu Cuiabano e da Escola Normal, assim como, dos grupos escolares e da Escola Modelo, anexa à primeira. No entanto, serão estes últimos empreendimentos que caracterizarão a gestão de Pedro Celestino, em termos da história de Mato Grosso. A reforma de ensino empreendida por Pedro Celestino é um evento que não se circunscreve a Mato Grosso, é muito mais um reflexo de um processo que ocorre em todo o Brasil. (SABOYA FILHO, 1992, p. 20-21).

O Cruzeiro[138] teve, a exemplo de muitos periódicos matogrossenses, um curto ciclo de vida, no entanto, não deixa de apresentar, em volume e frequência, inserções de notas relacionadas à educação e à situação da instrução no Estado, em igual proporção àqueles que circularam com maior periodicidade e tempo.

[138] **O Cruzeiro: orgam dedicado as lettras, pilhérico e noticioso**, circulou em Cuaibá, semanalmente, sendo impresso na mesma tipografia que O Pharol. Não apresenta em suas páginas, identificação acerca dos proprietários e da equipe de redatores, sinalizando apenas que são redatores diversos que compõe o corpo editorial do periódico.

Ao reaparecer, em abril de 1908, os editores reapresentam sua carta de intenções, direcionando seus escritos ao grande público, sem estabelecer filiações partidárias e comprometimento com um ou outro setor da sociedade, como era comum aos jornais do período, como já evidenciou a discussão feita a partir de João Edson Fanaya (2010).

Assim descrevem o seu intento:

> Reapparece hoje o Cruzeiro, depois de algum tempo de silencio, imposto pela situação difícil que atravessou esta Capital, a braços com a epidemia de varíola e com o pânico que ella espalhou durante esse período nefasto.
> Volta elle a occupar a sua modesta posição n seio do jornalismo, visando collaborar na obra do progresso e da civilisação, que é o escopo da imprensa, na medida das forças que dispõe e de accordo com o programma que se traçou desde o primeiro número de sua publicação. [...]
> Estudando os problemas sociaes que mais nos interessam e manifestando com franqueza nossa opinião sobre os factos que directamente vão se desenrolando aos nossos olhos, o Cruzeiro procurará evitar o terreno ingrato das personalidades, mantendo uma linda de conduta na altura da ideia que nos inspira.
> Todavia não deixaremos de affirmar com a palavra e com o exemplo, a nossa crença na liberdade de imprensa, dessa alavanca do progresso que ninguém comprehende senão livre, posto que responsável. [...] (O CRUZEIRO, n. 1, 09/04/1908, p. 01).

Recuperando o tom de ironia que perpassa algumas das notas publicadas nos periódicos matogrossenses, a seção Baldrocas, publicada com regularidade em *O Cruzeiro*, traz algumas notas jocosas sobre instituições educacionais do Estado:

> No Lyceu Cuiabano:
> Um alumno (a outro). Onde é a lição de Physica?
> (ilegível) – É prohibido falar aqui, se continuares farei saber ao padre conselheiro.
> -Mas não posso nem perguntar...
> -Já disse que aqui não se fala e como teimas retira-te!
> -Mas...
> -Não tem mas, retira-te senão te suspendo!
> (a parte) Este sujeito esta maluco ou maníaco. Salve!
> (Baldrocas, O CRUZEIRO, n. 1, 30/04/1908, p. 02).

Na mesma edição, ainda sobre o Liceu:

> -Quantas cadeiras de professor, occupa o Beldroegas no Lyceu Cuiabano?
> -Cinco.
> -Serio? Isto é que é viver para ganhar, ganhar mais quanto mais accumular cargos, accumular cargos para não ter tempo de ensinar, não ter tempo de ensinar para ganhar vadiando... (Baldrocas, O CRUZEIRO, n. 1, 30/04/1908, p. 02).

O tema preferido dos editores de *O Cruzeiro* continuava a ser o Liceu Cuiabano:

> -Então, como foi o concurso de professoras no Lyceu Cuiabano?
> -Oh! Muito bem; aquillo foi interessante e divertido. Ali cada qual queria ter o direito de reclamar e prechar regulamento p'ra frente e impor ordens... Era uma verdadeira comedia. [...] (Baldrocas, O CRUZEIRO, n. 66, 03/09/1908, p. 02).

Anno I — Cuiabá, 9 de Abril de 1908 — (3.ª Phase) N. 1

ASSIGNATURAS PARA A CAPITAL

Anno 10$000
Semestre 5$000
Trimestre 2$500
Mez 1$000
Numero avulso $200

O CRUZEIRO

Orgam dedicado ás letras, pilheria e noticioso

ASSIGNATURAS PARA O INTERIOR

Anno 12$000
Semestre 6$000
Trimestre 3$000

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Redactores e collaboradores ch[amam-se] vorsos

Veritas super omnia

Escriptorio da Redacção, Rua [illegible] de Janeiro, 54

Ás pessoas que não desejarem ser assignantes do nosso periodico pedimos a gentileza de devolver o jornal até o dia 12.

A Redacção.

O CRUZEIRO

Reapparece hoje o *Cruzeiro*, depois de algum tempo de silencio, imposto pela situação difficil que atravessou esta Capital, a braços com a epidemia da varíola e com o panico que ella espalhou durante esse periodo nefasto.

Volta elle a occupar a sua modesta posição no seio do jornalismo, visando collaborar na obra do progresso e da civilisação, que é o escopo da imprensa, na medida das forças de que dispõe e de accordo com o programma que se traçou desde o primeiro numero de sua publicação.

Não tem elle, ainda agora, outro intuito senão offerecer campo vasto para que a mocidade possa exercer as armas com que terá de entrar na liça, quando chegar a sua vez de assumir a responsabilidade pelo futuro da Patria, que depende do esforço leal e intelligente de todos os seus filhos.

Não ha, na hora presente, quem deixe de sentir uma vaga inquietação que assalta os espiritos na contemplação do dia de amanhã, parecendo que se accumulam elementos ameaçadores da paz e do bem estar do nosso Estado, enchendo de serias apprehensões a alma de todos os patriotas.

«No momento em que as incertezas do presente annuviam os animos e geram a anciedade e a duvida em todos os espiritos», na phrase de Pinheiro Machado, não podemos desertar do nosso posto!

Estudando os problemas sociaes que mais nos interessam e manifestando com franqueza a nossa opinião sobre os factos que diariamente vão se desenrolando aos nossos olhos, o *Cruzeiro* procurará evitar o terreno ingrato das personalidades, mantendo uma linha de conducta na altura da ideia que nos inspira.

Todavia não deixaremos de affirmar, com a palavra e com o exemplo, a nossa crença na liberdade da imprensa, dessa alavanca do progresso que ninguem comprehende senão livre, posto que responsavel.

E terminamos fazendo nossas estas memoraveis palavras de Ruy Barbosa: «O maior de todos os dissabores, que me podia occasionar o meu papel neste cargo, era o de não dizer a verdade inteira. Deus me livre de que, na conta á minha consciencia, me pudesse eu arguir alguma dia a mim mesmo da cobardia de emmudecer.

Vae victis quia tacuit».

O Rei D. Carlos

O desastre de Lisboa, de 1.º de fevereiro, em que foram victimados el rei D. Carlos e o principe herdeiro, causou em todo o mundo civilizado uma impressão de justo horror e de condemnação aos processos violentos empregados contra os governantes.

Foram quasi unanimes as manifestações de sympathia pela familia das victimas, ficando esquecido o papel que ellas estavam representando no seu paiz, cujas liberdades tinham confiscado com a dictadura do presidente do Conselho de Ministros, Conselheiro João Franco.

Nesse [illegible]

[illegible] mitido conceito), exprime exactamente o sentimento que o facto deve despertar em todos os corações honestos.

— Na camara dos deputados da Hungria foi proposta uma moção de condolencia á familia real portugueza: mas a altiva assembléa, mais amiga da liberdade do que das pompas da realeza, rejeitou a declarando que não podia prestar homenagens ao rei que havia abolido na sua patria o governo constitucional.

Ella condemnou a tyrannia e o despotismo dos reis assassinados, sem applaudir a politica do punhal e do sangue, que os eliminou do scenario da vida.

Eis o telegramma que o *Jornal do Commercio*, de 5 de fevereiro, publicou nas suas columnas:

« LONDRES, 4.

Os jornaes londrinos publicam telegrammas de Vienna informando que a Camara Baixa da Dieta hungara rejeitou uma moção de condolencia á familia real portugueza e approvou em seguida a seguinte emenda:

" As idéas do Parlamento Hungaro sobre a liberdade são de tal ordem, que não podemos dedicar uma homenagem posthuma ao Rei que abolio o governo constitucional e instituio a dictadura em seu paiz " ».

Estamos de inteiro accordo com o elevado pensamento que determinou a resolução tomada pela camara dos deputados do reino da Hungria.

Nunca teremos palavras de admiração para os actos de violencia e de ferocidade, qualquer que seja o fim que visem e o resultado que produzam; mas tambem nunca deixaremos de verberar os abusos dos

Figura 23 – Jornal "O Cruzeiro" (1908) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMT (MATO GROSSO, 2010).

Assim como evidenciado anteriormente, para os editores deste periódico o Liceu Cuiabano parecia ser o tema mais interessante sobre o qual poderia se dizer amenidades, ao passo que as sentenças revelam críticas contundentes aos professores, à forma de organização e ao ensino. Na tentativa de entender a representatividade desta instituição e ensaiar hipóteses que justifiquem essa tipologia de inserção nas páginas da imprensa, o estudo de Arlette Gasparello e Heloisa Villela (2006) fornece indícios.

A referência de ensino secundário no Brasil, nesse período, era o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Ter o seu ensino equiparado ao daquele Colégio significaria, de acordo com as autoras, estar dentro do padrão almejado pela sociedade local, representando privilégio, distinção, riqueza, saber e poder.

Os exames de francês tinham lugar garantido nas seções de anedotas de *O Cruzeiro*:

> No exame de francez, no Lyceu Cuiabano:
> -Faça-me a traducção desta phrase: <<La blancheur de La neige>>
> - (promptamente) A brancura do negro>> (!!!)
> (Baldrocas, O CRUZEIRO, n. 71, 08/10/1908, p. 04).

Na mesma edição, outros questionamentos em relação à aplicação dos exames:

> Que tal os exames do Lyceu Cuiabano?
> -Oh, muito bem! La o alumno que tem qualquer zangazinha com algum examinador, póde saber mais que o diabo, entra na distinbomba que é nove! [...] (Baldrocas, O CRUZEIRO, n. 71, 08/10/1908, p. 04).

A propósito das Exposições Nacionais e Congressos realizados nesta década, com o objetivo de apresentar ao país e ao mundo os feitos da modernidade alcançados, *O Cruzeiro* critica a ausência de departamentos destinados a demonstrar produtos relativos à Instrucção:

> [...] ocorre-nos entretanto um ponto de flaglante ommissão de que muitos se resentem essas grandes feiras denominadas congressos ou Exposições.
> Referimo-nos á representação do Ensino ou Instrucção popular, que a nosso ver deveria merecer saliente collocação entre os departamentos de uma Exposição Nacional ou Internacional. Múltiplos são os dados que a Instrucção nacional pode nos offerecer para que pudesse com vantagem figurar entre outras exhibições congêneres emfeiras de tal natureza.
> Se considerarmos tudo quanto se póde imaginar relativamente á Instrucção – só ella constituiria um enorme vistuario não sói de agradável aspectos como de uma bella perspectiva para os vindouros. A propósito deste assumpto vem nos a ideia de um "Museu Escolar" nos moldes dos quer se tem adoptado na Italia, Allemanha, Belgica, França e algumas outras partes da Europa e na Republica Argentina, no nosso continente, onde no sentido intuitivo e pratico a Instrucção propriamente dita popular – que é a primeira, se apresenta mais desenvolvida que em nosso paiz. De uma ou de outra forma devia se sustentar uma Exposição escolar permanente, por onde se pudesse de prompto aquilatar o grão de Instrucção do povo e fazer um juízo razoável do seu desenvolvimento intellectual.
> Agora emfim, que se vae adoptar o bom costume de tudo expor, por assim dizer, que estamos adoptando viver as claras genericamente falando, é de esperar que um dia chegará a vez da Instrucção vir occupar na classificação com outras exhibições de seu gênero um lugar que lhe compete por sua elevada categoria. (O CRUZEIRO, n. 12, 25/06/1908, p. 02).

Ao retomarem o argumento da defesa dos interesses da população, os editores de *O Cruzeiro* apresentam, nas edições dos meses de julho e agosto, discussões contundentes sobre o estado da instrução em Mato Grosso, reiterando o papel da imprensa, já anunciado em outros jornais, como o de Farol da sociedade.

> Há algum tempo, a nossa imprensa luctava com afinco em prol da Instrucção Primaria do nosso Estado, fazendo desse modo, como que ella progredisse, embora lentamente, porem de um modo que se percebia. Mas agora, q'os nossos jornaes calaram-se completamente sobre tal assumpto, vê-se perfeitamente que ninguém, se importa com elle, pelo que a Instrucção primaria vai decahindo visivelmente em nosso Estado, principalmente aqui e Cuiaba. [...] (Decahindo, O CRUZEIRO, n. 16, 23/07/1908, p. 01).

Embora os jornais não tenham, como afirmam os editores, se calado completamente com relação ao tema, as discussões não alcançam o nível de promover transformações no cenário educacional do período. Ainda assim, posicionam-se de modo a dar publicidade aos problemas enfrentados, emitindo opinião e entabulando análises acerca da situação. Ocupando a primeira página da edição, o texto segue apresentando os aspectos que, segundo os editores, seriam os responsáveis pela referida decadência do setor educacional em Mato Grosso:

> Esta decadência de que ora fallamos é attribuida em grande parte aos senhores professores que pouco ou nada cuidam do officio que e o seu dever. As professoras, cremos, são as que mais abusam do elevado cargo de que estão revestidas, pois nãotratam de ensinar, conforme é devido os seus alumnos e si alguma isso faz, não é de uma maneira satisfactoria.
> As próprias crianças, alumnas das nossas escolas primarias, queixam-se que as professoras não lhes ensinam devidamente, mas dão sempre, a máxima attenção aos filhos de Paes ricos e altamente collocados.
> Ora, um professor publico deve ensinar igualmente tanto ao rico como ao pobre; o nosso Estado lhe paga para ensinar em geral a todos os alumnos da sua escola e não para dedicar se mais a uns do que outros. Istopois, já constitue um abuso que precisa ser evitado. (Decahindo, O CRUZEIRO, n. 16, 23/07/1908, p. 01).

A solução apontada pelos editores reside na intensificação, por parte da Diretoria de Instrução Pública, do papel dos inspetores escolares na fiscalização das escolas primárias, realizando visitas regulares àquelas instituições. Além da sugestão, explicitam como deveriam ocorrer tais visitas: "[...] Essas visitas devem ser constantemente feitas, para que o inspector escolar faça saber ao director da Instrucção o estado em que estão as escolas, o progresso que fazem ou os abusos que comettem seus professores. [...]" (Decahindo, O CRUZEIRO, n. 16, 23/07/1908, p. 01).

Segundo os editores a situação desoladora na qual se encontrava o ensino público matogrossense era de responsabilidade quase que exclusiva dos professores que estavam atuando:

> [...] É portanto, devido ao desmazelo dos senhores professores primários que entre nos a Instrucção está decahindo, e, uma prova evidente disto é o numero diminuto de alumnos, que se apresentaram aos exames primários no anno passado. [...] Pelo facto acima, vê se então que de anno par anno vae diminuindo o numero de alumnos das escolas primarias, ou se isto não se dá os poucos numerosos que se apresentam aos exames dão uma idéia de que, ou a maior parte dos alumnos não ficaram promptos pelos respectivos professores ou que esse mesmo diminuto numero de examinados representa a quase totalidade de alumnos de todas as nossas escolas, provando de ambos os modos que a nossa Instrucção Primaria esta decahindo consideravelmente. (Decahindo, O CRUZEIRO, n. 16, 23/07/1908, p. 01).

Curiosamente, na mesma edição os editores publicam um texto que trata dos exames finais do Liceu Salesiano. O texto apresenta situações que antecedem a preparação dos alunos para os exames, desde as suas angústias às expectativas quanto ao resultado. As notas sobre os exames tomam três números subsequentes a este:

> No mez de Agosto, indubitavelmente, termos de apresentar nos diante da severa banca examinadora para sermos julgados, merecedores ou não da graduação de curso; é certo, todos os alumnos, desde o melhor até o peior, têm diante de si a encantadora imagem da esperança, mas é certo também, que a realidade não pode tardar muito, ella vem trazendo á uns uma allegria interminável, e á outros um sentimento desesperador. Quantas doces esperanças acariciadas nos corações dos alumnos e no lar paterno não se dissiparão com os taes exames de Agosto... [...] Cada um de nós há-de ser chamado por esse tribunal severo onde o outro e a prata nãopodem imperar, para devolver o ponto, difficil ou fácil, que por sorte nos tocar; logo após será o julgamento que decidirá, ou o nosso triumpho, ou o nosso desbaratamento completo nessa terrível batalha onde não vemos derramar o sangue, porém, uma coisa equivalente – a lagrima. [...] (M.A.F., Os Exames, Aos meus collegas, O CRUZEIRO, n. 16, 23/07/1908, p. 03).

Não sendo comum aos jornais matogrossenses disporem de uma seção destinada ao recebimento e à divulgação de cartas endereçadas pelos seus leitores, em *O Cruzeiro* observa-se uma exceção. A edição de 24 de setembro traz a público uma carta, assinada por K. Millo, na qual o remetente faz menção ao artigo “Decahindo”, publicado em 23 de julho daquele ano: em tom cordato, apresenta aos editores do jornal outras possibilidades interpretativas

para o fato de o ensino primário estar em situação tão decadente quanto aquela informada no texto. Os editores informam:

> [...] recebemos da villa do Rosario a seguinte carta aberta que em seguida transcrevemos, a qual nos mostra o zelo dos professores das escolas elementares dalli e faz ver a Directoria da Instrucção Publica, a necessidade naquella Villa, de mobília escolar para melhor funcionamento das aulas. [...] (Instrucção Publica, O CRUZEIRO, n. 69, 24/09/1908, p. 03).

A Carta está endereçada ao Sr. Amy G. Corrêa, ao que tudo indica, membro do conselho de redatores do periódico:

> Não tenho recebido tuas cartas, já há alguns mezes; porem não e a propósito disso que venho escrever-te, sim a respeito de um furibundo, mas correto artigo de fundo intitulado *Decahindo* inserto n'O Cruzeiro de 23 de julho, de cujo periódico, parece-me, ainda fazes parte.
> Foi esse um bom artigo, e declaro-te francamente que gostei e apreciei-o bastante; mas como o Snr. Redactor disse que a decadência da instrucção publica, neste Estado *é attribuida em grande parte aos Srs. Professores que pouco ou nada cuidam no officio que é do seu dever* (que na realidade isso dá-se muito no interior do Estado) venho declarar-te meu bom amigo, que nessa falta devem entrar como excepção as escolas desta Villa, visto que ellas têm tido incremento que jamais tiveram, como posso provar-te pelas matriculas e frequência assídua dos alumnos. Ora quantos annos faziam que nesta Villa não havia um só exame elementar?
> Fazia 23 anos mais ou menos (!!!), mas em Dezembro de 1907 as duas escolas deram 10 alumnos habilitados, o que poderás verificar pelo Gazeta Official e pelos relatórios dos respectivos professores publicados naquella occasião (Cousa que nunca li dos outros professoes). Esses alumnos até hoje não tiveram a honra de receber os seus respectivos diplomas, sendo que é este o maior e o melhor estimulo para um menino que frequenta uma escola. (Instrucção Publica, O CRUZEIRO, n. 69, 24/09/1908, p. 03-04).

Ao final, já fazendo a defesa da escola da Villa do Rosário, o autor da missiva continua:

> As nossas escolas estão sempre francas para a visita de qualquer autoridade ou interessado, mas nellas verão que só tem de mobília escolar umas carteiras e bancos antiquissimos (!) e o professor, si não quiser ficar em pé durante todo o expediente, tem de pedir emprestado ao visinho mais próximo, uma cadeira para occupal-a na escola publica! (!!!)
> Asseguro-te, meu bom e caro amigo que os desleixos dos professores seriam mais apoucados se não fossem modelados pelos dos maiores.
> Terminando tenho a declarar-te que não estou pleiteando causa alguma, vira somente trazer os meus sinceros applausos á illustre Redacção d' O Cruzeiro, pelo acertado artigo Decahido e pedir-lhe a senção da accusação a quem de direito. (Instrucção Publica, O CRUZEIRO, n. 69, 24/09/1908, p. 03-04).

Após o extenso exame realizado pelos editores de *O Cruzeiro* sobre os motivos do "decahimento" da instrução primária em Mato Grosso, o tema volta a ocupar espaço nas páginas do periódico, desta vez com enfoque na educação infantil, nos baixos índices de procura por essa modalidade de ensino, a despeito do alto número de crianças que havia no Estado. Em momento algum os editores remetem à falta de políticas e investimentos no setor como justificativa para a ausência deste serviço, possibilitando assim uma interpretação contrária àquela sugerida na carta de intenções apresentada na primeira edição do jornal, em 09 de abril de 1908, cuja ênfase em não assumir posturas políticas ou partidárias acaba, em certa medida, por não se confirmar, tendo em vista o silêncio a que os editores se propõem sobre o assunto.

Nesse momento, a responsabilidade da não educação das crianças, tema principal do longo texto, que novamente ocupa a primeira página do jornal, recai sobre os pais e tutores, pois

> actualmente são poucos os paes que trabalham, que zelam pela boa educação de seus filhos e que a maior parte, com elles não se importam, entregam-nos a vadiação e a vagabundagem, tornando-se estes meninos, muitas vezes, de boas e docis crianças, em mal educadas, malcriadas e perfeitos vagabundos [...]
> Debaixo de qualquer ponto de vista, quer instructivo quer moral ou familiar, a educação das creanças aqui em Cuiabá, está pode-se dizer, em completo abandono.
> Lancemos um olhar para a nossa educação infantil, debaixo do ponto de vista instructivo e veremos em que atrazo ella se acha.
> Examinemos as nossas escolas primarias e certifiquemo-nos de que, o numero de alumnos que as frequenta é pequeno, diminuto mesmo.
> Mas, não é por ser diminuto o número de alumnos de nossas escolas, que se pode deduzir que em Cuiabá não há crianças; não, aqui há muitas crianças, porem cremos que nem a terça parte dellas são estudantes. [...] E isto não concorre para a decadência da nossa instrucção primaria? Muitissimo. (Pela Educação, O CRUZEIRO, n. 69, 24/09/1908, p. 01).

Antes de findar o ano de 1908 e, juntamente com ele, a publicação das edições de *O Cruzeiro*, os redatores inserem mais um artigo sob a epígrafe "Pela Educação", o qual destaca, não a educação ministrada em instituições escolares, mas sim a (falta de) educação manifesta no interior dos núcleos familiares, a qual resulta na depredação do patrimônio público, a barbarização das vias públicas em períodos noturnos, pessoas as quais o jornal promete denunciar publicamente em suas páginas, caso sejam identificadas (Pela Educação, O CRUZEIRO, n. 71, 08/10/1908, p. 04).

Com a edição de número 74, os redatores de *O Cruzeiro* se despedem de seus leitores:

> [...] Depois de viver uma vida relativamente curta de seis mezes, morre agora o nosso jornalzinho da mesma maneira que viveu: <<como a bohemia, guitarra ao peito, a fronte enteirada de flores>> sem penas, sem dores, sem lamentos, sem gemidos.
> Ainda desta vez falharam nossas tentativas; como da outra vez, o 'O Cruzeiro' não pode substir mais de seis mezes.
> Não importa. São assim todas as creações juvenis que a inconstância e a volubilidade são caracteristicas dessa quadra da vida. Não importa, repito.
> [...]
> Como os viajantes que na encruzilhada da estrada se despedem e buscam cada qual o seu rumo, nós vamos nos separar gora, - cada um buscando um rumo de vida mais próprio e consoante aos seus desejos. [...] (Despedida, O CRUZEIRO, n. 74, 29/10/1908, p. 01).

O ano de 1908 marca, na imprensa, os preparativos para a Exposição Nacional[139], a ser realizada no Rio de Janeiro (Praia Vermelha), e os preparativos para a Exposição Universal Internacional a ser realizada em Bruxellas, em 1910. Segundo boletim que circulou na imprensa corumbaense, "A exposição durará seis meses, pelo menos e é de esperar, a julgar-se pelo sucesso que tiveram as effectuada em 1885, 1894, 1897 e 1905 em Anvers, Bruxellas e Liege que a de 1910 tenha o maior brilhantismo" (Exposição Belga, AUTONOMISTA, n. 130, 15/02/1908, p. 01).

Chegaria a Mato Grosso, conforme anunciado na edição de 27 de junho, o Programa Geral da Exposição Universal e Internacional de Bruxellas.

Esse dado fornece novos indicativos para asseverar que o isolamento matogrossense, cujo discurso já foi evidenciado em outros momentos deste trabalho, é também parte de uma construção discursiva, com vistas a chamar a atenção do país para as mazelas que grassavam sobre o território na região central do Brasil, justificando assim o atraso, a dificuldade de investimentos e o estabelecimento de políticas efetivas de povoamento.

A Exposição Nacional ainda seria objeto de artigos e notas da imprensa por várias edições durante o ano de 1908. A julgar pelo empenho na produção de materiais para a divulgação da riqueza matogrossense, como "Catalogo dos produtos enviados pelo Estado de Mato Grosso para a Exposição Nacional de 1908", cuja tiragem de 3000 exemplares "[...]

[139] Cf. A COLLIGAÇÃO, n. 113, 12/01/1908, p. 02. A propósito do tema, identificamos o registro acerca da presença de membros da missão salesiana do Estado na Exposição Nacional daquele ano: "[...] Seguem no primeiro paquete afim de tomar parte na Exposição Nacional que se vae abrir proximamente no Rio de Janeiro, representando no pavilhão deste Estado o esforço da cathechese salesiana em Matto Grosso. Sabemos que o Snr. Ministro da Viação, informado pelo Snr. Presidente de Estado approvou a ida desses pequeninos músicos bororos para figurarem n'aquella grande certamen brazileiro, concedendo-lhes por conta da União as respectivas passagens. Também sabemos que, approveitando sua estadia no Rio de Janeiro o Rev. Padre Malan pretende conseguir par ao Collegio Salesiano desta cidade su equiparação ao Gymnasio Nacional" [trata-se da banda de música composta por 21 índios bororos, ensaiada pela Missão na Colonia Sagrado Coração] (Missão Salesiana, AUTONOMISTA, n. 142, 09/05/1908, p. 02).

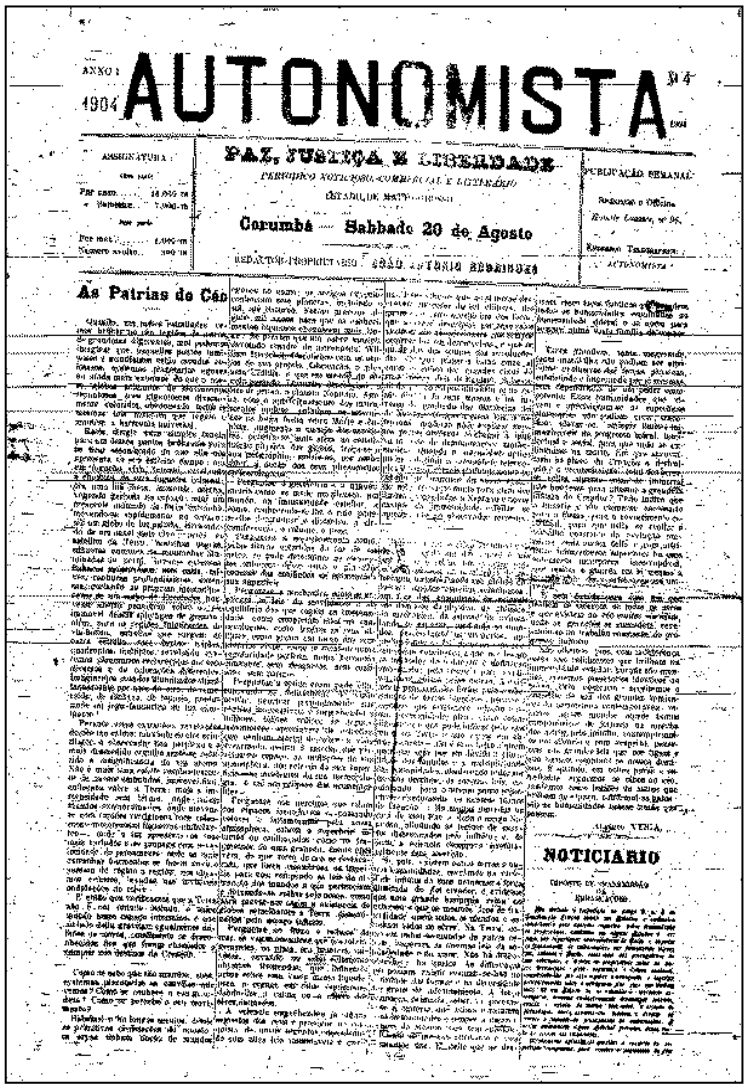
caprichosamente elaborados nas acreditadas officinas do Estabelecimento de Avelino de Siqueira de Cuyabá" (Mato Grosso na Exposição Nacional, AUTONOMISTA, n. 144, 23/05/1908, p. 01), foi realizada por iniciativa do então governador Generoso Ponce.

O espírito empreendedor deste governador é ressaltado em *O Brazil*, quando da menção aos esforços para a implantação da linha férrea que ligaria Mato Grosso a São Paulo:

> [...] Está em estudos o traçado de uma via-ferrea que, partindo de Bauru, estação da estrada de ferro sorocabana, no Estado de S. Paulo, seguirá o Valle do Tietê e alcançará Cuyabá capital do Matto Grosso.
> Esta ficará deste modo ligada directamente a S. Paulo e, portanto, ao Rio de Janeiro. O acesso aos imigrantes estará facilitado. Para isso não são necessárias, grandes despesas, mas disso depende á propriedade do Estado.
> A riqueza de Matto Grosso é evidente, mas é preciso valorizal-a e pol-a em circulação.
> O coronel Generoso Ponce comprehendeu-o bem e o Estado assumirá sem hesitar os encargos que lhe vão assegurar rápido a fortuna a qual tem direito pela excellencia de suas aptidões naturaes. (Matto Grosso - Um Estado de Futuro, O BRAZIL, n. 259, 12/04/1908, p. 01).

A valorização da riqueza e dos elementos da cultura matogrossense aparece, pela primeira vez, como objeto de destaque nos textos publicados nos jornais. Habituados a "ler" notícias que depreciavam o Estado em decorrência da sua localização, do difícil acesso ao seu interior, das condições climáticas e outros argumentos já evidenciados em capítulos anteriores, a Exposição Nacional promove, nas páginas da imprensa, a divulgação de um Mato Grosso preparado para enfrentar os desafios impostos pela modernidade.

Ora transcrevendo os telegramas elogiosos recebidos do Rio de Janeiro, que informam que a "Secção Matto Grosso continua sendo muito visitada. [...] E opinião unanime que Matto Grosso foi um dos poucos Estados que comprehendeu o alcance da exposição, enviando amostras sobre suas riquezas reais. [...]" (Exposição Nacional, AUTONOMISTA, n. 157, 22/08/1908, p. 01), ora fazendo referência às notas publicadas na imprensa de outros estados, "Os produtos deste Estado na exposição nacional tem sido muito admirados pelos competentes e pela imprensa fluminense, que tem feito o merecido elogio ás riquezas de Matto Grosso representadas naquelles produtos" (Exposição Nacional, AUTONOMISTA, n. 163, 03/10/1908, p. 02), a imprensa matogrossense noticia e celebra a apresentação de Mato Grosso para o mundo civilizado, ou, como noticia um jornal corumbaense, "Matto-Grosso é um empório colossal de riquesas naturaes; [...]" (O BRAZIL, n. 279, 30/08/1908, p. 01).


ANNO I 1904 **AUTONOMISTA** N. 4

PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE

Corumbá — Sabbado 20 de Agosto

As Patrias do Céo

NOTICIARIO

Figura 24 – Jornal “Autonomista” (1908) - (finalidade ilustrativa)
Fonte: APMS (MATO GROSSO, 2010)

Em Corumbá[140], a inauguração das obras de construção da Estrada de Ferro Noroeste,

> a primeira de Matto Grosso, após 86 annos da emancipação política do Brazil, isto é, depois de quase um século do criminosos esquecimento em que tem jazido este rico territorio nacional, á abertura de sua fácil viação, que tem sido sempre o mais poderoso vehiculo para o progresso e engrandecimento dos povos. [...] (Festa do Progresso, AUTONOMISTA, n. 142, 09/05/1908, p. 01).

[140] “Exemplos de longevidade: “Araraquara nos fornece bellos exemplos de longevidade, a julgar pela seguinte noticia que encontramos no <<Popular>> folha local: << É um facto notável, pela sua raridade, este que aqui assignalamos e pelo qual se vê que num mez de mortandade avultada no município, em 30% dos vitimados a idade vae dos 70 aos 115, a saber: [...] Sommando a idade dessas oito pessoas mortas, obteremos o total de 695 annos, de que resulta a media de 80 annos, sete mezes e 15 dias.>>” (AUTONOMISTA, n. 128, 01/02/1908, p. 02).

Entre as notas de progresso e desenvolvimento do Estado, através dos trilhos da Estrada de Ferro, figuram algumas notas que não revelariam o mesmo progresso no campo da instrução:

> São estes os assumptos mais interessantes de que se occupa a Mensagem: [...] Sobre a instrucção publica, a Mensagem disseca a malíssima situação do ensino publico, motivada pelo acumulo de matérias, doutrinarismo theorico e abstracto, e as condições de capacidade do professorado, propondo uma orientação mais pratica, e a creação de uma Escola Normal. [...] (A Mensagem do Governo, AUTONOMISTA, n. 148, 20/06/1908, p. 01).

A imprensa noticia em primeira página, as iniciativas do poder público rumo à criação de uma Escola Normal e da Escola Modelo em Corumbá, como evidencia o texto "Pela Instrucção II". Traz a transcrição integral do projeto de Lei que foi apresentado à Assembleia Legislativa, que contem essas e outras iniciativas propostas para o setor educacional, seguido de uma análise e alguns "pequenos reparos", segundo os quais teriam como objetivo deixá-lo "melhor" (Pela Instrucção II, O BRAZIL, n. ilegível, 19/01/1908, p. 01). Os editores sugerem melhoramentos em itens que se referem à quantidade excessiva de matérias ministradas pelos mesmos professores, o que prejudicaria o andamento das aulas; acréscimo ao projeto de aulas de desenho e canto, para formar o espírito moral da juventude, tendo em vista que

> aquilo que o Estado despende com escolas poupa em asylos, hospitaes e cadeias; cultiva e moralisa o povo, desenvolvendo todos os ramos da insdustriam augmentando a producção e com esta a riqueza e as rendas publicas. (Pela Instrucção II, O BRAZIL, n. ilegível, 19/01/1908, p. 01).

Em virtude da importância atribuída pelos editores ao projeto de Lei referente à criação da Escola Modelo, a edição de 19 de janeiro deixou de desenvolver o tema que havia proposto inicialmente, no texto Pela Instrucção II, fazendo-o na edição de 26 do mesmo mês. Tratar-se-ia da necessidade de criação de uma Biblioteca pública em Corumbá, desejo já manifesto em outros jornais, tanto de Corumbá quanto de Cuiabá.

> [...] A par de boas escolas, e como precioso auxiliar da educação, devemos trabalhar com afinco e enthusiasmo para salutar Idea da fundação de uma vigorosa sociedade amante da instrucção que propague e possa crear instituições populares para o desenvolvimento intellectual dos habitantes.
> [...] Para isso, porém, são indispensáveis livros que lhes inspirem amor ao estudo, lhes despertem a aptidão intellectual e operem a concentração de seus esforços em trabalho serio e fecundo.
> Mas onde mais facilmente se poderá realizar essa obra grandiosa [...]? Nas bibliothecas publicas. [...]
> Cidade como esta; orgulhando-se de ser a sala de visitas de Matto-Grosso, sem possuir um bom estabelecimento de instrucção secundaria, sem uma

> associação litteraria, uma aggremiação musical, sem theatro, siquer uma modesta bibliotheca onde se possa educar o espairecer o espírito nas horas de lazer, não se comprehende nem se imagina. [...] (Pela Instrucção III, O BRAZIL, n. 249, 26/01/1908, p. 01).

A questão do ensino secundário em Corumbá permanece sem encaminhamento por alguns anos. A criação do Gymnasio Estadoal, a partir da iniciativa particular, atende apenas ao ensino complementar, na modalidade de aulas avulsas:

> Curso particular para meninos
> Das 2 ás 5 da tarde
> Ensina primário e secundário
> Acham-se funcionando as seguintes aulas
> Portugez –Francez
> Geographia Geral – Arithmetica Pratica
> Geometria Plana – Desenho e Musica
> Curso Superior
> Algebra e Geometria
> Trigonometria
> Historia Geral. Rua 13 de junho n. 43 – Corumbá.
> (O BRAZIL, n. 268, 07/06/1908, p. 04).

Por fim, nem a Escola Modelo tampouco a Escola Normal foram instaladas em Corumbá e, sim, em Cuiabá, cujos trabalhos de organização se iniciaram em 1909 e culminaram na sua instalação: "foi criada através da Lei no. 533 de 4 de julho de 1910, a Escola Normal em Cuiabá e instalada no dia 1º. De fevereiro de 1911, na rua 1º. De março no. 16, sob a direção do professor Leowigildo Martins de Mello (POUBEL e SILVA, 2006, p. 21-22)[141].

Ao observar a frequência de menções a instituições escolares nas páginas da imprensa nesta década, optou-se por realizar um breve mapeamento das escolas públicas mencionadas nos atos oficiais publicados nas edições localizadas de *A Colligação*, durante o ano de 1908:

- Escola mixta elementar do sexo masculino de Sant'Anna do Paranayba;
- Escola mixta elementar da freguesia da Guia;
- Escola elementar do sexo feminino da Villa do Livramento;
- Escola elementar do sexo masculino do Livramento;
- Escola elementar do sexo feminino da capital;
- Escola elementar do sexo feminino de Corumbá;
- Escola elementar mixta da povoação de Capim-Branco;

[141] Em Humberto Marcílio (1963, p. 133) encontramos a informação de que a Escola Normal foi regulamentada pelo Decreto 266, de 3 de dezembro de 1910.

- Escola mixta da freguezia da Varzea-Grande;
- Escola mixta da povoação de Porto Murtinho;
- Escola mixta elementar de Raizama;
- Escola elementar mixta do Buracão.

Ao dar informações sobre essas escolas, para além de dar publicidade aos atos oficiais referentes a nomeação, exoneração, mudança de professores entre uma escola e outra, a imprensa garante ao público leitor o conhecimento das escolas públicas que estão em funcionamento, bem como a sua localização. Ressalte-se que raras foram as notas que referenciaram festas cívicas e religiosas cuja sede fosse essas escolas. Uma justificativa possível para essa ausência reside, provavelmente, na falta de prédios que abrigassem aqueles estabelecimentos, situação da qual não padeciam as escolas particulares.

Entre os anos de 1908 e 1909, as páginas da imprensa corumbaense registram a existência das seguintes instituições escolares no âmbito particular:

- Collegio São João de Escocia[142] - Corumbá;
- Collegio Salesiano Santa Thereza - Missão Salesiana - Corumbá;
- Collegio Maria Auxiliadora - (Asilo dirigido pela Missão Salesiana) - Freguesia de Ladario - Corumbá;
- Collegio Immaculada Conceição - Corumbá;
- Escola Estrela do Oriente[143] (da Loja Maçônica);
- Externato S. Antonio de Padua - Corumbá;
- Externato Santa Otilia - Corumbá;
- Externato Mixto[144] - Corumbá;
- Culto a Instrucção (collegio para meninas) - Corumbá;

---

[142] "Este estabelecimento do ensino organisado pelos moldes mais modernos e destinado á educação physica, moral, intellectual e cívica da mocidade matto-grossense funcciona aá Praça da República desta cidade, em edifício vasto e appropriado, rigorosamente hygienico e excellete, em summa, por tudo quanto exige e requer uma boa casa de instrucção em qualquer centro civilisado. [...] São os seguintes os preços das mensalidades dos alumnos:
Externos – Dos cursos elementar e complementar $000
Do curso secundário....15$000
Internos – De qualquer curso....10$000
Estes pagarão, no acto de sua admissão a joia de.....50$000. [...]" (O BRAZIL, n. 327, 29/07/1909, p. 03).

[143] "A benemérita Loja Maçonica 'Estrela do Oriente', desta cidade, promove actualmente fundação duma escoal destinada a educação dos meninos pobres. Para esse altruístico fim já foram nomeadas diversas commissões compostas de disticntos cavalheiros da nossa sociedade. [...]" (O BRAZIL, n. 339, ilegível/10/1909, p. 02).

[144] A nota que anuncia a abertura do Externato Mixto, assim a ele se refere: "O abaixo, de regresso de Cuiabá, onde foi fazer validos os seus exames e habilitar-se em agrimensura avisa ao público que, em vista da falta absoluta de professor nesta cidade, vae abrir um externato mixto. [...] Dormevil J. Oliveira – Agrimensor." (Externato Mixto, Tribuna Livre, O BRAZIL, n. 312, 15/04/1909, p. 02).

- Escola Publica elementar (n.1) do sexo feminino - Corumbá; Escola Publica elementar (n. 2) do sexo masculino - Corumbá; Escola publica elementar (n. 3) da Freguesia de Ladario - Corumbá[145];
- Gremio Infantil - Corumbá.

Os embates em torno da abertura/reabertura da Escola Normal são pauta constante na agenda das Mensagens de Presidente deste período em diante. Uma série de insatisfações é relatada com relação ao ensino possibilitado por esta instituição, ainda mais quando esteve, por algum tempo, sediada no mesmo prédio em que o Liceu Cuiabano: "bons professores, tratando-se do ensino primário, só poderemos ter, como já disse, com uma escola normal bem organisada: mas a reforma do actual programa é coisa que pode e deve ser feita desde já" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1908, p. 20).

Ao lado da Escola Normal, a criação dos grupos escolares, a exemplo do modelo paulista, passa a integrar a agenda de preocupações do governo matogrossense. A Mensagem de 1909 registra a aprovação da Lei que cria os grupos escolares em Corumbá, bem como a necessidade de melhor preparação dos professores do interior:

> A exiguidade dos vencimentos do professorado é ainda uma das causas do desalento do ensino entre nós, como demonstra o facto de serem nomeados interinamente a maioria dos professores, quando, annualmente, têm sido postas a concurso todas as cadeiras, sem que se inscreva um só candidato. Apenas as da capital e de algumas localidades do interior são regidas por professores de concurso. (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1909, p. 12).

Todas as mensagens que dispõem sobre o tema relatam a impropriedade que seria manter os dois cursos – Escola Normal e Liceu Cuiabano, ou ainda, os dois estabelecimentos funcionando no mesmo prédio, e divergem dos princípios da coeducação, tanto no que se refere à Escola Normal quanto à Escola Primária. Os jornais silenciam sobre essas questões.

O período entre os anos de 1909 e 1911 foi marcado pela gestão de Pedro Celestino[146], cujo estudo inaugural sobre as atividades no campo da educação foi realizado por Eduardo Gerson de Saboya Filho (1992). Virgílio Correa Filho (2002) assinalava que "a reforma de 1910, alicerçando **melhormente** as bases da instrução popular, não tocara na organização do

[145] As notas sobre a criação das escolas municipais começam a ser veiculadas em 1909, mas o concurso para provimento das cadeiras de ensino é publicado apenas na edição de 23 de dezembro daquele ano, e seu funcionamento, segundo *O Brazil*, se daria a partir de março de 1910, "a medida em que forem entregues os imóveis escolares [...]" (Escolas Municipaes, O BRAZIL, n. 354, 03/02/1910, p. 02). A edição de abril de 1910 informa acerca da abertura da escola n. 2, e notificando aos pais e tutores de crianças entre idade de 7 a 10 anos que não efetivarem as matriculas sofrerão a aplicação de multas que variam entre 5$000 a 20$000 (O BRAZIL, n. 364, 14/04/1910, p. 02).

[146] Pedro Celestino volta o governo do Estado em 1922, nele permanecendo até 1924 (SIQUEIRA, 2002).

Liceu Cuiabano, senão para lhe dar direção própria, em 1912" (CORREA FILHO, 2002, p. 50, grifo nosso).

Siqueira (2002, p. 179) destaca que

> Os estabelecimentos escolares representaram um outro tipo de arquitetura que marcou a fase republicana de Mato Grosso. A exemplo, temos o famosos Palácio da Instrução, cuja pedra fundamental foi lançada no ano de 1911, devendo abrigar dois cursos, em sua parte superior: o Normal, de um lado, e o Liceu com o Curso de Letras e Ciências \preparatórias, secundário, de outro. Na parte inferior, funcionavam a Biblioteca Pública e a Escola Modelo. Esse edifício monumental toma todo um quarteirão e faz frente com a Praça da República, posicionando-se ao lado da matriz. Foi também significativa a construção do Grupo Escolar Senador Azeredo, situado no 2º distrito de Cuiabá, atualmente distrito do Porto, cuja construção data do ano de 1910.

A modernidade parecia alcançar Mato Grosso a partir desse período, conforme assinala Reis (2006, p. 20):

> De forma semelhante ao que ocorreu em alguns Estados brasileiros, Mato Grosso, após 1910, viu-se envolto por uma onde de modernização, incluindo debates, projetos e realizações, que buscavam reformular a escola e, por conseguinte, o ensino em seus diferentes níveis.

A chegada da primeira missão de professores paulistas é tida como a pedra fundamental que inaugura uma nova era na educação pública matogrossense. Sobre isso afirma Pedro Celestino (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1910, p. 07):

> convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrucção popular, base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, que é tanto mais sólido quanto mais difundida ela se acha, e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim e a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em S. Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal, de que havemos mister para a realização desse importante objetivo; esperando que me habilitareis para leval-o a effeito nas condições desejáveis.

A situação continuava "bem pouco satisfatoria" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1909, p. 12): ao que consta no texto da Mensagem, tendo em vista o fechamento de escolas por falta de professores e não frequência de alunos; mobilizado por um intento desenvolvimentista, o governador consegue a instalação da Escola de Aprendizes Artífices, custeada pela União e subordinada ao Ministério da Agricultura, tendo como seu diretor o professor João Pedro Gardés. Essa escola visaria ao atendimento "da infância desprotegida ministrando-lhe instrucção, ao mesmo tempo que os conhecimentos dos officios mais

necessários e mais communs ao provimento da subsistência dos operários e ao desenvolvimento das artes e officios" (MENSAGEM DE PRESIDENTE, 1910, p. 12).

> Atinge o ensino matogrossense o apogeu de sua história, no fecundo governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa.
> A figura notável desse estadista que já vai se tornando simbólica na tradição republicana de Mato Grosso, liga-se a evolução do ensino entre nós, por laços de tal maneira marcantes que dela, da sua personalidade incomum, da sua obra imperecível, jamais poderia separar-se, sem que se desfigurassem, tanto a História, como o Homem. (MARCÍLIO, 1963, p. 127).

Assim, Humberto Marcílio descreve o governo de Pedro Celestino como o responsável pela "Revolução do ensino" em Mato Grosso. No entanto, a imprensa nos dá argumentos para demonstrar que as condições para essa "Revolução" já vinham sendo cultivadas, resultando da inteligência, oportunismo e vontade e apoio político de Pedro Celestino à consecução das ideias em curso e a sua transformação em políticas públicas para a instrução.

Desse modo, os anos de 1908 e 1909 são aqueles, nesta análise, que sintetizam os esforços cumulativos dos governantes matogrossenses em prol da consolidação de um modelo de ensino tipicamente do Estado, atendendo aos seus interesses, de acordo com suas condições de implantação, características culturais e localização geográfica.

A despeito da necessidade de buscar, em outras unidades da federação e países do "estrangeiro", modelos para dar forma às ideias em curso, é possível afirmar que a organização da educação matogrossense já vinha trilhando seus caminhos, restando, apenas, a necessidade de consolidá-la no cenário brasileiro. As referências a práticas bem sucedidas em países estrangeiros não deixou de figurar nos periódicos desta década, embora em menor intensidade e frequência. A criação de escolas foi o tema selecionado por editores de *O Cruzeiro*, para chamar a atenção dos leitores e destacar o que vinha sendo feito nas nações do mundo moderno:

> Nos paizes cultos, que se recomendam por uma liberal civilisação, taes como a Republica de França e a Italia, notadamente a Suissa, a Prussia e alguns outros, em que o patriotismo como que se personaliza e identifica, fazendo parte integrante nos programmas de educação e ensino, sendo administrada em noções elementares desde a infância, - as Escolas Publicas principalmente exercem seu papel dignificante, iniciando a obra do preparo para o futuro cidadão. [...]
> O que se tem feito aqui entre nós a esse respeito? Conhecerão os nossos escolares alguma cousa da Constituição da Republica? Quem dirá que sim?... Quem sabe se a propria Constituição do Estado vae passando ignorada, apezar de ser recommendada a sua leitura nas Escolas!...

> Não é de hoje que se ouve dizer: A nossa instrucção publica vae mal; aqui so uma reforma geral. Entretanto o tempo corre, os abusos se reproduzem com prejuízo dos fracos e inexperientes factores do futuro.
> Como poderá o Estado produzir cidadãos conhecedores de suas condições e necessidades, emfim que sejam aptos para servir á causa do seu melhoramento material e engrandecimento social, sê se descura do preparo para essa idoneidade viril dos filhos? Ninguem duvida que se possa discorrer á frente dos meninos em dissertações abstractas sobre o organismo de uma Lei de Constituição que seria o mesmo que bradar no deserto.
> A uma creança não se falla como a adulto, que tem penetração de ideia. Mas que por meio de exemplos simples, de imagem em imagem e comparações fáceis á comprehensão infantil pode estimular-lhe o gosto pelas cousas pátrias, eis a questão. A instrucção aliada a uma boa educação vale pelo melhor legado que um pae pode prestar ao filho. [...] (As nossas escolas sob ponto de vista, O CRUZEIRO, n. 8, 25/05/1908, p. 01).

A criação de escolas, particularmente de grupos escolares, é entendida, em Mato Grosso, como elemento de modernidade. Ao discutir a implantação destas instituições, Figueira e Stein pontuam:

> [...] os grupos escolares foram pensado (sic) como polos irradiadores de um movimento de *modernização da educação primária* no estado: este motivo, aliado ao alto custo de sua instalação e manutenção, fez com que os mesmos fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso, como Cuiabá (1908), Cáceres, Poconé e Rosário do Oeste (1912), no norte do Estado, e Corumbá (1908), Campo Grande (1912), Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã, no sul de Mato Grosso, estes últimos criados nos anos seguintes, até 1927. (FIGUEIRA e STEIN, 2009, p. 233).

Acrescente-se que a implantação do Grupo Escolar de Corumbá, autorizada em 1908, bem como a de Campo Grande, em 1912, se tornaram efetivas, mais de uma década após a homologação de sua autorização, o que não ocorreu com Cuiabá, que teve seu grupo escolar, inclusive com a presença administrativa e pedagógica dos professores paulistas, já em 1910.

Para além da morosidade para a instalação destes estabelecimentos e dificuldade em se impor uma fiscalização na malha educacional, conforme argumentam as autoras (FIGUEIRA e STEIN, 2009, p. 234), não estariam em jogo os interesses da capital do Estado, em se legitimar como a detentora do poder político; das características da modernidade no campo educacional, com a implantação dos referidos grupos, aliado à necessidade de se legitimar como cidade mais forte do Estado, justificando a condição de capital, fruto de longas disputas com Corumbá e, posteriormente, objeto de disputas no tema divisão do Estado, quando os governos de Cuiabá e Campo Grande se opõem frontalmente, no que concerne aos rumos para o desenvolvimento do estado, resultando, na divisão do seu território, em 1977? São questões

que valem a pena serem examinadas, quando da revisão dos estudos históricos sobre a educação em Mato Grosso.

É com base em discussões desta natureza que a história da educação dos estados da região Centro Oeste vem ganhando espaço e sendo revelada.

O Autonomista[147] principia sua edição, em 1909, com análise da situação do ensino público em Mato Grosso:

> Uma das fontes principaes da riqueza do povo é, sem duvida alguma a Instrucção, e o thezouro, por ella nos legado, é de todos o mais estimável, porque nos dá o verdadeiro mérito. [...]
> Demonstrada, felizmente, essa luminosa verdade, todos os governos bem intencionados procuram, na esphera de sua actividade, diffundir largamente a Instrucção aqssim lançando, solidamente as bazes do engrandecimento d; ‘os seus Paizes. [...]
> O Brazil, nesse particular, tem tomado visível impulso: no Rio de Janeiro, em S. Paulo, no Pará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, em Minas, etc., encontram-se bons estabelecimentos públicos de ensino,que tem dado ótimos resultados. Em nosso Estado, porem, esse importante assumpto tem sido infelizmente, abandonado, ou por falta de recursos ou por outro motivo qualquer, que desconhecemos. Nossos collegios, a começar pelos da Capital, como já o fizeram ver alguns jornaes, notadamente O Pharol, muito deixam a desejar. (Ensino Publico, Collaboração, O AUTONOMISTA, n. 180, 30/01/1909, p. 02).

Essa informação se confirma: *O Pharol* é um dos periódicos que, como já afirmado em momentos anteriores neste trabalho, se posiciona em relação à situação do ensino no Estado. E, continuando a avaliação do ensino em outras cidades matogrossenses, os editores insistem na situação precária que grassava no Estado naquele período:

> Pelo que toca a Corumbá, Caceres, etc., o mesmo lamentável descuido se observa: a impressão que se percebe é sempre péssima. Suspenso, como se acha há muito, o fornecimento de livros e mais objectos indispensáveis ás aulas, a profissão dos respectivos mestres, é a mais espinhosa possível. Além disso, há falta completa do mobiliario: os collegios daqui, por exemplo apenas têm carteiras e bancos velhos e imprestáveis; o do Ladario em idênticas condições, e no de Albuquerque que as creanças escrevem sobre... o bahú do professor!
> E... os alumnos pobres só têm livros quando alguma alma caridosa lh’os dá!

[147] **Autonomista: periódico noticioso, commercial e litterario,** apresenta como complemento da epígrafe a sentença “Paz, justiça e liberdade”. Circulou semanalmente, aos sábados, em Corumbá, tendo como redator proprietário João Antonio Rodrigues. Traz em algumas de suas edições, a partir do ano de 1907, a informação de ser o jornal de maior circulação e tiragem de Mato Grosso. Cf. AUTONOMISTA, 117, 18/11/1907.
A partir de maio de 1909, *o Autonomista* tem sua configuração alterada como esclarece a nota: “Correio do Estado: É este o titulo do novo jornal que sob a direcção do sr. Major Francisco Castello Branco, em substituição ao AUTONOMISTA, apparecerá a 8 do corrente. [...] Será uma folha imparcial, voltada unicamente aos interesses do povo e do progresso deste Estado e especialmente desta cidade. [...]” (Correio do Estado, AUTONOMISTA, n. 193, 01/05/1909, p. 02).

> Como estamos vendo, dessa sorte, por maiores que sejam os esforços dos professores nenhuma ordem, nemnhuma uniformisação poderá haver no ensino; por mais competentes e dispostos que elles sejam; nada conseguirão sendo forçados a cederem ante tantos embaraços e tamanhas difficuldades. É preciso accrescentar que apezar dos escolhes que dest'arte lhes bordam a já árdua missão, ocorre, ainda ser essa classe muito mal paga, como algumas mensagens presidenciaes o têm reconhecido. [...] (Ensino Publico, Collaboração, AUTONOMISTA, n. 180, 30/01/1909, p. 02).

A julgar pelo artigo acima, o "apogeu no ensino matogrossense", desenhado e celebrado na obra de Humberto Marcílio (1963, p. 127), não chegou a todo o Estado, como seus escritos querem demonstrar.

Por outro lado, as escolas particulares acabavam por ocupar o espaço deixado em aberto pelo poder público, como registram os anúncios de abertura de colégios, com os chamados frequentes para matrícula.

> O nosso illustre amigo e collaborador desta folha, Lauro Pinheiio, acaba de abrir em sua residência, rua de Lamare, enfrente ao quartel General, um pequeno externato para o numero limitado de 40 alumnos do sexo masculino.
> Dada a falta que há nesta cidade de sufficientes collegios que supram solida instrucção ás crianças e tendo em vista a competência pedagógica d'aquelle nosso amigo estamos certos que há de ser disputada a matricula no novo e auspicioso externato. (Externato, O BRAZIL, n. 312, 15/04/1909, p. 02).

As escolas particulares atenderam parte da demanda educacional, contando com subsídios do governo para seu funcionamento. Divulgar os resultados dos exames finais, dar publicidade ao trabalho realizado nas escolas particulares, em Cuiabá ou em Corumbá, demonstraria que, a par do papel do Estado em prover a instrução pública e gratuita, a sociedade civil se organiza e intermedia essas ausências, prestando um serviço de qualidade, tendo em vista o número de aprovações nos exames regulares.

Em oposição a este quadro, o baixo índice de aproveitamento dos alunos das escolas públicas, relacionado ao baixo número de inscritos para os exames finais, como alguns jornais fizeram questão de enunciar, ou ainda dos indicativos de reprovação, refletem problemas relacionados à formação de professores, mas também à ausência de condições efetivas para o exercício do ensino.

Ao final da década, iniciada com propósito de organização da instrução, propostas políticas e financiamento para a construção dos grupos escolares, consolidação da Escola Normal, do Liceu Cuiabano e da Escola de Artífices, incentivo salarial aos professores, plataformas idealizadas desde os anos 80 do século anterior foram paulatinamente sendo

alcançadas, ainda que pesassem as condições "desfavoráveis", descritas na documentação consultada.

O Quadro 05, que segue, apresenta os gastos públicos com instrução, entre os anos de 1906 e 1910, conforme foi possível mapear a partir das Mensagens de Presidente.

Ano base	Despesas
1906	137:719$954
1907	171:082$301
1908	173:603$766
1909	178:129$009
1910	214:541$032

Quadro 05 - Gastos públicos com instrução entre os anos de 1906 e 1910
Fonte: Dados compilados e organizados a partir das Mensagens de Presidente de Estado de 1919 e 1920 (MATO GROSSO, 2010).
Org.: PINTO, A. A. (2012).

Os gastos com instrução apresentaram um salto quantitativo em torno de 20%, entre os anos de 1906 a 1907, mantendo-se com sensível aumento até o ano de 1910, em que se registram gastos próximos de 18% a mais que no ano anterior.

Dando forma às iniciativas de organização do aparelho de instrução pública os governos estaduais, em geral, adotaram procedimentos de mapeamento e levantamentos estatísticos na intenção de elaborar um panorama do cenário educacional no país. Esforço de síntese e de instrumentalização futura para os trabalhos de implementação de políticas de combate às mazelas do ensino brasileiro: exemplo desse cenário pode ser percebido na leitura do Inquérito relativo ao ensino público de, à época, 21 Estados brasileiros, indicando que em 1907 o Estado de Mato Grosso era "o único em que os Municípios não custêam escolas" (Inquerito acerca da instrucção publica e particular em todo Brasil e especialmente no Districto Federal, 1911, p. 07, APMT, 2010)[148].

Não obstante, as Mensagens de Presidente revelam e indicam o movimento em prol da organização da instrução pública no Estado, independentemente dos entraves que possam ter havido, no campo dos embates políticos pela sucessão no poder, na destinação de verbas públicas para subsidiar escolas ou mesmo na tão destacada melhoria dos vencimentos para os professores, dentre outros. Os jornais corroboram com a movimentação observada nos textos

[148] Cabe considerar, contudo, a ressalva registrada no relatório de que havia inúmeras dificuldades em obter dados das escolas particulares no Brasil: "Quanto ao ensino particular, é bem de ver que a imensa difficuldade própria ao trabalho de reunir materiaes indispensáveis a estatística respectiva não permitte seja Ella tão satisfactoria como a da instrucção publica" (Inquerito..., 1911, p. 07, APMT, 2010).

das Mensagens, apresentando aspectos da apropriação derivada das ações dos governos, promovendo a divulgação das necessidades educacionais, propondo encaminhamentos para os problemas correntes, partilhando opiniões e análises, indicando que Mato Grosso não se encontrava, ao menos no plano do discurso, alijado das discussões que estavam em pauta nos estados, considerados como indicadores educacionais de desenvolvimento no período. Perpassa a década de 1900-1910 a intenção em se organizar e constituir um modelo de educação pública matogrossense, que ora se via amparado pelo governo, ora se situava no plano das idealizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa de Mato Grosso é boa para pensar a educação!

O estudo realizado consistiu em um encontro com o passado, a exemplo do que pontua Marrou (1978), partindo dos traços inteligíveis registrados em fontes ligadas à imprensa periódica de circulação geral, na Província/Estado de Mato Grosso. Ao longo dos 30 anos consultados foi possível compreender aspectos da História da Educação postos a dialogar, ou não, com outras fontes, de tipologias distintas, sem, no entanto, proceder à sua hierarquização.

Assumiu-se um risco de enfrentar as repetições, ausências das notas sobre o tema, que chegaram a ser preocupantes em algumas edições, para explicitar as ausências e silenciamentos sobre determinadas questões que estavam postas no campo. O enfrentamento foi compensado, em virtude do trabalho de imersão e atenção, pela riqueza dos detalhes das notas do cotidiano jornalístico. Ao acompanhar as notícias, observar suas permanências nas edições posteriores, estratégias discursivas para efetivar seu registro, posição que ocupavam em determinados espaços das páginas dos jornais, constituiu-se uma tessitura que possibilitou estabelecer parâmetros para as considerações apresentadas nos capítulos anteriores.

Ao tomar a imprensa como fonte principal para a compreensão de aspectos educacionais silenciados em fontes de outra natureza, buscou-se apreender em que medida esses mecanismos e dispositivos foram utilizados para a configuração da instrução/educação, indagando como a imprensa de circulação geral promoveu (ou não) a difusão daquele ideário republicano, que reforça no Brasil a ideia de que o país precisaria alcançar a Modernidade, para assim se igualar às nações desenvolvidas do mundo civilizado. A despeito das divergências e interpretações distintas encontradas sobre o conceito de modernidade, como demonstrado no primeiro capítulo, os questionamentos às fontes foram feitos no sentido de entendê-las a partir de duas premissas: a primeira, de que a imprensa é um signo da modernidade, sobretudo em Mato Grosso; e a segunda, que, a propósito de uma imprensa especializada em ensino, desempenhou função pedagógica, quando traz, de variadas formas e abordagens textuais, elementos do cenário educacional para suas páginas.

Partiu-se da hipótese de que a história do processo de organização da instrução pública em Mato Grosso seria signatária da ocorrida em outras localidades e, até mesmo, imitação dos feitos observados, em decorrência de todas as dificuldades apontadas, descritas amplamente no segundo capítulo, através da produção de historiadores diletantes e de ofício, por jornalistas do período, pelos relatos de viajantes em expedições exploratórias, dentre outras. Em primeira análise, seria fácil afirmar que houve cópia ou transposição de modelos relativos

às ações que, por terem sido bem sucedidas em outros territórios, assim o seriam em Mato Grosso. A (ausência da) história de Mato Grosso posta em circulação no âmbito nacional corrobora para a ideia de que no território ainda se encontram "onças e jiboias em meio aos transeuntes", como evidenciado em jornais da década de 1890. Estudos vêm desmitificando essa abordagem, assim como a presente tese espera ter contribuído em igual sentido. É lícito afirmar que essa história não pode ser contada como um apêndice da história da educação em outros Estados, em especial, da história da educação do Estado de São Paulo, muito relacionado em trabalhos acadêmicos, evidenciado como modelo nas páginas dos jornais consultados.

A hegemonia econômica dos Estados vem sendo utilizada como recurso discursivo para justificar um pretenso atraso, em algumas localidades, das iniciativas do poder público em prol da instrução. Não se pretende aqui, negar a validade deste argumento. No entanto, deslocar os questionamentos a partir de um conjunto de práticas e representações forjadas pelos Estados hegemônicos, na tentativa de intimidar o desenvolvimento de outros, bem como de espraiar suas iniciativas de sucesso, como modelos de implantação a serem "comprados, como pacotes apostilados", com garantia de sucesso, também devem, no atual estágio de desenvolvimento das pesquisas em História da Educação, ser olhados com certa desconfiança: a vigilância epistemológica, como nos ensina Bachelard (1997) é primordial para a construção da pesquisa no campo.

A empreita das Missões de Professores Paulistas, como apresenta Carlos da Silveira (1918), embora viesse investida da legitimidade paulista no campo educacional, enfrentou problemas diversos na consecução dos seus objetivos, prescritos nas Mensagens de Presidente e nos ofícios de solicitação enviados a São Paulo. Ainda assim, era São Paulo que recebia e atendia às solicitações dos Estados da federação, no que concerne ao envio de professores para auxiliar na organização da instrução pública. Contudo, nem todos os professores enviados conseguiam realizar seu intento, bem como se adaptar ao Estado para o qual foram enviados, como ocorreu em Mato Grosso, com um dos membros da Missão de 1912.

A imprensa possibilitou identificar um conjunto de ideias em movimento, alicerçadas no ideário do progresso e desenvolvimento da nação, próprios do seu tempo. Percebe-se que, em educação, a primeira década do Mato Grosso republicano guardou relação muito próxima e estreita com a última década do Mato Grosso imperial. O ideário da Modernidade diante dessa relação, que envolve temporalidades distintas, não demarcadas pelos marcos cronológicos políticos habituais, se manteve no interior de cada discurso proferido por presidentes de Estado, como sólido argumento de que, ao ser moderno, uma série de

problemas seriam erradicados do cenário matogrossense. No interior desse modo de pensar forjavam-se outros, derivados das disputas internas pelo controle do poder estatal, manifesto pelos grupos oligárquicos, divididos entre Norte e Sul do Estado, originando futuramente, na década de 1970, a sua divisão geográfica e política.

O fato desta imprensa não se constituir como dispositivo essencialmente voltado aos assuntos pedagógicos não eximiu editores, redatores e articulistas a se posicionarem, direta e indiretamente, sobre as formas de organização da instrução/educação. Houve momentos em que se observaram textos especificamente direcionados a tratar de temas que se apresentavam, à época, como passíveis de discussão e atenção. As notas relacionadas à situação de ensino, por exemplo, apresentadas em colunas avulsas, sem uma seção definida, mas que guardavam a representação dos procedimentos efetivos que compunham o quadro das atividades docentes do período tinham qual propósito? Evidenciar que as situações de ensino eram de conhecimento comum. Demarcam o lugar professoral nas relações de ensino e aprendizagem.

As visitas dos inspetores paroquiais e escolares às escolas, que distavam léguas da capital, demonstravam ao público leitor que, por mais difícil que fosse o serviço de fiscalização da instrução pública, de alguma maneira ele acontecia, dando indicativos de que uma estrutura estaria por se organizar.

Por outro lado, as festas e comemorações cívicas realizadas nos espaços escolares, por ocasião das atividades de comemoração dos resultados dos exames finais ou das visitas de autoridades estaduais e federais, intencionavam demarcar aquele espaço como um lugar de cultura e alto conhecimento, sendo objeto de notas frequentes em vários jornais que circularam nos períodos examinados.

Há que se registrar as frequentes matérias que sinalizam as dificuldades do trabalho dos professores, referentes aos vencimentos recebidos, bem como aqueles que se revelaram inaptos para o exercício da função docente, e também revelaram uma imprensa que buscava acompanhar o que estava acontecendo no campo educacional, para desempenhar o papel ao que se referem frequentemente nos textos de abertura de suas edições.

As notas publicadas, referindo-se às ofensas trocadas por lentes de um colégio e outro, evidenciavam os modelos de educação em disputa no período.

A forma como as notícias foram construídas e dadas a ler revelou também a preocupação com o público leitor e, em vários momentos do trabalho, esse foi um grande questionamento. Tendo em vista a dificuldade de respondê-lo, em virtude da falta de elementos para isso, estes se tornaram indícios para interrogar de modo mais efetivo os textos publicizados, convertendo-se em opção metodológica que perpassou todo o trabalho.

O exame das fontes possibilitou compreender que o tempo das reformas nem sempre é cronologicamente controlado com sua aplicação demarcada: evidenciou-se essa percepção em notas que fazem menção à aprovação do Regulamento da Instrução de 1896, feita em junho, a qual se observara posta em prática apenas no ano de 1897; houve menções ainda de que, mesmo antes de suas alterações serem postas em prática, o referido regulamento já demandava revisão, como se tivesse "nascido ultrapassado" e muitos dos jornais deixaram isso impresso em suas páginas. Seria lugar comum afirmar que os avanços e retrocessos da instrução pública foram de responsabilidade de seus administradores, mas em um país de tradições coloniais e imperiais como o Brasil, como pensar diferente?

Constatou-se, que a década que antecedeu a instauração do regime republicano encontrou, na imprensa, fértil aliada para os debates no campo educacional, como apresentado no capítulo 2. Todos os títulos selecionados para o estudo trouxeram em suas páginas, com formato e frequência distintos, notas sobre a instrução, fosse ela pública ou particular, em Mato Grosso. Cabe destacar, em virtude dos critérios adotados para o exame das fontes, que mesmo os textos que não traziam referências diretas, expressas nos títulos, foram examinados, residindo nessa estratégia o maior volume de notas recuperadas sobre o tema. Não se procurou apenas as notícias formatadas com o tema em evidência: buscou-se recuperar e desenhar um panóptico da instrução/educação a partir e através, literalmente, das fontes, procedimento que se estendeu a todo o trabalho.

A demanda de leituras, página a página, dos jornais, viabilizou conhecer, ainda que determinada pelas lentes dos editores e articulistas, comumente chamados de jornalistas no período em estudo, a forma pela qual se via a cultura matogrossense em diversas dimensões.

Entendendo que a educação não é um fenômeno que se processa apenas em instituições destinadas àquele fim, reside nesse argumento a força para afirmar que a imprensa no período teve função pedagógica, educativa e, sobretudo, formativa. A imprensa de circulação geral promoveu a ampliação do campo de debates e discussões, extrapolando a característica da prescrição e formatação de um determinado perfil profissional, embora presente nas entrelinhas dos discursos, fato que não inviabilizou que, por meio de outros dispositivos impressos, fosse veiculado determinado conjunto de valores e modos de pensar sobre a educação, assim como formas de representação consideradas positivas e que deveriam ser adotadas no território matogrossense.

Exemplo disso foram as constantes reiterações aos "sistemas de referência" europeus, simbolizados em países como França, Itália, Alemanha, Suíça e, em algumas, aos Estados Unidos, assim como aqueles de projeção nacional, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas

Gerais e Rio Grande do Sul. Igualmente frequentes eram as transcrições de textos publicados em jornais europeus e a apropriação de textos daqueles autores para endossar, elucidar ou criticar a ausência de iniciativas no que se refere aos aspectos inerentes à educação brasileira, em particular à matogrossense.

Muito embora os textos veiculados nos jornais mantivessem, em maior incidência nas notas mapeadas, abordagens descritivas, e em menor escala, abordagens que revelassem opiniões ou posicionamentos de redatores e editores, constata-se o discurso corrente de que a instrução é uma necessidade inerente ao desenvolvimento da Província/Estado, sem a qual qualquer esforço, fosse no setor político ou econômico, não renderia frutos. É certo que a discussão sobre a instrução registrou presença na agenda de temas considerados pertinentes e oportunos de serem publicados e, por vezes, debatidos na imprensa.

Distintas, no entanto, foram as formas de abordagem desses temas nas páginas em que foram publicados e nas posições que ocuparam na distribuição gráfica dos jornais, dimensionando, em certa medida, o grau de importância atribuído a determinado tema, ou conjunto de notícias.

A publicação dos atos oficiais, majoritariamente presente nos jornais examinados, a publicação de textos de opinião, caracterizando a situação da instrução e mesmo dos procedimentos adotados pelo poder público, pelas instituições confessionais e religiosas para a sua execução tiveram assento garantido nas lides da imprensa. Anedotas e textos de teor satírico-humorístico não deixaram passar despercebidos temas relacionados à situação dos professores, na estrutura e organização dos exames finais - tema preferido em grande número dos jornais que traziam essa tipologia de texto - e na constituição dos espaços físicos para o exercício do ensino. Ninguém foi poupado!

Ao contrário da década entre os anos de 1870 e 1880, em que Mato Grosso assistiu à homologação de 4 legislações para o ensino, como demonstrado em estudos referenciados no interior da tese, a década seguinte transitou entre as reformas propostas anteriormente e as alterações efetivadas através dos regulamentos dos anos de 1881 e 1889. Perpassa a discussão das potencialidades do território matogrossense, cuja imprensa reitera frequentemente as belezas naturais, aliadas ao extrativismo mineral e vegetal, topografia privilegiada para a agricultura e pecuária, a responsabilidade de colocar em prática o conjunto de ideias gestadas no período imperial, cuja ineficiência na criação de escolas e organização de um sistema de ensino que valorizasse as características da região não havia sido reportada.

Entre os anos de 1890 e 1900, a dificuldade de erradicar o analfabetismo, preocupação que permeou as notas da imprensa apresentadas no capítulo 3, ao lado da necessidade de

educação moral para a infância e outros temas correlatos, indicaram problemas encontrados ou relacionados pelos articulistas como verdadeiros entraves ao desenvolvimento do Estado, em vista da ausência de atenção ao "importante ramo do setor público", como é inúmeras vezes qualificado o campo da instrução.

A implementação do Regulamento de 1896, assinalada pela imprensa, embora fixasse mudanças significativas na estrutura de ensino, sobretudo com a adoção do método intuitivo para o ensino elementar e a retomada das Conferências Pedagógicas, para auxiliar nos processos de formação dos professores em serviço, não resolveram as dificuldades dos professores das escolas do interior.

Ao lado dos progressos materiais que gradativamente chegavam a Mato Grosso, a primeira década do século XX se revelou como decisiva para consubstanciar os esforços dos períodos passados, culminando em um conjunto de transformações que principiaram nesse período e espraiaram suas conquistas durante os anos seguintes. Ainda que se furte das discussões pontuais pertinentes à educação, como exames e avaliação, métodos de ensino, currículos e programas, ambientação dos espaços escolares, formação de professores, dentre outros, encontram-se nos textos que palmilharam o tema, ou mesmo se dedicaram a apresentar e discutir suas implicações, noções básicas de compreensão do universo temático referente aos temas educacionais.

Por vezes, dentre as centenas de jornais lidos, página a página, houve um hiato de 5 a 10 números sem sequer uma menção, ou qualquer referência direta, ou indireta, como o banco de dados em Apêndice demonstra, ao final deste trabalho, de abordagens ligadas à instrução, o que tornava o trabalho, aparentemente, moroso e árido. Mas como o próprio ofício do historiador implica, seja na perspectiva de Marc Bloch (2001) ou na de Michel de Certeau (1982), em especial este último, quando afirma que o gesto que liga as ideias aos lugares é precisamente um gesto de historiador (CERTEAU, 1982, p. 65), na "desesperança" residia aquilo que Ginzburg (1996) tão bem qualifica como "faro, golpe de vista e intuição", e nas páginas seguintes encontrava-se o alento para prosseguir no exame do material.

Esse "farol" da modernidade demarca lugar na historiografia da educação matogrossense, como símbolo representativo de um conjunto de iniciativas que se anunciavam para a época. Os jornais demonstram e, por vezes, antecipam as questões de fundo no campo educacional, a serem resolvidas, colocadas em debate, pontos de provocação, chamamento político, marketing eleitoral, dentre outros atributos. Tornam-se significativos instrumentos das instâncias políticas de poder em Mato Grosso, representadas pelas famílias tradicionais, que se alternavam no poder estadual, com ramificações nos municípios.

Guardam a marca da legitimidade intelectual no campo simbólico da divulgação das ideias, como afirma Bourdieu:

> o discurso escrito é um produto estranho, que se inventa no confronto puro entre aquele que escreve e "o que ele tem a dizer", à margem de qualquer experiência direta de uma relação social, à margem também dos constrangimentos e das solicitações de uma demanda imediatamente percebida, que se manifesta por todo tipo de signos de resistência ou de aprovação. (BOURDIEU, 2004, p. 09).

Considera-se que a imprensa, seja a daquela época quanto a contemporânea, é mister nesse ensinamento: a ausência das abordagens sobre o tema instrução/educação não significa que deixam de integrar o cenário das práticas sociais: as preocupações com os modos de fazer e efetivar os processos de transmissão de conhecimento, sistemático e regular, ocuparam, efetivamente, seu lugar nas páginas da imprensa matogrossense entre os anos de 1880 e 1910, com frequência muito maior do que se possa crer.

As lentes da imprensa capturaram aquilo que tinha potencial para virar notícia, de acordo com um conjunto de interesses.

Essa forma de construir uma explicação sobre a história da educação matogrossense, não tem a pretensão de ser a única possível, no entanto, julga-se original, coerente e assentada em documentação, o que permite que os interessados pelo tema entrem em um processo de imersão, recuperando, por meio do panóptico, o qual se buscou organizar com o entrelaçamento entre os jornais que circularam no mesmo período, embora com ideários políticos, interesses e filiações distintas, o cenário, autorizado e legítimo para a divulgação da sociedade matogrossense e, sobretudo, o discurso que se pretendia deixar registrado, através do recurso impresso da escrita pública.

Em síntese: Não foram palavras soltas ao vento, não foram ideias sem lugar! Foram formas de burlar o silêncio, de colocar assuntos e interesses em evidência. Ainda em Bourdieu (2005) encontramos alento para sinalizar o término deste estudo, pois, se publicar, como diz aquele autor, é tornar público, passar do oficioso ao oficial, a imprensa periódica matogrossense atendeu aos requisitos de dar notas sobre a instrução e a educação daquela localidade entre os anos de 1880 e 1910, com grande propriedade.

FONTES:

A Colligação. Edições de 1900 a 1910. Campo Grande. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: APE-MS, 2010.

A Gazeta. Edições de 1880 a 1890. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

A Provincia de Matto Grosso. Edições de 1880 a 1890. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

A Situação. Edições de 1880 a 1890. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

A Tribuna. Edições de 1880 a 1890. Corumbá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2010.

Echo do Povo. Edições de 1890 a 1910. Corumbá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2010.

Oasis. Edições de 1890 a 1900. Corumbá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2010.

O Argos. Edições de 1880 a 1890. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Atalaia. Edições de 1880 a 1890. Cáceres. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Autonomista. Edições de 1900 a 1910. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: APE-MS, 2011.

O Brazil. Edições de 1900 a 1910. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (Cuiabá), 2010.

O Clarim. Edições de 1890 a 1900. Cuiabá. Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso (Cuiabá) 2010.

O Corumbaense. Edições de 1880 a 1890. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Cruzeiro. Edições de 1900 a 1910. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Estado. Edições de 1900 a 1910. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Expectador. Edições de 1880 a 1890. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Iniciador. Edições de 1880 a 1890. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Matto Grosso. Edições de 1890 a 1910. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Pharol. Edições de 1900 a 1910. Cuiabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

Republicano. Edições de 1890 a 1910. Cuiabá. 2010. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010; Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: APE-MS, 2011.

Mensagens dos Presidentes de Estado de Mato Grosso. 1898. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010. (manuscrito).

Mensagens dos Presidentes de Estado de Mato Grosso (1890-1910). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acessado em: outubro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. de; NOVAIS, F. A. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil II – Império:** a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação:** a Paixão pelo possível. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso (1719-1864).** 2. ed. rev. e ilustr. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1996.

_____. Nacional e Regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: ALVES, Gilberto Luiz. **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. p. 163-189.

ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

ALVES, Miriam Fábia. **Política e Escolarização em Goiás**: Morrinhos na primeira república. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura e escrita em Mato Grosso:** aspectos de uma trajetória (séculos XVIII e XIX). Disponível em: <www.anped.org.br/reuniões/28/textos/gt10>. Acessado em: 15 de dezembro de 2009.

_____. **Ensino de Leitura e grupos escolares**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

APMT. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Inquerito acerca da instrucção publica e particular em todo Brazil e especialmente no Districto Federal.** Prestados a pedido da prefeitura municipal e de ordem do Sr. Ministro da Agricultura e Comercio, pela 4ª. Seção da Directoria Geral de Estatística. 1911. Fundo de Instrução Pública. Arquivo Nacional/RJ. Cuiabá: APMT, 2010. (datilografado).

ARAÚJO, Carla B. Zandavalli M. A Influência Paulista e o Escolanovismo na Escola Normal no Sul de Mato Grosso. **Intermeio:** Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 11, n. 21, p. 52-71, 2005.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Haveria uma antropologia infantil na modernidade? **Revista Educação em Questão**. Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, v. 36, n. 22, set./dez. 2009. p. 74-113.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo de Instrução Pública. **Informações acerca da instrucção publica e particular em todo Brazil e especialmente no Districto Federal.** Prestados a pedido da prefeitura municipal e de ordem do Sr. Ministro da Agricultura e comércio, pela 4ª. Seção da Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1911. (datilografado).

_____. Fundo de Instrução Pública. **Relatório sobre o estado da Instrução Primaria e Secundaria do Estado ao Governador Antonio Correa da Costa.** Diretoria de Instrução Publica de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1896. (manuscrito).

_____. Fundo de Instrução Pública. **Relatorio de Instrucção Publica.** Diretoria de Instrução Publica de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1905.

_____. Fundo de Instrução Pública. **Relatorio de Instrucção Publica.** Diretoria de Instrução Publica de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1908.

ARRUDA, Elmar Figueiredo. **Formação do mercado interno em Mato Grosso:** século XVIII. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas - História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1987.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a história cultural. In: CURY, Claudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas Visões:** cultura histórica nos oitocentos. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2009. p. 87-98.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço – Singular, 2008.

BIGNOTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONTEMPI JR., Bruno; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Historiografia da educação brasileira:** no rastro das fontes secundárias. Revista Perspectiva, UFSC/CED, NUP, Pensamento Educacional Brasileiro: caminhos e descaminhos, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 09-30, 1993.

BOTO, Carlota. **A Escola do Homem Novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. A racionalidade escolar como processo civilizador: moral que captura almas. In: CARVALHO, M. M. C.; PINTASSILGO, J. (Orgs.). **Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011. p. 47-80.

_____. Nova História e seus velhos dilemas. **Revista USP**, São Paulo, n. 23. set/out/nov. 1994.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983.

_____. **Coisas ditas.** Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorino. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho D'Água, 1974. p. 39-72.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAZIL, Maria do Carmo; FURTADO, Alessandra Cristina. Instituições Escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Orgs.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 283-310.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. Trad. Odalia Nilo. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Uma história social do Conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter; HSIA, R. Po-Chia. (Orgs.) **Tradução cultural nos primórdios da Europa moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CALHÁO, Antônio Ernani Pedroso; MORGADO, Eliane Maria Oliveira; MORAES, Sibele de. **Imprensa periódica mato-grossense (1847-1969):** Catálogo de microfilmes existentes no núcleo de documentação e informação histórica regional da UFMT. Cuiabá: Editora Universitária da UFMT, 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: catálogo da Hemeroteca Julio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1975.

CAMPOS, Raquel Discini de. **A "princesa do sertão" na modernidade republicana:** urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Anna Blume; São José do Rio Preto, SP: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

_____. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940):** representação e história. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Araraquara, SP: UNESP, 2007.

CANAVARROS, Otávio. Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá. In: PERARO, Maria Adenir (Org.). **Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010).** Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2011. P. 359-366.

CANDEIAS, Antonio (Coord.). **Modernidade, educação e estatística na Ibero-América dos séculos XIX e XX**: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa: Educa, 2005. (História: 11).

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Cultura da Escola:** As festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Estudos de desenvolvimento regional (Mato Grosso).** Série Levantamentos e Análises, 1958, v. 4. Brasília: MEC/CAPES, 2012.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorin. Escola e Modernidade no Brasil e na Espanha. **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracaju, SE, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Dez perguntas feitas a Robert Darnton. **Revista Topoi,** Rio de Janeiro, set. 2002, p. 389-397.

_____. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987**.**

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p. 329-374.

_____. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

_____. **Educação no Brasil**: história e historiografia. Apresentação. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001.

_____. Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 14 (1), Fundação SEADE, São Paulo, p. 111-120, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. (Orgs.). **Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011.

CASSELE, Pierre. Os Impressores e a Política Municipal. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). **Revolução Impressa:** a Imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 195-223.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Institucional de 1834 e a instrução elementar no Império:** descentralização ou centralização? Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP: UFSCar, 2007.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.) **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Barbara. **Educadores a meia luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1902-1919. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 1989.

_____. **Ensaios sobre a produção dos saberes pedagógicos**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 1994.

_____. **Imprensa Periódica Educacional Paulista** (1890-1996). São Paulo: Plêiade, 1999.

_____. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de ensino do Estado de São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação,** USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 09-30, 1995a.

_____. Perspectivas de investigação e fontes para a história da Educação Brasileira: a imprensa periódica educacional. **Série Documental – Eventos,** Brasília, v. 6, p. 43-53, 1995b.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel (Org.). **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 65-119.

_____. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. **Formas e sentidos**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** 1. reimpr. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 211- 238.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. USP. n. 11 (5), p. 173-191, São Paulo, 1991.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. A produção em História da Educação em três periódicos: perspectivas comparadas. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracaju, SE, 2008 (referência 698[1]).

_____. **Falas do novo, figuras da tradição:** o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80). São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira; CARVALHO, Luis Miguel. **Brasil-Portugal nos Circuitos do Discurso Pedagógico Especializado (1920-1935):** Um estudo histórico-comparado de publicações de educação. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. (Cadernos Prestige).

CORREA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso**. 2. ed. Campo Grande: EdUFMS, 2006. (1ª Edição 1995).

CORREA FILHO, Virgílio Alves. **Monografias Cuiabanas**: questões de ensino. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações avulsas, n. 59)

_____. **Questões de ensino**: monografias cuiabanas. V. 01. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz; MELO e SOUZA, Laura de. Finais do século são bons para pensar. Esse é o momento de apostas. In: COSTA, A. M. da (Coord.). **1840-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Século).

COSTA, Licurgo; VIDAL, Barros. **História e evolução da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro, 1940 (editado pela comissão organizadora da representação brasileira à exposição dos centenários de Portugal). Consultado no CPDOC da FGV, janeiro de 2011.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). **Revolução Impressa:** a Imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 195-223.

DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. 1. reimpr. Editora da UNESP/FAPESP, 1997. (p. 185-194)

DENÓFRIO, Darcy França. **Cora Coralina.** *Melhores poemas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Global, 2004.

FANAYA, João Edson de Arruda. **Elites e Prática Políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT/Fapemat, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FRANCISCO, Adilson José. **Educação e Modernidade:** Os Salesianos em Mato Grosso (1894-1919). Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; NEVES, Leonardo; CALDERIA, Sandra. A Estatística Educacional e a instrução pública no Brasil. In: CANDEIAS, Antonio (Coord.). **Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX**: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa: Educa e Autores, 2005. p. 219-238.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. Reflexões Preliminares Sobre a Produção em História da Educação no Mato Grosso do Sul (1977-2006). **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju, SE, 2008.

FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Grícoli. **Encontros com a história:** percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP; FAPESP; ANPUH/SP, 1999.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Nas selvas amazônicas**. São Paulo: Editora Biblos,1960.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Anuário da Imprensa Brasileira. 1939.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011. Disponível em: <http**://**http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/Busca Consultar.aspx>. Acessado em: janeiro 2011.

FIGUEIRA, Katia Cristina Nascimento; STEIN, Nedina. Fontes para a História das Instituições Escolares no Sul do Mato Grosso: Os Grupos Escolares. In: FERRO, Olga Maria dos Reis (Org.). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006):** História, Historiografia, Instituições Escolas e Fontes. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 227-268.

FIN, Maria Teresinha. Atingir o corpo e a alma: punições aos professores e alunos nas províncias de Mato Grosso e Minas Gerais nas reformas de 1854. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação** : Aracaju, SE, 2008. Disponível em CDROM.

FRANCISCO, Adilson José. **Educação & Modernidade**: os Salesianos em Mato Grosso – 1894-1919. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

_____. Religião e Modernidade: a atuação educacional dos salesianos em Mato Grosso na Primeira República. In: PERARO, Maria Adenir (Org.). **Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010).** Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009. p. 91-122.

FREITAS, Georgete; CASTRO, Cesar Augusto. O periódico científico nos cenários da sociedade da informação: o discurso dos pesquisadores brasileiros da área de educação, na revista Brasileira de estudos pedagógicos e revista educação e sociedade, no período de 2000 a 2007. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação,** Aracaju, SE, 2008.

FROTA PESSOA, José Getúlio da. **Divulgação do ensino primário**: Memória apresentada em 1927 à Academia Brasileira de Letras – Premio Francisco Alves. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leste Ribeiro; Freitas Bastos & Cia., 1928.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa. O Collegio Pedro II e a Cosntrução da Escola Secundária Brasileira. In: NUNES, Clarice; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs.) **Instituições Educativas na Sociedade Disciplinas Brasileiras.** Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 37-59.

GERALDI, João Wanderlei. **Portos de Passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL, Natalia. A educação nos censos populacionais brasileiros (1872-1960). In: CANDEIAS, Antonio (Coord.) **Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX**: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa, Portugal: Educa e Autores, 2005. p. 273-287.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. **Revista Scielo Brasil,** UFF, Niterói, RJ, vol. 13, n. 26, Apresentação, p. 01-14, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a01v1326.pdf>. Acessado em: 15 de agosto de 2012.

GONDRA, José Gonçalves. (Org.) **Dos arquivos à escrita da História:** a educação brasileira entre o Império e a República. 2 ed. rev. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

_____. O veiculo de circulação da Pedagogia Oficial da República: a revista pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** v. 78, n. 188/189/19, p. 374-395, Brasília, 1997.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca básica da história da educação brasileira) > p. 9 do cap. 2

HILSDORF, Maria Lucia Speedo. Da circulação para a circularidade: propagação e recepção de idéias educacionais e pedagógicas no Oitocentos brasileiro. In: PINTASSILGO, J.; FREITAS, M. C.; MOGARRO, M. J.; CARVALHO, M. M. C. **História da escola em Portugal e no Brasil**. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p. 65-88.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IHGMT. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. **Projeto Preservando o patrimônio cultural:** arranjo, catalogação, informatização e microfilmagem do acervo documental e bibliográfico da Casa Barão de Melgaço – Cuiabá/MT. Cuiabá: IHGMT, 2010. (mimeo).

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República:** 1891-1927. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no Início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-144.

JESUS, Nauk Maria de. **O Governo Local na Fronteira Oeste:** a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa oficial de Mato Grosso.** Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986. 221 p.

_____. **Imprensa oficial de Mato Grosso:** 170 anos de história. (com ilustrações). Cuiabá: Aroe, 2009. Disponível em: <http://www.iomat.mt.gov.br>. Acessado em: 10 de maio de 2010.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 01-90.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 15-38.

LE GOFF, Jacques; DUBY, Georges; LE ROY LADURIE, Emmanuel. **A nova história.** Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 09-84.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia, GO: Editora Rio Bonito, 1970.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder:** um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 1963.

MARROU, Henri-Irénée. **Sobre o conhecimento histórico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Fapesp; EdUSP, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Paula Regina Moraes. **O ensino da leitura e da escrita em Mato Grosso na passagem do Império para a República (1888-1910).** Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2007.

MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Orgs.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 283-310.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses.** 2. ed. v. I. Goiânia: Rio Bonito, 1973.

MENDONÇA, Rubens de. **Evolução do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: [s.n.], 1977.

_____. **História de Mato Grosso**: através de seus governadores. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso; Academia Mato-Grossense de Letras, 1967.

_____. **História de Mato Grosso.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa. (Orgs.). **Império em Debate:** imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Notícia documental e bibliográfica sobre as "Missões de Professores Paulistas". In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Orgs.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 243-266.

MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P. das. (Org.). **Livros e Impressos**: retratos dos Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 153-184.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 22-43.
MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. As construtoras da nação: professoras primárias na primeira república. 1998. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação,** Sociedade Brasileira de História da Educação, Rio de Janeiro, 2000.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**: o folhetim nos jornais de Mato Grosso, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____. **Sob o signo de uma flor**. Rio e Janeiro: Sette Letras, 1993.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NEVES, Dimas S. S. Poder e cultura escolar na Primeira república em Mato Grosso. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, Campinas, SP, jan/abr 2007.

_____. **Razões de Estado**: as reformas da instrução pública em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

NÓVOA, Antonio (Dir.). **A imprensa de Educação e Ensino**: repertório analítico (século XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. p. XV-LXII. (Colecção Memórias da Educação).

NÓVOA, Antonio; SCHRIEWER, Jürgen. (Eds.) **A difusão mundial da escola.** Lisboa: EDUCA, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi**.** Questão nacional na primeira república. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. 1. reimpr. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP, 1997. p.185-194.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PALHARES SÁ, Nicanor; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Modernidade e castigos escolares:** oscilando entre os costumes e a legislação (o caso da província de Mato Grosso). Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000. Disponível em: <http:// www.histedbr.fae.unicamp.br/nave-artigo_086.html>. Acessado em: 15 de dezembro de 2009.

PERARO, Maria Adenir. (Org.). **Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010).** Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. (Estudos Urbanos: Série Arte e Vida Urbana).

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da historia das disciplinas escolares à história da cultura escolar: Uma trajetória de pesquisa sobre história do currículo. **Revista Brasileira de Educação,** n. 27, p. 25-46, Campinas, SP, 2004; GT: Currículo/n. 12. (mimeo).

PESSANHA, J. A. M. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. **Cadernos Anped,** n. 4, Porto Alegre, 1993.

PINTO, Adriana Aparecida. **A Eschola Publica**: um estudo da pedagogia paulista (1893-1896). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Marília, SP: UNESP, 2001.

_____. A pesquisa em História da Educação (sul)matogrossense e seus indicadores de produção: base de dados e periódicos acadêmicos. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação,** SBHE, Cuiabá-MT, 20 a 23 de maio de 2013. (versão mimeo, aprovado para apresentação).

_____. Diálogos no Cerrado: Contribuições da imprensa periódica na organização do campo educacional em Mato Grosso no século XIX - encontros e confrontos. **Anais do VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**, São Luis do Maranhão, 2010.

POPKIN, Jeremy D. Jornais, a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.) **Revolução Impressa**: a Imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 195-223.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. **Escola Normal de Cuiabá**: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916). Cuiabá: Central de Texto; EdUFMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória, v. 2).

_____. **Escola Normal de Cuiabá (1910-1916):** contribuições para a História da formação de professores em Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: IE/UFMT, 2000.

_____. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. **Revista Brasileira de História da Educação,** São Paulo: Editora Autores Associados, n. 7, p. 189-214, jan/jun. 2004.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Autores Associados, 1981.

REIS, Rosinete Maria dos. **Palácios da Instrução**: institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: IE/UFMT, 2006.

REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. **Proposições:** ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

ROCCO, Salvador. (Org.) **Poliantéia Comemorativa:** 1846/1946 – 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo. São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana:** cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um retrospecto**: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público de São Paulo. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930.

RODRIGUES, Maria Benício. **Estado, Educação Escolar, Povo:** A Reforma Matogrossense de 1910. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador.** A idéia do progresso. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De Criança a Aluno:** As representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

_____. Gustavo Fernando Kuhlmann: um bandeirante na cruzada da instrução (1910-1930). **Revista Educação Pública,** EdUFMT, v. 18, n. 38, p. 567-584, Cuiabá, set/dez 2009.

SABOYA FILHO, Eduardo Gerson de. **Mato Grosso e a reforma educacional Pedro Celestino (1910):** produto histórico do imperialismo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1992.

SAVIANI, Dermeval (Org.). **O legado educacional do século XX.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica, primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHELBAUER Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza. (Orgs.). **História da Educação pela imprensa.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SCHELBAUER, Analete Regina. Método intuitivo e Lições de coisas: uma idéia em circulação no Jornal "A Província de São Paulo". **Anais do Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**, p. 3578-3588, Uberlândia, MG, 2006.

_____. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil.** V. II – século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 132-149.

SCHRIEWER, Jürgen. Estados-modelo e sociedades de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, Antonio; SCHRIEWER, Jürgen. (Eds.). **A difusão mundial da escola.** Lisboa: EDUCA, 2000. p. 103-142.

_____. **Formas de Externalização no conhecimento educacional.** Lisboa: EDUCA, 2001. (Caderno Prestige, 5).

_____. Sistema Mundial e Inter-relacionamento de redes: a internacionalização da educação e o papel da pesquisa comparativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76. n. 182-183, Brasília, jan/ago 1995.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **A corrida para o século XXI:** no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Liana Deise da; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. 20 anos da pós-graduação em Educação: avaliação e perspectivas. **Revista Educação Pública,** v. 18, n. 37, p. 329-350, Cuiabá, maio/ago. 2009.

SILVA, Tereza de Pazos da. **Reformas Educacionais em Mato Grosso:** os diferentes sujeitos e a constituição de diferentes sentidos ao processo de instruir/educar. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara: UNESP, 2011.

SILVA, Vanda. **Administração das terras:** a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748 -1823). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2008.

SILVEIRA, Carlos da. Missões de professores paulistas (resenha). **Revista do Brasil,** São Paulo, 1918.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso:** da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____. **Luzes e sombras:** modernidade e educação pública em Mato Grosso. Cuiabá: INEP/Comped/EdUFMT, 2000. 282 p.

_____. **Projeto (CNPq/Norte):** Preservando o patrimônio cultural: arranjo, catalogação, informatização e microfilmagem do acervo documental e bibliográfico da Casa Barão de Melgaço. Cuiabá: [s.n.], 2004. (mimeo).

_____. Reconstituindo arquivos escolares: a experiência do GEM/MT. **Revista Brasileira de História da Educação,** n. 10, Campinas, jul/dez 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo Histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT; Editora Guaicurus, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; SÁ, Nicanor Palhares. **Desvendando um projeto educacional no Império (o caso de Mato Grosso).** 2006. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/desvendando_um_projeto_educacio.html>. Acessado em: 15 de julho de 2009.

SOUZA, João Carlos de. **O Sertão Cosmopolita:** tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

_____. O Bandeirismo Paulista no Ensino e a modernização da Escola Primária no Brasil: entre a memória e a história. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, EdUFMT, v. 20, n. 42, p. 123-144, jan/abr 2011.

_____. **Projeto integrado de pesquisa:** "Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil" (2007-2009). Araraquara: FCLAr/UNESP, 2009.

_____. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil.** V. II – século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 132-149.

_____; _____. (Orgs.) **Histórias e memórias da Educação no Brasil.** V. III – século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. **O que dizem os números sobre o ensino primário**. São Paulo: Melhoramentos, 1937. (Bibliotheca de Educação, v. 27).

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas:** análise dos Fundamentos Filosóficos do Método do Ensino Intuitivo. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **História dos métodos e materiais de ensino:** a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica da Educação Brasileira, v. 6).

_____. **O liberalismo demiurgo:** estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2000.

_____. O método intuitivo: Os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. (Orgs.). **O legado educacional do século XIX.** Araraquara, SP: UNESP/Faculdade Ciências e Letras, 1998.

_____. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval. (Org.) **O legado educacional do século XX.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

VALDEMARIN, Vera Teresa; PINTO, Adriana Aparecida. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. **Revista Educação em Questão,** EdUFRN, Natal, RN, v. 39, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. **Cadernos Cedes,** Apresentação, v. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Lisboa: Edições 70, 2008.

VIDAL, Diana; ASCOLANI, Adrian. (Orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina:** ensaios de história comparada em educação (1820-2000). São Paulo: Ed. Cortez, 2009. p. 13-42.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A Imprensa Periódica Especializada e a Pesquisa Histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** n. 175, Brasília, DF: INEP, v. 73, p. 407-430, set/dez. 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Brasil 500 anos:** tópicas em História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação intenacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos nos oitocentos. In: CURY, Claudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas Visões:** cultura histórica nos oitocentos. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2009a. (p. 37-54).

_____. Culturas e práticas escolares como objetos de pesquisa em História da Educação. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes. (Orgs.). **Cultura e História da Educação:** intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2009b. p. 103-115.

ZORZATTO, Oswaldo. **Conciliação e Identidade:** considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Carlos, SP: USP, 1998.

APÊNDICE – Notas sobre a Instrução/Educação nos Jornais Matogrossenses

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Atalaia	São Luis de Cáceres	54	04/03/1888	x		Redução de vencimentos de professores do Liceu e da instrução primária.
O Atalaia	São Luis de Cáceres	4	13/03/1887	x		Necessidade da instrução para corrigir os vícios da infância.
O Atalaia	São Luis de Cáceres	53	26/02/1888	x		Funcionamento das escolas de acordo com o Inspetor Paroquial da Instrução.
O Atalaia	São Luis de Cáceres	21	10/07/1887		x	
O Atalaia	São Luis de Cáceres	142	17/11/1889		x	
O Iniciador	Corumbá	30	22/07/1877	x		Anúncio da Livraria e Bazar, com livros utilizados pela instrução primária em Português e Espanhol.
O Iniciador	Corumbá	37	16/08/1877	x		Instrução como base para o progresso da nação e do Estado.
O Iniciador	Corumbá	182	18/01/1879	x		Sobre a Cartilha Maternal, de João de Deus, à venda na casa de comércio local.
O Iniciador	Corumbá	184	25/01/1879	x		Anúncio da Cartilha Maternal.
O Iniciador	Corumbá	242	21/08/1879	x		Caixas econômicas escolares: formas de ensinar às meninas a economia doméstica; escola de São João Baptista abre inscrição para alunos pensionistas.
O Iniciador	Corumbá	57	15/07/1880	x		Registro e agradecimento às doações recebidas para a escola São João Baptista.
O Iniciador	Corumbá	96	28/11/1880		x	
O Iniciador	Corumbá	100	12/12/1880	x		Realização dos exames escolares, com publicação, na íntegra, dos resultados.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Corumbaense	Corumbá	58	10/02/1881	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e progresso material da nação.
O Corumbaense	Corumbá	60	16/02/1881	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e da literatura.
O Corumbaense	Corumbá	61	19/02/1881	x		Situação da instrução nas décadas finais do império (menção a dados estatísticos).
O Corumbaense	Corumbá	62	23/02/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	63	26/02/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	64	02/03/1881	x		Sugestão de leitura: "Questões Sociaes" de José Leão, que trata de temas diversos, dentre eles o ensino.
O Corumbaense	Corumbá	65	05/03/1881	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e progresso material.
O Corumbaense	Corumbá	66	09/03/1881	x		Instrução pública na França; academia de mulheres na França; ensino secundário.
O Corumbaense	Corumbá	67	12/03/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	68	16/03/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	69	19/03/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	70	23/03/1881	x		Estudantes brasileiros matriculados na Universidade da Bélgica.
O Corumbaense	Corumbá	71	26/03/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	72	30/03/1881	x		Nomeação de inspetor escolar para Corumbá, José Sant'Anna; organização dos exames preparatórios.
O Corumbaense	Corumbá	73	02/04/1881	x		Exoneração, a pedido, do inspetor de instrução primária e secundária do município da Corte.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Corumbaense	Corumbá	74	06/04/1881	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e progresso material da nação; menção honrosa à professora Maria Justina da Gama pelos bons resultados obtidos por seus alunos nos exames.
O Corumbaense	Corumbá	75	09/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	76	13/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	77	17/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	78	20/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	79	23/04/1881	x		Necessidade de instrução pública na Província.
O Corumbaense	Corumbá	80	27/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	81	30/04/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	82	04/05/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	83	07/05/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	84	11/05/1881	x		Transcrição de um texto que ressalta os benefícios da oferta de instrução ao invés de divertimento; concessão de licença para tratamento de saúde (comentada com ressalva pelos editores).
O Corumbaense	Corumbá	85	14/05/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	86	18/05/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	87	21/05/1881		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Corumbaense	Corumbá	88	25/05/1881	x		Visita do Presidente da Província às escolas particulares de instrução primária; análise das estatísticas sobre a instrução; relação entre o aumento do analfabetismo e a criminalidade.
O Corumbaense	Corumbá	89	28/05/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	90	01/06/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	91	04/06/1881	x		Exoneração, a pedido, de professor do Liceu Cuiabano.
O Corumbaense	Corumbá	92	08/06/1881	x		Falta de organização no setor da instrução pública na Província; nomeação do Diretor Geral da Instrução Pública; exoneração de professor do Liceu Cuiabano.
O Corumbaense	Corumbá	93	11/06/1881	x		Solicitação de licença de professor para tratamento de saúde.
O Corumbaense	Corumbá	94	15/06/1881	x		Almoço de confraternização para os alunos da Escola de Santo Antonio; transcrição do discurso do Presidente do Paraguay, mencionando aspectos da instrução pública naquele país.
O Corumbaense	Corumbá	95	18/06/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	96	22/06/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	97	ilegível	x		Papel negativo exercido pelas corporações, no Brasil , desde a década de 1850, inclusive no campo da instrução.
O Corumbaense	Corumbá	98	29/06/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	99	02/07/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	100	06/07/1881		x	
O Corumbaense	Corumbá	87	06/09/1889		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Gazeta	Cuiabá	38	06/06/1889	x		Educação dos índios; necessidade de escolas.
A Gazeta	Cuiabá	39	12/06/1889	x		Criação de escolas técnicas no Império.
A Gazeta	Cuiabá	40	16/06/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	41	20/06/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	42	26/06/1889	x		Regulamento do Ensino Primário (parte I).
A Gazeta	Cuiabá	43	01/07/1889	x		Regulamento do Ensino Primário (parte II).
A Gazeta	Cuiabá	44	06/07/1889	x		Regulamento do Ensino Primário (parte III).
A Gazeta	Cuiabá	46	16/07/1889	x		Nomeação de Reitor para o Lyceu Cuyabano.
A Gazeta	Cuiabá	47	21/07/1889	x		Número de escolas.
A Gazeta	Cuiabá	48	26/07/1889	x		Exoneração e nomeação de professores.
A Gazeta	Cuiabá	49	01/08/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	50	06/08/1889			
A Gazeta	Cuiabá	51	11/08/1889	x		Necessidade de instrução para alavancar os progressos da República.
A Gazeta	Cuiabá	52	15/08/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	53	21/08/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	54	26/08/1889		x	Mato Grosso assemelha-se a “Sibéria Pestífera”
A Gazeta	Cuiabá	55	01/09/1889	x		Condição de trabalho docente.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Gazeta	Cuiabá	56	06/09/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	57	11/09/1889	x		Nomeação de professores; educação da infância.
A Gazeta	Cuiabá	58	16/09/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	59	21/09/1889	x		Educação da infância.
A Gazeta	Cuiabá	60 (incompl.)	ilegível/09/ 1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	61	01/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	62	06/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	63	11/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	64	16/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	65	20/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	66	27/10/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	67	01/11/1889	x		Notícias sobre a Escola Normal da Corte.
A Gazeta	Cuiabá	68	06/11/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	69	11/11/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	70	16/11/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	71	21/11/1889	x		Nomeação e exoneração de professores.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Gazeta	Cuiabá	72	26/11/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	1	01/12/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	2	06/12/1889	x		Resultado dos exames de escolas particulares.
A Gazeta	Cuiabá	4	17/12/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	5	22/12/1889			Resultado dos exames de escolas particulares.
A Gazeta	Cuiabá	6	27/12/1889		x	
A Gazeta	Cuiabá	7	ilegível/01/ 1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	8	06/01/1890	x		Anúncio de aulas particulares.
A Gazeta	Cuiabá	9	11/01/1890	x		Nomeação de professores efetivos.
A Gazeta	Cuiabá	11	21/01/1890	x		Horário de funcionamento das escolas.
A Gazeta	Cuiabá	13	01/02/1890	x		Exoneração de professores e reorganização de escolas.
A Gazeta	Cuiabá	14	06/02/1890	x		Salário e gratificação de professores substitutos.
A Gazeta	Cuiabá	15	11/02/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	16	16/02/1890	x		Situação funcional de professores do Estado.
A Gazeta	Cuiabá	17	21/02/1890	x		Aquisição de livros e materiais para as escolas; exames preparatórios.
A Gazeta	Cuiabá	18	25/02/1890	x		Exoneração de professores; curso noturno.
A Gazeta	Cuiabá	19	01/03/1890		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Gazeta	Cuiabá	20	06/03/1890	x		Visitas às escolas.
A Gazeta	Cuiabá	21	11/03/1890			Nomeação de professores.
A Gazeta	Cuiabá	22	16/03/1890	x		Transferências, nomeações; exoneração de professores; curso noturno.
A Gazeta	Cuiabá	24	26/03/1890	x		Criação de cadeiras de ensino.
A Gazeta	Cuiabá	25	01/04/1890	x		Ensino religioso; criação de cadeiras de ensino.
A Gazeta	Cuiabá	26	06/04/1890	x		Criação de curso noturno.
A Gazeta	Cuiabá	27	11/04/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	28	16/04/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	29	21/04/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	30	26/04/1890	x		Salário e gratificação de professores substitutos.
A Gazeta	Cuiabá	31	01/05/1890	x		Nomeação e exoneração de professores.
A Gazeta	Cuiabá	32	06/05/1890	x		Reforma da instrução pública.
A Gazeta	Cuiabá	33	11/05/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	34	15/05/1890		x	
A Gazeta	Cuiabá	35	24/05/1890		x	
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	126	29/05/1881	x		Nomeação de professor para a cadeira de matemática elementar do Liceu Cuiabano; normatização de funcionamento para a biblioteca da instrução.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	158	21/08/1881	x		Requisição, à tesouraria provincial, de suprimentos escolares para alunos pobres das escolas de instrução primária; inscrição de candidatos para o exame de habilitação para o ensino da escola primária de Poconé; nomeação de professor para a cadeira de instrução primária.
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	141	11/09/1881		x	
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	142	18/09/1881	x		Provas para habilitação de concurso da instrução primária do sexo masculino da cidade de Poconé; transcrição da Gazeta de Notícias, sobre a abertura de um Liceu de mulheres em Paris.
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	285	15/06/1884	x		Nomeação de professoras aprovadas em concurso público para provisão das cadeiras de instrução primária em Corumbá.
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	289	13/07/1884	x		Situação da instrução pública.
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	305	02/11/1884	x		Alocação de recursos advindos da loteria para a instrução pública; nomeação de inspetor paroquial para a cidade de Poconé; criação de cadeiras de instrução primária do sexo feminino na vila do Diamantino; abertura de concurso para a cadeira de matemática do Liceu.
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	ilegível	15/11/1885		x	
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	ilegível	10/03/1889		x	
A Provincia de Matto Grosso	Cuiabá	45	09/11/1879		x	Menção das funções do inspetor geral de aulas.
A Situação	Cuiabá	423	12/11/1874			Ensino particular, conforme o Regulamento de ensino.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Situação	Cuiabá	458	28/03/1874			Divulgação dos exames preparatórios; descrição de exame escolar da instrução primária, com recomendação dos serviços prestados pelo professor responsável pelos alunos; abertura de matrículas para a cadeira de instrução primária do sexo feminino da freguesia da Sé; divulgação da alteração de endereço de duas escolas particulares; chamada para professores particulares procederem a apresentação de seus títulos com vistas à renovação da licença para ensinar, sob pena de multa àqueles que não o fizerem dentro dos prazos estipulados.
A Situação	Cuiabá	481	13/07/1875			Início do exercício profissional da professora interina de instrução pública primária do sexo feminino da Freguesia da Sé; visitas escolares; Escola Normal (sobre as aulas).
A Situação	Cuiabá	1036	23/05/1886			Registro da abertura de uma escola particular, para o ensino da instrução primária na Capital.
O Brazil	Corumbá	5	19/10/1902		x	
O Brazil	Corumbá	6	02/11/1902	x		Divulgação dos resultados dos exames finais do Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	7	09/11/1902	x		Necessidade da fundação de uma biblioteca pública em Corumbá; campanha por uma biblioteca pública municipal.
O Brazil	Corumbá	8	15/11/1902		x	
O Brazil	Corumbá	9	23/11/1902	x		A instrução no Rio Grande do Sul; "Pela Instrução", sobre a fundação de um curso de Humanidades em Corumbá.
O Brazil	Corumbá	16	11/01/1903		x	
O Brazil	Corumbá	17	18/01/1903		x	
O Brazil	Corumbá	18	25/01/1903	x		Registro da concessão de auxílio de 300$000 à escola particular de João Metello Nunes.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	19	01/02/1903		x	
O Brazil	Corumbá	20	08/02/1903		x	
O Brazil	Corumbá	21	15/02/1903		x	
O Brazil	Corumbá	22	22/02/1903		x	
O Brazil	Corumbá	24	08/03/1903	x		Solicitação de doações da comunidade para a construção do edifício sede para o Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	25	15/03/1903		x	
O Brazil	Corumbá	26	22/03/1903		x	
O Brazil	Corumbá	27	29/03/1903		x	
O Brazil	Corumbá	28	05/04/1903		x	
O Brazil	Corumbá	29	12/04/1903			Normas de ortografia.
O Brazil	Corumbá	30	19/04/1903	x		Divulgação de quermesse para arrecadação de fundos para a construção do edifício sede para o Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	31	26/04/1903			
O Brazil	Corumbá	32	03/05/1903		x	
O Brazil	Corumbá	39	21/06/1903	x		Sobre a fundação do Curso de Humanidades em Corumbá; situação de atraso da instrução no Brasil em comparação com outros países (Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Holanda); espetáculo cultural realizado no Colégio Santa Thereza; tabela de valores para as matrículas no Curso de Humanidades.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	40	29/06/1903	x		Transcrição, na íntegra, do discurso proferido pelo Dr. Ribeiro de Couto, por ocasião da instalação do Curso noturno de Humanidades em Corumbá; divulgação do programa de ensino do Curso de Humanidades; tabela de valores para as matrículas no Curso de Humanidades.
O Brazil	Corumbá	43	19/07/1903	x		Registro da gratificação recebida pelo professor primário João Metello Nunes (180$000).
O Brazil	Corumbá	45	04/08/1903		x	
O Brazil	Corumbá	46	09/08/1903		x	
O Brazil	Corumbá	47	15/08/1903		x	
O Brazil	Corumbá	48	23/08/1903	x		Divulgação da publicação do "Almanack de Matto Grosso".
O Brazil	Corumbá	49	30/08/1903	x		Divulgação do início dos exames finais do Colégio Santa Thereza; divulgação de quermesse para arrecadação de fundos para a construção do edifício sede para o Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	52	21/09/1903	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e progresso material da nação.
O Brazil	Corumbá	57	01/11/1903		x	
O Brazil	Corumbá	58	08/11/1903	x		Festa religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	59	15/11/1903	x		Festa religiosa no Colégio Santa Thereza; situação da instrução pública no Estado.
O Brazil	Corumbá	60	24/11/1903		x	
O Brazil	Corumbá	61	29/11/1903		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	62	05/12/1903		x	
O Brazil	Corumbá	63	12/12/1903		x	
O Brazil	Corumbá	64	17/12/1903		x	
O Brazil	Corumbá	65	24/12/1903		x	
O Brazil	Corumbá	66	01/01/1904	x		Inauguração do telégrafo em Corumbá; abertura de escola particular do sexo feminino para o curso primário e secundário.
O Brazil	Corumbá	67	07/01/1904		x	
O Brazil	Corumbá	69	10/01/1904	x		A publicação do periódico passa a ser bissemanal; abertura das matrículas do Instituto Treze de Junho; registro da subvenção à escola primária de ensino leigo (300$000).
O Brazil	Corumbá	70	17/01/1904	x		A publicação do periódico passa a ser bissemanal; abertura das matrículas do Instituto Treze de Junho; registro da subvenção à escola primária de ensino leigo (300$000);
O Brazil	Corumbá	71	21/04/1904	x		Abertura das matrículas do Instituto Treze de Junho; oferta de ensino gratuito aos meninos que não puderem pagar mensalidade, desde que indicados pelos benfeitores do Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	72	24/01/1904	x		Oferta de ensino gratuito aos meninos que não puderem pagar mensalidade, desde que indicados pelos benfeitores do Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	73	28/01/1904	x		O ensino na França.
O Brazil	Corumbá	75	04/02/1904		x	
O Brazil	Corumbá	76	07/02/1904		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	78	18/02/1904		x	
O Brazil	Corumbá	80	21/02/1904	x		Abertura de "um novo estabelecimento de instrucção".
O Brazil	Corumbá	81	25/02/1904	x		Abertura de um estabelecimento de instrução para meninos e meninas, com enisno primário, secundário, artístico e de línguas: francês, inglês e alemão.
O Brazil	Corumbá	83	03/03/1904		x	
O Brazil	Corumbá	84	10/03/1904	x		Abertura de inscrição para matrículas gratuitas no Instituto Treze de Junho.
O Brazil	Corumbá	89	10/04/1904		x	
O Brazil	Corumbá	90	17/04/1904	x		Apresentação dos custos com a subvenção de escolas particulares.
O Brazil	Corumbá	91	22/04/1904		x	
O Brazil	Corumbá	92	ilegível/04/ 1904		x	
O Brazil	Corumbá	93	13/05/1904		x	
O Brazil	Corumbá	97	13/06/1904		x	
O Brazil	Corumbá	135	29/10/1905	x		Anúncio de colégio para meninas, com aulas de literatura e contabilidade.
O Brazil	Corumbá	136	01/11/1905	x		Anúncio de colégio para meninas, com aulas de literatura e contabilidade.
O Brazil	Corumbá	137	09/11/1905		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	197	13/01/1907	x		Registro do funcionamento da escola elementar para o sexo masculino em conformidade com o Regulamento da Instrução Pública, aprovado em 1906.
O Brazil	Corumbá	198	20/01/1907	x		Registro do funcionamento da escola elementar para o sexo masculino em conformidade com o Regulamento da Instrução Pública, aprovado em 1906.
O Brazil	Corumbá	199	27/01/1907		x	
O Brazil	Corumbá	200	03/02/1907	x		Registro do funcionamento do colégio "Gymnasio Estadual", sob a direção de Amilcar Barbosa e Lauro Pinheiro (redator e diretor de O Brazil).
O Brazil	Corumbá	203	26/02/1907	x		Registro do funcionamento do colégio "Gymnasio Estadual" sob a direção de Amilcar Barbosa e Lauro Pinheiro; fechamento provisório das aulas no Colégio Santa Thereza por motivo de saúde pública.
O Brazil	Corumbá	204	08/03/1907		x	
O Brazil	Corumbá	205	17/03/1907	x		Nomeação de Inspetor Escolar para o município de Corumbá; visitas escolares; notícias sobre o "Gymnasio Estadoal".
O Brazil	Corumbá	206	24/03/1907		x	
O Brazil	Corumbá	207	02/04/1907		x	
O Brazil	Corumbá	208	07/04/1907	x		Abertura de edital para contratação de professor para o "Gymnasio Estadoal".
O Brazil	Corumbá	ilegível	08/09/1907			
O Brazil	Corumbá	ilegível	15/09/1907	x		Solicitação à Assembleia Legislativa para a criação de uma Escola Normal em Corumbá.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	232	29/09/1907		x	
O Brazil	Corumbá	233	06/10/1907	x		Oferta de aulas particulares de aritmética, álgebra e geometria.
O Brazil	Corumbá	234	13/10/1907	x		Oferta de aulas particulares de aritmética, álgebra e geometria.
O Brazil	Corumbá	235	20/10/1907	x		Nomeação de professor para a escola pública de Coxim; oferta de aulas particulares de aritmética, álgebra e geometria.
O Brazil	Corumbá	ilegível	24/11/1907	x		A instrução pública em Cáceres.
O Brazil	Corumbá	ilegível	01/12/1907	x		Situação da instrução pública em Corumbá.
O Brazil	Corumbá	ilegível	08/12/1907	x		Abertura das inscrições para os exames do Liceu Salesiano São Gonçalo.
O Brazil	Corumbá	ilegível	15/12/1907	x		Abertura das inscrições para os exames do Liceu Salesiano São Gonçalo.
O Brazil	Corumbá	244	22/12/1907		x	
O Brazil	Corumbá	245	29/12/1907		x	
O Brazil	Corumbá	246	ilegivel/01/ 1908	x		Oferta de aulas particulares de inglês, francês e alemão.
O Brazil	Corumbá	ilegível	19/01/1908	x		"Pela Instrucção"; apresentação do projeto de Lei que prevê a criação da Escola Modelo em Corumbá; oferta de aulas particulares de inglês, francês e alemão; necessidade da fundação de uma biblioteca pública em Corumbá; campanha por uma biblioteca pública municipal.
O Brazil	Corumbá	249	26/01/1908	x		Necessidade da fundação de uma biblioteca pública em Corumbá; campanha por uma biblioteca pública municipal; oferta de aulas particulares de inglês, francês e alemão.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	ilegível	02/02/1908		x	
O Brazil	Corumbá	ilegível	09/02/1908	x		Reabertura das aulas nas escolas públicas de Corumbá.
O Brazil	Corumbá	252	16/02/1908		x	
O Brazil	Corumbá	ilegível	02/03/1908		x	
O Brazil	Corumbá	ilegível	05/04/1908	x		Notícias sobre o Congresso de Estudantes realizado em Montevidéu.
O Brazil	Corumbá	ilegível	12/04/1908		x	
O Brazil	Corumbá	ilegível	19/04/1908		x	
O Brazil	Corumbá	ilegível	26/04/1908		x	
O Brazil	Corumbá	264	10/05/1908	x		Exposição preparatória para a participação de Mato Grosso na Exposição Nacional.
O Brazil	Corumbá	265	17/05/1908		x	
O Brazil	Corumbá	268	07/06/1908	x		Divulgação de curso preparatório para meninos, com programa de ensino e horários de funcionamento.
O Brazil	Corumbá	272	05/07/1908	x		Registro da representação dos colégios públicos e particulares nos eventos cívicos da cidade.
O Brazil	Corumbá	276	09/08/1908			
O Brazil	Corumbá	277	16/08/1908	x		Espetáculo cultural no Colégio Santa Thereza; abertura da Exposição Nacional.
O Brazil	Corumbá	279	26/08/1908		x	
O Brazil	Corumbá	280	30/08/1908	x		Representação de Mato Grosso na Exposição Nacional.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	284	03/10/1908			Festa religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	292	26/11/1908		x	
O Brazil	Corumbá	293	03/12/1908		x	
O Brazil	Corumbá	294	10/12/1908		x	
O Brazil	Corumbá	295	17/12/1908			Transcrição, na íntegra, da conferência proferida por Enrico Ferri, intitulada "A arte de educar"; abertura dos exames escolares para os alunos do Externato Santo Antonio de Padua; espetáculo cultural promovido por professores e alunos do Colégio Maria Auxiliadora.
O Brazil	Corumbá	296	24/12/1908		x	
O Brazil	Corumbá	297	31/12/1908		x	
O Brazil	Corumbá	300	21/01/1909	x		Escolas funcionando como sede para as eleições: escola pública do sexo masculino e escola pública mista da freguesia do Ladario.
O Brazil	Corumbá	301	28/01/1909	x		Abertura de um estabelecimento de instrução para meninos e meninas: Externato Santa Otília.
O Brazil	Corumbá	302	04/02/1909	x		Nomeação de professor para a escola elementar de Corumbá; registro do início das atividades do Externato Santa Otília.
O Brazil	Corumbá	303	11/02/1909	x		Registro do início das atividades do Externato Santa Otília.
O Brazil	Corumbá	304	18/02/1909		x	
O Brazil	Corumbá	305	25/02/1909		x	
O Brazil	Corumbá	306	04/03/1909		x	
O Brazil	Corumbá	307	11/03/1909		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	308	ilegível/03/ 1909	x		Resumo da conferência proferida por Henri Ferri, no Rio de Janeiro, sobre a situação da mulher no mundo atual.
O Brazil	Corumbá	309	25/03/1909		x	
O Brazil	Corumbá	310	ilegível/04/ 1909	x		Festa escolar no Colégio Salesiano.
O Brazil	Corumbá	311	ilegível/04/ 1909		x	
O Brazil	Corumbá	312	15/04/1909	x		Abertura de um estabelecimento de instrução, na residência de Lauro Pinheiro (redator deste jornal) para alunos do sexo masculino; registro da abertura de um externato misto, por Dormevil Oliveira.
O Brazil	Corumbá	313	22/04/1909	x		Registro da abertura de um externato misto, por Dormevil Oliveira.
O Brazil	Corumbá	314	29/04/1909	x		Sobre a administração do Colégio Santa Thereza, efetivada por padres salesianos.
O Brazil	Corumbá	315	06/05/1909	x		Parada cívica realizada por alunos do Colégio Salesiano.
O Brazil	Corumbá	316	13/05/1909	x		Festa cívico-religiosa no Colégio Salesiano Santa Thereza com quermesse promovida para arrecadar fundos para a construção das escolas profissionais daquele Colégio.
O Brazil	Corumbá	317	20/05/1909		x	
O Brazil	Corumbá	318	27/05/1909	x		Quermesse realizada para arrecadar fundos para a construção das oficinas operárias do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.
O Brazil	Corumbá	319	ilegivel/06/ 1909	x		Festa escolar no Colégio Imaculada Conceição.
O Brazil	Corumbá	320	10/06/1909		x	
O Brazil	Corumbá	321	17/06/1909		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	322	24/06/1909		x	
O Brazil	Corumbá	323	01/07/1909		x	
O Brazil	Corumbá	324	08/07/1909	x		Reabertura dos trabalhos no Colégio São João de Escocia, dirigido por Lauro Pinheiro; espetáculo cultural realizado no Colégio Salesiano.
O Brazil	Corumbá	325	13/07/1909	x		Recepção ao ministro e agente comercial da França, em visita técnica a Mato Grosso, por padres e alunos do Colégio Salesiano.
O Brazil	Corumbá	327	29/07/1909	x		Registro da colação de grau da turma de bacharéis do Liceu Salesiano; indicação e nomeação de professores para o Colégio São João de Escócia; abertura de matrículas para o curso noturno no Colégio São João de Escocia; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	329	12/08/1909	x		Registro de funcionamento da escola pública complementar de Corumbá; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	330	19/08/1909	x		Visita de autoridades políticas ao Colégio São João de Escócia; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	331	26/08/1909	x		Registro de funcionamento da escola pública complementar de Corumbá; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	332	02/09/1909		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	333	09/09/1909	x		Préstito (desfile) infantil composto por alunos das escolas públicas e particulares de Corumbá; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	334	16/09/1909	x		Divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	335	23/09/1909		x	
O Brazil	Corumbá	336	30/09/1909		x	
O Brazil	Corumbá	337	07/10/1909	x		Reabertura das aulas no Colégio Imaculada Conceição; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	338	ilegível/10/ 1909	x		Distribuição de prêmios às alunas do Colégio Imaculada Conceição que mais se distinguiram nos exames; divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	339	ilegível/10/ 1909	x		Fundação de escola para o sexo masculino, subsidiada pela Loja Maçônica "Estrela do Oriente": Escola Estrela do Oriente; abertura de matrículas para o Colégio Salesiano Santa Thereza.
O Brazil	Corumbá	343	18/11/1909		x	
O Brazil	Corumbá	344	25/11/1909	x		Divulgação do programa de ensino e valores cobrados no regime de internato e externato no Colégio São João de Escócia; inscrições abertas para o ensino noturno no Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	345	02/12/1909	x		Espetáculo cultural dos alunos do Colégio Imaculada Conceição; publicação do orçamento público destinado à Instrução Pública municipal.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	346	09/12/1909	x		Realização de exames nas escolas públicas da cidade de Corumbá.
O Brazil	Corumbá	347	16/12/1909	x		Divulgação do programa do resultado dos exames anuais realizados pelos alunos do Colégio São João de Escócia.
O Brazil	Corumbá	348	23/12/1909	**x**		Realização de exames finais dos alunos do Colégio "Gremio Infantil"; abertura de concurso para as cadeiras de ensino primário em três escolas municipais criadas nas localidades de Corumbá; oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	349	30/12/1909		**x**	
O Brazil	Corumbá	350	06/01/1910	x		Reabertura das aulas do Colégio São João de Escócia; festa religiosa no Colégio Salesiano Santa Thereza; abertura de concurso para as cadeiras de ensino primário em três escolas municipais criadas nas localidades de Corumbá; oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	351	13/01/1910	x		Registro do fornecimento pela Intendência Municipal de móveis escolares; abertura de concurso para as cadeiras de ensino primário em três escolas municipais criadas nas localidades de Corumbá; oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	353	27/01/1910	x		Oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	354	03/02/1910	x		Instalação das três escolas municipais criadas na localidade de Corumbá; oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	355	10/02/1910	x		Inscrições abertas no Colégio Santa Thereza para alunos particulares; oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	356	17/02/1910	x		Oferta de aulas particulares por professora estrangeira.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Brazil	Corumbá	357	26/02/1910	x		Oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	359	10/03/1910	x		Oferta de aulas particulares por professora estrangeira.
O Brazil	Corumbá	360	não localizado	x		Abertura das matrículas para as escolas municipais instaladas nas localidades de Corumbá.
O Brazil	Corumbá	363	07/04/1910		x	
O Brazil	Corumbá	364	14/04/1910		x	
O Brazil	Corumbá	365	21/04/1910	x		Apresentação do Balancete do Caixa Geral da Intendência Municipal de Corumbá, com os gastos para o setor da Instrução Pública.
O Brazil	Corumbá	366	ilegível/04/ 1910	x		Abertura das matrículas para as escolas municipais instaladas nas localidades de Corumbá.
O Brazil	Corumbá	382	ilegível/08/ 1910		x	
O Brazil	Corumbá	383	ilegível/08/ 1910		x	
O Brazil	Corumbá	384	02/09/1910	x		Realização dos exames escolares dos alunos do asilo "Maria Auxiliadora".
O Brazil	Corumbá	385	09/09/1910		x	
O Brazil	Corumbá	386	ilegível/09/ 1910		x	
O Argos	Cuiabá	47	13/01/1882	x		Mudança de endereço da escola pública do professor Alferes Felix Benedicto de Miranda; situação da instrução pública na localidade de Capão do Piquy.
O Argos	Cuiabá	58	30/04/1882	x		Conduta de professor da instrução primária.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Argos	Cuiabá	65	18/07/1882		x	
O Expectador	Cuiabá	14	17/01/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	15	24/01/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	24	27/03/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	25	03/04/1884	x		Crítica ao modelo de escolas implantado no regime monárquico, consideradas atrasadas; necessidade de educação e instrução, com religião e moral.
O Expectador	Cuiabá	30	08/05/1884			Transcrição da Conferência proferida pelo Barão de Macahubas, durante a Exposição Pedagógica de 1883; recebimento do folheto de divulgação do Colégio Abilio.
O Expectador	Cuiabá	34	05/06/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	35	13/06/1884	x		Registro sobre o início das visitas do inspetor paroquial às escolas públicas de instrução primária da Província.
O Expectador	Cuiabá	36	19/06/1884	x		Registro das visitas do inspetor paroquial às escolas públicas de instrução primária da Província.
O Expectador	Cuiabá	38	03/07/1884	x		Registro das visitas do inspetor paroquial às escolas públicas de instrução primária da Província.
O Expectador	Cuiabá	39	11/07/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	40	17/07/1884	x		Registro das visitas do inspetor paroquial às escolas públicas de instrução primária da Província.
O Expectador	Cuiabá	41	24/07/1884	x		Registro das visitas do inspetor paroquial às escolas públicas de instrução primária da Província.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Expectador	Cuiabá	42	31/07/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	44	14/08/1884		x	
O Expectador	Cuiabá	45	24/08/1884	x		Obtenção da menção "professor vitalício" a um professor de São Luiz de Cáceres; nota sobre um acidente em uma escola de Londres (Victoria Hall).
O Expectador	Cuiabá	70	13/02/1885	x		Educação como componente essencial para a civilização moderna.
O Expectador	Cuiabá	71	19/02/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	74	12/03/1885	x		Situação da instrução na Província, em especial na vila de Nioac.
O Expectador	Cuiabá	76	26/03/1885	x		Situação da instrução na Província, em especial na vila de Nioac.
O Expectador	Cuiabá	77	01/04/1885	x		Transcrição de artigo "As creanças que fumam" de um jornal da Alemanha.
O Expectador	Cuiabá	78	10/04/1885	x		Destaque para o papel dos pais na educação de seus filhos.
O Expectador	Cuiabá	79	16/04/1885	x		Necessidade da instrução popular.
O Expectador	Cuiabá	80	24/04/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	81	23/05/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	86	02/07/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	88	10/07/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	93	15/09/1885	x		Situação da instrução primária e secundária na Província, discutidas na Assembleia.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Expectador	Cuiabá	99	04/11/1885	x		Nomeação dos membros do Conselho Literário; exoneração de professor interino da localidade de Poconé.
O Expectador	Cuiabá		13/11/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	101	19/11/1885	x		Prioridade de pagamento ao funcionalismo público, segundo a Tesouraria da Fazenda (os funcionários da Diretoria da Instrução não se encontram relacionados).
O Expectador	Cuiabá	106	23/12/1885		x	
O Expectador	Cuiabá	12	03/06/1886		x	
O Expectador	Cuiabá	109	13/11/1886		x	
O Expectador	Cuiabá	115	03/03/1886		x	
O Expectador	Cuiabá	118	25/03/1886		x	
O Matto Grosso	Cuiabá	891	02/05/1897		x	
O Matto Grosso	Cuiabá	900	04/07/1897	x		Exoneração de funcionários do Liceu Cuiabano; nomeação de funcionários para a Diretoria da Instrução; divulgação do Almanack Cuiabano.
O Matto Grosso	Cuiabá	905	08/08/1897		x	
O Matto Grosso	Cuiabá	909	05/09/1897		x	
O Matto Grosso	Cuiabá	910	12/09/1897	x		Crítica ao trabalho dos salesianos na colônia Thereza Cristina, com ênfase nas ausências do catolicismo em relação à cultura intelectual do povo.
O Matto Grosso	Cuiabá	917	31/10/1897		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Matto Grosso	Cuiabá	918	07/11/1897		x	
O Matto Grosso	Cuiabá	920	21/11/1897	x		A educação como componente para a formação moral do homem (críticas aos jesuítas e à educação religiosa); imprensa como termômetro da instrução do povo; discussão acerca do papel das mulheres na sociedade cuiabana.
O Matto Grosso	Cuiabá	921	28/11/1897	x		Resenha de livros sugeridos para a leitura (Seção Bibliographia).
O Matto Grosso	Cuiabá	ilegível	19/12/1897	x		Ausência da aplicação dos recursos do Estado no setor da instrução.
O Matto Grosso	Cuiabá	927	09/01/1898	x		Divulgação do Almanack Cuiabano
O Matto Grosso	Cuiabá	928	16/01/1898	x		Homenagem a Augusto Leverger, importante personagem no cenário educacional matogrossense.
O Matto Grosso	Cuiabá	929	23/01/1898	x		Reorganização dos estabelecimentos militares de ensino.
O Matto Grosso	Cuiabá	930	30/01/1898	x		Homenagem a Augusto Leverger (continuação).
O Matto Grosso	Cuiabá	932	13/02/1898	x		Nomeação de professor para o Liceu Cuiabano; homenagem a Augusto Leverger, importante personagem no cenário educacional matogrossense.
O Matto Grosso	Cuiabá	933	20/02/1898	x		Situação envolvendo alunos do Liceu Cuiabano e professores do colégio São Gonçalo; homenagem a Augusto Leverger (continuação).
O Matto Grosso	Cuiabá	936	13/03/1898	x		Homenagem a Augusto Leverger (continuação).
O Matto Grosso	Cuiabá	946	22/05/1898	x		Situação da instrução pública, em relação à formação da juventude para o trabalho; condições salariais e de trabalho de professores, com instauração de processo disciplinar contra o professor.
Oasis	Corumbá	173	12/06/1891		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Oasis	Corumbá	255	07/01/1894		x	
Oasis	Corumbá	256	14/01/1894		x	
Oasis	Corumbá	257	21/01/1894		x	
Oasis	Corumbá	343	08/03/1896		x	
Oasis	Corumbá	344	20/03/1896		x	
Oasis	Corumbá	345	31/03/1896		x	
Oasis	Corumbá	121	03/05/1890	x		Nomeação de professora pública primária.
Oasis	Corumbá	210	18/12/1892	x		Dificuldade para o comércio de livros; Nomeação de professora pública primária, com divulgação de suas referencias profissionais.
Oasis	Corumbá	212	02/01/1893	x		Abertura de ecola particular, com divulgação de período de inscrição para matriculas: Escola "Treze de Junho".
Oasis	Corumbá	214	01/02/1893		x	
Oasis	Corumbá	229	11/06/1893		x	
Oasis	Corumbá	264	25/02/1894			Invenções do final do século: revoltas sociais; dinamite
Oasis	Corumbá	267	15/04/1894		x	
Oasis	Corumbá	268	26/04/1894		x	
Echo do Povo	Corumbá	4	12/03/1893		x	
Echo do Povo	Corumbá	5	19/03/1893	x		Instalação do Curso Primário "Christovão Colombo", em Miranda.
Echo do Povo	Corumbá	6	26/03/1893			

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Echo do Povo	Corumbá	7	03/04/1893			
Echo do Povo	Corumbá	49	21/01/1894			Exames do Curso Primário "Christovão Colombo".
Echo do Povo	Corumbá	53	18/02/1894		x	
Echo do Povo	Corumbá	59	31/03/1894		x	
Echo do Povo	Corumbá	61	15/04/1894	x		
Echo do Povo	Corumbá	62	22/04/1894		x	
Echo do Povo	Corumbá	100	13/01/1895		x	
Echo do Povo	Corumbá	205	16/01/1897	x	x	Despesas com Instrução; Suplemento à edição com tabelas de salários e gratificações da Diretoria de Instrucçao Publica.
Republicano	Cuiabá	1	15/11/1895	x		Menção à Escola Normal; importância educativa da missão salesiana no Estado; Colégio São Gonçalo.
Republicano	Cuiabá	2	ilegível/11/ 1895	x		
Republicano	Cuiabá	3	24/11/1895	x		Criação de escolas como meio de aperfeiçoamento da nação; advento da luz elétrica em Mato Grosso, associado à necessidade de Educação Profissional; Instrução da mocidade pela "Lição de Cousas"; necessidade de regulamentação do ensino sob novas bases; anúncio de aulas particulares de várias matérias; funcionamento das escolas públicas dos 1º e 2º distritos.
Republicano	Cuiabá	5	28/11/1895	x		Transferência dos prédios federais em que funcionam o Liceu e escolas públicas primárias para o poder do Estado de Mato Grosso.
Republicano	Cuiabá	6	01/12/1895	x		Criação de escola pública mista - Cassange (Poconé).

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	7	05/12/1895	x		Importância da educação integral: intelecto e espírito com vistas à Educação Profissional.
Republicano	Cuiabá	8	08/12/1895	x		Aluguel de casas para o funcionamento de escola pública do sexo masculino da capital; festa cívica na sede do Curso Primário "Christovão Colombo".
Republicano	Cuiabá	9	12/12/1895	x		Importância da educação física para a mocidade.
Republicano	Cuiabá	10	15/12/1895	x		Necessidade de reforma na instrução pública nas modalidades primária e secundária; exames da escola do sexo feminino da freguesia de S. Gonçalo.
Republicano	Cuiabá	11	19/12/1895	x		Instrução como base para o progresso da nação e do Estado.
Republicano	Cuiabá	12	22/12/1895	x		Instituição de ensino técnico na Noruega.
Republicano	Cuiabá	13	falta a primeira página	x		Criação da escola da vila de Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	14	29/12/1895			Estado da instrução pública em Mato Grosso; distribuição de diplomas e prêmios aos alunos que concluíram o ensino primário, no Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	15	01/01/1896		x	
Republicano	Cuiabá	16	05/01/1896	x		Inauguração do "Colégio Augusto Leverger" em Cuiabá.
Republicano	Cuiabá	17	09/01/1896	x		Fundação e recomendação do "Curso Primario Augusto Leverger" (de Estevão de Mendonça).
Republicano	Cuiabá	18	12/01/1896	x		A instrução pública em Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	19	ilegível/01/ 1896	x		Abertura das inscrições para os cursos Normal e Preparatório no Liceu Cuiabano.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	20	19/01/1896		x	
Republicano	Cuiabá	21	23/01/1896	x		Festa em virtude da proclamação da República, no Curso Primário "Christovão Colombo"; realização dos exames dos alunos do Colégio Christovão Colombo e publicação nominal de seus resultados.
Republicano	Cuiabá	22	26/01/1896	x		Reabertura do Collegio São Gonçalo; Exposição Universal em Paris.
Republicano	Cuiabá	23	30/01/1896		x	
Republicano	Cuiabá	24	02/02/1896	x		Prédios públicos federais que abrigam instituições públicas estaduais, em péssimo estado de conservação (dentre os casos encontra-se o Liceu Cuiabano e algumas escolas públicas); substituição do Diretor de Instrução; nomeação de professor interino para Poconé; resultado dos exames preparatórios; instrução pública em Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	25	06/02/1896	x		Término dos trabalhos referentes às bancas dos exames preparatórios, com publicação nominal dos aprovados; nomeação para o cargo de Diretor da Instrução Pública.
Republicano	Cuiabá	26	09/02/1896	x		Recomendação à Assembleia Legislativa para acelerar os estudos sobre a reforma do ensino primário.
Republicano	Cuiabá	27	13/02/1896	x		Função educativa das missões salesianas.
Republicano	Cuiabá	28	16/02/1896	x		Nomeação de inspetor escolar da povoação de Melgaço.
Republicano	Cuiabá	29	ilegível/02/1896		x	
Republicano	Cuiabá	30	23/02/1896	x		Discussão na Assembleia Legislativa sobre a instituição de prêmios escolares aos professores do ensino primário.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
Republicano	Cuiabá	31	01/03/1896	x		Sobre João de Deus, autor da Cartilha Maternal (nota de falecimento); nota sobre projeto de lei que cria os prêmios escolares; situação dos trabalhos referentes à reforma de lei da Instrução Pública; instrução pública em Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	33	05/03/1896		x	
Republicano	Cuiabá	34	08/03/1896	x		Reivindicação dos corumbaenses por "casa de educação em condições razoáveis".
Republicano	Cuiabá	35	12/03/1896	x		Pedido de aposentadoria da professora Maria Thereza de Albuquerque Nunes.
Republicano	Cuiabá	36	15/03/1896	x		Quermesse no Liceu Cuiabano; escola de primeiras letras mantida pelos pais em Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	37	19/03/1896	x		Discussão na Assembleia Legislativa sobre o projeto de lei que reforma a instrução pública do Estado.
Republicano	Cuiabá	38	22/03/1896	x		A imprensa como forma de instrução para a população.
Republicano	Cuiabá	39	26/03/1896	x		Discussão sobre a reforma da instrução pública.
Republicano	Cuiabá	40	29/03/1896	x		Criação da biblioteca em Cuiabá; falecimento de Protonotário Ernesto Camillo Barreto (personagem importante na história da educação de Mato Grosso).
Republicano	Cuiabá	41	02/04/1896		x	
Republicano	Cuiabá	43	05/04/1896		x	
Republicano	Cuiabá	43	09/04/1896		x	
Republicano	Cuiabá	44	12/04/1896	x		Aquisição de mobília para a escola da cidade de Poconé.
Republicano	Cuiabá	46	19/04/1896		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	47	23/04/1896		x	
Republicano	Cuiabá	48	26/04/1896	x		A instrução pública em Sant'Anna do Paranayba.
Republicano	Cuiabá	49	30/04/1896	x		A instrução pública em Miranda.
Republicano	Cuiabá	50	03/05/1896		x	
Republicano	Cuiabá	51	07/05/1896		x	
Republicano	Cuiabá	52	10/05/1896		x	
Republicano	Cuiabá	53	14/05/1896	x		Reforma da instrução pública.
Republicano	Cuiabá	54	17/05/1896	x		Ensino da gramática.
Republicano	Cuiabá	55	21/05/1896			
Republicano	Cuiabá	56	24/05/1896	x		Anedotas envolvendo situações de ensino.
Republicano	Cuiabá	57	28/05/1896	x		Requerimento solicitando aumento de verba para materiais de limpeza no Liceu Cuiabano; solicitação de gratificação por serviços prestados à instrução.
Republicano	Cuiabá	58	31/05/1896	x		Resenha pedagógica; situação do ensino em Bruxelas; importância do ensino de ginástica na Áustria; Liceu para mulheres em Santiago (Chile); formas de tratamento aos professores públicos na Inglaterra; problema dos edifícios escolares no Japão; extinção dos castigos escolares na Rússia.
Republicano	Cuiabá	59	04/06/1896	x		Criação das cadeiras de "chimica" e "physica" no Liceu Cuiabano; necessidade de providências e investimentos na instrução secundária do Estado.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	60	07/06/1896	x		Organização da instrução secundária no Estado.
Republicano	Cuiabá	61	11/06/1896	x		Vinda dos imigrantes para Mato Grosso (necessidades escolares).
Republicano	Cuiabá	62	14/06/1896	x		Conduta de professor do Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	63	18/06/1896	x		Importância da instrução primária para a compreensão dos princípios que regem a vida em sociedade.
Republicano	Cuiabá	64	21/06/1896	x		Resenha pedagógica; situação do ensino normal na França; necessidade da instrução popular na Espanha; congresso pedagógico; indicações de como se deve proceder a leitura proficiente de textos (norte-americanos).
Republicano	Cuiabá	65	25/06/1896		x	
Republicano	Cuiabá	66	29/06/1896		x	
Republicano	Cuiabá	67	02/07/1896		x	
Republicano	Cuiabá	68	05/07/1896		x	
Republicano	Cuiabá	69	09/07/1896		x	
Republicano	Cuiabá	70	12/07/1896	x		Resenha pedagógica.
Republicano	Cuiabá	71	16/07/1896		x	
Republicano	Cuiabá	72	19/07/1896		x	
Republicano	Cuiabá	73	ilegível/08/ 1896		x	
Republicano	Cuiabá	79	13/08/1896		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	80	16/08/1896		x	
Republicano	Cuiabá	81	20/08/1896		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	23/08/1896		x	
Republicano	Cuiabá	83	27/08/1896		x	
Republicano	Cuiabá	84	30/08/1896	x		Papel do jornalista semelhante ao do mestre-escola.
Republicano	Cuiabá	85	03/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	86	06/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	87	10/09/1896	x		Conferências pedagógicas ministradas por José Estevão Correa no Liceu Cuiabano; festa no Colégio São Gonçalo.
Republicano	Cuiabá	88	13/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	89	17/09/1896	x		Colégio São Gonçalo e as Missões Salesianas em Mato Grosso.
Republicano	Cuiabá	90	20/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	91	24/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	92	27/09/1896		x	
Republicano	Cuiabá	93	01/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	94	04/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	95	08/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	96	11/10/1896		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	97	15/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	98	18/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	99	22/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	100	25/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	101	29/10/1896		x	
Republicano	Cuiabá	102	01/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	103	05/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	104	08/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	105	12/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	106	15/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	107	19/11/1896		x	
Republicano	Cuiabá	108	22/11/1896	x		Distribuição de prêmios aos alunos que se distinguiram nos exames do Colégio São Gonçalo.
Republicano	Cuiabá	109	26/11/1896			
Republicano	Cuiabá	110	29/11/1896	x		Exames escolares; festa no Colégio São Gonçalo; Palestra encomendada com tema “Mulheres no trabalho”.
Republicano	Cuiabá	111	03/12/1896			
Republicano	Cuiabá	112	06/12/1896	x		Palestra encomendada: imprensa e educação da população.
Republicano	Cuiabá	113	10/12/1896	x		Exames finais com lista nominal dos aprovados.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	114	13/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	115	17/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	116	20/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	117	24/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	118	27/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	119	31/12/1896		x	
Republicano	Cuiabá	120	03/01/1897		x	
Republicano	Cuiabá	121	07/01/1897		x	
Republicano	Cuiabá	122	10/01/1897		x	
Republicano	Cuiabá	123	14/01/1897	x		Abertura das matrículas no Externato São Sebastião (Cuiabá), em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.
Republicano	Cuiabá	124	17/01/1897	x		Abertura das matrículas no Colégio São Gonçalo (Cuiabá), em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.
Republicano	Cuiabá	125	21/01/1897	x		Abertura das matrículas no Colégio São Gonçalo (Cuiabá), em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.
Republicano	Cuiabá	126	24/01/1897		x	
Republicano	Cuiabá	127	28/01/1897	x		Abertura das matrículas no Colégio São Gonçalo (Cuiabá), em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	128	31/01/1897	x		Abertura das matrículas no Colégio São Gonçalo (Cuiabá), em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.
Republicano	Cuiabá	129	04/02/1897	x		Situação de atraso da instrução pública em Mato Grosso; atestado de BOA NOTA passa a ser oferecido aos alunos do Colégio São Gonçalo que demonstrarem bom rendimento e conduta.
Republicano	Cuiabá	130	07/02/1897	x		Sobre a instalação (desnecessária) da escola normal em Cuiabá; nomeação para cadeira de inglês no Liceu Cuiabano; abertura das matrículas no Colégio São Gonçalo, em conformidade com as alterações promovidas pela reforma de ensino aprovada em junho de 1896.
Republicano	Cuiabá	131	11/02/1897		x	
Republicano	Cuiabá	132	14/02/1897		x	
Republicano	Cuiabá	133	18/02/1897	x		Discussão sobre o projeto de premiação aos professores primários (rejeitado); pedido de matrícula de aluno aprovado na escola primária no Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	134	21/02/1897		x	
Republicano	Cuiabá	135	25/02/1897	x		Pedido de exoneração do professor da escola mista primária da povoação do Alto Aquidauana.
Republicano	Cuiabá	136	28/02/1897	x		Concessão do pedido de exoneração do professor da escola mista primária do Alto Aquidauana; concessão de licença médica (três meses) para a professora da vila de Miranda para tratamento de saúde.
Republicano	Cuiabá	137	04/03/1897		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	138	07/03/1897	x		Educação da criança como responsabilidade social.
Republicano	Cuiabá	139	11/03/1897	x		Aquisição de mobília para a escola mista da povoação do Cassange (Poconé).
Republicano	Cuiabá	140	14/03/1897	x		Autorização para criação de duas escolas: uma em Rosário e outra em Várzea Grande; concessão de auxílio financeiro para a criação de um colégio em Corumbá; funcionamento das escolas primárias em Diamantino (críticas).
Republicano	Cuiabá	141	18/03/10897		x	
Republicano	Cuiabá	142	21/03/1897		x	
Republicano	Cuiabá	143	25/03/1897	x		A imprensa como forma de instrução para a população.
Republicano	Cuiabá	144	28/03/1897	x		Sobre os concursos para a provisão de professores para as escolas primárias; nomeação de professora para reger a cadeira de ensino primário de Cáceres.
Republicano	Cuiabá	149	15/04/1897	x		Importância da instrução e educação moral para os princípios que regem a vida em sociedade.
Republicano	Cuiabá	150	18/04/1897		x	
Republicano	Cuiabá	151	22/04/1897	x		Sobre a instrução pública.
Republicano	Cuiabá	152	25/04/1897		x	
Republicano	Cuiabá	153	29/04/1897	x		Sobre a instrução pública.
Republicano	Cuiabá	154	02/05/1897	x		Sobre a instrução pública (distribuição de exemplares da Constituição Federal nas escolas).
Republicano	Cuiabá	155	06/05/1897		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	156	09/05/1897		x	
Republicano	Cuiabá	171	ilegível/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	172	04/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	173	08/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	174	11/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	175	15/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	176	18/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	177	ilegível/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	178	25/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	179	ilegível/07/1897		x	
Republicano	Cuiabá	180	01/08/1897		x	
Republicano	Cuiabá	181	05/08/1897		x	
Republicano	Cuiabá	182	08/08/1897		x	
Republicano	Cuiabá	183	12/08/1897		x	
Republicano	Cuiabá	184	15/08/1897		x	
Republicano	Cuiabá	185	19/08/1897		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	ilegível	23/09/1897		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	30/09/1897		x	
Republicano	Cuiabá	199	07/10/1897		x	
Republicano	Cuiabá	218	12/12/1897	x		Resultado dos exames das alunas da 2ª Escola Elementar, realizados no Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	219	15/12/1897	x		Divulgação do Almanack Cuiabano como elemento de cultura e instrução.
Republicano	Cuiabá	221	23/12/1897	x		Isenção de impostos municipais para professores (proposta contestada pelos articulistas do jornal); distribuição de prêmios aos alunos aprovados nos exames.
Republicano	Cuiabá	230	ilegível/01/ 1898		x	
Republicano	Cuiabá	231	27/01/1898		x	
Republicano	Cuiabá	232	30/01/1898	x		Nomeação de professor interino para a cadeira primária do sexo masculino da cidade de Corumbá.
Republicano	Cuiabá	233	03/02/1898	x		Nomeação de professor para as cadeiras de geometria e topografia do Liceu Cuiabano; nomeação para reger as cadeiras de ensino complementar de Cuiabá; concurso para provimento da cadeira de instrução primária; nomeação de professora para reger a escola pública da povoação de Conceição.
Republicano	Cuiabá	234	06/02/1898	x		Distribuição de prêmios e diplomas aos alunos que concluíram a instrução primária e secundária.
Republicano	Cuiabá	235	10/02/1898	x		Concessão de licença médica (três meses) para a professora do Liceu Cuiabano para tratamento de saúde; distribuição de prêmios e diplomas escolares.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	236	13/02/1898	x		Nomeação de professores para reger as escolas elementares de Sant'Anna do Paranayba e Livramento.
Republicano	Cuiabá	237	17/02/1898		x	
Republicano	Cuiabá	238	24/02/1898	x		Autorização do Tesouro do Estado para o pagamento das despesas com os prêmios escolares; situação envolvendo professores e alunos do Liceu Cuiabano e Colégio Salesiano.
Republicano	Cuiabá	240	27/02/1898		x	
Republicano	Cuiabá	241	03/03/1898	x		Instrução como base para o progresso da nação e do Estado; inauguração da escola de instrução primária complementar do sexo feminino na capital; nomeação de professores efetivos para as escolas complementares da capital.
Republicano	Cuiabá	242	06/03/1898		x	
Republicano	Cuiabá	243	10/03/1898	x		Registro da frequência escolar da escola complementar do sexo masculino da capital; concurso para provimento da cadeira de instrução primária do sexo masculino de Capão do Piquy; doação de propriedade para construção de prédio escolar para meninos, por João Pedro Gardés.
Republicano	Cuiabá	244	13/03/1898	x		Pedido de exoneração da professora da escola da vila do Rosário.
Republicano	Cuiabá	245	17/03/1898	x		Concerto musical beneficente na escola regida pela professora Maria Luiza Antunes Maciel; nomeação de professor para a cadeira mista de instrução primária de Capão do Piquy.
Republicano	Cuiabá	246	20/03/1898	x		Reunião para avaliar compêndio de Aritmética Teórica e Prática, organizado por professor do Liceu Cuiabano; nomeação de professor para reger a cadeira mista de instrução primária de Capão do Piquy; doação de propriedade para construção de prédio escolar para meninos, por João Pedro Gardés.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	247	24/03/1898		x	
Republicano	Cuiabá	248	27/03/1898	x		Anedotas envolvendo situações de ensino (ambiente rural).
Republicano	Cuiabá	249	31/03/1898		x	
Republicano	Cuiabá	250	03/04/1898	x		Requerimento solicitando avaliação de Tratado de Aritmética, com vistas à adoção nas escolas do Estado.
Republicano	Cuiabá	251	07/04/1898		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	10/04/1898	x		Castigo corporal nas escolas (transcrição da análise de um livro publicado na Alemanha sobre o tema).
Republicano	Cuiabá	253	14/04/1898		x	
Republicano	Cuiabá	254	17/04/1898	x		Situação de atraso da instrução pública em Mato Grosso.
Republicano	Cuiabá	255	21/04/1898		x	
Republicano	Cuiabá	256	24/04/1898	x		Pedido de licença médica (dois meses) para o professor da escola complementar do sexo masculino da Capital, para tratamento de saúde.
Republicano	Cuiabá	257	28/04/1898		x	
Republicano	Cuiabá	258	01/05/1898		x	
Republicano	Cuiabá	259	05/05/1898		x	
Republicano	Cuiabá	260	08/05/1898		x	
Republicano	Cuiabá	261	12/05/1898		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	262	15/05/1898			Pedido de exoneração do cargo de inspetor escolar da cidade de Corumbá.
Republicano	Cuiabá	263	19/05/1898	x		Oferta de Joaquim José de Figueiredo, ao governo do estado, de prédio para sediar a escola pública da Várzea Grande (valor venal 6:000$000).
Republicano	Cuiabá	264	22/05/1898	x		Nomeação de professor efetivo para o Liceu Cuiabano; pedido de aposentadoria do professor da cadeira de geografia e história do Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	265	ilegível/05/ 1898	x		Registro do parecer favorável à impressão do compêndio “Arithmetica Theorica e Pratica”, sob as custas do Estado, para ser adotado nas escolas públicas.
Republicano	Cuiabá	266	ilegível/05/ 1898		x	
Republicano	Cuiabá	267	02/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	268	05/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	269	09/06/1898	x		Concessão de prêmio ao autor do compêndio “Arithmetica Theorica e Pratica” (2:000$000).
Republicano	Cuiabá	270	12/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	16/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	19/06/1898	x		Pedido de aposentadoria do professor Francisco Costa Ribeiro, do Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	ilegível	23/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	26/06/1898		x	
Republicano	Cuiabá	276	03/07/1898	x		Concurso para a cadeira de geografia e história do Liceu Cuiabano.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	277	07/07/1898		x	
Republicano	Cuiabá	278	10/07/1898	x		Conduta de professoras de escola pública (imposição de multa).
Republicano	Cuiabá	279	14/07/1898	x		Menção ao colégio Atheneu.
Republicano	Cuiabá	280	ilegível/07/1898			Concessão de licença médica (dois meses) para a professora Honorina Ferreira de Souza para tratamento de saúde (uma das professoras advertidas com multa).
Republicano	Cuiabá	281	21/07/1898	x		Requerimento do professor João Felipe de Faria, solicitando autorização para residir (com a esposa) no prédio onde funcionava a escola pública de Várzea Grande.
Republicano	Cuiabá	282	24/07/1898		x	
Republicano	Cuiabá	283	28/07/1898		x	
Republicano	Cuiabá	284	31/07/1898		x	
Republicano	Cuiabá	285	04/08/1898		x	
Republicano	Cuiabá	286	07/08/1898	x		Destaque para a atuação de José Estevão Correa à frente da Diretoria da Instrução Pública.
Republicano	Cuiabá	287	11/08/1898	x		Pedido de indenização do Tesouro Estadual, referente à quebra de um Globo Terrestre, durante a aula de uma professora na escola elementar do sexo feminino.
Republicano	Cuiabá	288	14/08/1898	x		Exposição Escolar; contendas entre alunos do Liceu e professores do Colégio São Gonçalo (salesiano).
Republicano	Cuiabá	289	18/08/1898		x	
Republicano	Cuiabá	290	21/08/1898		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	291	25/08/1898	x		Exposição Escolar.
Republicano	Cuiabá	292	28/08/1898		x	
Republicano	Cuiabá	293	ilegivel/09/1898		x	
Republicano	Cuiabá	294	04/09/1898	x		Necessidade de criar o setor de Estatística para melhoramento de vários ramos do serviço público, dentre eles a instrução; funcionamento das escolas públicas na Suíça.
Republicano	Cuiabá	295	08/09/1898	x		Indeferido o pedido da professora, para desonerá-la dos custos com um Globo Terrestre, danificado durante sua aula (valor 60$000).
Republicano	Cuiabá	296	11/09/1898	x		Impressão do Almanack Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	297	15/09/1898	x		Reforma da instrução pública; registro da frequência da escola complementar do sexo masculino.
Republicano	Cuiabá	298	18/09/1898	x		Nomeação de inspetor escolar do distrito de Coxim.
Republicano	Cuiabá	299	22/09/1898	x		Almanack Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	300	25/09/1898	x		Registro de frequência da escola elementar do sexo masculino da vila do Diamantino.
Republicano	Cuiabá	301	29/09/1898	x		Registro do término da licença da professora Honorina Ferreira de Souza; regência provisória da cadeira de inglês, do Liceu Cuiabano, pelo professor João Pedro Gardés.
Republicano	Cuiabá	302	02/10/1898	x		Registro de frequência da escola elementar do sexo masculino da vila do Rosário; encerramento das inscrições para o concurso de professor efetivo para o Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	304	09/10/1898		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	305	13/10/1898	x		Aprovação de Estevão de Mendonça no concurso para professor do Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	306	16/10/1898	x		Registro da frequência da 3ª escola elementar do sexo feminino da capital; registro da frequência da 2ª escola elementar do sexo feminino da Capital; registro da frequência da 2ª escola elementar do sexo masculino da capital; anúncio da venda de livros para a instrução primária e secundária na Livraria Escolar São Sebastião (Cuiabá).
Republicano	Cuiabá	307	20/10/1898	x		Registro de frequência da 1ª escola elementar do sexo masculino da capital; registro da frequência da escola elementar da povoação do Mimoso; nomeação dos membros para a comissão dos exames de suficiência; anúncio da Livraria Escolar.
Republicano	Cuiabá	308	23/10/1898	x		Registro da frequência da escola elementar do sexo masculino da vila do Livramento.
Republicano	Cuiabá	309	27/10/1898		x	
Republicano	Cuiabá	310	30/10/1898		x	
Republicano	Cuiabá	314	13/11/1898		x	
Republicano	Cuiabá	315	15/11/1898		x	
Republicano	Cuiabá	316	20/11/1898		x	
Republicano	Cuiabá	317	24/11/1898	x		Divulgação de datas e bancas para a realização dos exames anuais para os alunos das escolas elementares e complementares.
Republicano	Cuiabá	318	27/11/1898			Pedidos de exoneração de professores da escola elementar da povoação do Cassange e da escola mista da vila do Coxim.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	319	01/12/1898	x		Divulgação do início dos exames anuais dos alunos das escolas da capital; notas sobre concursos para provimento das cadeiras de instrução em outras localidades do Estado.
Republicano	Cuiabá	320	04/12/1898		x	
Republicano	Cuiabá	321	08/12/1898		x	
Republicano	Cuiabá	322	11/12/1898	x		Nomeação do inspetor escolar para a povoação do Aquidauana; anúncio da Livraria Escolar São Sebastião.
Republicano	Cuiabá	323	15/12/1898		x	
Republicano	Cuiabá	325	22/12/1898	x		Divulgação da festa anual para a distribuição de prêmios escolares, no Colégio São Gonçalo; festa escolar no Colégio São Gonçalo.
Republicano	Cuiabá	327	29/12/1898		x	
Republicano	Cuiabá	328	01/01/1899		x	
Republicano	Cuiabá	329	05/01/1899		x	
Republicano	Cuiabá	ilegível	12/01/1899	x		Nomeação do inspetor escolar da cidade de Corumbá; abertura das aulas do Colégio São Gonçalo, em conformidade com o regulamento da instrução de 20 de junho de 1896, compreendendo três cursos: elementar, complementar e humanitário.
Republicano	Cuiabá	332	15/01/1899	x		Fundação da Sociedade Internacional de Estudos Scientificos; abertura das aulas no Atheneu Cuyabano.
Republicano	Cuiabá	334	22/01/1899	x		Encerramento do período de matrículas para o Liceu Cuiabano; registro da frequência da escola complementar do sexo masculino da capital; divulgação do Almanack Corumbaense; abertura das aulas no Atheneu Cuyabano.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
Republicano	Cuiabá	335	26/01/1899		x	
Republicano	Cuiabá	336	29/01/1899		x	
Republicano	Cuiabá	337	02/02/1899		x	
Republicano	Cuiabá	338	05/02/1899	x		Pedido de licença médica (dois meses) para o professor do Liceu Cuiabano, para tratar de assuntos particulares; registro da frequência da primeira escola do sexo feminino do 2º distrito; registro da frequência da escola complementar do sexo feminino da Capital.
Republicano	Cuiabá	339	09/02/1899	x		Exames preparatórios; concessão de licença para tratar de assuntos particulares (três meses) ao professor do Liceu Cuiabano.
Republicano	Cuiabá	340	12/02/1899	x		Conduta de professora de escola pública de Várzea Grande; concessão de licença para tratamento de saúde (três meses) à professora da escola pública da vila de Miranda; demissão de professor; reformas no Liceu Cuiabano; nomeação de professora para a escola primária de Barra do Rio dos Bugres.
Republicano	Cuiabá	341	16/02/1899	x		Registro da frequência da escola elementar do sexo masculino da povoação de Capão do Piquy; frequência da escola elementar do sexo feminino da Capital.
Republicano	Cuiabá	342	19/02/1899		x	
Republicano	Cuiabá	343	23/02/1899	x		Festa escolar para distribuição de prêmios aos alunos aprovados nos exames de instrução primária.
Republicano	Cuiabá	345	02/03/1899		x	
Republicano	Cuiabá	346	05/03/1899		x	
Republicano	Cuiabá	347	09/03/1899	x		Pedido de licença (três meses) para tratamento de saúde; despesas com a festa escolar de distribuição de prêmios.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Colligação	Cuiabá	27	08/04/1906	x		Crítica ao atraso no pagamento do funcionalismo público (atraso de mais de cinco meses).
A Colligação	Cuiabá	28	15/04/1906		x	
A Colligação	Cuiabá	29	22/04/1906		x	
A Colligação	Cuiabá	99	06/10/1907		x	
A Colligação	Cuiabá	100	13/10/1907	x		O ensino primário e a situação nos municípios do Estado (com menções a outros Estados do país).
A Colligação	Cuiabá	101	20/10/1907	x		Antecipação dos exames do Liceu Salesiano, em decorrência da situação sanitária do Estado; nomeação de professor efetivo para a povoação de Ponta Porã; participação de Mato Grosso na comissão de organização da Exposição Nacional.
A Colligação	Cuiabá	102	27/10/1907	x		Relação da receita e despesas do Estado, tendo a instrução pública parte garantida; exoneração de professor da escola mista elementar da vila do Coxim; discussão no Congresso Nacional da reforma do ensino; inscrições para o concurso de professor em várias cadeiras, do Liceu Cuiabano; situação das escolas primárias no Brasil.
A Colligação	Cuiabá	103	03/11/1907	x		Transferência da escola elementar mista da povoação de Santo Antonio da Barra para Colônia Isabel; nomeação de professor para reger a escola mista da povoação de Mimoso.
A Colligação	Cuiabá	104	10/11/1907	x		Concessão de abono ao professor da escola de Ponta Porã; solicitação de avaliação do compêndio Elementos de História de Matto Grosso para as escolas primárias do professor João Calisto Bernardes; discussão no Congresso Nacional da reforma do ensino.
A Colligação	Cuiabá	105	17/11/1907		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Colligação	Cuiabá	107	01/12/1907	x		Exoneração de professor interino do Liceu Cuiabano; abertura de inscrições para exame de segunda época e admissão nos cursos ginasiais; abertura das inscrições para os exames de segunda época e admissão do Liceu Salesiano.
A Colligação	Cuiabá	108	08/12/1907	x		Nomeação de professor efetivo para a vila do Rosário. Transferência da escola elementar mista da povoação de Três Lagoas para Santa Rita do Rio Pardo; causas/motivos do atraso da instrução pública no Estado; abertura das inscrições para os exames de segunda época e admissão do Liceu Salesiano.
A Colligação	Cuiabá	111	29/12/1907		x	
A Colligação	Cuiabá	112	05/01/1908		x	
A Colligação	Cuiabá	113	12/01/1908	x		Declarada sem efeito a nomeação do professor para a escola mista de Sant'Anna do Paranayba, em vistas de o mesmo não ter assumido o cargo.
A Colligação	Cuiabá	114	19/01/1908	x		Cadeiras de ensino do Liceu Cuiabano ocupadas por professores indicados pela Diretoria da Instrução.
A Colligação	Cuiabá	115	26/01/1908		x	
A Colligação	Cuiabá	116	02/02/1908	x		Educação no Sul do Estado; exoneração do professor da freguesia da Guia; nomeação de professores para a escola elementar do sexo feminino da vila do Livramento.
A Colligação	Cuiabá	117	09/02/1908		x	
A Colligação	Cuiabá	118	16/02/1908	x		Exoneração de professor interino da escola elementar mista da povoação de Capim Branco; fechamento de escolas pela ausência da frequência mínima legal.
A Colligação	Cuiabá	119	23/02/1908	x		Designação de professor para cadeiras de ensino do Liceu Cuiabano.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
A Colligação	Cuiabá	120	01/03/1908		x	
A Colligação	Cuiabá	121	08/03/1908	x		Nomeação de professora para a escola elementar mista da frequesia da Várzea Grande; designação de professor para cadeiras de ensino do Liceu Cuiabano; nomeação de Inspetor Escolar para a povoação de Porto Murtinho.
A Colligação	Cuiabá	122	15/03/1908	x		Nomeação de professores para a 3ª escola elementar mista da Capital, 1ª escola elementar do sexo masculino de Livramento, 1ª escola elementar do sexo feminino de Corumbá e 1ª escola elementar mista da povoação de Porto Murtinho.
A Colligação	Cuiabá	123	22/03/1908	x		Nomeação de professores para a 3ª escola elementar mista da Capital, 1ª escola elementar do sexo masculino de Livramento, 1ª escola elementar do sexo feminino de Corumbá e 1ª escola elementar mista da povoação de Porto Murtinho.
A Colligação	Cuiabá	124	29/03/1908		x	
A Colligação	Cuiabá	125	05/04/1908	x		Exoneração de professor interino da escola elementar mista de Raizama; transferência de professor da escola elementar mista do Buracão para Raizama.
O Clarim	Cuiabá	36	15/04/1894	x		Resenha do livro "A Educação Civica"; defesa do catolicismo como fundamento moral e educativo para a sociedade.
O Clarim	Cuiabá	52	18/07/1894		x	
O Clarim	Cuiabá	67	11/10/1894		x	
O Clarim	Cuiabá	59	25/08/1894			
O Autonomista	Corumbá	4	20/08/1904		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Autonomista	Corumbá	6	03/09/1904		x	
O Autonomista	Corumbá	7	10/09/1904		x	
O Autonomista	Corumbá	117	16/11/1907	x		Nomeação de professor da escola primária elementar do sexo masculino de Corumbá Themystocles Serra (redator de O Brazil).
O Autonomista	Corumbá	118	23/11/1907		x	
O Autonomista	Corumbá	119	30/11/1907		x	
O Autonomista	Corumbá	120	07/12/1907	x		Colégio Imaculada Conceição; situação da instrução na Bolívia; abertura dos exames de segunda época e de admissão do Liceu Salesiano São Gonçalo.
O Autonomista	Corumbá	121	14/12/1907	x		Abertura dos trabalhos das bancas examinadoras para os alunos do Ginasio Estadoal.
O Autonomista	Corumbá	122	21/12/1907	x		índicação do Inspetor Escolar para a cidade de Corumbá; divulgação dos resultados dos exames do Ginasio Estadoal.
O Autonomista	Corumbá	123	28/12/1907	x		Colégio Imaculada Conceição; situação da instrução na Bolívia; Comemorações do Primeiro Centenário da Imprensa Brasileira.
O Autonomista	Corumbá	128	01/02/1908	x		Menção a Araraquara, sob o tema longevidade e qualidade de vida.
O Autonomista	Corumbá	129	08/02/1908	x		Abertura das inscrições de matrícula para o Ginasio Estadoal.
O Autonomista	Corumbá	130	15/02/1908	x		Exposição na Bélgica.
O Autonomista	Corumbá	131	22/02/1908	x		Concerto musical no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	132	29/02/1908	x		Concerto musical no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	133	07/03/1908		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Autonomista	Corumbá	134	14/03/1908	x		Divulgação do programa de ensino da Escola de Aplicação de Porto Alegre.
O Autonomista	Corumbá	135	21/03/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	136	28/03/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	137	04/04/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	138	11/04/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	139	18/04/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	140	25/04/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	141	02/05/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	142	09/05/1908	x		Missão salesiana em Corumbá; colação de grau dos bacharéis em ciências e letras do Liceu Salesiano de Cuiabá; festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	143	16/05/1908			
O Autonomista	Corumbá	144	23/05/1908	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza; festa escolar/religiosa no Colégio Imaculada Conceição.
O Autonomista	Corumbá	145	30/05/1908	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza; fundação da Associação Protetora da Infância Maria Auxiliadora.
O Autonomista	Corumbá	146	06/06/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	147	13/06/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	148	20/06/1908	x		Situação da instrução pública no Estado.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Autonomista	Corumbá	149	27/06/1908	x		Exposição de Bruxelas.
O Autonomista	Corumbá	150	04/07/1908	x		Comissão representativa do Estado de Mato Grosso na Exposição Nacional.
O Autonomista	Corumbá	151	11/07/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	152	18/07/1908	x		Espetáculo no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	153	25/07/1908			
O Autonomista	Corumbá	154	01/08/1908	x		Aniversário do quinto ano de existência do jornal.
O Autonomista	Corumbá	155	08/08/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	156	15/08/1908	x		Sobre a seção de Mato Grosso na Exposição Nacional.
O Autonomista	Corumbá	157	22/08/1908	x		Sobre a seção de Mato Grosso na Exposição Nacional.
O Autonomista	Corumbá	158	29/08/1908	x		Espetáculo no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	159	05/09/1908	x		Distribuição de prêmios aos alunos destacados nos exames, no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	160	12/09/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	161	19/09/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	162	26/09/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	163	03/10/1908	x		Mato Grosso na Exposição Nacional; sobre as ações da Associação Protetora da Infância Maria Auxiliadora.
O Autonomista	Corumbá	164	10/10/1908	x		Sobre as ações da Associação Protetora da Infância Maria Auxiliadora.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Autonomista	Corumbá	165	17/10/1908	x		Mato Grosso na Exposição Nacional.
O Autonomista	Corumbá	166	24/10/1908	x		Divulgação dos resultados dos exames da escola pública elementar do sexo feminino de Corumbá.
O Autonomista	Corumbá	167	31/10/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	168	07/11/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	169	14/11/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	170	21/11/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	171	28/11/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	172	05/12/1908	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	173	12/12/1908	x		Inauguração do Colégio para a Instrução da Infância em Corumbá.
O Autonomista	Corumbá	174	19/12/1908		x	
O Autonomista	Corumbá	175	26/12/1908	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	176	02/01/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	177	09/01/1909	x		Divulgação dos resultados dos exames do Externato Santo Antonio de Padua; divulgação dos resultados dos exames da escola pública de instrução primária de Ladário.
O Autonomista	Corumbá	178	18/01/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	179	23/01/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	180	30/01/1909	x		Importância da instrução e do ensino público para o desenvolvimento do país.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				N	S	
O Autonomista	Corumbá	181	06/02/1909	x		Nomeação de professor da escola pública do sexo masculino de Corumbá; exonerado, a pedido, o professor Themystocles Serra (redator de O Brazil).
O Autonomista	Corumbá	182	13/02/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	183	20/02/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	184	27/02/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	185	06/03/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	186	13/03/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	187	21/03/1909		x	
O Autonomista	Corumbá	188	27/03/1909	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	189	03/04/1909	x		Festa escolar/religiosa no Colégio Santa Thereza.
O Autonomista	Corumbá	190	10/04/1909	x		Fechamento/extinção do Externato Santo Antonio de Padua.
O Autonomista	Corumbá	191	17/04/1909	x		Registro da matrícula de um cidadão matogrossense no Colégio Militar da Capital Federal.
O Autonomista	Corumbá	192	24/04/1909	x		Registro do recebimento da Revista Escolar publicada no Ceará; inauguração do Colégio dirigido por Lauro Pinheiro, promotor de justiça de Corumbá; reabertura das aulas no Colégio Culto a Instrução.
O Autonomista	Corumbá	193	01/05/1909			Registro da mudança de equipe editorial do jornal e mudança do nome para Correio do Estado.
O Estado	Cuiabá	205	04/10/1905			Participação de Mato Grosso na Exposição Universal.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Estado	Cuiabá	ilegível	ilegível/08/1905		x	
O Estado	Cuiabá	300	ilegivel/08/1905	x		Colação de grau dos bacharéis de ciências e letras do Liceu Salesiano; início dos exames no Liceu Cuiabano.
O Estado	Cuiabá	302	20/08/1905	x		Colégio Santa Catarina de Sena ("futuroso estabelecimento salesiano de educação feminina").
O Estado	Cuiabá	ilegível	27/08/1905		x	
O Estado	Cuiabá	304	03/09/1905	x		Registro da assinatura que confere ao Liceu Cuiabano a equiparação do Ginásio Nacional; abertura das matrículas para o Seminário Episcopal da Conceição e divulgação do seu programa de ensino.
O Estado	Cuiabá	305	10/09/1905	x		Registro do início das atividades do periódico "Escola"; abertura das matrículas para o Seminário Episcopal da Conceição e divulgação do seu programa de ensino.
O Estado	Cuiabá	306	17/09/1905	x		Suspensão de professor do Liceu Cuiabano, em decorrência de processo disciplinar.
O Estado	Cuiabá	307	não localizado			
O Estado	Cuiabá	308	08/10/1905	x		Liceu Salesiano.
O Estado	Cuiabá	310	18/10/1905	x		Nomeação de Delegado Fiscal do Liceu Cuiabano; exames de promoção dos alunos do Liceu Cuiabano; missão educativa dos padres salesianos.
O Estado	Cuiabá	311	22/10/1905		x	
O Estado	Cuiabá	312	29/10/1905	x		Abertura para inscrições dos exames de segunda época e admissão no Liceu Salesiano.
O Estado	Cuiabá	313	05/11/1905		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Estado	Cuiabá	334	12/11/1905		x	
O Estado	Cuiabá	335	19/11/1905			
O Estado	Cuiabá	337	03/12/1905		x	
O Estado	Cuiabá	338	10/12/1905		x	
O Estado	Cuiabá	341	24/12/1905	x		Alteração de endereço do Atheneu Cuiabano; divulgação das notas obtidas pelos alunos nos exames do 1º ano da Instrução Secundária, dos cursos elementar e complementar do Colégio Americano; reabertura das matrículas e início das aulas no Colégio Americano.
O Estado	Cuiabá	342	31/12/1905	x		Reabertura das matrículas e início das aulas no Colégio Americano.
O Estado	Cuiabá	344	14/01/1906	x		Divulgação dos resultados dos exames e abertura de matrículas no Liceu Cuiabano; reabertura das matrículas e início das aulas no Atheneu Cuiabano.
O Estado	Cuiabá	345	21/01/1906		x	
O Estado	Cuiabá	346	não localizado			
O Estado	Cuiabá	347	04/02/1906	x		Abertura das aulas no Liceu Cuiabano.
O Estado	Cuiabá	348	11/02/1906		x	
O Estado	Cuiabá	349	18/02/1906	x		Nomeação de Inspetores Escolares para a cidade de Poconé, para o distrito de Brotas e para o distrito de Ponta Porã; exoneração de professoras das escolas elementares do sexo feminino de Poconé; remoção de professores da capital para a vila do Melgaço; exoneração de Inspetor Escolar do distrito de Barra do Rio dos Bugres; anúncio da venda de livros escolares (listagem completa) na Livraria Escolar São Sebastião.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Estado	Cuiabá	350	25/02/1906	x		Abertura de matrículas em escola particular para o ensino de primeiras letras a meninos e meninas.
O Estado	Cuiabá	351	04/03/1906		x	
O Estado	Cuiabá	353	18/03/1906		x	
O Estado	Cuiabá	354	25/03/1906			Exposição Universal.
O Estado	Cuiabá	355	01/04/1906	x		Ampliação da estrutura física do Colégio São Gonçalo.
O Estado	Cuiabá	356	07/04/1906		x	
O Estado	Cuiabá	357	15/04/1906		x	
O Estado	Cuiabá	358	22/04/1906		x	
O Estado	Cuiabá	359	29/04/1906	x		Nomeação de Inspetor Escolar para a cidade de Corumbá.
O Estado	Cuiabá	360	06/05/1906		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	1	09/04/1908	x		Papel da imprensa como difusora da instrução e progresso material.
O Cruzeiro	Cuiabá	2	16/04/1908	x		Nomeação de professores para o Liceu Cuiabano.
O Cruzeiro	Cuiabá	3	23/04/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	4	30/04/1908	x		Anedotas sobre o Liceu Cuiabano.
O Cruzeiro	Cuiabá	5	07/05/1908	x		Colégio Santa Catarina de Sena.
O Cruzeiro	Cuiabá	6	14/05/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	7	21/05/1908		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Cruzeiro	Cuiabá	8	28/05/1908	x		As escolas públicas e seu funcionamento nos países estrangeiros; situação da instrução pública no Estado; educação da infância.
O Cruzeiro	Cuiabá	9	04/06/1908	x		Divulgação do compêndio "Gramatica da Lingua Boróro".
O Cruzeiro	Cuiabá	10	11/06/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	11	18/06/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	12	25/06/1908	x		Papel educativo da missão salesiana em Mato Grosso; ausência da representação da educação nas Exposições Internacionais e Nacionais.
O Cruzeiro	Cuiabá	13	02/07/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	14	09/07/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	15	16/07/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	16	23/07/1908	x		Situação da instrução pública no Estado; condições de trabalho do professorado público; exames do Liceu Salesiano.
O Cruzeiro	Cuiabá	17	30/06/1908	x		Exames finais no Liceu Salesiano São Gonçalo.
O Cruzeiro	Cuiabá	18	06/08/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	19	13/08/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	64	20/08/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	65	27/08/1908	x		Exames finais no Liceu Salesiano.
O Cruzeiro	Cuiabá	66	03/09/1908	x		Criação da Escola Agrícola pelos padres Salesianos; ação educativa dos padres salesianos; anedotas sobre o concurso de professores no Liceu Cuiabano; colação de grau dos alunos do Liceu Salesiano (equiparado ao Ginásio Nacional).

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Cruzeiro	Cuiabá	67	10/09/1908	x		Nomeação de professores para a regência da 1ª escola elementar do sexo feminino da Capital.
O Cruzeiro	Cuiabá	68	17/09/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	69	24/09/1908	x		Educação das crianças: coluna "Pela Educação"; exames de primeira época dos alunos do Liceu Cuiabano; situação da instrução pública no Estado.
O Cruzeiro	Cuiabá	70	01/10/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	71	08/10/1908	x		Exames dos alunos do curso ginasial do Liceu Cuiabano; anedotas sobre os exames de Matemática; coluna "Pela Educação"; anedotas sobre exame de Francês no Liceu Cuiabano.
O Cruzeiro	Cuiabá	72	15/10/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	73	22/10/1908		x	
O Cruzeiro	Cuiabá	74	29/10/1908	x		Despedida (última edição do jornal); registro do início das aulas no Liceu Salesiano.
O Pharol	Cuiabá	1	03/05/1902	x		A imprensa como difusora da instrução e progresso material da nação.
O Pharol	Cuiabá	2	10/05/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	3	17/05/1902	x		Divulgação das atividades realizadas no Collégio Americano sob a direção do professor Francisco F. de Mecenas (Cuiabá).
O Pharol	Cuiabá	4	24/05/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	5	31/05/1902	x		Função educativa da imprensa.
O Pharol	Cuiabá	7	13/06/1902	x		Movimentação escolar do Estado de São Paulo.
O Pharol	Cuiabá	8	21/06/1902		x	

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Pharol	Cuiabá	9	28/06/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	12	19/06/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	13	26/07/1902	x		Procedimentos para formar um leitor proficiente.
O Pharol	Cuiabá	15	09/08/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	16	16/08/1902	x		A instrução e a educação.
O Pharol	Cuiabá	17	23/08/1902	x		A instrução e a educação.
O Pharol	Cuiabá	19	30/08/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	21	13/09/1902	x		Importância da educação fornecida por sacerdotes, que na ausência de professores públicos realizam esse trabalho; concessão de prêmios aos alunos do Liceu Salesiano.
O Pharol	Cuiabá	23	27/09/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	24	08/10/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	26	18/10/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	31	08/11/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	32	15/11/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	37	20/12/1902		x	
O Pharol	Cuiabá	38	01/01/1903		x	
O Pharol	Cuiabá	40	17/01/1903	x		Exames realizados por alunos que frequentam escola particular em São Luiz de Cáceres.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Pharol	Cuiabá	42	31/01/1903	x		Importância da escola na sociedade que almeja o progresso.
O Pharol	Cuiabá	43	07/02/1903		x	
O Pharol	Cuiabá	44	14/02/1903	x		Notícias sobre as escolas em funcionamento em Minas Gerais; anedotas sobre exames de francês; anedotas sobre situações referentes ao analfabetismo.
O Pharol	Cuiabá	45	21/02/1903	x		Divulgação do Almanack literário do Estado de São Paulo para 1903.
O Pharol	Cuiabá	46	28/02/1903	x		Instrução pública.
O Pharol	Cuiabá	47	07/03/1903	x		Educação infantil.
O Pharol	Cuiabá	48	14/03/1903		x	
O Pharol	Cuiabá	49	21/03/1903	x		Festas no Liceu Salesiano.
O Pharol	Cuiabá	50	28/03/1903	x		Artigo que discute a necessidade de educação física e moral na instrução da juventude.
O Pharol	Cuiabá	51	04/04/1903	x		Artigo que discute a necessidade de educação física e moral na instrução da juventude.
O Pharol	Cuiabá	52	11/04/1903	x		Nomeação de professores para as cadeiras de ensino do Liceu Cuiabano; repasse de recursos da loteria para a instrução do Estado; artigo que discute a necessidade de educação física e moral na instrução da juventude.
O Pharol	Cuiabá	53	18/04/1903	x		Artigo que discute a necessidade de educação física e moral na instrução da juventude.

(continua)

(continuação)

JORNAL	LOCALIDADE	EDIÇÃO	DATA	NOTAS SOBRE INSTRUÇÃO		ABORDAGEM PREDOMINANTE
				S	N	
O Pharol	Cuiabá	54	25/04/1903	x		Exoneração de professor da vila do Melgaço; artigo que discute a necessidade de educação física e moral na instrução da juventude com ênfase no desenvolvimento de atividades práticas, lembrando indiretamente a proposta de John Dewey da escola laboratório.
O Pharol	Cuiabá	58	15/09/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	59	22/09/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	60	29/09/1906	x		Instrução pública.
O Pharol	Cuiabá	61	06/10/1906	x		"Pela Instrução".
O Pharol	Cuiabá	62	13/10/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	63	20/10/1906	x		Importância do estudo e necessidade da criação de uma biblioteca em Cuiabá.
O Pharol	Cuiabá	64	27/10/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	65	03/11/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	66	10/11/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	67	17/11/1906	x		Colação de grau dos bacharéis do Liceu Salesiano.
O Pharol	Cuiabá	69	01/12/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	70	08/12/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	71	15/12/1906		x	
O Pharol	Cuiabá	72	22/12/1906		x	
A Tribuna	Cuiabá	167	21/12/1888		x	